

Relação de Impedimentos de Licitação / Contrato / Chamamento Público / Celebração de Parceria

Documento gerado em 05/12/2024 às 10:04:11

Em 05/12/2024 às 10:03:55 não foram encontrados registros de pessoas físicas ou jurídicas para o critério de pesquisa informado:

CNPJ: 10158356000101

Para acessar este documento com os dados atualizados, acesse
<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/publicas/impedimento> ou utilize o QR Code:





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (05/12/2024 às 10:04) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 10.158.356/0001-01.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6751.A4DE.28EC.B870 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 12/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 12/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 12/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 12/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

Dados da consulta: 05/12/2024 10:04:43

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 10158356000101

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

PROT.: 79976 - 06/06/2024
Natureza: PROCURAÇÃO

LIVRO: 651-P
FOLHA: 157 F

TRASLADO DIGITAL

PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZEM **CPX DISTRIBUIDORA S/A e suas filiais** A FAVOR DE **GUILHERME DO PRADO**, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

SAIBAM os que este público instrumento de procuração virem que aos seis dias do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, perante mim Daniele Aparecida de Souza, Escrevente Notarial, e da Tabeliã Substituta adiante nomeada, compareceu como outorgantes: **CPX DISTRIBUIDORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Antônio Heil, Km 01, nº 800 - Sala 02, bairro Itaipava, nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.158.356/0001-01, e suas filiais, neste ato representadas por seu Diretor Contábil Sr. JOEL GONCALVES DE DEUS, brasileiro, filho de João Gonçalves de Deus e Valmira Paladini de Deus, que declarou-se casado, contador, portador da carteira nacional de habilitação nº 02610080113-DETRAN-SC., expedida em 29/10/2012, inscrito no CPF/MF sob nº 023.725.469-70, nascido em 10/10/1979, com endereço eletrônico joel.goncalves@cantustore.com.br, residente e domiciliado na Rua Clarindo Sebastião da Cunha, nº 2268, bairro Espinheiros, nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, com endereço profissional na Rodovia Antônio Heil, nº 800 - km 01, sala 16, bairro Itaipava, nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina; e por seu Diretor Administrativo e Financeiro: **VITOR DAS NEVES LEME**, brasileiro, filho de José Carlos Lemes Junior e Maria Irany das Neves, que declarou-se solteiro, administrador, portador da carteira nacional de habilitação nº 03831203841-DETRAN-SC, expedida em 11/08/2015, inscrito no CPF/MF sob nº 062.320.859-81, nascido em 18/02/1988, com endereço eletrônico: vitor.leme@cantustore.com.br, residente e domiciliado na Rua Tailândia, nº 2100, apartamento 218, bairro Nações, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, aqui de passagem; **que assinam este ato por videoconferência, através da plataforma <https://www.enotariado.org.br>. Este documento pode ser verificado em www.docautentico.com.br/valida;** conforme Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, expedida em 06/06/2024, constando como último arquivamento: Ata de Assembleia Geral Extraordinária - Consolidação de Contrato/Estatuto, em data de 04/06/2024, sob nº 20243944748; **declarando não haver alterações posteriores;** reconhecidas como as próprias por mim Escrevente Notarial ante os documentos de identificação que me foram apresentados tomados por bons do que dou fé. E, pelas outorgantes, por seus representantes legais, me foi dito que, por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador: **GUILHERME DO PRADO**, brasileiro, filho de Ivanio Jose do Prado e Semia Cecilia Butzge, solteiro, vendedor, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04514860880-DETRAN-SC, expedida em 06/03/2020 e inscrito no CPF/MF sob nº 057.063.669-85, nascido em 16/09/1989, residente e domiciliado na Rua Silveira, nº 137, apartamento 302, bairro Tabuleiro, na cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, (dados fornecidos por declaração, ficando as empresas outorgantes, por seus representantes legais, responsáveis por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção); a quem confere

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE ITAJAÍ

Sueli Canziani Gazaniga - TABELIÃ

Rua Manoel Vieira Garção, 148 - Ed. Catarinense - 1º andar | fone (47) 3348-1595 - fax (47) 3348-7137
e-mail: escritura@3tabitajai.com.br | procuracao@3tabitajai.com.br - CEP 88301-425-Itajaí-Santa Catarina - Brasil

Horário de Atendimento: 2ª a 6ª das 9h às 18h
Este documento foi assinado por DANIELE APARECIDA DE SOUZA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código DGV9K-TYM7Y-L76BK-JH8TV



PROT.: 79976 - 06/06/2024
Natureza: PROCURAÇÃO

LIVRO: 651-P
FOLHA: 157 V

TRASLADO DIGITAL

poderes especiais para: participar de licitações e concorrências públicas, de todas as modalidades, inclusive via eletrônica, podendo para tanto firmar compromissos de participações nas licitações, pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular lances, ofertas e praticar todos os atos pertinentes em todas as fases, podendo assinar todos e quaisquer documentos necessários; pagar valores, assinar recibos e dar quitação podendo representa-la junto a municípios, empresas públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais, estados da federação, governo federal, autarquias e órgãos públicos municipais, estaduais e federais em todas as esferas; podendo participar da abertura de envelopes, assinar contratos, declarações, guias requerimentos, termos, apresentar, juntar e retirar documentos, pagar taxas e demais emolumentos, compromissos e responsabilidades, enfim praticar em suma, tudo que mister se torne ao perfeito desempenho do presente mandato. **A presente procuração terá validade de 1 (um) ano. Vedado o substabelecimento. Referida procuração pode ser revogada a qualquer tempo, se assim desejar a outorgante.** Os representantes da outorgante declaram que não se enquadram como pessoas politicamente expostas, uma vez que não ocupam ou ocupada cargos de destaque na administração pública direta ou indireta, não exerceu mandatos políticos nos poderes executivos e legislativos da União, não faz parte do poder judiciário e não ocupou cargos como Ministro, Presidente, Vice-Presidente, Diretor ou equivalentes no Poder Executivo da União, em todos os níveis governamentais. Além disso, não possuem familiares com essas características. Estes conceitos de PEP são claramente definidos pela Resolução nº 40/21. Todas as diretrizes foram estritamente seguidas de acordo com o provimento 161/2024 do CNJ. Os representantes da outorgante ficam cientes que todos os dados e informações de caráter pessoal, descritos e utilizados pela Serventia, visam atender o disposto na Lei 13.709 - LGPD, e que este instrumento público pode ser reproduzido a pedido de qualquer interessado sem necessidade de autorização expressa das partes, por se tratar de instrumento público nos termos do Art. 16 da Lei 6.015/73, e consente com o uso dos dados pessoais fornecidos, objeto de tratamento pela Serventia. **As informações constantes na qualificação das partes, bem como os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram apresentados pelo outorgante, sendo-lhe advertido de que a falsidade dos documentos ora apresentados e das declarações prestadas, inclusive acerca do seu estado civil, ensejará sua responsabilidade civil e criminal, isentando este Serviço Notarial de qualquer responsabilidade.** Ficam arquivadas nestas notas em pastas próprias, cópias dos documentos apresentados, em observância ao artigo 265, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim o disse do que dou fé e me pediu este instrumento que lhe li, aceitou e assina nesta Serventia. Eu, Daniele Aparecida de Souza, Escrevente Notarial que a digitei. Eu, Elinita Kowalski Rosar, Tabeliã Substituta, a subscrevo. Este ato foi protocolo sob nº **79976 - 06/06/2024**. Itajaí/SC, 06 de junho de 2024. (Representante) JOEL GONCALVES DE DEUS; (Representante) VITOR DAS NEVES LEME. **Trasladada em seguida.** Eu, Daniele Aparecida de Souza, Escrevente Notarial a fiz, digitei, conferi, subscrevo e assino em público e raso. Procuração Comum: R\$ 46,55 + FRJ R\$ 10,58 (22,73% de 46,55, sendo: 24,42% (FUPESC); 24,42% (Assist. Jud.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE ITAJAÍ

Sueli Canziani Gazaniga - TABELIÃ

Rua Manoel Vieira Garção, 148 - Ed. Catarinense - 1º andar | fone (47) 3348-1595 - fax (47) 3348-7137
e-mail: escritura@3tabitajai.com.br | procuracao@3tabitajai.com.br - CEP 88301-425-Itajaí-Santa Catarina - Brasil

Horário de Atendimento: 2ª a 6ª das 9h às 18h
Este documento foi assinado por DANIELE APARECIDA DE SOUZA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código DGV9K-TYM7Y-L76BK-JH8TV



PROT.: 79976 - 06/06/2024
Natureza: PROCURAÇÃO

LIVRO: 651-P
FOLHA: 158 F

TRASLADO DIGITAL

Gratuita); 4,88% (FERMP); 26,73% (Ressarcimento de atos Gratuitos, ajuda de custo de Serventias Deficitárias e custeio da atividade correicional); 19,55% (TJSC) + ISS R\$ 0,95; Total R\$ 58,08. Itajaí/SC, 06 de junho de 2024.

Em Test. _____ da verdade.

P/ Tabeliã _____

Daniele Aparecida de Souza
Escrevente Notarial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE ITAJAÍ

Sueli Canziani Gazaniga - TABELIÃ

Rua Manoel Vieira Garção, 148 - Ed. Catarinense - 1º andar | fone (47) 3348-1595 - fax (47) 3348-7137
e-mail: escritura@3tabitajai.com.br | procuracao@3tabitajai.com.br - CEP 88301-425-Itajaí-Santa Catarina - Brasil

Horário de Atendimento: 2ª a 6ª das 9h às 18h
Este documento foi assinado por DANIELE APARECIDA DE SOUZA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código DGV9K-TYM7Y-L76BK-JH8TV

PROT.: 79976 - 06/06/2024
Natureza: PROCURAÇÃO

LIVRO: 651-P
FOLHA: 158 V

TRASLADO DIGITAL

Assinado digitalmente por:
DANIELE APARECIDA DE SOUZA
CPF: 009.550.759-04
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 13/06/2024 10:51:51 -03:00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE ITAJAÍ

Sueli Canziani Gazanig TABELIÃ
Colégio
Notarial do



Rua Manoel Vieira Garção, 1 - Itajai - Santa Catarina - 13050-900 - Itajai - SC - Brasil
e-mail: escritura@3tabitajai.com.br | procuracao@3tabitajai.com.br - CEP 88301-425-Itajai-Santa Catarina - Brasil

Horário de Atendimento: 2ª a 6ª das 9h às 18h

Este documento foi assinado por DANIELE APARECIDA DE SOUZA.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código DGV9K-TYM7Y-L76BK-JH8TV





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: DGV9K-TYM7Y-L76BK-JH8TV

Matrícula Notarial Eletrônica: 107367.2024.06.06.00001859-49

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ DANIELE APARECIDA DE SOUZA (CPF 009.550.759-04) em 13/06/2024 10:51

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/DGV9K-TYM7Y-L76BK-JH8TV>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SC

NOME
GUILHERME DO PRADO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
5109673 SSP SC

CPF
057.063.669-85

DATA NASCIMENTO
16/09/1989

FILIAÇÃO
IVANIO JOSE DO PRADO
SEMIA CECILIA BUTZGE

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
04514860880

VALIDADE
08/01/2025

1ª HABILITAÇÃO
28/11/2008

OBSERVAÇÕES
EAR

Guilherme do Prado
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BALNEARIO CAMBORIU, SC

DATA EMISSÃO
06/03/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

51402470861
SC151519099

SANTA CATARINA

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2007912931

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9518/9412/4721



À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO - SP

Pregão Eletrônico Nº. 059/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ Nº.10.158.356/0001-01, Inscrição Estadual 255653050, estabelecida no(a) Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, vem apresentar proposta para fornecimento dos materiais/serviços discriminados, conforme informações abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Marca	Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
9	30	und	PNEU 275/80 R22.5 LISO RADIAL ÔNIBUS. PNEU 275/80R22.5 149/146L EASYMAX S SPEEDMAX 18 LONAS INMETRO Registro 004300/2022	SPEEDMAX	EASYMAX S	R\$ 1.404,00	R\$ 42.120,00
VALOR TOTAL:						quarenta e dois mil, cento e vinte reais	R\$ 42.120,00

A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da fase de análise de proposta.

Condições, Prazos e Locais de Entrega: O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias, contados da data do aceite da nota fiscal.

Dados Bancários: Banco do Brasil, Agência 3125-9, Conta Corrente 7909-X.

Declaramos, sob as penas da lei, que no preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação;

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que, o(s) produto(s) cotado(s) atende(m) às especificações contidas no Termo de Referência e demais Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades constantes das especificações;

Declaramos que todos os produtos ofertados atendem às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc., atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

Garantia: Os produtos são novos (de primeiro uso) com garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação certificados pelo INMETRO. Durante o prazo de garantia dos produtos/serviço, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto, sem ônus ao município;

Todos os produtos terão garantia de 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação: Todos os materiais, objeto da licitação, são certificados pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, excetos os pneus OTR, Câmaras de ar e Protetores as quais não possuem a devida Certificação conforme Portaria Nº.379, de 14 de Setembro de 2021 (Assunto: Aprovar o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos - Consolidado; § 2º; Anexo VI);

Dúvidas, esclarecimentos, prazo de entrega, e demais informações sobre produtos: Escritório de licitações - Itajaí/SC: telefone (47) 3046-2550 Ramais 9418/9412, E-mail licitacao@cantustore.com.br

Responsável pela Assinatura da Ata/Contrato: Guilherme do Prado, Portador da Carteira de Identidade RG Nº. 057.063.669-85 SSP/SC e CPF Nº. 057.063.669-85, E-mail institucional licitacao@cantustore.com.br, com Endereço Comercial na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001.

Por fim, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que os materiais cotados atendem todas as exigências descritas no instrumento convocatório.

Itajaí, 04 de dezembro de 2024.

10 158 356

Assinado digitalmente por GUILHERME DO PRADO:05706366985
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=videconferencia, OU=03602819000173, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARIN/FOCOMEX, OU=RFB e-CPF A1, CN=GUILHERME DO PRADO:05706366985
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.12.04 11:30:01-03'00"
Font: PDF Reader Versão: 12.1.3

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Departamento de Vendas ao Governo

Guilherme do Prado - Procurador

CPF Nº. 057.063.669-85

RG Nº. 057.063.669-85 SSP/SC



Rodovia Antônio Heil, 800 | Itaipava | Itajaí/SC | CEP 883016-001

057.063.669/0001-07
Inscr. Est. 255.653.050
CPX DISTRIBUIDORA
S/A.
Rod. Antônio Heil, 800 - Km 01 - Sala 02
Bairro Itaipava - CEP 88.316-001
ITAJAÍ - SC



Manual de Garantia

Onde alguns veem
apenas pneus,
a gente enxerga
caminhos



1. Manual de Garantia APRESENTAÇÃO.....	03
2. Principais Recomendações de Uso.....	04
2.1 Manuseio.....	04
2.2 Montagem.....	04
2.3 Pressão.....	04
3. Alinhamento e Balanceamentos das Rodas (QUANDO APLICÁVEL).....	05
3.1 Alinhamento.....	05
3.2 Balanceamento.....	05
3.3 Cuidados Importantes	05
3.4 Consertos de Pneus.....	06
3.5 Reforma de Pneus Recapagem e/ou Recauchutagem.....	06
4. Termo de Garantia CantuPneus.....	06
4.1 Garantia Pneus Câmaras de Ar Protetores Rodas.....	06
5. Central de relacionamento.....	08
5.1 Formulário e Fotos.....	08
5.2 Procedimento.....	08
5.3 Laudo Técnico.....	09
5.4 Bonificação.....	09
6. Nota Fiscal de Remessa para Análise de Garantia.....	09
7. Raspagem do DOT do Pneu.....	10
8. Verificação Financeira.....	10
9. Análise Técnica Resultado do Laudo.....	11
10. Casos não Cobertos pela Garantia.....	12
11. Contatos.....	13

A **CantuPneus** importa e distribui ampla linha de produtos para segmento de transporte, todos dotados de alta tecnologia e certificados por órgãos nacionais e/ou internacionais de qualidade. São pneus radiais e convencionais de carga, passeio, moto, bicicleta, caminhonete, agrícola, OTR, rodas, câmaras e protetores onde novos produtos são continuamente agregados ao portfólio de vendas como sons automotivos e acessórios para seu veículo. Na aquisição de produtos na **CantuPneus**, você cliente, está automaticamente amparado pelas normas de garantia da empresa.

A **CantuPneus** é proprietária dos seguintes sites de e-commerce, que serão evidenciados a seguir:

- ITARO
- PNEUSFACIL
- PNEUSTORE

Para que a garantia não seja comprometida, você deve atentar-se as recomendações prestadas pela **CantuPneus** neste manual e no nosso processo de garantia e respeitar os procedimentos burocráticos, fiscais e financeiros pré-estabelecidos, que darão sustentação, segurança e eficiência a todo processo.



É **importante** lembrar que o desempenho e a durabilidade dos produtos serão relacionados aos cuidados adotados por parte do cliente, como a sua correta aplicação, utilização e manutenção. É importante lembrar também que todo produto dentro do prazo de garantia não pode sofrer consertos por parte independente do cliente, para que o produto não perca seu período de garantia.

Como primeiro passo, sugerimos que **você consulte o “Manual do Proprietário”** do seu veículo e/ou revendedor autorizado, para que não haja uma aquisição e aplicação incorreta do produto, seja ele pneu ou acessórios. **Leia atentamente as recomendações de uso e manutenção e inteire-se dos procedimentos de garantia que vão anexados ao e-mail sempre que o cliente faz a solicitação de abertura de um processo.**

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DE USO

A **CantuPneus** oferece produtos de alta tecnologia e qualidade e, para que os clientes tenham excelentes resultados com os pneus adquiridos, **CantuPneus** preparou uma série de recomendações de uso e manutenção.

MANUSEIO:

- Utilizar óculos de segurança;
- Luvas são indispensáveis para evitar acidentes;
- Utilizar ferramentas do veículo para montar ou desmontar o conjunto, de acordo com o manual do proprietário.

MONTAGEM:

- A montagem e desmontagem do pneu no aro devem ser feitas por um profissional especializado.
- O aro deve ser o correto e em perfeito estado, de acordo com o manual do proprietário contido no veículo ou sob consulta de um profissional especializado;
- Pneus novos que exijam câmara de ar (TT) devem, obrigatoriamente, utilizar câmaras de ar e protetores novos, na medida adequada ao pneu;
- Os pneus sem câmara de ar (TL) não devem ser montados com câmara de ar e protetor;
- Em toda troca de pneu, é aconselhável substituir as válvulas usadas por novas;
- No mesmo eixo não devem ser montados pneus de modelos ou marcas diferentes. A ALAPA (Associação Latino Americana de Pneus e Aros) recomenda que sejam utilizados pneus dentro do limite de emparelhamento, que é de 7 mm no diâmetro externo dos pneus de carga e 21 mm de perímetro se medido com fita métrica.

PRESSÃO:

- Verifique periodicamente:
- Quando apresentar desgastes irregulares nos pneus;
- Por ocasião de troca dos pneus;
- Quando forem substituídos componentes da suspensão;
- Após fortes impactos em buracos ou obstáculos;
- Quando causar tendência no veículo de "puxar" para um dos lados.
- **É recomendada a calibragem semanal dos pneus.**

ALINHAMENTO DE DIREÇÃO E BALANCEAMENTO

ALINHAMENTO:

- Quando apresentar desgastes irregulares nos pneus;
- Por ocasião de troca dos pneus;
- Quando forem substituídos componentes da suspensão;
- Após fortes impactos em buracos ou obstáculos;
- Quando causar tendência no veículo de puxar para um dos lados.

BALANCEAMENTO:

- A cada 10.000 km ou de acordo com a orientação do Manual do Proprietário ou revendedor autorizado;
- Quando houver vibrações no veículo;
- Na ocasião de troca dos pneus.

CUIDADOS IMPORTANTES

• **Cuidados importantes ao dirigir:**

- Evitar impactos em buracos e obstáculos;
- Arrancadas e freadas bruscas desnecessárias;
- Subidas em meio-fio;
- Velocidades incompatíveis com o tipo e condição da estrada, assim como o tipo de pneu;
- Paradas sobre óleos, solventes ou outros derivados de petróleo.
- A cada 10.000 km fazer o rodízio de todos os pneus ou quando apresentarem desgastes irregulares, conforme informado no manual do proprietário e/ou por recomendação do revendedor autorizado.

• **Cuidados importantes com os pneus:**

- Verificar periodicamente se o pneu apresenta avarias (Banda de rodagem/lateral);
- Se há desgaste irregular na rodagem;
- Se há pedras ou outros encravados na rodagem;
- Se existem vazamentos (perda de pressão);
- Evite rodar com os pneus: baixa pressão, sobrecarga, rodas desbalanceadas, com furos mal reparados e não preenchidos adequadamente ou com veículo desalinhado. Estes fatores comprometem a segurança do motorista, a durabilidade e desempenho dos pneus, além de acarretarem a perda da garantia.

De acordo com o **CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito)** os pneus que circulam no território nacional devem ter borracha remanescente na banda de rodagem igual ou acima de 1,6 mm TWI (indicação lateral), para poderem estar seguros proporcionando boa frenagem, tração e não provocarem derrapagens laterais.

CONSERTOS DE PNEUS:

- Devem ser feitos por um profissional especializado, com ferramentas e materiais adequados;
- Os furos devem ser limpos e preenchidos com borracha de ligação para evitar infiltração de umidade;
- Utilize sempre reparos tradicionais (remendos e plugs) desde que o furo esteja limpo e preenchido;
- Os consertos devem respeitar a norma ABNTNBR NM (225:2000) e as instruções do fabricante dos materiais de reparo;
- A **CANTUPNEUS** não aceitará reclamação de pneus que foram submetidos a qualquer tipo de conserto.

REFORMA DE PNEUS | RECAPAGEM E/OU RECAUCHUTAGEM:

- A reforma deve ser feita por reformador devidamente credenciado e autorizado pelo INMETRO (conforme portaria nº444);
- O reformador deve responsabilizar-se pela garantia tanto da reforma quanto da carcaça reformada (após sua análise);
- A **CANTUPNEUS** não aceitará reclamação de pneus recapados.

TERMO DE GARANTIA

GARANTIA DE PNEUS | CÂMARAS DE AR | PROTETORES | RODAS

A **CantuPneus** garante reposição de todos os produtos comercializados que apresentem defeito de fabricação, sendo estes desvios de matéria-prima ou problemas estruturais por um período de 05 anos para pneus; 03 anos para rodas de aço, câmaras e protetores; 05 anos para rodas de alumínio contados a partir da data indicada no documento fiscal de venda do respectivo produto, desde que observadas as respectivas condições deste Manual e Termo de Garantia. Para sons automotivos e acessórios a garantia é diretamente com a assistência técnica de cada marca/fabricante. A **CantuPneus** coloca-se a disposição do cliente atendendo o mesmo conforme as cláusulas da lei 8078/1990, bem como coloca a disposição de seus clientes uma tratativa referente ao processo de garantia onde:

Após análise do produto reclamado, **se constatado o defeito de fabricação**, haverá substituição do produto reclamado. No caso de o produto ser pneu, será substituído na(s) seguinte(s) condição(s):

- Desgastes de 0 a 100% (limitado a 1,6 mm de profundidade do sulco): cobrança proporcional;
- Quando constatado o defeito, haverá substituição do pneu cobrando-se apenas o valor proporcional ao desgaste do pneu, e o valor será cobrado sobre o **preço de venda** do pneu ao consumidor (preço pago pelo cliente no ato do pedido) com seus respectivos tributos.

A garantia presente se restringe a pneus comercializados pela **CantuPneus** em sua banda original, até a profundidade remanescente de desenho de 1,6mm. O cliente somente terá acesso à garantia se comprovada à origem da compra através da empresa **com envio do número da Nota Fiscal**, e se o período da compra do produto for condizente com a data de fabricação.

Exemplo:

Se o cliente encaminha um pneu que seja vendido por distribuidores e/ou representantes autorizados e o **DOT** (data de fabricação) deste pneu for 1421 (décima quarta semana do ano de 2021) e sua nota fiscal apresentar data anterior a este período, fica constatado que o produto em questão não foi adquirido através da **CANTUPNEUS**, e nessa situação deverá acionar o verdadeiro fornecedor para que o mesmo preste a garantia.

Todo o processo de garantia deve ser acionado através do site da **CantuPneus** por meio do link **<https://www.cantupneus.com.br/garantia>** no qual o formulário deverá ser preenchido com todas as informações e as fotos do produto reclamado conforme solicitado.

A **CantuPneus** arca com as despesas de transporte e frete para o processo quando assim necessário. É importante que o cliente honre com seus compromissos de pagamento da compra com a Cantu Pneus, mesmo que o produto encontre-se em processo de análise técnica.

A inadimplência ocasionará a suspensão da análise técnica até o cumprimento dos pagamentos devidos.

- Vale ressaltar ainda em virtude deste processo que o pagamento em caso de análise de produto procedente de defeito de fabricação, será aplicado em desconto comercial para **compra de novos produtos** (substituição de pneus avariados). A **CantuPneus** não faz desconto / estorno ou ressarcimento de valores em dinheiro ao cliente como forma de pagamento de bonificação;

- No caso do produto ser **som automotivo e/ou acessórios**, a **CantuPneus** informará o endereço da assistência técnica mais próxima ao cliente. A **CantuPneus** tem autorização de coletar os aparelhos e acessórios para análise, sendo uma parceria entre site e fornecedor de que toda e qualquer reclamação seja direcionada a assistência técnica mais próxima ao cliente.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO

A **CantuPneus** disponibiliza canais de relacionamento com o cliente, tais como 0800 e e-mail, sendo respectivamente, do **0800-602-7581** ou **e-mail: garantia@cantustore.com.br**.

O cliente entrará em contato e receberá em seu correio eletrônico todas as informações necessárias para dar entrada no seu processo de análise de produto.

O processo de análise de pneus se dá por meio de fotos específicas, exigidas pelo fabricante e caso não seja possível analisar o produto desta forma, poderá solicitar novas fotos mais nítidas, e/ou vídeos, se, ainda assim não for possível verificar, a empresa procederá então com a coleta do produto para filial mais próxima ou agendamento com técnico para análise in loco na residência do cliente.

FORMULÁRIO E FOTOS:

O formulário de solicitação de exame de produto é um documento que dá segurança ao processo tanto para o cliente quanto para a **CantuPneus**, pois é ele quem relata a ocorrência e possibilita ao técnico a análise concreta do produto reclamado.

PROCEDIMENTO:

O cliente deverá acessar o site da **CantuPneus** e direcionar-se para a área de Política de Garantia, no qual estará disponível o presente manual e o formulário, sendo este totalmente online. Após o devido preenchimento o mesmo deve ser finalizado e enviado. Nossa Central de Atendimento verificará se todas as informações solicitadas estão de acordo. Caso seja identificado a falta de algum item o cliente será acionado através de seu e-mail. Caso contrário, o processo será encaminhado para o Departamento Técnico para a respectiva análise. **Vale ressaltar que o processo inicia-se apenas quando se der o recebimento completo das informações citadas.**

- Após o envio dos dados ao técnico da região o mesmo possui um prazo de 30 dias para apresentação do laudo técnico. Se nesse período o departamento técnico identificar que não será possível a análise através de fotos, solicita-se então a coleta dos pneus, com transporte por conta da **CantuPneus**, para análise na filial mais

próxima, ou o agendamento de uma visita técnica até a residência do cliente para realização da análise in loco, podendo, assim, aumentar o tempo estabelecido de 30 dias para entrega do laudo final.

LAUDO TÉCNICO:

O laudo técnico é disponibilizado pela **CantuPneus** e o cliente será informado por e-mail ou telefone quando o mesmo estiver disponível.

BONIFICAÇÃO:

O pagamento da bonificação acontece através de um novo pedido (reposição do produto em caso de constatação de defeito de fábrica), que deve ser feito diretamente setor comercial (representante e/ou vendedor). A **CantuPneus**, como citado já acima, **não vincula o pagamento de bonificações à situação financeira do cliente, ou seja, não efetuamos abatimento de boletos em aberto ou através de devolução de valores**. Lembrando que a bonificação só poderá ser efetuada mediante a coleta dos pneus procedentes juntamente com a nota fiscal de remessa para análise de garantia, caso o produto analisado seja referente as seguintes marcas: Kumho, Marshal e Tegrys. Se o mesmo não for das marcas citadas anteriormente faz-se necessário a raspagem/corte do DOT (semana e ano de fabricação).

NOTAL FISCAL PARA ANÁLISE DE GARANTIA

A nota fiscal de remessa em garantia é o documento que registra a entrada do produto para a análise de garantia e promove amparo fiscal. Cliente que for contribuinte do ICMS deverá emitir nota fiscal em seu formulário próprio. Para clientes não contribuintes (PESSOA FÍSICA) a nota será emitida pela **CANTUPNEUS**.

No campo observações o cliente deve sempre destacar o número da NF de compra a qual o produto em reclamação refere-se. A natureza de operação deve ser "Remessa para análise de garantia", CFOP 5949 para dentro do estado e 6949 para fora do estado.



IMPORTANTE: A mercadoria encaminhada através de transportadora contratada pelo cliente não será recebida em nossas filiais se não acompanhada da nota fiscal devidamente emitida.

RASPAGEM DO DOT DO PNEU

O cliente deverá encaminhar apenas duas fotos em que mostre o antes e depois do DOT do pneu raspado/cortado, de forma que não seja possível visualizar os quatro últimos números. Após, o mesmo necessita enviar as duas fotos no mesmo e-mail em que já está sendo tratado o processo de garantia. Assim que as fotos forem recebidas conforme a solicitação padrão, liberaremos a bonificação e o cliente será informado.



IMPORTANTE: Em casos em que é solicitado a raspagem do DOT, não é necessário a coleta do pneu avariado.

VERIFICAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira do cliente será verificada antes do faturamento de sua bonificação. O compromisso do cliente nos pagamentos acordados nas compras já consolidadas permanece inalterável, mesmo que o produto se encontre em análise de garantia. O não cumprimento dos pagamento acarretará na suspensão do processo de análise, especialmente da compra relacionada ao produto em reclamação. O processo de garantia será retomado com os devidos acertos.



IMPORTANTE: O cliente deve ter conhecimento do seu histórico de pagamento para que não ocorra insatisfação quanto ao processo de garantia.

ANÁLISE TÉCNICA | RESULTADO DE LAUDO

O técnico da **CANTUPNEUS** designado terá o prazo, como já citado, de 30 dias para disponibilizar o resultado técnico do produto reclamado, salvo os casos que precisarem de coleta. Existirão três possíveis resultados de laudos, sendo eles: **PROCEDENTE PARCIAL, PROCEDENTE TOTAL OU IMPROCEDENTE**.

- Para garantias com resultado **procedente parcial**, concede-se um bônus proporcional a depreciação do produto adquirido, quando constatado defeito de fabricação pelo técnico responsável da **CantuPneus**. O cliente somente paga pelo que utilizou e depreciou do produto, o que chamamos de remanescente da borracha.
- Para garantias com resultado **procedente total**, concede-se ao cliente o direito a bonificação de 100% do valor pago no ato da compra do seu produto como crédito.
- Para garantias **improcedentes** não há bonificações, quando constatado pelo técnico responsável da **CantuPneus**. O cliente não terá direito a reposição do produto quando o defeito não for de fabricação, contudo, se o produto reclamado tiver sido coletado para análise técnica o mesmo é devolvido ao cliente sem custo de frete juntamente com o laudo informando a recusa.

REPOSIÇÃO DO PRODUTO EM GARANTIA PNEUS:

A garantia refere-se à concessão de bônus que pode ser utilizado na compra do produto, marca medida e modelo iguais ao do produto reclamado, bem como o cliente poderá usufruir do seu bônus para compra de um novo produto diferente ao qual adquiriu.

PROCEDIMENTO FISCAL DE GARANTIA:

É compromisso do cliente Pessoa Jurídica fazer os procedimentos fiscais necessários para o andamento e conclusão do processo de garantia, sempre com auxílio de sua própria contabilidade. No procedimento fiscal, é importante que o cliente identifique e confirme, junto a sua contabilidade, a opção/forma de tributação federal da sua empresa, pois as operações terão destaques distintos dos impostos para cliente optante do Simples ou Normal. Clientes Pessoa Física que não possuem suporte de contabilidade terão suas Notas Fiscais de Remessa em garantia emitidas pela própria **CantuPneus**.



IMPORTANTE: Nas operações de remessa em garantia, o cliente deve utilizar o valor do produto de acordo com a nota fiscal, deve considerar o valor integral do item da Nota Fiscal de compra da qual se origina. O número e a data de emissão da NF de compra deverão constar no campo de informações adicionais da NF de remessa. O CFOP deve ser 5949 para dentro do estado e 6949 para fora do estado.

CASOS NÃO COBERTOS PELA GARANTIA

Atribuível ao uso de armazenamento inadequado ou inapropriado dos bens ou de bens a eles relacionados, incluindo, sem limitação, utilização de câmara de ar em pneu sem câmara; utilização de protetores de pneus convencionais em pneus radiais; aplicação incorreta da medida do pneu ou da roda em relação ao veículo; aplicação indevida do pneu quanto a sua banda de rodagem em relação a sua posição no veículo, tipo de serviço ou ainda aplicação incorreta da medida da câmara de ar ou do protetor em relação à medida do pneu. Em bens que tenham sido reparados ou recauchutados, bem como tenham excedido 1,6 mm de profundidade remanescente da banda de rodagem original do pneu no seu ponto mais raso. Nestes casos, a garantia deverá ser fornecida pelo responsável do processo industrial (recauchutador).

- Danos causados por colisão, cortes ou rachaduras (bolhas, no flanco, rodagem, talões), vandalismo, falhas mecânicas de veículos que prejudiquem o desempenho do pneu, perda de alinhamento/balanceamento ou a sua falta;
- Problemas ocasionados por amortecedores;
- Pressão fora das especificações;
- Pneus reformados ou reparados fora das qualificações deste termo de garantia;
- Danos em pneus de veículos utilizados em competições automobilística;
- Avarias ao pneu pelo mau uso de ferramentas na montagem ou desmontagem do pneu;
- Avarias decorrentes de reparação nos pneus;
- Avarias causadas por produtos químicos;
- Danos causados por superaquecimento do pneu, com pressão indevida, sistema de freio defeituoso, folgas nos componentes da suspensão, entre outro;
- Pneus que estiverem raspados, recauchutados ou riscados (exceção aqueles com marcação regrovable (ressucável), e esses trabalhos não tenham causado a falha);

- Pneus de automóveis, utilitários, e camionetas que apresentarem resíduo de banda inferior a 1,6 mm em qualquer uma das posições dos indicadores de desgastes (TWI).
- Pneus acima de 5 anos de fabricação, nº de série ilegível, raspados, adulterados ou cortados;
- Câmara de ar e protetores com dobras ou avaria de montagem, armazenagem imprópria ou contaminada por produtos químicos, ou falhas comprovadas por mau uso, manutenção ou de caráter acidental;
- Rodas de aço - mau uso, amassadas por impacto ou outros motivos, trincadas por sobrecarga;
- Furos da roda danificados por porcas mal parafusadas;
- Falha ao comprovar a compra.
- Pneus reparados antes de o consumidor apresentar a solicitação do seguro.
- Danos leves, possíveis de serem reparados com segurança, a ser confirmado pelo técnico da PneuStore.

CONTATOS

A **CANTUPNEUS** disponibiliza ao público uma Central de Relacionamento ao Consumidor através do telefone 0800-602-7581 com ligação gratuita de telefone fixo para todos os estados ou canal eletrônico através do e-mail garantia@cantustore.com.br - O atendimento funciona de segunda a sexta-feira das 08h00min as 18h00min horas.



Djalma Viera
Responsável Técnico



GERSON PILZ

Gerson Pilz
Responsável Técnico



Cantu Store

cantupneus.com

VERSÃO 3.0

Atualizado em 25/02/2022

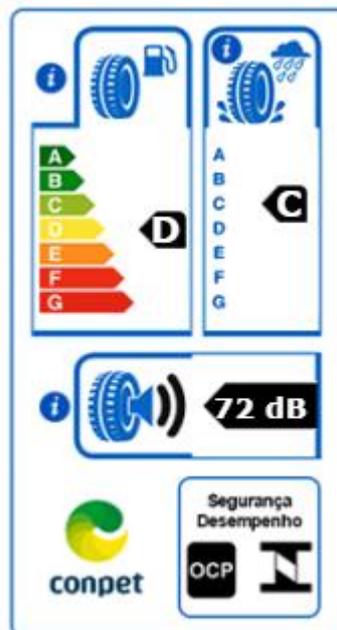
BOLETIM TÉCNICO DO PNEU

Detalhes Técnicos

Sobre o pneu

Detalhes técnicos

Marca	SPEEDMAX
Modelo	D2
Medida	275/80R225
Largura	275mm
Perfil	80%
Aro	225
Diâmetro total em mm	10115
Índice de peso	149 - 3250 kg , 146 - 3000 kg
Índice de velocidade	L - 120 km/h
RFT = RunFlat	NÃO
Tipo de construção	RADIAL
Peso	573
Extra Load	NÃO
Protetor de bordas	NÃO
Tipo de terreno	RODOVIÁRIO
Posição no Veículo	Treção/Borrachuda
Quantidade de Lonas	16
Profundidade do Sulco	21
Registro Inmetro	003687/2014
Garantia	5 anos Contre Defeito de Fabricação
Observações	Produto novo. Imagem meramente ilustrativa



SPEEDMAX





Página inicial (<http://www.inmetro.gov.br/>) / Qualidade (<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/>)

/ Registro de objeto (...) / Consultar registros concedidos

Registro de Objeto Consultar registros concedidos

Q Detalhes do Registro 004300/2022

Status

Ativo

Concessão

29/04/2022

WANVE CERTIFICATION SERVICES AND REPRESENTATION EIRELI

Rua Joaquim Norberto de Brito, 358 Cep:03226-020 | Jardim Avelino - São Paulo - SP

Tel: (Telefone) 11979904143 - contato@wanve.com.br (mailto:contato@wanve.com.br) - CNPJ: (CNPJ)35.345.006/0001-85**Programa de Avaliação da Conformidade**

Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados

Portaria Inmetro

nº (número) 379 de 14/09/2021

Nome de Família

4A2B6C2

Certificado

CN-PNEU-0047-2022-CI

↳Pesquisar histórico de alterações

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição
29/08/2023	Incluído	SPEEDMAX	EASYMAX S	275/80R22.5 18PR 149/146L TL EASYMAX S

<< Voltar



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-**INMETRO**

PORTARIA Nº 379, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos – Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação de Uso Racional de Energia, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011872/2020-90, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Pneus Novos, na forma dos Regulamentos Técnicos da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, nos Anexos I, II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 2º Os Regulamentos Técnicos da Qualidade, estabelecidos nos Anexo I, II e III desta Portaria, determinam os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança e desempenho do produto.

Art. 3º Os fornecedores de pneus novos deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º O pneu novo objeto deste Regulamento, deverá ser fabricado, importado, distribuído e comercializado, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento aos pneus novos destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados.

§ 2º Encontra-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento, os pneus novos conforme descrito no Anexo VI desta Portaria.

Art. 5º A cadeia produtiva de pneus novos fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I – o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, pneus novos conforme o disposto neste Regulamento;

II – o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, pneus novos conforme o disposto neste Regulamento;

III – os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de pneus novos, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Art. 6º O comércio de pneus novos, em estabelecimentos físicos ou virtuais, fica sujeito ainda às seguintes obrigações:

§ 1º Os produtos deverão, no ponto de venda, ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), de forma claramente visível ao consumidor, sem que sua visualização seja obstruída por qualquer outra informação anexada pelos fornecedores.

§ 2º No comércio virtual, é de responsabilidade do administrador do **site** disponibilizar a ENCE ou, alternativamente, as informações nela constantes em formato de texto, em todas as páginas onde haja oferta ou exibição do produto, de forma ostensiva, clara e unívoca junto à imagem ou identificação do modelo do produto.

§ 3º Em catálogos de venda e em material publicitário físico ou virtual, a ENCE ou, alternativamente, as informações nela constantes em formato de texto, devem estar disponíveis de forma clara e unívoca junto à imagem ou identificação do modelo do produto.

Art. 7º A aposição da ENCE é opcional em pneus novos destinados a montadoras de veículos e em pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados a serem comercializados exclusivamente para frotistas.

Parágrafo único. A determinação contida no **caput** não deve ser aplicada aos pneus novos destinados para revenda no comércio varejista, revendas autorizadas e em concessionárias representantes de montadoras de veículos, quando da comercialização dos pneus diretamente aos consumidores ou usuários finais.

Exigências Pré-Mercado

Art. 8º Os pneus novos, fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos estão fixados no Anexo IV desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 9º Após a certificação, os pneus novos, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para pneus novos, encontra-se no Anexo V desta Portaria.

Art. 10. Os pneus novos abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência junto ao Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 11. Os pneus novos, objetos deste Regulamento, estão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 12. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 13. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 14. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

~~Art. 15. Os fabricantes e importadores terão até 23 de março de 2022 para adequarem novos processos de certificação e registro às exigências relacionadas aos requisitos estabelecidos na Portaria Inmetro nº 329, de 2020, incorporadas a esse Regulamento Consolidado.~~

Art. 15. Os fabricantes e importadores terão até 23 de maio de 2022 para adequarem novos processos de certificação e registro às exigências relacionadas aos requisitos estabelecidos na Portaria Inmetro nº 329, de 2020, incorporadas a esse Regulamento Consolidado.

Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo limite de 23 de outubro de 2025, para adequação das famílias que, na data de publicação da Portaria nº 329, de 2020, já se encontravam certificadas e registradas.

Art. 16. Os fabricantes e importadores de pneus novos terão o prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da vigência desta Portaria, para adequarem processos de certificação de novas famílias de pneus a fim de atenderem às condições e o **layout** do Selo de Identificação da Conformidade, conforme Figura 2 do Anexo V desta Portaria.

Parágrafo único. Até o prazo fixado no **caput**, poderá ser mantido o Selo de Identificação da Conformidade conforme condições e **layout** da Figura 1 do Anexo V desta Portaria.

Art. 17. As famílias de pneus já certificadas até a data de vigência desta Portaria poderão ostentar o Selo de Identificação da Conformidade em atendimento às condições e **layout** da Figura 1 do Anexo V desta Portaria, considerado o disposto no item 4 do mesmo Anexo.

Cláusula de revogação

Art. 18. Ficam revogados:

I – Portaria Inmetro nº 83, de 13 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2008, seção 1, página 63, na data de vigência desta Portaria;

II – Portaria Inmetro nº 165, de 30 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2008, seção 1, página 55, em 23 de outubro de 2025;

III – Portaria Inmetro nº 205, de 17 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19, de junho de 2008, seção 1, página 94, na data de vigência desta Portaria;

IV - Portaria Inmetro nº 544, de 25 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2012, seção 1, página 77, na data de vigência desta Portaria;

V - Portaria Inmetro nº 538, de 11 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2013, seção 1, páginas 140 e 141, na data de vigência desta Portaria;

VI - Portaria Inmetro nº 365, de 22 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2015, seção 1, página 104, na data de vigência desta Portaria;

VII – Portaria Inmetro nº 251, de 3 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016, seção 1, página 45, na data de vigência desta Portaria;

VIII – Portaria Inmetro nº 329, de 21 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2020, seção 1, página 444, na data de vigência desta Portaria; e

IX - inciso XVI do art. 18º da Portaria nº 258 de 6 agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 7 de agosto de 2020, seção 1, página 25 na data de vigência desta Portaria.

Vigência

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2021, conforme o art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JÚNIOR

Presidente



ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA PNEUS NOVOS PARA MOTOCICLETAS, MOTONETAS E CICLOMOTORES.

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para pneus novos de motocicletas, motonetas e ciclomotores a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALAPA	Associação Latino Americana de Pneus e Aros
DP	Dual purpose
ETRTO	European Tyre and Rim Technical Organisation
JATMA	Japan Automobile Tyre Manufacturers Association
NBR	Norma Brasileira
NM	Norma Mercosul
NHS	Not for highway service
NHU	Not for highway use
MST	Multiservice tyre
M+S, M,S ou M&S	Mud and Snow
RTQ	Regulamento Técnico da Qualidade
TRA	The Tire and Rim Association of America

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR NM 224:2003	Conjunto pneumático – Terminologia
Manual Técnico ALAPA, 2021	Manual de Normas Técnicas da Associação Latino Americana de Pneus e Aros - ALAPA

Nota: O Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA é o documento de referência para os pneus objeto do escopo deste regulamento.

Poderão ser utilizados dados dos Manuais Técnicos da European Tyre and Rim Technical Organisation – ETRTO, The Tire and Rim Association of America - TRA e Japan Automobile Tyre Manufacturers Association - JATMA, no caso de serem omissos os constantes no Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA.

4. DEFINIÇÕES

Para efeito deste RTQ são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos citados no item 3.

4.1 Aro de medição

Aro utilizado no Conjunto de Ensaio, para a realização de todos os ensaios contemplados por esse Regulamento e conforme indicações nas tabelas apresentadas no Manual Técnico ALAPA.

4.2 Avarias

São os danos possíveis de ocorrer, quando o pneu é submetido aos ensaios dinâmicos (Velocidade sob Carga).

4.2.1 Arrancamentos

Desprendimento de borracha de qualquer parte do pneu.

4.2.2 Emenda aberta

Qualquer separação nas junções da banda de rodagem, dos ombros, dos flancos, das lonas, ou da camada de borracha no interior do pneu.

4.2.3 Rachadura

Quebras na borracha da banda de rodagem, dos flancos, dos talões ou da camada interna do pneu.

4.2.4 Separação do talão

Descolamento ou desagregação entre componentes na área do talão.

4.2.5 Separação no flanco

Separação entre componentes na área do flanco.

4.2.6 Separação nos cabos

Separação entre os materiais que envolvem os cabos.

4.2.7 Separação entre lonas

Qualquer descolamento entre lonas adjacentes.

4.2.8 Separação da banda de rodagem

Descolamento total ou parcial entre a banda de rodagem e lonas.

4.3 Conjunto de ensaio

Conjunto de elementos destinado à realização de ensaios nos pneus, composto de:

- a) Pneu a ser ensaiado.
- b) Aro de medição.
- c) Câmara de ar, válvula e protetor, se exigidos conforme utilização do pneu.

4.4 Descrição de serviço

Também conhecido como Código de Serviço, combinação do índice de carga e símbolo de velocidade, gravados no pneu.

4.5 Pneus Categoria C1

Pneus novos destinados a motocicletas, motonetas e ciclomotores.

4.6 Pressão de ensaio

Pressão a qual o pneu deve ser inflado para a realização dos ensaios, previstos neste Regulamento.

5. REQUISITOS GERAIS

- 5.1** Todo pneu deve ser projetado e fabricado de forma a não oferecer danos ao consumidor.
- 5.2** O pneu deve estar permanentemente marcado com informações que permitam sua rastreabilidade, em local de fácil visualização após a instalação no veículo.
- 5.3** Em cada unidade de pneu devem ser identificadas as suas especificações técnicas e as de rastreabilidade, gravadas, no flanco do pneu, em alto relevo de forma legível e indelével.

6. REQUISITOS TÉCNICOS

6.1. REQUISITOS DIMENSIONAIS

6.1.1 O pneu deve apresentar parâmetros dimensionais conforme as dimensões declaradas pelo fabricante, as quais devem estar de acordo com os valores indicados nas tabelas do Manual Técnico ALAPA.

6.1.2 As dimensões máximas do pneu devem estar de acordo com os valores especificados na coluna “em serviço” apresentado nas tabelas do Manual Técnico ALAPA

6.1.2.1 Para pneus gravados “MST” ou “DP” admite-se uma largura da seção do pneu em até 25% acima da largura dos valores especificados nas tabelas do Manual Técnico ALAPA

6.1.2.2 As dimensões mínimas do pneu devem estar de acordo com os valores especificados no Manual Técnico ALAPA, admitindo-se as tolerâncias conforme Tabela 1.

Tabela 1: Tolerâncias máximas admissíveis para os parâmetros dimensionais de pneus para motocicletas

Largura Nominal da Seção do Pneu	Largura Total da Seção do Pneu	Diâmetro Externo do Pneu
< = 100 mm	- 4 mm	- 3 % do (\emptyset de projeto – \emptyset nominal do aro)
> 100 mm	- 4 %	

6.2 VELOCIDADE SOB CARGA

6.2.1 Um pneu, quando submetido a esforços de velocidade sob carga não pode apresentar qualquer das seguintes avarias: arranchamentos, emenda aberta, rachadura, ruptura de cabos, separação de cabos, separação do talão, separação dos flancos, separação entre lonas e separação na banda de rodagem.

~~**6.2.2** A medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizada, no mínimo, após seis horas do término do ensaio de velocidade sob carga. O valor medido não deve exceder 3,5% do valor medido do diâmetro externo original.~~

6.2.2 A medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizada, no mínimo, após seis horas do término do ensaio de velocidade sob carga. O valor medido não deve exceder 3,5% do valor verificado na medição inicial.

[Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022](#)

6.2.3 A largura total da seção do pneu medida após o término do ensaio de velocidade sob carga, não deve exceder o valor indicado, do item 6.1.

6.3 RAO DINÂMICO

6.3.1 O pneu destinado a categoria de utilização normal ou de uso misto, exclusivamente do tipo de construção diagonal, que contemple índices de velocidade L e acima deve apresentar diâmetro medido, após submetido a esforços de velocidade sob carga, inferior ao diâmetro máximo permitido, conforme a expressão:

$$\text{Diâmetro Máximo Permitido} = d + 2 \times H_{\text{dyn}}$$

Onde:

d = Diâmetro do Aro

H_{dyn} (Altura Dinâmica da Seção do Pneu) = determinada em função do símbolo de velocidade, da categoria de uso e H (altura da seção do pneu), na forma apresentada nas Tabelas 2, 3 e 4 e considerada a Tabela 5:

Tabela 2: Pneus com símbolo de velocidade L, M, N, P, Q, R e S

Categoria de Uso	
Normal	Misto
H x 1,10	H x 1,15

Tabela 3: Pneus com símbolo de velocidade T, U e H

Categoria de Uso	
Normal	Misto
H x 1,13	H x 1,18

Tabela 4: Pneus com símbolo acima de 210 km/h

Categoria de Uso	
Normal	Misto
H x 1,16	-

Obs.: H= Largura Nominal x Série / 100

Tabela 5: Relação entre as medidas do diâmetro do aro do pneu em polegadas x milímetros

Diâmetro do Aro (d)	
Pol	mm
4	102
5	127
6	152
7	178
8	203
9	229
10	254
11	279
12	305
13	330
14	356
15	381
16	406
17	432
18	457
19	483
20	508
21	533
22	559
23	584

Nota: Este requisito não se aplica em pneus de construção do tipo Radial, nem aos que possuem estrutura reforçada.

7. REQUISITOS DE MARCAÇÕES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO PRODUTO

7.1 Marca e denominação registrada do fabricante.

Os pneus devem possuir a marca e denominação registrada do fabricante.

7.2 Dimensões do pneu

A designação da dimensão do pneu deve ser constituída pelas medidas nominais da largura da seção e do diâmetro interno do pneu, podendo incluir a relação nominal de aspecto (série) entre as duas medidas. As possíveis formas de designação de dimensão estão estabelecidas no Manual de Normas Técnicas da ALAPA.

Exemplo:

140/80 R 17

140 – Indica a largura nominal do pneu expressa milímetros.

80 – Relação nominal de aspecto (série).

17 – Indica o diâmetro interno do pneu expressa em polegadas.

R – A letra “R” indica o tipo de construção “Radial”.

7.3 Tipo de estrutura ou de construção do pneu.

7.3.1 Para os pneus de estrutura diagonal, a simbologia “-” ou a letra “D” situada antes da indicação do diâmetro do aro.

7.3.2 Para os pneus de estrutura radial, a letra “R” situada antes da indicação do diâmetro do aro.

7.3.3 Para os pneus de estrutura diagonal cintada, a letra “B” situada antes da indicação do diâmetro do aro ou as palavras “DIAGONAL CINTADO” ou “BIAS-BELTED”.

7.3.4 Quando o pneu for do tipo que possua estrutura reforçada deve ser empregada ao menos uma das seguintes siglas: “REFORÇADO”, “REINFORCED”, “REINF”, “EXTRA LOAD”, “XL”.

7.3.5 O termo “SEM CÂMARA” e/ou “TUBELESS”, deve ser usado quando se tratar de pneu projetado para uso sem câmara.

7.3.6 A sigla “NHS” (**not for highway service**) ou “NHU” (**not for highway use**), deve ser empregada quando se tratar de pneu para uso em competição.

7.3.7 O termo “CICLOMOTOR” ou “MOPED” ou “CICLOMOTORE” ou “CYCLOMOTEUR”, deve ser usado quando se tratar de pneu para ciclomotor.

7.3.8 As siglas “MST” (**multiservice tyre**) ou “DP” (**dual purpose**), devem ser utilizadas quando se tratar de pneu para uso misto.

7.3.9 A sigla “M+S” ou “M,S” ou “M&S”, deve ser empregada quando se tratar de pneu para uso em lama ou neve.

7.3.10 No caso de pneus com desenho de banda de rodagem com sentido de rotação, deve ser usada uma seta indicando sentido correto.

7.4 Índice de velocidade do pneu

7.4.1 Também chamado “Índice de Velocidade” ou “Código de Velocidade”, indica a velocidade máxima permitida para o pneu, devendo ser marcado conforme Manual Técnico da ALAPA

7.4.2 Os pneus concebidos para velocidades superiores a 240 km/h devem ser identificados com o índice de categoria de velocidade apropriado em sua designação: “V”, “VB”, “VR”, “ZB” ou “ZR”.

Exemplos:

120/60 VR 17 - pneu radial para velocidade superior a 240 km/h

120/60 ZR 17 - pneu radial para velocidade superior a 270 km/h

7.4.3 Os pneus concebidos para velocidades que excedem 240 km/h, que levam em sua designação as marcações de categoria de velocidade “V”, “VB” ou “VR” devem contemplar, entre parênteses, a descrição de serviço, onde o símbolo de velocidade é “V”.

Exemplo: 120/60 VR 17 (55V)

7.4.4 Os pneus concebidos para velocidades que excedem 270 km/h, que levam em sua designação as marcações de categoria de velocidade “ZB” ou “ZR” devem contemplar, entre parênteses, a descrição de serviço, onde o símbolo de velocidade é “W”.

Exemplo: 120/60 ZR 17 (55W)

7.5 Índice de Capacidade de Carga do pneu

O número que determina a capacidade de carga que o pneu pode ser submetido, conforme indicado no Manual Técnico da ALAPA, deve ser marcado no produto.

Nota: O índice de capacidade de carga sempre está associado a um determinado índice de velocidade.

7.6 Indicadores de Desgaste da Banda de Rodagem

7.6.1 Os indicadores de desgaste devem ser identificados pela sigla “TWI”, ou por meio de um triângulo (▲), ou por uma seta disposta radialmente no pneu, ou ainda por um símbolo indicado pelo fabricante. Esta identificação deve estar gravada na região dos ombros do pneu.

7.6.2 No caso de pneus para motocicleta e motoneta, a banda de rodagem deve incluir, pelo menos, três filas transversais de indicadores de desgaste, dispostas aproximadamente a intervalos iguais e situadas nas cavidades em sua zona central. Os indicadores de desgaste devem ser colocados de maneira a não serem confundidos com saliências de borracha entre os frisos ou blocos da banda de rodagem.

7.6.3 No caso de pneus de dimensões adequadas para montagem em aros de diâmetro nominal inferior ou igual a 304,8 mm. (12’), se aceitará duas filas de indicadores de desgaste da banda de rodagem.

7.6.4 Os indicadores de desgaste da banda de rodagem devem advertir visualmente quando as profundidades das cavidades correspondentes da banda de rodagem estiverem reduzidas a 0,8 mm.

7.6.5 Estão dispensados dos indicadores de desgaste, os pneus com desenhos da banda de rodagem destinados ao uso em terrenos inconsistentes (fora de estrada), com lama ou barro, ou seja, aqueles constituídos com típicas barras transversais de tração, uma vez que esses pneumáticos permitem a fácil visualização de profundidade de sulco remanescente.

7.7 Data e país de fabricação

7.7.1 A marcação da data de fabricação deve ser feita utilizando-se de grupo de quatro algarismos sendo que os dois primeiros indicam, cronologicamente, a semana de fabricação e os dois últimos indicam o ano de produção.

7.7.2 Deve ser marcado o país de fabricação do pneu.



ANEXO II - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DE PNEUS NOVOS PARA AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS, DE USO MISTO E REBOCADOS

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para pneus novos de automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e seus rebocados a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALAPA	Associação Latino Americana de Pneus e Aros
EMT	Extended Mobility Tyre
ETRTO	European Tyre and Rim Technical Organisation
JATMA	Japan Automobile Tyre Manufacturers Association
TRA	The Tire and Rim Association of America
SST	Self Supporting Tyre
XL	Extra Load

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR NM 224:2003	Conjunto pneumático – Terminologia
ISO 10844:2014	Acoustics – Specification of test tracks for measuring noise emitted by road vehicles and their tyres
ISO 13325:2019	Tyres – Coast by methods for measurement of tyre to road sound emission
ISO 15222:2011	Truck and bus tyres – Method for measuring relative wet grip performance – Loaded new tyres
ISO 16992:2018	Passenger car tyres – Spare unit substitutive equipment (SUSE)
ISO 23671:2015	Passenger Car Tyres – Method for measuring relative wet grip performance – Loaded new tyres
ISO 28580:2018	Passenger Car, Truck and Bus Tyres – Methods of measuring rolling resistance – Single point test and correlation of measurement results
UNECE Regulation Nº 117	Uniform Provisions concerning the Approval of Tyres with regard to Rolling Sound Emissions and to Adhesion on Wet Surfaces and/or to Rolling Resistance
Manual Técnico ALAPA, 2021	Manual de Normas Técnicas da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA

ABNT NBR NM 224:2003	Conjunto pneumático – Terminologia
ISO 10844:2014	Acoustics – Specification of test tracks for measuring noise emitted by road vehicles and their tyres
ISO 13325:2019	Tyres – Coast-by methods for measurement of tyre-to-road sound emission
ISO 16992:2018	Passenger car tyres – Spare unit substitutive equipment (SUSE)
ISO 23671:2015	Passenger Car Tyres – Method for measuring relative wet grip performance – Loaded new tyres
ISO 28580:2018	Passenger Car, Truck and Bus Tyres – Methods of measuring rolling resistance – Single point test and correlation of measurement results
UNECE Regulation Nº 117	Uniform Provisions concerning the Approval of Tyres with regard to Rolling Sound Emissions and to Adhesion on Wet Surfaces and/or to Rolling Resistance
Manual Técnico ALAPA	Manual de Normas Técnicas da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA

[Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022](#)

Nota: O Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA é o documento de referência para os pneus objeto do escopo deste regulamento.

Poderão ser utilizados dados dos Manuais Técnicos da European Tyre and Rim Technical Organisation – ETRTO, The Tire and Rim Association of America - TRA e Japan Automobile Tyre Manufacturers Association - JATMA, no caso de serem omissos os constantes no Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA.

4. DEFINIÇÕES

Para efeito deste Regulamento devem ser adotadas as definições a seguir, complementadas pelas contidas no Anexo I e nos documentos listados no item 3.

4.1 Pneus Categoria C2

Pneus novos destinados a automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e seus rebocados.

4.2 Pneu para competição

Pneu destinado para uso exclusivo em competições.

4.3 Pneu para mobilidade estendida

Também conhecido como autoportante, apresenta características técnicas específicas que permitem ao pneu rodar, a uma velocidade de 80km/h, por uma distância de 80 km, quando na ausência de pressão.

4.4 Pneu para uso em veículo de coleção

Pneu para ser empregado apenas em veículos antigos, aquele que, mesmo tendo sido fabricados a mais de trinta anos, conservam suas características originais de fabricação e possuem valor histórico próprio.

4.5 Pneu para uso fora de estrada

Pneu com banda de rodagem especial para utilização fora de vias públicas.

4.6 Sistema de mobilidade estendida

Conjunto de elementos que funcionam de maneira interdependentes, compreendendo um pneu essencialmente capaz de preservar a integridade de sua estrutura quando a pressão de inflação for compreendida entre 0 e 70 kPa. Neste tipo de Sistema de Mobilidade Estendida, são utilizados aros específicos conforme determinado no Manual Técnico da ALAPA.

4.7 Void to fill ratio

A razão entre a área de vazios em uma superfície de referência e a área desta superfície de referência calculada a partir do desenho do molde, ou seja, o percentual de espaços vazios na área de contato do desenho da banda de rodagem do pneu com o solo.

5. REQUISITOS GERAIS

Todo pneu deve ser projetado e fabricado de forma a não oferecer riscos ao consumidor.

5.1 Marcações no pneu

O pneu deve estar permanentemente marcado com informações que permitam sua rastreabilidade, em local de fácil visualização após a instalação no veículo. Em cada unidade de pneu, devem ser identificadas as suas especificações técnicas e as de rastreabilidade, gravadas no seu flanco, em alto relevo de forma legível e indelével.

5.1.1 Identificação

5.1.1.1 Marca e denominação registrada do fabricante.

5.1.2 Designação da dimensão do pneu

5.1.2.1 A designação da dimensão do pneu deve ser constituída pelas medidas nominais da largura da seção e do diâmetro interno do pneu, podendo incluir a relação nominal de aspecto (série) entre as duas medidas e deve ser gravada com uma altura mínima de 6 mm.

5.1.2.2 As possíveis formas de designação de dimensão estão estabelecidas nas tabelas apresentadas no Manual Técnico ALAPA.

Exemplos:

5.60 – 15

5.60 – Indica a largura nominal do pneu expressa em polegadas.

15 – Indica o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

“-“ - Indica o tipo de construção “Diagonal”

155 – 15

155 – Indica a largura nominal do pneu expressa em milímetros.

15 – Indica o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

“-“ - Indica o tipo de construção “Diagonal”

175/70 R 13

175 – Indica a largura nominal do pneu expressa milímetros.

70 – Relação Nominal de Aspecto.

R – Indica o tipo de construção “Radial”.

13 – Indica o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

195 – 620 R420A

195 – Indica a largura nominal do pneu expressa milímetros.

620 – Indica o diâmetro externo do pneu expresso em milímetros.

R – Indica o tipo de construção “Radial”.

420 – Indica o diâmetro nominal do aro em milímetros.

A – Indica a configuração do aro de montagem tipo “A”, podendo ser utilizado em Sistema Mobilidade Estendida.

5.1.3 Tipo de estrutura ou de construção do pneu

5.1.3.1 A designação do tipo de estrutura ou construção do pneu deve ser gravada com uma altura mínima de 6 mm.

5.1.3.2 Para os pneus de estrutura diagonal, a simbologia “–” ou a letra “D” situada antes da indicação do diâmetro do aro.

5.1.3.3 Para os pneus de estrutura radial, a letra “R” situada antes da indicação do diâmetro do aro.

5.1.3.4 Para os pneus de estrutura radial concebido para velocidades acima de 240 km/h e até 300 km/h. (símbolo de categoria de velocidade “W” ou “Y”), a letra “R” colocada antes da indicação do diâmetro do aro pode ser substituída pela gravação “ZR”.

5.1.3.5 Para os pneus concebidos para velocidades superiores a 300 km/h, deve ser gravado “ZR” antes da indicação do diâmetro do aro. Deve ser gravado também o índice de capacidade de carga e o símbolo de categoria de velocidade “Y” entre parênteses, por exemplo: (95Y).

5.1.3.6 Para os pneus de estrutura diagonal cintada, a letra “B” situada antes da indicação do diâmetro do aro e, além disso, as palavras “Diagonal Cintado” ou “Bias-Belted”.

5.1.3.7 Quando o pneu for do tipo que possua estrutura reforçada deve ser empregada ao menos um dos seguintes termos: “Reforçado”, “Reinforced”, “Reinf”, “Extra Load”, “XL”.

5.1.3.8 O termo “Sem Câmara” e/ou “Tubeless”, quando se tratar de pneu projetado para uso sem câmara.

5.1.3.9 Pneus assimétricos devem possuir uma identificação, do lado correto para a montagem do pneu no aro.

5.1.3.10 As marcações para pneus para mobilidade estendida devem ser conforme a seguir:

5.1.3.10.1 Pneus utilizados em Sistema de Mobilidade Estendida, que adotem aro tipo “A”, conforme Manual Técnico ALAPA, a letra “A” deve ser gravada no pneu após a identificação do diâmetro nominal do aro, como por exemplo: 195 – 620 R420A.

5.1.3.10.2 Pneus para mobilidade estendida que atendam às características para SST, previstas no item 3.2 da norma ISO 16992:2018, devem ter a gravação da letra “F” antes da identificação do diâmetro nominal do aro, como por exemplo, 225/45RF17, bem como ser marcados com o pictograma definido no Anexo A deste RTQ.

5.1.3.10.3 Pneus para mobilidade estendida que atendam às características para EMT, prevista no item 3.3 da norma ISO 16992:2018, devem ser marcados com o pictograma definido no Anexo B deste RTQ.

5.1.3.11 No caso de pneus com desenho de banda de rodagem com sentido de rotação, uma indicação (seta) mostrando o sentido correto, deve ser gravada no ombro ou flanco do pneu.

5.1.4 Indicadores de Capacidade de Carga

Corresponde à carga que o pneu deve suportar quando montado em um veículo e utilizado em conformidade com as especificações estabelecidas pelo fabricante do pneu, podendo ser expresso por:

a) Índice de carga: determina a capacidade de carga que o pneu pode ser submetido, conforme indicado no Manual Técnico da ALAPA

Nota: o índice de capacidade de carga sempre está associado a um determinado índice de velocidade.

b) Pelo seu equivalente em quantidade de lonas, conforme indicado no Manual Técnico da ALAPA, definido por uma das seguintes expressões: “cap. lonas”, “cap. carga”, “lonas cap.”, “cap. telas”, “**ply rating**”, “PR”, “**load range**” ou “**load capacity**”, associadas ao tamanho do pneu.

5.1.5 Símbolo de Categoria de Velocidade

Também chamado “Índice de Velocidade” ou “Código de Velocidade”. Indica a velocidade máxima permitida para o pneu, conforme Manual Técnico da ALAPA

5.1.6 Indicadores de Desgaste da Banda de Rodagem

5.1.6.1 As profundidades das cavidades da banda de rodagem são limitadas a um desgaste máximo, o qual deve ser determinado por indicadores visuais presentes na banda de rodagem dos pneus.

5.1.6.2 Os indicadores de desgaste devem ser identificados pela sigla “**TWI**”, ou por meio de um triângulo (▲), ou por uma seta disposta radialmente no pneu, ou ainda por um símbolo indicado pelo fabricante. Esta identificação deve estar gravada na região dos ombros do pneu.

5.1.6.3 A banda de rodagem deve incluir, pelo menos, seis filas transversais de indicadores de desgaste, dispostas aproximadamente a intervalos iguais e situadas nas cavidades em sua zona central que cobre aproximadamente $\frac{3}{4}$ (três quartos) da largura da mesma. Os indicadores de desgaste devem ser colocados de maneira a não serem confundidos com saliências de borracha entre os blocos da banda de rodagem.

5.1.6.4 No caso de pneus de dimensões adequadas para montagem em aros de diâmetro nominal inferior ou igual a 12” (304,8 mm), se aceitará quatro filas de indicadores de desgaste da banda de rodagem.

5.1.6.5 Os indicadores de desgaste da banda de rodagem devem advertir visualmente quando a profundidade das cavidades correspondentes da banda de rodagem estiverem reduzidas a 1,6 mm, com tolerância de +0,6 mm.

5.1.7 Data e país de fabricação

5.1.7.1 A marcação da data de fabricação deve ser gravada utilizando-se de grupo de quatro algarismos, com uma altura mínima de 4 mm, sendo que os dois primeiros indicam, cronologicamente, a semana de fabricação e os dois últimos indicam o ano de produção.

5.1.7.2 Deve ser marcado o país de fabricação do pneu.

6. REQUISITOS TÉCNICOS

6.1 REQUISITOS DIMENSIONAIS

6.1.1 O pneu deve apresentar parâmetros dimensionais conforme as dimensões declaradas pelo fabricante, que devem estar de acordo com os valores indicados nas tabelas do Manual Técnico ALAPA, admitindo as tolerâncias dimensionais conforme segue na Tabela 1:

Tabela 1: Tolerâncias dimensionais para verificação dimensional em pneus de automóveis de passageiros, uso misto e seus rebocados

Tipo de Estrutura	Largura Total da Seção do Pneu	Diâmetro Externo do Pneu
Diagonal	+ 7 %	± 2 % ⁽²⁾
Radiais Milimétricos	- 4 % ⁽¹⁾	± 3 % do (\varnothing externo - \varnothing interno do aro) ⁽³⁾

Radiais P. Métricos	$\pm 4\%$ ⁽¹⁾	$\pm 3\%$ do (\varnothing externo – \varnothing interno do aro) ⁽³⁾
---------------------	--------------------------	---

Nota 1: Para projetos anteriores a 1995, a tolerância é de $\pm 5\%$.

Nota 2: O diâmetro externo dos pneus novos diagonais utilizados em “serviços especiais” (lama e neve) desde que o fabricante evidencie a aplicação do mesmo ou através de especificações técnicas, podem exceder em até 2% em relação aos valores máximos dos pneus normais.

Nota 3: O diâmetro externo dos pneus novos radiais utilizados em “serviços especiais” (lama e neve), desde que o fabricante evidencie a aplicação do mesmo ou através de especificações técnicas, podem exceder em até 1% em relação aos valores máximos dos pneus normais.

6.1.2. A largura total da seção de pneus que contemplam nervuras ou cordões de proteção, pode ser superada em 8 mm dos valores máximos acima citados.

6.1.3 Para pneus de montagem em aros tipo “A” (Sistema Mobilidade Estendida) a largura total da seção, medida na parte inferior do pneu (região dos talões) deve ser igual a medida do aro indicada nos Manuais Técnicos acrescido de 20 mm.

6.1.4 Para pneus de uso temporário:

6.1.4.1 Largura total da seção do pneu: + 10 mm.

6.1.4.2 Diâmetro externo do pneu: +16 mm.

6.2 VELOCIDADE SOB CARGA

6.2.1 O pneu, sob condições de velocidade sob carga, não deve apresentar nenhuma das seguintes avarias: arrancamentos, emenda aberta, rachadura, ruptura de cabos, separação de cabos, separação do talão, separação dos flancos, separação entre lonas e separação na banda de rodagem.

6.2.1.1 Um pneu que leva o símbolo de categoria de velocidade "Y", após submetido aos esforços de velocidade sob carga, apresentar na banda de rodagem bolhas superficiais, será considerado como satisfeito ao requisito.

6.2.1.2 Um pneu para mobilidade estendida não deve apresentar diminuição da altura da seção, quando comprimida, superior a 20 % e separação entre a banda de rodagem e seus flancos, na sequência dos requisitos definidos nos itens 7.1 e 7.2 da ISO 16992:2018.

~~**6.2.2** O valor de medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizado, no mínimo, após seis horas de velocidade sob carga, não podendo exceder 3,5% do valor do diâmetro externo original.~~

[Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022](#)

6.2.2 O valor de medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizado, no mínimo, após seis horas de velocidade sob carga, não podendo exceder 3,5% do valor verificado na medição inicial.

6.2.3 Os pneus que atendam às características para SST ou aqueles equipados com aro de suporte interno (**internal support rim**), conforme previsto nos itens 3.2 e 3.4 da norma ISO 16992:2018, respectivamente, devem ser avaliados segundo metodologia e critérios de aceitação previstos no item 7.1 da referida norma.

6.2.4 Os pneus que atendam às características para EMT prevista no item 3.3 da norma ISO 16992:2018 devem ser ensaiados e avaliados segundo metodologia e critérios de aceitação previstos no item 7.2 da mesma norma.

6.3 REQUISITOS DE DESEMPENHO

6.3.1 Os pneus para automóveis de passageiros, uso misto e seus rebocados devem atender aos requisitos de desempenho de resistência ao rolamento, aderência em pista molhada e emissão sonora, de acordo com os critérios definidos nas respectivas normas de referência e reproduzidos na Tabela 2.

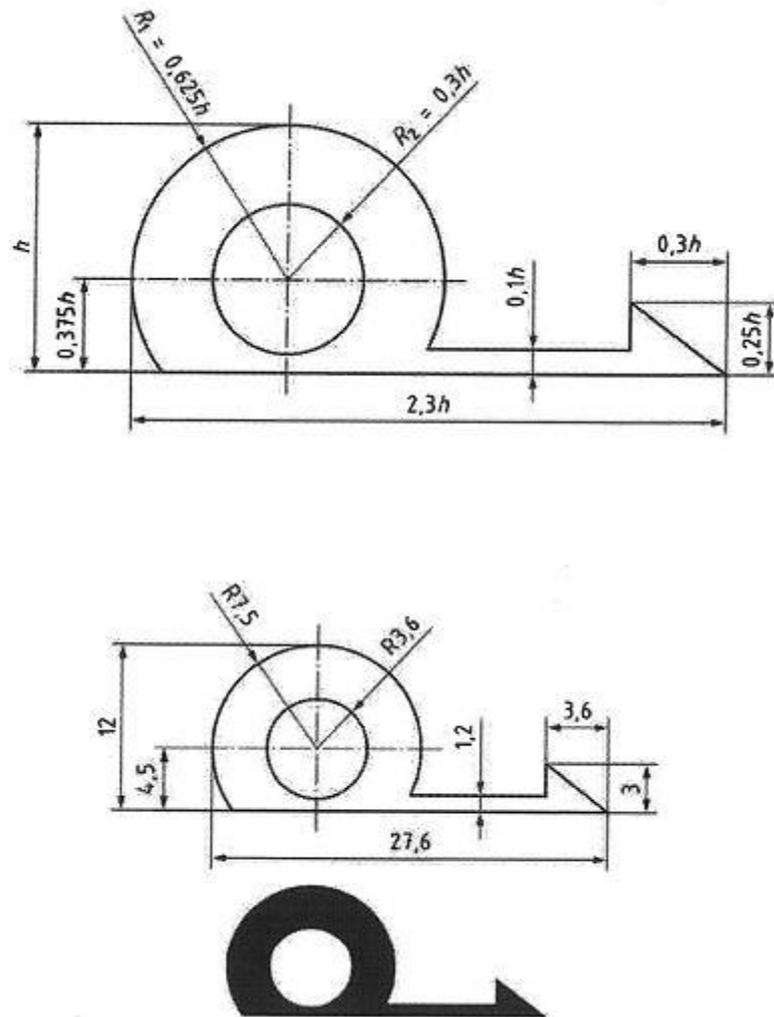
Tabela 2: Requisitos de desempenho para pneus Categoria C2.

Requisitos	Parâmetros
Coeficiente de resistência ao rolamento avaliado de acordo com a norma ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 6 e suas eventuais substitutivas	mínimo 12,0
Coeficiente de aderência em pista molhada avaliado de acordo com as normas ISO 23671, ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 5 e suas eventuais substitutivas	mínimo 1,10
Limite máximo de nível de pressão sonora (ruído) avaliado de acordo com a norma ISO 10844, ISO 13325 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 3 e suas eventuais substitutivas	máximo 75 dB(A)

Requisitos	Parâmetros
Coeficiente de resistência ao rolamento avaliado de acordo com a norma ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 6	máximo 12,0
Coeficiente de aderência em pista molhada avaliado de acordo com a norma ISO 23671, ou Regulamento UN Nº 117, anexo 5	mínimo 1,10
Limite máximo de nível de pressão sonora (ruído) avaliado de acordo com a norma ISO 10844, ISO 13325 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 3 e suas eventuais substitutivas	máximo 75 dB(A)

Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022

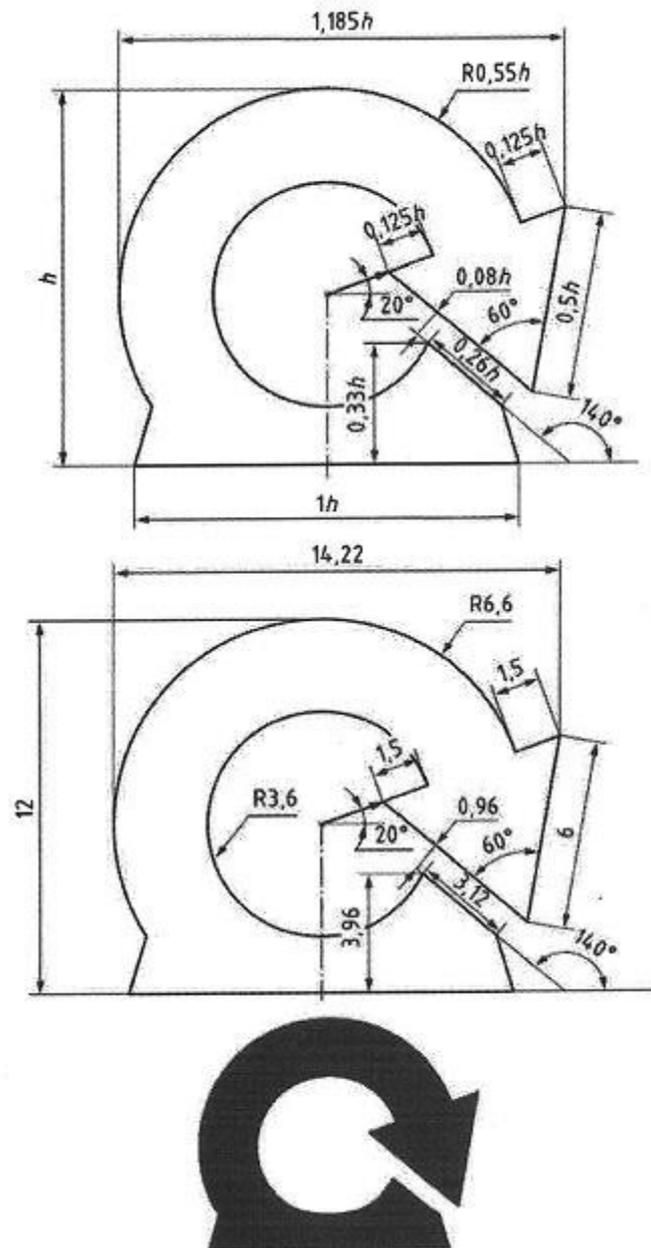
Anexo A

**Legenda:**

Dimensões em milímetros

 h altura do pictograma R_1, R_2 raio do círculoNota: O pictograma deve ter h no mínimo de 12 mm.**Figura 1**Símbolo pneu SST – **Self Supporting Tyre**

Anexo B

**Legenda:**

Dimensões em milímetros

h altura do pictograma

Nota: O pictograma deve ter h no mínimo de 12 mm.

Figura 2

Símbolo pneu EMT – **Extended Mobility Tyre**



ANEXO III - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE DE PNEUS NOVOS PARA VEÍCULOS COMERCIAIS, COMERCIAIS LEVES E REBOCADOS

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para pneus novos para veículos comerciais, comerciais leves e rebocados a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALAPA	Associação Latino Americana de Pneus e Aros
ETRTO	European Tyre and Rim Technical Organisation
JATMA	Japan Automobile Tyre Manufacturers Association
NBR	Norma Brasileira
NM	Norma Mercosul
RTQ	Regulamento Técnico da Qualidade
TRA	The Tire and Rim Association of America

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR NM 224:2003	Conjunto pneumático – Terminologia
Manual Técnico ALAPA, 2021	Manual de Normas Técnicas da Associação Latino Americana de Pneus e Aros - ALAPA

Nota: O Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA é o documento de referência para os pneus objeto do escopo deste regulamento.

Poderão ser utilizados dados dos Manuais Técnicos da European Tyre and Rim Technical Organisation – ETRTO, The Tire and Rim Association of America - TRA e Japan Automobile Tyre Manufacturers Association - JATMA, no caso de serem omissos os constantes no Manual Técnico da Associação Latino Americana de Pneus e Aros – ALAPA.

4. DEFINIÇÕES

Para efeito deste Regulamento Técnico da Qualidade, são adotadas as definições dos Anexos I e II e as constantes dos documentos listados no item 3, além das definições a seguir.

4.1 Pneus Categoria C3

Pneus novos destinados a veículos comerciais leves e seus rebocados.

4.2 Pneus Categoria C4

Pneus novos destinados a veículos comerciais e seus rebocados.

5. REQUISITOS GERAIS

Todo pneu deve ser projetado e fabricado de forma a não oferecer danos ao consumidor.

5.1 Marcações no pneu

O pneu deve estar permanentemente marcado com informações que permitam sua rastreabilidade, em local de fácil visualização após a instalação no veículo.

Em cada unidade de pneu devem ser identificadas as suas especificações técnicas e as de rastreabilidade, gravadas, no flanco do pneu, em alto relevo de forma legível e indelével.

5.1.1 Identificação

Marca e denominação registrada do fabricante.

5.1.2 Designação da dimensão do pneu

5.1.2.1 A designação da dimensão do pneu deve ser constituída pelas medidas nominais da largura da seção e do diâmetro interno do pneu, podendo incluir a relação nominal de aspecto (série) entre as duas medidas e deve ser gravada com uma altura mínima de 6 mm.

5.1.2.2 As possíveis formas de designação de dimensão estão estabelecidas nas tabelas apresentadas no Manual Técnico ALAPA

Exemplos:

11.00 – 22

11.00 – Indica a largura nominal do pneu expressa em polegadas.

22 – Indica o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

“-“- Indica o tipo de construção “Diagonal”

11R22.5

11 – Indica a largura nominal do pneu expressa em polegadas.

R – A letra “R” indica o tipo de construção “Radial”.

22.5 – Indica o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

295/80R22.5

295 – Indica a largura nominal do pneu expressa em milímetros.

80 – Indica a relação nominal de aspecto (série).

R – A letra “R” indica o tipo de construção “Radial”.

22.5 – Indica o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

5.1.3 Tipo de estrutura ou de construção do pneu

A designação do tipo de estrutura ou construção do pneu deve ser gravada com uma altura mínima de 6 mm.

5.1.3.1 Para os pneus de estrutura diagonal, a simbologia “-” ou a letra “D” situada antes da indicação do diâmetro do aro;

5.1.3.2 Para os pneus de estrutura radial, a letra “R” situada antes da indicação do diâmetro do aro;

5.1.3.3 Quando o pneu for do tipo que possua estrutura reforçada deve ser empregada ao menos uma das seguintes siglas: “REFORÇADO”, “**REINFORCED**”, “**REINF**”, “**EXTRA LOAD**”, “**XL**”.

5.1.3.4 Sigla “SEM CÂMARA” e/ou “**TUBELESS**”, quando se tratar de pneu projetado para uso sem câmara.

5.1.3.5 Sigla “**C**” ou “**LT**” junto à identificação da designação do pneu, no caso de pneus destinados a veículos comerciais, conforme estabelecido no Manual Técnico ALAPA.

5.1.3.6 No caso de pneus com desenho de banda de rodagem com sentido de rotação, uma indicação (seta) mostrando o sentido correto, deve ser gravada no ombro ou flanco do pneu.

5.1.3.7 No caso de pneus que permite à operação de ressulcagem a sigla “**RESSULCÁVEL**” e/ou “**REGROOVABLE**”.

5.1.4 Indicadores de Capacidade de Carga

Corresponde à carga que o pneu deve suportar quando montado em um veículo e utilizado em conformidade com as especificações estabelecidas pelo fabricante do pneu, podendo ser expresso por:

a) índice de carga: número que determina a capacidade de carga que o pneu pode ser submetido, conforme indicado no Manual Técnico da ALAPA.

Nota: o índice de capacidade de carga sempre está associado a um determinado índice de velocidade.

b) pelo seu equivalente em quantidade de lonas, conforme indicado no Manual Técnico da ALAPA, definido por uma das seguintes expressões: “cap. lonas”, “cap. carga”, “lonas cap.”, “cap. telas”, “**ply rating**”, “**PR**”, “**load range**” ou “**load capacity**”, associadas ao tamanho do pneu.

5.1.5 Símbolo De Categoria De Velocidade

Também chamado “Índice de Velocidade” ou “Código de Velocidade”. Indica a velocidade máxima permitida para o pneu, conforme Manual Técnico da ALAPA.

5.1.6 Indicadores de desgaste da banda de rodagem

5.1.6.1 As profundidades das cavidades da banda de rodagem serão limitadas a um desgaste máximo o qual será determinado por indicadores visuais colocados nos pneus.

5.1.6.2 Os indicadores de desgaste devem ser identificados pela sigla “**TWI**”, ou por meio de um triângulo (▲), ou por uma seta disposta radialmente no pneu, ou ainda por um símbolo indicado pelo fabricante. Esta identificação deve estar gravada na região dos ombros do pneu.

5.1.6.3 A banda de rodagem deve incluir, pelo menos, seis filas transversais de indicadores de desgaste, dispostas aproximadamente a intervalos iguais e situadas nas cavidades em sua zona central que cobre aproximadamente $\frac{3}{4}$ (três quartos) da largura da mesma. Os indicadores de desgaste devem ser colocados de maneira a não serem confundidos com saliências de borracha entre os blocos da banda de rodagem.

5.1.6.4 No caso de pneus de dimensões adequadas para montagem em aros de diâmetro nominal inferior ou igual a 12” (304,8 mm), se aceitará quatro filas de indicadores de desgaste da banda de rodagem.

5.1.6.5 Os indicadores de desgaste da banda de rodagem devem advertir visualmente quando a profundidade das cavidades correspondentes da banda de rodagem estiverem reduzidas a 1,6 mm, com tolerância + 0,6mm.

5.1.7 Data e país de fabricação

5.1.7.1 Data de fabricação: grupo de quatro algarismos, com uma altura mínima de 4 mm, sendo que os dois primeiros indicam, cronologicamente, a semana e os dois últimos indicam o ano de fabricação.

5.1.7.2 Deve ser marcado o país de fabricação do pneu.

6. REQUISITOS TÉCNICOS

6.1. REQUISITOS DIMENSIONAIS

6.1.1 O pneu deve ser apresentar parâmetros dimensionais conforme as dimensões declaradas pelo fabricante, que devem estar de acordo com os valores indicados nas tabelas do Manual Técnico ALAPA, admitindo-se as tolerâncias dimensionais conforme Tabela 1.

Tabela 1: Tolerâncias admissíveis para os parâmetros dimensionais de pneus das categorias C3 e C4

Tipo de estrutura	Largura total da seção do pneu	Diâmetro externo do pneu
Todas	- 4% / + 8%	± 2%

6.1.2. A largura total da seção de pneus que contemplam nervuras ou cordões de proteção pode ser superada em 8 mm dos valores máximos acima citados.

6.1.3 O diâmetro externo dos pneus novos utilizados em “serviços especiais”, M+S, aplicações urbanas, mistas e pneus exclusivos para eixos de tração, desde que o fabricante evidencie a aplicação do mesmo ou através de especificações técnicas, podem exceder em até 1% em relação aos valores máximos dos pneus normais.

6.2 VELOCIDADE SOB CARGA

6.2.1 Um pneu sob condições de velocidade sob carga, não deve apresentar nenhuma das seguintes avarias: arrancamentos, emenda aberta, rachadura, ruptura de cabos, separação de cabos, separação do talão, separação dos flancos, separação entre lonas e separação na banda de rodagem.

6.2.2 A medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizada, no mínimo, após seis horas do término do ensaio de velocidade sob carga. O valor medido não deve exceder 3,5% do valor medido do diâmetro externo antes do ensaio.

6.3 REQUISITOS DE DESEMPENHO

6.3.1 O fornecedor deve declarar o desempenho do pneu para veículos comerciais, comerciais leves e seus rebocados com relação aos parâmetros de resistência ao rolamento, aderência em pista molhada e emissão sonora.

6.3.2 Os pneus para veículos comerciais, comerciais leves e seus rebocados devem atender aos limites de resistência ao rolamento, aderência em pista molhada e de emissão sonora, de acordo com os critérios definidos nas respectivas normas de referência e reproduzidos na Tabela 2.

Tabela 2: Requisitos de desempenho para pneus das categorias C3 e C4

Requisitos de desempenho	Pneus Categoria C3	Pneus Categoria C4
Coeficiente mínimo de resistência ao rolamento avaliado de acordo com a norma ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 6	10,5	8,0
Coeficiente mínimo de aderência em pista molhada avaliado de acordo com as normas ISO 23671, ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 5	0,95	0,65
Limite máximo de nível de pressão sonora (ruído) avaliado de acordo com a norma ISO 10844, ISO 13325 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 3	77 dB(A)	78 dB(A)

Requisitos de desempenho	Pneus Categoria C3	Pneus Categoria C4
Coeficiente máximo de resistência ao rolamento avaliado de acordo com a norma ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 6	10,5	8,0
Coeficiente mínimo de aderência em pista molhada avaliado de acordo com a norma ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 5	0,95	0,65
Limite máximo de nível de pressão sonora (ruído) avaliado de acordo com a norma ISO 10844, ISO 13325 ou Regulamento UN Nº 117, anexo 3	77 dB(A)	78 dB(A)

Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022



ANEXO IV – REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA PNEUS NOVOS

1. OBJETIVO

Estabelecer critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para pneus novos, destinados a motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados, com foco na segurança e desempenho, por meio do mecanismo de certificação, visando a prevenção de acidentes e aumento da eficiência energética.

1.1 Agrupamento para efeito de certificação

1.1.1 Para efeitos de certificação dos objetos previstos neste RAC aplica-se o conceito de família.

1.1.2 A certificação de pneus novos deve ser realizada para cada família, sendo esta constituída por um grupo de modelos de pneus novos que reúnam características conforme definido no item 4.3 e vinculados a um mesmo CTPD, de acordo com as categorias indicadas no Anexo A deste RAC.

2. SIGLAS

BaP	Benzo(a)pireno
CTPD	Centro de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
HAP	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos
H _{bay}	Índice de controle Proton H-bay
TQS	Total Quality System

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para efeitos deste RAC, são adotados os documentos a seguir, complementados pelos documentos citados no RGCP e nos Regulamentos Técnicos da Qualidade para Pneus Novos.

Portaria Inmetro 200, de 2021	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produto – RGCP
Annex 3 and 4 of UNECE Regulation Nº 117 for external rolling noise	UNECE Regulation Nº 117 - Uniform Provisions concerning the Approval of Tyres with regard to Rolling Sound Emissions and to Adhesion on Wet Surfaces and/or to Rolling Resistance
Annex 5a and 5b of UNECE Regulation Nº 117 for Wet Grip	
Annex 6 of UNECE Regulation Nº 117 for Rolling Resistance	
IATF 16949:2016	Sistema de Gestão da Qualidade para a Indústria Automotiva
ISO 10844:2014	Acoustics – Specification of test tracks for measuring noise emitted by road vehicles and their tyres
ISO 13325:2019	Tyres – Coast-by methods for measurement of tyre-to-road sound emission
ISO 15222:2011	Truck and bus tyres – Method for measuring relative wet grip performance – Loaded new tyres

ISO 21461:2012	Rubber – Determination of the aromaticity of oil in vulcanized rubber compounds
ISO 23671:2015	Passenger Car Tyres – Method for measuring relative wet grip performance – Loaded new tyres
ISO 28580:2018	Passenger Car, Truck and Bus Tyres – Methods of measuring rolling resistance – Single point test and correlation of measurement results

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições específicas a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos complementares citados no item 3.

4.1 Centro de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento - CTPD

Setor de pesquisa e desenvolvimento de projetos que determina, controla e mantém as especificações para a fabricação do pneu. Uma ou mais fábricas podem estar vinculadas a um mesmo CTPD, assim como uma fábrica pode estar vinculada a mais de um CTPD.

4.2 Designação

Forma de identificação de um pneu a partir das suas características dimensionais e construtivas.

4.3 Família

Agrupamento de modelos de pneus novos que reúnem características semelhantes quanto a sua estrutura, de acordo com a categoria indicada no Anexo A deste RAC.

A família deve ser codificada conforme as referências estabelecidas no Anexo A deste RAC.

Exemplo - Designação do Pneu: 175/70 R 13 86 T Reforçado

Família **2A2B2C4D3**, sendo:

- 2 – Categoria: Pneus para automóvel;
- A2 – Tipo de construção radial;
- B2 – Estrutura reforçada;
- C4 – Relação nominal de aspecto;
- D3 – Categoria de velocidade.

4.4 Modelo Comercial

Expressão que identifica o modelo do pneu conforme desenho de sua banda de rodagem.

4.5 Tabela de Desempenho

Tabela que informa os dados relativos ao desempenho de cada pneu, com seus respectivos limites e classificação, conforme modelo contido no Anexo D deste RAC.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para pneus novos é a certificação.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

6.1 Definição do Modelo de Certificação utilizado

Modelo 5 de Certificação: avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio ou no fabricante, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

6.2 Avaliação Inicial

Neste item são descritas as etapas do processo que objetivam a atestação da conformidade de pneus novos.

6.2.1 Solicitação de Certificação

6.2.1.1 Os critérios para solicitação da certificação devem seguir os procedimentos estabelecidos no RGCP. Juntamente com a documentação descrita no RGCP, o fornecedor deve apresentar um Memorial Descritivo para cada família de pneu novo, conforme Anexo A deste RAC.

6.2.1.2 Todo pneu novo objeto de certificação deve pertencer a uma e somente uma família caracterizada segundo a definição apresentada no item 4.3 deste RAC.

6.2.2 Análise da solicitação e da conformidade da documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem atender aos requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

6.2.3.1 Os critérios para a Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. Podem ocorrer auditorias extraordinárias com base em evidências que a justifiquem.

Nota: O Sistema de Gestão da Qualidade pode ser avaliado conforme a norma técnica IATF 16949:2016, sendo válidos os mesmos requisitos das Tabelas 2 e 3 do RGCP.

6.2.3.2 A Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade deve ser realizada no CTPD e em sua(s) respectiva(s) fábrica(s) vinculada(s).

6.2.3.3 A Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade deve contemplar a verificação quanto ao atendimento por parte do fabricante quanto ao controle do índice Hbay inferior a 0,35%, conforme norma técnica ISO 21461, além de não exceder 1mg/kg de BaP e 10mg/kg da soma de todos os HAPs.

6.2.4 Plano de Ensaios Iniciais

Após a realização da auditoria inicial no CTPD e em sua(s) respectiva(s) fábrica(s) vinculada(s), o OCP deve elaborar o plano de ensaios iniciais conforme condições descritas no RGCP.

6.2.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.2.4.1.1 Os ensaios iniciais devem comprovar que os objetos da avaliação da conformidade, apresentados no Memorial Descritivo, atendem aos requisitos estabelecidos nos RTQ para Pneus Novos (Anexos I, II e III), bem como nas respectivas normas de referência.

6.2.4.1.2 Devem ser realizados todos os ensaios de segurança estabelecidos na Tabela 1, conforme métodos e condições estabelecidas no Anexo B deste RAC, para todas as categorias de pneus.

6.2.4.1.3 Devem ser realizados todos os ensaios de desempenho estabelecidos na Tabela 2, conforme condições estabelecidas no Anexo B deste RAC, para pneus das categorias C2, C3 e C4.

6.2.4.2 Definição da Amostragem

6.2.4.2.1 Os critérios para a amostragem de pneus para a realização dos ensaios devem seguir o definido nas Tabelas 1 (ensaios de segurança) e 2 (ensaios de desempenho) a seguir.

6.2.4.2.2 O OCP deve selecionar, aleatoriamente, identificar e lacrar, em um dos depósitos e/ou expedição de uma fábrica de pneus vinculada a um CTPD, uma amostra composta de prova, contraprova e testemunha de mesma marca, dimensão, índices de carga e velocidade e modelo comercial, representativa por família a ser certificada, de acordo com os valores estabelecidos nas Tabelas 1 e 2.

Nota: O percentual definido na Tabela 2 não pode considerar as famílias que envolvam exclusivamente pneus excluídos pelo Anexo VI.

6.2.4.2.3 Os valores percentuais das famílias declaradas pelo fornecedor estabelecidos na Tabela 2 devem corresponder a, no mínimo, 5 (cinco) famílias.

6.2.4.2.4 Quando o número de famílias declaradas pelo fornecedor for menor que 5 (cinco), todas as famílias devem ser ensaiadas quanto aos critérios contidos na Tabela 2.

6.2.4.2.5 Caso haja reprovação no ensaio de prova, todos os ensaios devem ser realizados nas amostras de contraprova e testemunha.

6.2.4.2.6 O OCP deve elaborar relatório de amostragem, contendo as seguintes informações:

- a) local de coleta da amostra;
- b) marca de pneu, designação de dimensão, índices de carga e velocidade, modelo comercial e a data de fabricação; e
- c) definição da família representada pela amostra.

Tabela 1: Amostragem para os ensaios de segurança por família de pneus novos.

Categoria	Ensaio	Amostragem			Critérios de Aceitação
		Prova	Contraprova	Testemunha	
C1 - Pneus novos destinados a motocicleta, motoneta e ciclomotor	Ensaio Dimensional	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	Conforme descrito no item 6.1 do RTQ, Anexo I
	Ensaio de Velocidade sob Carga	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	Conforme descrito no item 6.2 do RTQ, Anexo I
	Ensaio de Raio Dinâmico				Conforme descrito no item 6.3 do RTQ, Anexo I
C2 - Pneus novos destinados a automóvel de passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados	Ensaio Dimensional	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	Conforme descrito no item 6.1 do RTQ, Anexo II
	Ensaio de Velocidade sob Carga	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	Conforme descrito no item 6.2 do RTQ, Anexo II
C3 - Pneus novos destinados a veículos comerciais leves e rebocados	Ensaio Dimensional	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	Conforme descrito no item 6.1 do RTQ, Anexo III
	Ensaio de Velocidade sob Carga	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	Conforme descrito no item 6.2 do RTQ, Anexo III
	Ensaio Dimensional	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	01(uma) unidade de	Conforme descrito no item 6.1 do RTQ, Anexo III

C4 - Pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados	Ensaio de Velocidade sob Carga	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	01(um) modelo comercial por família	Conforme descrito no item 6.2 do RTQ, Anexo III
---	--------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	---

Tabela 2: Amostragem para os ensaios de desempenho para pneus novos.

Categoria	Ensaio	Amostragem			Critérios de Aceitação e Classificação
		Prova	Contraprova	Testemunha	
C2 - Pneus novos destinados a automóvel de passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados	Ensaio de Resistência ao Rolamento, conforme descrito na norma técnica ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 6	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 0,3 kg/ton acima da faixa declarada
	Ensaio de Aderência em Pista Molhada, conforme descrito na norma técnica ISO 23671, ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 5 Amostragem para os ensaios de desempenho para pneus novos. Ensaio de Aderência em Pista Molhada, conforme descrito na norma técnica ISO 23671 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 5 (Retificação publicada no DOU de 20/05/2022)	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 0,03 do valor mínimo da faixa declarada
	Ensaio de Emissão Sonora (Ruído), conforme descrito nas normas técnicas ISO 13325 e ISO 10844 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 3				Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 1 dB acima da faixa declarada

C3 - Pneus novos destinados a veículos comerciais leves e rebocados	Ensaio de Resistência ao Rolamento, conforme descrito na norma técnica ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 6	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 0,3 kg/ton acima da faixa declarada
	Ensaio de Aderência em pista molhada, conforme descrito nas normas técnicas ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 5	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 0,03 do valor mínimo da faixa declarada
	Ensaio de Emissão Sonora (Ruído), conforme descrito nas normas técnicas ISO 13325 e ISO 10844 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 3				Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 1 dB acima da faixa declarada
C4 - Pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados	Ensaio de Resistência ao Rolamento, conforme descrito na norma técnica ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 6	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	01 (uma) unidade de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 0,3 kg/ton acima da faixa declarada
	Ensaio de Aderência em pista molhada, conforme descrito nas normas técnicas ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 5	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	04 (quatro) unidades de 01 (um) modelo comercial de, pelo menos, 10% das famílias declaradas por fornecedor	Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 0,03 do valor mínimo da faixa declarada
	Ensaio de Emissão Sonora (Ruído), conforme descrito nas normas técnicas ISO 13325 e ISO 10844 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 3				Deve estar de acordo com a classificação declarada, ou melhor que essa, conforme descrito no Anexo C deste RAC, com uma tolerância de até 1 dB acima da faixa declarada

6.2.4.3 Definição de laboratório

6.2.4.3.1 A definição de laboratório deve seguir as condições descritas no RGCP, ressalvadas as condições a seguir especificadas.

6.2.4.3.2 Os ensaios previstos neste RAC podem ser realizados em laboratórios de 1º parte, acreditados pela CGCRE ou por membro dos acordos de reconhecimento mútuo, desde que acompanhado pelo OCP.

6.2.4.3.2 Os ensaios de desempenho previstos na Tabela 2 deste RAC podem ser realizados em laboratórios de 1ª parte, acreditados pela CGCRE ou por membro dos acordos de reconhecimento mútuo, desde que acompanhado pelo OCP.

6.2.4.3.2.1 Quando o laboratório de 1ª parte não for acreditado, os ensaios de desempenho podem ser realizados desde que o OCP avalie este laboratório com base nos critérios estabelecidos pela norma técnica ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, além de acompanhar todos os ensaios. Esta avaliação e o laudo dos ensaios devem ser realizados e registrados pelo OCP, anexando os relatórios de ensaios emitidos pelo referido laboratório.

Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022.

6.2.4.3.3 Além do que já está estabelecido no RGCP, os ensaios podem ser realizados por laboratórios estrangeiros acreditados por um Organismo de Acreditação signatário da European Co-operation for Accreditation (EA) e/ou Asia Pacific Laboratory Accreditation Cooperation (APLAC).

6.2.5 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir as condições descritas pelo RGCP.

6.2.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.2.6.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir as condições descritas pelo RGCP.

6.2.6.2 O Certificado de Conformidade deve ter validade de 4 (quatro) anos.

6.2.6.3 O Certificado de Conformidade, como um instrumento formal emitido pelo OCP, deve conter, de forma complementar ao estabelecido no RGCP, a identificação e endereço completo do CTPD e da(s) fábrica(s) vinculada(s)

6.2.6.4 No certificado de conformidade o(s) modelo(s) da família deve(m) ser notados conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Notação do(s) modelo(s) no Certificado

Marca	Modelo	Descrição
	(Designação Comercial do Modelo e Códigos de referência comercial, se existentes)	(Descrição Técnica do Modelo) Características que diferenciam os modelos da família.

6.3 Avaliação de Manutenção

Depois da concessão do Certificado de Conformidade, o acompanhamento da Certificação é realizado pelo OCP para constatar se as condições técnico-organizacionais que deram origem à concessão inicial da certificação continuam sendo cumpridas, de acordo com os critérios estabelecidos nas etapas subsequentes.

6.3.1 Auditoria de Manutenção

6.3.1.1 Os critérios da auditoria de manutenção estão contemplados no RGCP, e as auditorias de manutenção devem ser realizadas no CTPD e em, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das fábricas a ele vinculadas com a periodicidade de 12 (doze) meses.

6.3.1.2 Caso, durante 2 (duas) avaliações de manutenção consecutivas, não haja não conformidades nos ensaios realizados, a próxima auditoria de manutenção deve ser realizada 24 (vinte e quatro) meses após a realização da auditoria anterior.

6.3.1.3 A periodicidade de 24 (vinte e quatro) meses referenciada no subitem 6.3.1.2 deve ser mantida desde que a avaliação de manutenção continue a não apresentar não conformidades nos ensaios realizados.

6.3.1.4 Caso sejam identificadas não conformidades nos ensaios de manutenção realizados, a auditoria de manutenção deve voltar a ser realizada a cada 12 (doze) meses, desde que evidencie o tratamento das não conformidades.

6.3.1.5 Caso haja mais de uma fábrica vinculada ao CTPD, cada avaliação de manutenção deve ser sempre realizada em fábricas diferentes da avaliação anterior, de modo que todas as fábricas sejam avaliadas, ao longo do prazo de validade do certificado.

6.3.1.6 O OCP deve avaliar o SGQ do fabricante de acordo com o item 6.2.3 deste RAC.

6.3.1.7 Podem ocorrer auditorias extraordinárias com base em evidências que as justifiquem ou quando for incluída uma nova(s) unidade(s) fabril(is) vinculada(s) ao CTPD.

6.3.2 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. Estes ensaios devem ser realizados e registrados, atendendo às etapas a seguir descritas.

6.3.2.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem ser realizados a cada 12 (doze) meses e seguir os requisitos estabelecidos nas Tabelas 1 e 2 deste RAC.

6.3.2.2 Definição da amostragem de manutenção

6.3.2.2.1 Para a realização dos ensaios de manutenção, o OCP deve realizar a coleta das amostras, aleatoriamente, no comércio ou em um dos depósitos ou expedição da fábrica, identificar e lacrar uma amostra, composta de prova, contraprova e testemunha da mesma marca, dimensão, índices de carga e velocidade e modelo comercial, representativa por família.

6.3.2.2.2 A cada 12 (doze) meses devem ser realizados todos os ensaios de segurança estabelecidos na Tabela 1 deste RAC, em pelo menos 25% das famílias certificadas, de acordo com os critérios de amostragem definidos no item 6.2.4.2 deste RAC.

6.3.2.2.3 A cada 12 (doze) meses devem ser realizados todos os ensaios de desempenho estabelecidos na Tabela 2 deste RAC, em pelo menos 2,5% das famílias certificadas, de acordo com os critérios de amostragem definidos no item 6.2.4.2 deste RAC, excetuando-se o disposto em 6.2.4.2.3 e 6.2.4.2.4.

Nota: O percentual definido no subitem acima não pode considerar as famílias que envolvam os pneus excluídos pelo item 2 do Anexo VI.

6.3.2.2.4 Em caso da família ser considerada não conforme, novo ensaio daquela família deve ser realizado, segundo os seguintes quantitativos por família de pneus:

- até 5 modelos 60% dos modelos constituintes da família;
- de 6 até 15 modelos 40% dos modelos constituintes da família;
- \geq 16 modelos 35% dos modelos constituintes da família, não ultrapassando a quantidade de 9 modelos.

Nota: O cálculo do percentual dos modelos constituintes da família deve ser arredondado para cima, conforme o exemplo abaixo:

Uma família composta de 6 modelos tem o seguinte cálculo:

$$6 \times 40\% = 2,4 = 3 \text{ modelos}$$

6.3.2.2.5 A amostra para a realização de ensaios de manutenção não pode contemplar as designações e/ou modelos de pneus de linha de produção inativa.

6.3.2.3 Definição do laboratório

Os critérios para a definição de laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no subitem 6.2.4.3 deste RAC.

6.3.3 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.3.3.1 Caso haja alguma não conformidade detectada nos ensaios de segurança, bem como na verificação do atendimento dos limites de resistência ao rolamento, de emissão sonora e de aderência em pista molhada o certificado da família deve ser suspenso nos termos do RGCP.

6.3.3.2 Em caso de não conformidade detectada em um dos ensaios de desempenho, com até um nível de diferença entre a classificação correta e a classificação indevidamente declarada, o produto deve ser imediatamente reclassificado e suas etiquetas substituídas nos estoques do fornecedor e em todos os pontos de venda em até 60 (sessenta) dias. A não conformidade prevista neste item não ocasionará a suspensão ou o cancelamento da certificação da família à qual o produto faz parte, não havendo necessidade de recolhimento desses produtos no mercado.

6.3.3.3 Em caso de não conformidade detectada em um dos ensaios de desempenho, com dois ou mais níveis de diferença entre a classificação correta e a classificação indevidamente declarada, após os ensaios previstos, o certificado da família deve ser suspenso.

6.3.4 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.4 Avaliação de Recertificação

6.4.1 Os critérios para a avaliação de recertificação são os estabelecidos no RGCP, sendo o prazo para a avaliação de recertificação de 4 (quatro) anos, devendo ser realizada e concluída antes da expiração do prazo de validade do Certificado da Conformidade.

6.4.2 A avaliação de recertificação deve ser programada pelo OCP, de acordo com os critérios estabelecidos no item 6.2 deste documento, aplicando-se, entretanto, as regras de amostragem previstas no item 6.3 deste RAC.

6.5 Outras disposições

6.5.1 Para aplicação do disposto no subitem 6.5.2 do RGCP, a avaliação inicial deve ser programada pelo OCP, de acordo com os critérios estabelecidos no subitem 6.2 deste RAC, aplicando-se, entretanto, as regras de amostragem previstas em 6.3, observando-se as demais disposições previstas nos subitens 6.5.2.1 e 6.5.2.2 do RGCP.

6.5.2 Quando da inclusão de novas famílias no processo de certificação de uma mesma fábrica vinculada, para efeitos de realização dos ensaios iniciais de desempenho, a aplicação do percentual de 10% das famílias deve considerar o quantitativo das famílias que estão sendo incluídas no processo de certificação.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

11.1 Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados no RGCP e no Anexo V.

12. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para denúncias, reclamações e sugestões devem seguir os requisitos estabelecidos pelo RGCP.

ANEXO A – MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO PARA PNEUS NOVOS			
SOLICITAÇÃO			
<input type="checkbox"/> INICIAL <input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO do ESCOPO <input type="checkbox"/> RECERTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR			CNPJ
ENDEREÇO			
CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	U.F.
TELEFONE	FAX	E-MAIL	
CENTRO DE TECNOLOGIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL (identificação e endereço completo)			
FÁBRICAS VINCULADAS AO CTPD (identificação e endereço completo)			

IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIA

Categoria 1: Pneus novos destinados a motocicleta, motoneta e ciclomotor	
---	--

A	EMPREGO	
A1	Motocicleta e Motoneta	
A2	Ciclomotor	

B	TIPO DE ESTRUTURA (ou construção)	
B1	Diagonal	
B2	Radial	
B3	Diagonal Cintado	

C	CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO	
C1	Normal	
C2	Reforçada	

D	RELAÇÃO NOMINAL DE ASPECTO (Série)	
D1	70 e abaixo	
D2	75 e acima	

Pneus identificados em polegadas se enquadrarão na subcategoria D2

E	CATEGORIA DE VELOCIDADE (grupos)	
E1	Grupo: N e abaixo (abaixo de 140 km/h)	
E2	Grupo: de P a T (de 150 a 190 km/h)	
E3	Grupo: U e acima (acima de 200 km/h)	

F	TIPO DE APLICAÇÃO	
F1	Normal	
F2	Uso Misto	

Categoria 2: Pneus novos destinados a automóvel de passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados	
---	--

A	TIPO DE ESTRUTURA (ou construção)	
A1	Diagonal	
A2	Radial	

B	CATEGORIA DE UTILIZAÇÃO	
B1	Normal	
B2	Reforçada	

C	RELAÇÃO NOMINAL DE ASPECTO (Série)	
C1	85 e acima	
C2	82 e 80	
C3	75	
C4	70	
C5	65	
C6	60 e 55	
C7	50 e abaixo	

D	CATEGORIA DE VELOCIDADE (grupos)	
D1	Grupo: F, G, J, K, L, M, N	
D2	Grupo: P, Q, R	
D3	Grupo: S, T	
D4	Grupo: U, H	
D5	Grupo: V e acima	

Categoria 3: Pneus novos destinados a veículos comerciais leves e rebocados	
--	--

A	TIPO DE ESTRUTURA (ou construção)	
A1	Diagonal	
A2	Radial	

B	INDICE DE CARGA (montagem simples)	
B1	Menor ou igual a 93	
B2	de 94 a 104	
B3	de 105 a 113	
B4	Maior ou igual a 114	

Não havendo marcação do índice de carga do pneu deve-se consultar as tabelas dos Manuais Profissionais referenciados no Regulamento Técnico da Qualidade para identificar o índice de carga equivalente à carga máxima para qual o pneu é especificado.

C	SUPORTE	
C1	com câmara	
C2	sem câmara	

Categoria 4: Pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados	
--	--

A	TIPO DE ESTRUTURA (ou construção)	
A1	Diagonal	
A2	Radial	

B	INDICE DE CARGA (montagem simples)	
B1	Menor ou igual a 125	
B2	de 126 a 130	
B3	de 131 a 135	
B4	de 136 a 141	
B5	de 142 a 146	
B6	de 147 a 151	
B7	de 152 a 156	
B8	de 157 a 161	
B9	de 162 a 166	
B10	maior ou igual a 167	
<p>Não havendo marcação do índice de carga do pneu deve-se consultar as tabelas dos Manuais Profissionais referenciados no Regulamento técnico da Qualidade para identificar o índice de carga equivalente à carga máxima para qual o pneu é especificado.</p>		

C	SUPORTE	
C1	com câmara	
C2	sem câmara	

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	
Categoria de utilização:	
Relação Nominal de Aspecto:	
Designação da dimensão:	
Índice(s) de carga:	
Índice(s) de velocidade:	
Tipo de aplicação:	
Modelo comercial:	
Marca:	
Tipo de estrutura:	
Códigos comerciais:	

Características de desempenho			
(ESTE CAMPO DEVE SER PREENCHIDO PARA CADA MODELO DE PNEU QUE CONSTITUI A FAMÍLIA)			
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Modelo:	Valor Declarado		Classificação
<i>Resistência ao rolamento</i>	RRC		
<i>Aderência em pista molhada</i>	G		
<i>Nível de pressão sonora (ruído)</i>	dB(A)		
Observações			

ANEXO B – ENSAIOS EM PNEUS

B.1 PNEUS DE MOTOCICLETAS, MOTONETAS E CICLOMOTORES

B.1.1 ENSAIO DIMENSIONAL

Montar o conjunto de ensaio em conformidade com o indicado nas tabelas do Manual Técnico ALAPA; inflá-lo a uma pressão conforme Tabela 1.

B.1.1.1 Inflar o pneu a uma pressão superior em até 20% da pressão indicada na Tabela 1.

B.1.1.2 Adequar a pressão de inflação do pneu conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Pressão de inflação para realização do ensaio dimensional em pneus Categoria C1

Emprego	Estrutura	Capacidade de Carga	Categoria de Velocidade	Pressão (kPa)
Motocicleta, Motoneta (scooter) e Ciclomotor	Normal	Todas	S e abaixo	225
			T e acima	280
	Reforçada		P e abaixo	280
			Q e acima	330

Nota: Pneu **LIGHT** / LEVE (Baixa Carga) deve ser inflado à pressão de 175 kPa, conforme indicado no Manual Técnico ALAPA.

B.1.1.3 Condicionar o conjunto de ensaio à temperatura ambiente do laboratório, 20º C ou acima, durante pelo menos 24 horas.

B.1.1.4 Ajustar a pressão ao valor especificado na Tabela 1.

B.1.1.5 Medir a largura total da seção do pneu em 6 (seis) pontos equidistantes. Adotar como largura total da seção do pneu o valor máximo medido. Nesta medição pode ser desconsiderada a altura dessas marcações ou decorações existentes em um dos flancos.

B.1.1.6 Determinar o diâmetro externo medindo, a circunferência máxima do pneu e dividir este valor por π (3,1416).

B.1.2 ENSAIO DE VELOCIDADE SOB CARGA

B.1.2.1 Preparação do ensaio

B.1.2.1.1 Montar o conjunto de ensaio, conforme indicado no Manual Técnico ALAPA

B.1.2.1.2 Inflá-lo à pressão adequada conforme indicado na Tabela 2.

Tabela 2: Pressão de inflação para realização do ensaio velocidade sob carga em pneus Categoria C1

Emprego	Estrutura	Capacidade de Carga	Categoria de Velocidade	Pressão (kPa)
Motocicleta, Motoneta (scooter) e Ciclomotor	Normal	Todas	P e abaixo	250
			Q, R, S	300
			T,U,H	350
	Reforçada		B	300
			P e abaixo (exceto B)	330
			Q e acima	390

Nota 1: - Pneu baixa carga **LIGHT** / LEVE (Baixa Carga) deve ser inflado à pressão de 175kPa.

Nota 2: Para pneu com velocidade acima de 240km/h (V) a pressão de inflação deve ser 320kPa.

B.1.2.1.3 O fabricante pode pedir que seja adotada uma pressão de inflação de ensaio inferior da indicada na Tabela 2, desde que justifique esse pedido.

B.1.2.1.4 O conjunto de ensaio deve ficar condicionado por um período mínimo de três horas na temperatura ambiente do laboratório, 20º C ou acima.

B.1.2.1.5 Ajustar a pressão do pneu à especificada nos itens B.1.2.1.2 ou B.1.2.1.3 acima.

B.1.2.1.6 Determinar o diâmetro externo do pneu, medindo o perímetro máximo externo dividindo-o por π (3,1416).

B.1.2.1.7 Quando um pneu contemplar índices de velocidade "V" ou "Z" em sua designação, o ensaio de velocidade sob carga deve ser realizado em função do índice de capacidade de carga e código de velocidade estampados no pneu. Um outro ensaio de velocidade sob carga deve ser realizado nas condições de carga e de velocidade máximas definidas pelo fabricante do pneu. Este segundo ensaio poderá ser realizado na mesma amostra, desde que seja previamente acordado com o fornecedor.

B.1.2.2 Realização do Ensaio

B.1.2.2.1 Montar o conjunto de ensaio na máquina de ensaio de velocidade sob carga.

B.1.2.2.2 Aplicar uma carga igual a 65% da carga correspondente ao índice de capacidade de carga, marcado no pneu, para aqueles com símbolos de velocidade de F a H inclusive.

B.1.2.2.2.1 Para pneus com índices de velocidades "V" e "W", aplicar uma carga conforme os valores percentuais estabelecidos na Tabela 3, correspondente ao índice de capacidade de carga marcado no pneu.

Tabela 3: Percentual de carga para realização do ensaio velocidade sob carga em pneus de motocicletas

Velocidade Máxima (km/h.) ¹	Índice de Velocidade "V"	Índice de Velocidade "W" ²
210	65%	65%
220	62%	65%
230	59%	65%
240	55%	65%
250	(52) % ³	62%
260	(49) % ³	55%
270	(46) % ³	49%

¹⁾ Para velocidades máximas intermediárias, interpolações lineares do limite de carga máxima são autorizadas.

²⁾ Aplicável também aos pneus identificados pelo código "Z" na designação da dimensão.

³⁾ Aplicável unicamente aos pneus identificados pelo código "V" na designação da dimensão e até velocidade máxima à especificada pelo fabricante do pneu.

B.1.2.2.2.2 Para as velocidades superiores a 270 km/h, a carga máxima a ser aplicada, não deve exceder a carga máxima estabelecida pelo fabricante em função do índice de velocidade do pneu. Para as velocidades intermediárias, compreendidas entre 270 km/h e a velocidade máxima autorizada pelo fabricante, aplica-se uma interpolação linear da carga máxima.

B.1.2.2.2.3 No caso de pneus destinados a ciclomotor, com símbolo de velocidade "B", a carga de ensaio é de 65% da carga correspondente ao índice de carga marcado no pneu, quando utilizado um tambor de ensaio de 1,70 m de diâmetro, e de 67% quando utilizado um tambor de 2,0 m de diâmetro.

B.1.2.2.3 Durante toda a duração do ensaio, a pressão do pneu não pode ser corrigida e a carga de ensaio não pode ser alterada.

B.1.2.2.4 Durante o ensaio, a temperatura na sala de ensaio deve ser mantida entre 20º C ou acima.

B.1.2.2.5 Realizar o ensaio de maneira contínua, de acordo com as indicações seguintes:

B.1.2.2.5.1 Velocidade de partida do ensaio: Velocidade correspondente ao índice de velocidade marcado

no pneu diminuído de 40 km/h, no caso de um volante liso com diâmetro de 1,70 m \pm 1 %, ou 30 km/h no caso de um volante liso com diâmetro de 2 m \pm 1 %.

B.1.2.2.5.2 O Tempo para passar da velocidade 0 (zero) à velocidade de partida do ensaio é de 20 minutos.

B.1.2.2.5.3 Escalonamento dos patamares de velocidade: 10 km/h.

B.1.2.2.5.4 Duração do ensaio a cada patamar de velocidade, exceto o primeiro: 10 minutos.

B.1.2.2.5.5 Duração total do ensaio: 1 hora.

B.1.2.2.5.5.1 No caso de pneus para velocidade máxima de 50 km/h (símbolo de velocidade B), a duração até atingir o patamar inicial (0 a 50km/h) deverá ser de 10min, enquanto a duração do ensaio na velocidade final deve ser de 30 minutos, tendo o ensaio duração total de 40 minutos.

B.1.2.2.5.6 Velocidade máxima do ensaio: velocidade máxima marcada para o tipo de pneu, diminuída de 10 km/h no caso de um volante liso de um diâmetro de 1,70 m \pm 1 %, ou não diminuída no caso de um volante liso de um diâmetro de 2 m \pm 1 %.

B.1.2.2.5.7 Medir, no mínimo após 6 horas da retirada do pneu da máquina, o diâmetro externo do pneu, conforme item B.1.2.1.6

B.1.2.2.5.8 O procedimento a seguir para o segundo ensaio efetuado para avaliar o desempenho de um pneu concebido para velocidades superiores a 240 km/h é a seguinte:

B.1.2.2.5.9 Aplicar uma carga igual a 80% da carga máxima associada à velocidade máxima definida pelo fabricante do pneu.

B.1.2.2.5.10 O ensaio deve ser realizado de maneira contínua, do seguinte modo:

B.1.2.2.5.11 Dez minutos para passar da velocidade 0 (zero) à velocidade máxima fixada pelo fabricante do pneu.

B.1.2.2.5.12 Cinco minutos à velocidade máxima de ensaio.

B.1.3 ENSAIO DE RAIO DINÂMICO

O pneu destinado a categoria de utilização normal ou de uso misto, do tipo de construção diagonal, que contemple índices de velocidade L e acima, e que passou com sucesso nos ensaios de velocidade sob carga requeridos no item B.1.2, deve ser submetido ao ensaio de raio dinâmico, com objetivo de verificar o máximo crescimento do pneu sob influência de forças centrífugas na sua velocidade máxima admissível.

Este ensaio não deve ser aplicado em pneu de construção do tipo Radial, nem mesmo em pneus que possuem sua estrutura reforçada.

B.1.3.1 Preparação do ensaio

B.1.3.1.1 Montar o conjunto de ensaio, conforme indicado no Manual Técnico ALAPA, assegurando-se que o conjunto rode livremente. Girar o conjunto de ensaio, por meio de um motor agindo no eixo da roda onde está montado o pneu ou por contato contra o tambor de teste. Neste caso, deve ser aplicada uma carga mínima para que o pneu possa girar sem deslizamento sobre a superfície do tambor. O valor da carga mínima aplicada deve ser registrado na planilha de ensaio.

B.1.3.1.2 A roda que será utilizada no conjunto de ensaio deve ser equipada com controle de velocidade e mecanismo que permita a medição do diâmetro do pneu durante o ensaio.

Nota: A variação entre o perímetro do pneu estático e o perímetro dinâmico, medido durante o ensaio, não deve exceder \pm 2%.

Inflá-lo à pressão indicada na Tabela 4.

Tabela 4: Pressão de inflação para realização do ensaio de raio dinâmico em pneus de motocicletas

Índice de Velocidade	Pressão	
	Bar	kPa
L//M/N/P/Q/R/S	2.5	250
T e acima	2.9	290

B.1.3.1.3 Condicionar o conjunto de ensaio à temperatura ambiente do laboratório de 20º C ou acima, durante pelo menos três horas.

B.1.3.1.4 Ajustar a pressão do pneu de acordo com a Tabela 4.

B.1.3.2 Realização do ensaio

B.1.3.2.1 O ensaio deve ser realizado a uma temperatura ambiente de 20º C ou acima e a pressão do pneu não deve ser reajustada durante o ensaio.

B.1.3.2.2 O pneu deve ser acelerado, continuamente, para atingir em 5 (cinco) minutos a velocidade máxima correspondente ao índice de velocidade marcado no pneu.

B.1.3.2.3 O tempo de permanência desta velocidade máxima deve ser de cinco minutos.

Nota: A velocidade periférica da superfície da banda de rodagem não deve exceder $\pm 2\%$ da velocidade máxima possível do pneu.

B.1.3.2.4 Verificar o diâmetro máximo do pneu na sua linha equatorial depois de completados 5 minutos do ensaio à velocidade máxima do pneu.

B.2 PNEUS DE AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS, INCLUSIVE OS DE USO MISTO E REBOCADOS.

B.2.1. ENSAIO DIMENSIONAL

B.2.1.1 Montar o conjunto de ensaio em conformidade com o indicado nas tabelas do Manual de Normas Técnicas da ALAPA.

B.2.1.2 Inflá-lo a uma pressão compreendida entre 300 e 350 kPa.

B.2.1.3 Regular a pressão conforme segue:

B.2.1.3.1 Para os pneus de estrutura radial: 180 kPa;

B.2.1.3.2 Para os pneus de estrutura diagonal cintada: 170 kPa;

B.2.1.3.3 Para os pneus de estrutura diagonal, seguir conforme Tabela 5:

Tabela 5: Pressões de inflação de pneus de estrutura diagonal, Categoria C2 para ensaio dimensional

Capacidade de Carga (capacidade de lonas)	Índice de Velocidade		
	F, G, J, K, L, M, N kPa	P, Q, R, S kPa	T, U, H, V kPa
B (4)	170	200	-
C (6)	210	240	260
D (8)	250	280	300

B.2.1.3.4 Para os pneus reforçados: 230 kPa.

B.2.1.3.5 Para os pneus de socorro de uso temporário do tipo T: 420 kPa.

B.2.1.4 Condicionar o conjunto de ensaio à temperatura ambiente do laboratório, 20°C ou acima, durante pelo menos 24 horas.

B.2.1.5 Ajustar a pressão ao valor especificado no item B.2.1.3 acima.

B.2.1.6 Medir, tendo em conta a espessura das nervuras ou cordões de proteção, a largura total em seis pontos regularmente espaçados; adotar como largura total o valor máximo medido.

B.2.1.7 Determinar o diâmetro externo medindo o perímetro externo máximo e dividindo este valor por π (3,1416).

B.2.2 ENSAIO DE VELOCIDADE SOB CARGA

B.2.2.1 Preparação do ensaio

B.2.2.1.1 Montar o conjunto de ensaio, conforme indicado no Manual de Normas Técnicas da ALAPA.

B.2.2.1.2 Utilizar uma câmara de ar, válvula e protetor (quando necessário) no caso de pneus para uso com câmara de ar.

B.2.2.1.3 Inflá-lo à pressão adequada, conforme indicado na Tabela 6:

Tabela 6: Pressões de inflação de pneus Categoria C2 para realização do ensaio de velocidade sob carga.

Categoria de Velocidade	Capacidade de Carga (KPa)				
	Pneu Diagonal			Pneu Radial e/ou para Mobilidade Estendida	
	B	C	D	Normal	Reforçado
F, G, J, K, L, M, N	230	270	300	240	280
P, Q, R, S	260	300	330	260	300
T, U, H	280	320	350	280	320
V	300	340	370	300	340
W	-	-	-	320	360
Y	-	-	-	320	360

B.2.2.1.3.1 Pneus de uso temporário, do tipo T, para rodas de socorro: 420 kPa.

~~**B.2.2.1.4** O fabricante pode pedir que seja adotada uma pressão de inflação de ensaio inferior da indicada na Tabela 6, desde que justifique esse pedido.~~

B.2.2.1.4 O fabricante pode pedir que seja adotada uma pressão de inflação de ensaio inferior da indicada na Tabela 6, desde que justifique esse pedido.

(Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022)

B.2.2.1.5 O conjunto de ensaio deve ficar condicionado por um período mínimo de três horas na temperatura ambiente do laboratório, desde que esteja acima de 20°C.

B.2.2.1.6 Ajustar a pressão do pneu, à especificada na Tabela 6 acima.

B.2.2.1.7 Determinar o diâmetro externo do pneu, medindo o perímetro máximo externo e dividindo este valor por π (3,1416).

B.2.2.1.8 Quando um pneu contemplar a marcação "ZR", o ensaio de velocidade sob carga deve ser realizado em função dos índices de velocidade e de carga gravados no pneu. Um outro ensaio de velocidade sob carga deve ser realizado sobre uma segunda amostra do mesmo tipo de pneu nas condições de carga e de velocidade máxima definidas pelo fabricante. O fabricante deve evidenciar estes

valores através das especificações técnicas relativas ao tipo de pneu. Este segundo ensaio poderá ser realizado na mesma amostra, desde que seja previamente acordado com o fabricante.

~~**B.2.2.1.9** Em um pneu para mobilidade estendida o ensaio de velocidade sob carga deve ser realizado sobre um pneu inflado em conformidade com as prescrições da Tabela 6, em função dos índices de velocidade e de carga estampadas no pneu. Outro ensaio de velocidade sob carga deve ser efetuado sobre uma segunda amostra que pertence ao mesmo tipo de pneu, como indicado nos itens B.2.2.2. Com o acordo do fabricante, o segundo ensaio pode ser efetuado sobre a mesma amostra do pneu.~~

B.2.2.1.9 Em um pneu para mobilidade estendida o ensaio de velocidade sob carga deve ser realizado sobre um pneu inflado em conformidade com as prescrições da Tabela 6, em função dos índices de velocidade e de carga estampadas no pneu. Outro ensaio de velocidade sob carga deve ser efetuado sobre uma segunda amostra que pertence ao mesmo tipo de pneu, como indicado nos itens 6.2.3 e 6.2.4 do Anexo II. Com o acordo do fabricante, o segundo ensaio pode ser efetuado sobre a mesma amostra do pneu.

(Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022)

B.2.2.2 Realização do ensaio

B.2.2.2.1 Montar o conjunto de ensaio na máquina de ensaio de velocidade sob carga.

B.2.2.2.2 Aplicar uma carga igual a 80 % da carga correspondente ao índice de capacidade de carga, marcado no pneu, para aqueles com símbolos de velocidade de L a H inclusive.

B.2.2.2.3 Para pneus com índice de velocidades “V”, “W” e “Y”, aplicar a carga conforme os valores percentuais estabelecidos na Tabela 7, em relação ao índice de capacidade de carga marcado no pneu.

Tabela 7: percentual de carga a ser aplicado aos pneus de alta velocidade da Categoria C2, para realização do ensaio de velocidade sob carga.

Velocidade Máxima (km/h)	CAPACIDADE DE CARGA DO PNEU (%)		
	Índice de Velocidade “V”	Índice de Velocidade “W”	Índice de Velocidade “Y”
210	80	-	-
220	77	-	-
230	75	-	-
240	73	80	-
250	-	76	-
260	-	72	-
270	-	68	80
280	-	-	76
290	-	-	72
300	-	-	68

B.2.2.2.4 Para as velocidades superiores a 300 km/h, a carga máxima a ser aplicada, não deve exceder a carga máxima estabelecida pelo fabricante em função do índice de velocidade do pneu. Para as velocidades intermediárias, compreendidas entre 300 km/h e a velocidade máxima autorizada pelo fabricante, aplica-se uma interpolação linear da carga máxima.

B.2.2.2.5 Durante toda a duração do ensaio, a pressão do pneu não pode ser corrigida e a carga de ensaio não deve ser alterada.

B.2.2.2.6 Durante o ensaio, a temperatura do laboratório deve ser mantida em 20°C ou acima.

B.2.2.2.7 Realizar o ensaio de maneira contínua, de acordo com as seguintes indicações:

B.2.2.2.7.1 Velocidade de partida do ensaio: Velocidade correspondente ao índice de velocidade marcado no pneu diminuído de 40 km/h, no caso de roda de máquina de ensaio com diâmetro de 1,70m, ou 30 km/h no caso de roda de máquina de ensaio com diâmetro de 2,0m.

B.2.2.2.7.2 O Tempo para passar da velocidade 0 (zero) à velocidade de partida do ensaio é de 10 minutos.

B.2.2.2.7.3 Escalonamento dos patamares de velocidade: 10 km/h.

B.2.2.2.7.4 Duração do ensaio a cada patamar de velocidade, exceto o último: 10 minutos.

B.2.2.2.7.5 Duração do último patamar de ensaio: 20 minutos.

B.2.2.2.7.6 Duração total do ensaio: 1h.

B.2.2.2.7.7 Velocidade máxima do ensaio.

B.2.2.2.7.7.1 Quando for utilizado tambor de 2,0m, a velocidade máxima do ensaio é a que está marcada no pneu, através do índice de velocidade.

B.2.2.2.7.7.2 Quando for utilizado tambor de 1,7m a velocidade máxima do ensaio é a que está marcada no pneu, através do índice de velocidade, diminuída de 10 km/h.

B.2.2.2.8 Para os pneus com velocidade máxima de 300 km/h (símbolo de velocidade "Y"), a duração do patamar inicial do ensaio é de 20 minutos e no patamar final é de 10 minutos.

B.2.2.2.9 Medir, no mínimo, após 6 horas da parada da máquina, o diâmetro externo do pneu, conforme item B.2.2.1.7.

B.2.2.2.10 O procedimento a seguir para o segundo ensaio realizado para avaliar o desempenho de um pneu concebido para velocidades superiores a 300 km/h é a seguinte:

B.2.2.2.11 Aplicar uma carga igual a 80% da carga máxima associada à velocidade máxima definida pelo fabricante do pneu.

B.2.2.2.12 O ensaio deve ser realizado de maneira contínua, do seguinte modo:

B.2.2.2.12.1 Dez minutos para passar da velocidade 0 (zero) à velocidade máxima estabelecida pelo fabricante do pneu.

B.2.2.2.12.2 Cinco minutos à velocidade de ensaio máxima.

B.2.2.2.12.3 A medição do diâmetro externo do pneu deve ser realizada, no mínimo, após seis horas do término do ensaio de velocidade sob carga. O valor medido não deve exceder 3,5% do valor medido do diâmetro externo antes do ensaio.

B.3 PNEUS DE VEÍCULOS COMERCIAIS, COMERCIAIS LEVES E SEUS REBOCADOS

B.3.1 ENSAIO DIMENSIONAL

B.3.1.1 Montar o conjunto de ensaio em conformidade com o indicado nas tabelas do Manual Técnico ALAPA.

B.3.1.2 Inflá-lo a pressão indicada pelo fabricante para carga máxima admissível, correspondente ao seu índice de carga máxima. Não havendo indicação específica do fabricante, reportar-se às tabelas do Manual Técnico da ALAPA.

B.3.1.3 Condicionar o conjunto de ensaio à temperatura ambiente do laboratório, 20°C ou acima, durante pelo menos 24 horas.

B.3.1.4 Ajustar a pressão ao valor especificado no item B.3.1.2 acima.

B.3.1.5 Medir, tendo em conta a espessura das nervuras ou cordões de proteção, a largura total em seis pontos regularmente espaçados; adotar como largura total o valor máximo medido.

B.3.1.6 Determinar o diâmetro externo medindo o perímetro máximo e dividindo este valor por π (3,1416).

B.3.2 ENSAIO DE VELOCIDADE SOB CARGA

B.3.2.1 Preparação do ensaio

B.3.2.1.1 Montar o conjunto de ensaio, conforme indicado no Manual Técnico ALAPA.

B.3.2.1.2 Utilizar uma câmara de ar, válvula e protetor (quando necessário) no caso de pneus para uso com câmara de ar.

B.3.2.1.3 Inflá-lo a uma pressão correspondente a carga máxima admissível para o pneu, conforme indicado nas tabelas do Manual Técnico ALAPA.

B.3.2.1.4 O conjunto de ensaio deve ficar condicionado por um período mínimo de três horas na temperatura ambiente do laboratório, 20°C ou acima.

B.3.2.1.5 Ajustar a pressão do pneu à especificada no item B.3.1.2 acima.

B.3.2.1.6 Determinar o diâmetro externo do pneu, medindo o perímetro máximo externo e dividindo este valor por π (3,1416).

B.3.2.2 Realização do ensaio

B.3.2.2.1 Montar o conjunto de ensaio na máquina de ensaio de velocidade sob carga.

B.3.2.2.2 Aplicar uma carga, expressa em porcentagem da carga correspondente ao índice de carga gravado no flanco do pneu, em conformidade com os programas descritos abaixo:

B.3.2.2.2.1 No caso de pneus cuja categoria de velocidade seja superior a “P” proceder conforme descrito no item B.3.3.

B.3.2.2.2.2 Para todos outros tipos de pneus, o programa de ensaio de velocidade sob carga está descrito na Tabela 8 deste anexo.

B.3.2.2.2.3 Determinar o diâmetro externo medindo o perímetro máximo externo e dividindo este valor por π (3,1416).

B.3.2.2.2.4 Durante toda a duração do ensaio, a pressão do pneu não deve ser corrigida e a carga deve ser mantida constante ao longo de cada patamar especificado nos programas de ensaio.

B.3.2.2.2.5 Durante o ensaio, a temperatura do laboratório deve ser mantida 20°C ou acima.

B.3.2.2.2.6 O programa de ensaio de velocidade sob carga deve ser aplicado sem interrupção.

B.3.2.2.2.7 No caso de pneus que apresentem mais de uma indicação de índice de carga e de velocidade, o ensaio deve ser repetido, em outra amostra, nas condições alternativas de índices de velocidade e de carga indicada pelo fabricante.

B.3.2.2.7 As Tabelas 9 e 10 trazem informações complementares para a avaliação deste requisito.

B.3.3 ENSAIO DE VELOCIDADE SOB CARGA PARA OS PNEUS DE VEÍCULOS COMERCIAIS QUE PERTENCEM, NO MÍNIMO À CATEGORIA DE VELOCIDADE “Q”.

B.3.3.1 Este ensaio é aplicável a:

B.3.3.1.1 Todos os pneus cujo índice de capacidade de carga, em montagem simples, seja no máximo de 121.

B.3.3.1.2 Pneus incluindo o índice de capacidade de carga superior a 121 e que ostentem a marcação “C” ou “LT” em sua designação.

B.3.3.2 A carga aplicada, expressa em porcentagem da carga correspondente ao índice de carga, deve seguir a programação definida na Tabela 8 e as seguintes condições:

- a) 90% se o ensaio for efetuado em uma máquina de ensaio com roda de 1,7 m de diâmetro
- b) 92% se o ensaio for efetuado em uma máquina de ensaio com roda de 2,0 m de diâmetro.

B.3.3.3 Velocidade inicial de ensaio: velocidade correspondente ao símbolo de categoria de velocidade menos 20 Km/h.

B.3.3.3.1 Tempo para atingir a velocidade inicial de ensaio: 10 minutos.

B.3.3.3.2 Duração da primeira fase: 10 minutos.

B.3.3.4 Velocidade da segunda fase de ensaio: velocidade correspondente ao símbolo de categoria de velocidade menos 10 Km/h.

B.3.3.4.1 Duração da segunda fase: 10 minutos.

B.3.3.5 Velocidade final de ensaio: velocidade correspondente ao símbolo de categoria de velocidade.

B.3.3.5.1 Duração da fase final: 30 minutos.

B.3.3.6 Duração total do ensaio: 1 hora.

Tabela 8: Programação do ensaio de velocidade sob carga em pneus das Categorias C3 e C4

Índice de carga	Categoria de velocidade	Velocidade da máquina de ensaio com roda de diâmetro de 1,7 m (rpm)		Carga a ser aplicada sobre a roda da máquina de ensaio em % ao índice de carga marcado no pneu		
		Radial	Diagonal	7 h	16 h	24 h
≥ 122	F	100	100	66%	84%	101%
	G	125	100			
	J	150	125			
	K	175	150			
	L	200	-			
	M	225	-			
≤ 121	F	100	100	70%	88%	106%
	G	125	125			
	J	150	150			
	K	175	175			
	L	200	175			

				4 h	6 h	24 h
	M	250	200	75%	97%	114%
	N	275	-			
	P	300	-			

Nota 1 O pneu para "serviços especiais" deve ser ensaiado a uma velocidade igual a 85% da velocidade prescrita na tabela acima, desde que o fabricante evidencie a aplicação do mesmo ou através de especificações técnicas.

Nota 2: Os pneus que têm um índice de capacidade de carga maior ou igual a 122, pertencendo às categorias de velocidade N ou P e levando a gravação adicional "LT" ou "C", devem ser ensaiados de acordo com o mesmo programa que o indicado no quadro acima para os pneus que têm um índice de capacidade de carga menor ou igual a 121.

Nota 3: Caso métodos de ensaio sejam adotados distintos dos descritos no item 2 acima, suas equivalências devem ser demonstradas.

Tabela 9: Equivalência de Rotações (rpm) entre os tambores de máquinas de ensaio de velocidade sob carga para diâmetros de 1,7 m e 2,0 m.

Velocidade Periférica (km/h)	Roda 2,0 metros (rpm)	Roda 1,7 metros (rpm)
300	796	937
270	716	843
260	690	811
250	663	780
240	647	749
230	610	718
220	584	687
210	557	655
200	531	624
190	504	593
180	477	562
170	451	531
160	424	499
150	399	468
140	371	437
130	345	406
120	318	374
110	292	343
100	265	312
90	239	281
80	212	250

Memória de cálculo: Para velocidade de 270 km/h e tambor de 1,7 m.

$$\text{Velocidade Periférica (m/min)} = \text{Velocidade do pneu (km/h)} \times 1000 / 60 \text{ min}$$

Velocidade Periférica = $270 \times 1000/60 = 4500$ m/min

rpm = Velocidade Periférica / $\pi \times$ Diâmetro da Roda

rpm = $4500/ 3,14 \times 1,70 = 843$ rpm

Tabela 10: Equivalência entre unidades de pressão

kPa	bar	Lb/pol ² (psi)	kg/cm ²
100	1,0	15	1,0
150	1,5	22	1,5
200	2,0	29	2,0
250	2,5	36	2,6
300	3,0	44	3,1
350	3,5	51	3,6
400	4,0	58	4,1
450	4,5	65	4,6
500	5,0	73	5,1
550	5,5	80	5,6
600	6,0	87	6,1
650	6,5	94	6,6
700	7,0	102	7,1
750	7,5	109	7,7
800	8,0	116	8,2
850	8,5	123	8,7
900	9,0	131	9,2
950	9,5	138	9,7
1000	10,0	145	10,2
1050	10,5	152	10,7

B.4. PNEUS DE AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS, INCLUSIVE OS DE USO MISTO E REBOCADOS, VEÍCULOS COMERCIAIS, COMERCIAIS LEVES E SEUS REBOCADOS - ENSAIOS DE DESEMPENHO

B.4.1 Os ensaios de desempenho devem ser realizados de acordo com a amostragem definida na Tabela 2 do RAC.

B.4.2 Para a realização do Ensaio de Aderência em Pista Molhada, caso seja adotado o método de medição em trailer, apenas 01 (uma) unidade de modelo comercial será suficiente como número de amostras de prova, 01 (uma) unidade como número de amostras de contraprova e 01 (uma) unidade como número de amostras de testemunha.

B.4.3 Durante a realização do ensaio de emissão sonora (ruído), conforme norma técnica ISO 13325 é permitida a utilização de carga por pneu entre um intervalo de 50% a 90% com relação ao índice de carga do pneu, mantendo a média de carga do veículo de 75% +/- 5%, conforme especificado.

B.4.3.1 Uma vez realizado o ensaio de emissão sonora, segundo as normas técnicas ISO 13325 e ISO 10884, para o cálculo do nível de pressão sonora (ruído) deve-se subtrair 1dB (A) do resultado encontrado e após subtração, arredondar para o valor inteiro inferior mais próximo.

B.4.3.2 O nível de pressão sonora (ruído) deve ser medido na curva "A". Para fins de facilitar a assimilação do consumidor, os valores medidos em "dB(A)" constarão na Etiqueta de Conservação de Energia (ENCE) e em outras formas de divulgação como "dB".

B.4.4 Os critérios de aceitação de todos os parâmetros de desempenho são considerados conformes quando estiverem dentro da classificação declarada, ou em qualquer faixa melhor que a declarada. Quando a classificação encontrada for pior que a declarada, deve ser aplicada uma tolerância de:

- a) + 0,3 Kg/t do valor máximo da faixa declarada para resistência ao rolamento;
- b) – 0,03 do valor mínimo da faixa declarada para aderência em pista molhada; e
- c) + 1 dB do valor máximo da faixa declarada para emissão sonora (ruído).”

~~**B.4.5** Pneus com marcação "M+S" ou "M+S" e "3PMSF" devem ser testados com os parâmetros aplicados ao pneu de categoria normal, uma vez que não existe a categoria do pneu de neve no presente regulamento.~~

B.4.5 Pneus com marcação "M+S" ou "M+S" e "3PMSF" devem ser avaliados conforme os mesmos parâmetros, critérios e ensaios previstos neste regulamento e nas normas nele referenciadas.

(Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022)

ANEXO C – CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PNEUS NOS ENSAIOS DE DESEMPENHO

Coeficiente de resistência ao rolamento avaliado de acordo com a norma ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 6					
Pneus C2 para veículos de passeio		Pneus C3 para comerciais leves		Pneus C4 para caminhões e ônibus	
RRC em kg/t	Classificação de eficiência energética	RRC em kg/t	Classificação de eficiência energética	RRC em kg/t	Classificação de eficiência energética
RRC ≤ 6,5	A	RRC ≤ 5,5	A	RRC ≤ 4,0	A
6,6 ≤ RRC ≤ 7,7	B	5,6 ≤ RRC ≤ 6,7	B	4,1 ≤ RRC ≤ 5,0	B
7,8 ≤ RRC ≤ 9,0	C	6,8 ≤ RRC ≤ 8,0	C	5,1 ≤ RRC ≤ 6,0	C
-	D	-	D	6,1 ≤ RRC ≤ 7,0	D
9,1 ≤ RRC ≤ 10,5	E	8,1 ≤ RRC ≤ 9,2	E	7,1 ≤ RRC ≤ 8,0	E
10,6 ≤ RRC ≤ 12,0	F	9,3 ≤ RRC ≤ 10,5	F	-	F
-	G	-	G	-	G
Limite máximo de Coeficiente de resistência ao rolamento avaliado de acordo com a norma ISO 28580 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 6					
12,0		10,5		8,0	

Coeficiente de aderência em pista molhada avaliado de acordo com as normas ISO 23671, ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 5					
Pneus C2 para veículos de passeio		Pneus C3 para comerciais leves		Pneus C4 para caminhões e ônibus	
G	Classificação de aderência em pista molhada	G	Classificação de aderência em pista molhada	G	Classificação de aderência em pista molhada
1,55 ≤ G	A	1,40 ≤ G	A	1,25 ≤ G	A
1,40 ≤ G ≤ 1,54	B	1,25 ≤ G ≤ 1,39	B	1,10 ≤ G ≤ 1,24	B
1,25 ≤ G ≤ 1,39	C	1,10 ≤ G ≤ 1,24	C	0,95 ≤ G ≤ 1,09	C
-	D	-	D	0,80 ≤ G ≤ 0,94	D
1,10 ≤ G ≤ 1,24	E	0,95 ≤ G ≤ 1,09	E	0,65 ≤ G ≤ 0,79	E
-	F	-	F	-	F
Limite mínimo de Coeficiente de aderência em pista molhada avaliado de acordo com as normas ISO 23671, ISO 15222 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 5					
1,10		0,95		0,65	

Nível de pressão sonora (ruído), de acordo com as normas ISO 13325 e ISO 10844	
Classificação de nível de pressão sonora	LV
1	Para as categorias C2, C3 e C4, LV ≤ 69 dB (A)
2	Para as categorias C2, C3 e C4, 69 dB (A) < LV ≤ 72 dB (A)
3	Para a categoria C2, 72 dB (A) < LV ≤ 75 dB (A)
	Para a categoria C3, 72 dB (A) < LV ≤ 77 dB (A)
	Para a categoria C4, 72 dB (A) < LV ≤ 78 dB (A)
Limite máximo do nível de pressão sonora (ruído) avaliado de acordo com a norma ISO 10844, ISO 13325 ou Regulamento UN Nº 117, Anexo 3	
Para a categoria C2, 75 dB (A)	
Para a categoria C3, 77 dB (A)	
Para a categoria C4, 78 dB (A)	

ANEXO D – TABELA DE DESEMPENHO



INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM



Tabelas de Consumo / Eficiência Energética

Pneus Novos

Empresas

Marcas

0 Modelos Etiquetados

0 com Selo Conpet:

Empresa	Marca	Modelo	Largura nominal	Relação nominal de aspecto	Diâmetro interno	Tipo de construção	Códigos comerciais	Coefficiente de resistência ao rolamento	Classificação de eficiência energética	Coefficiente de aderência em pista molhada	Classificação de aderência em pista molhada	Nível de pressão sonora	Índice de carga	Índice de velocidade

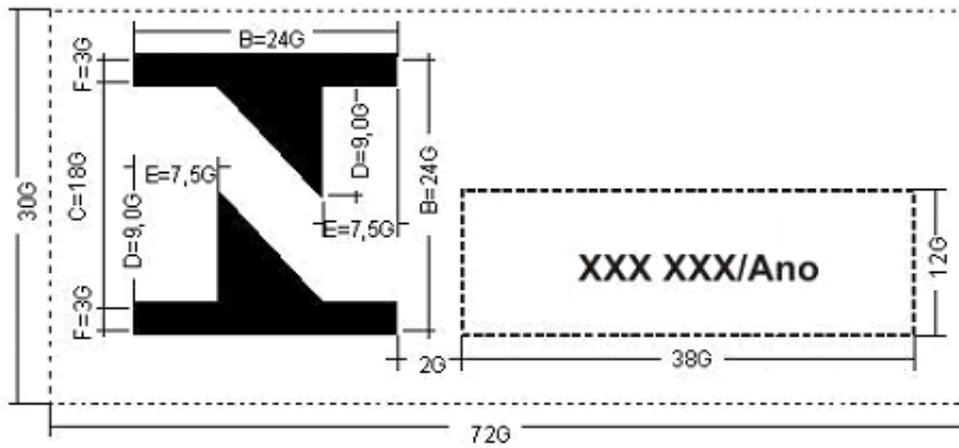


1. O Selo de Identificação da Conformidade deve ser apostado durante a vulcanização do pneu, de modo a ser permanente e indelével.
2. Para todas as famílias, de forma visível, indelével e em local que fique preservado durante sua utilização, visível ao consumidor, a identificação deve ser gravada em pelo menos um dos flancos do pneu em alto relevo, produzida durante a vulcanização, original no molde, composta pela marca do Inmetro, conforme as Figuras 1 ou 2 deste Anexo.
3. Em casos excepcionais, e desde que justificada esta condição, pode ser admitida outra forma de aposição do Selo de Identificação da Conformidade, resguardando-se os requisitos de legibilidade e indelebilidade do mesmo, tendo a opção de ser em alto ou baixo relevo. Nestes casos o Inmetro deve, obrigatoriamente, ser consultado.
4. Famílias já certificadas à época da publicação deste Regulamento Consolidado, poderão manter o padrão de Selo vulcanizado conforme Figura 1, ou o Selo de Identificação da Conformidade em uma das opções estabelecidas na Figura 2.
5. No caso de famílias de pneus das Categorias C2, C3 e C4, além do cumprimento das disposições anteriores, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE deve ser aposta de forma adesiva, no produto, sobre a banda de rodagem dos pneus, de forma que fique visível ao consumidor, conforme Figura 3.
- ~~5.1 A aposição da ENCE não é aplicável nos pneus para os quais os requisitos de desempenho não são avaliados conforme descrito no item 2.2 do Anexo VI~~
- 5.1 A aposição da ENCE não é aplicável nos pneus para os quais os requisitos de desempenho não são avaliados conforme descrito no item 2 do Anexo VI.

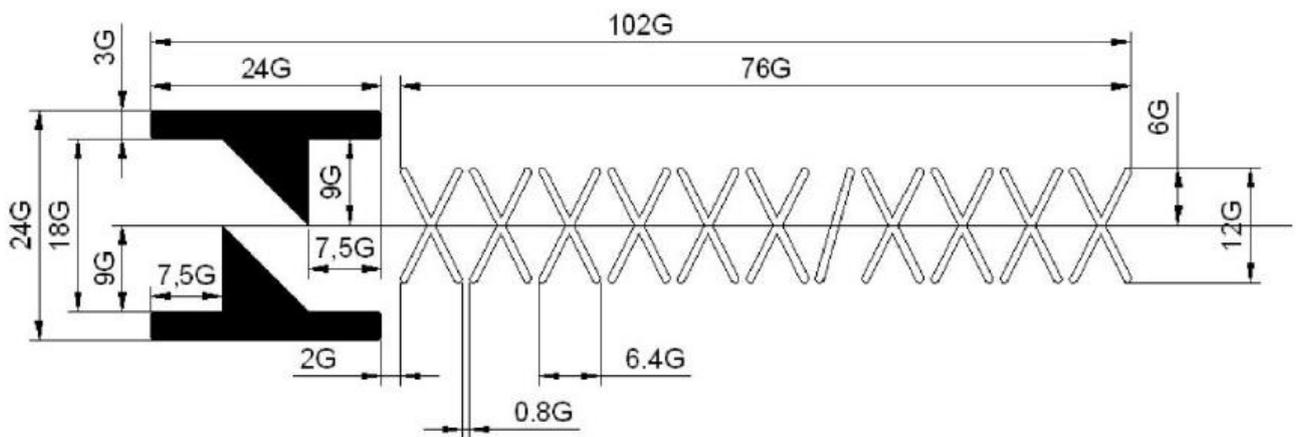
Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022

- 5.2 O fornecedor deve acrescentar, no mínimo, sua marca e/ou logo, bem como o modelo do pneu (mesmo nome de modelo citado no Memorial Descrito), seu índice de carga, categoria de velocidade na etiqueta, junto à ENCE, em qualquer padrão de cor, formato ou desenho desde que estas informações não prejudiquem a visualização das informações contidas na ENCE. A superfície total do adesivo não deve ser superior a 250 cm² e a altura total do adesivo não deve ser superior a 220 mm.
- 5.3 O arquivo para impressão gráfica da ENCE deve ser obtido por meio do canal selos.dconf@inmetro.gov.br.

Figura 1 – Selo de identificação da Conformidade para as famílias de pneus já certificadas e registradas à época de publicação deste Regulamento Consolidado.

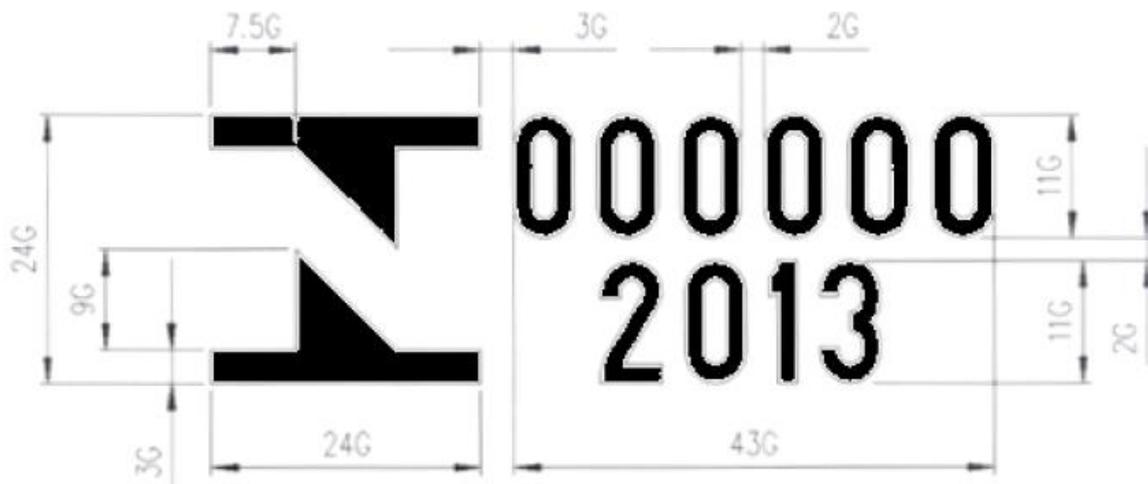


Ou:



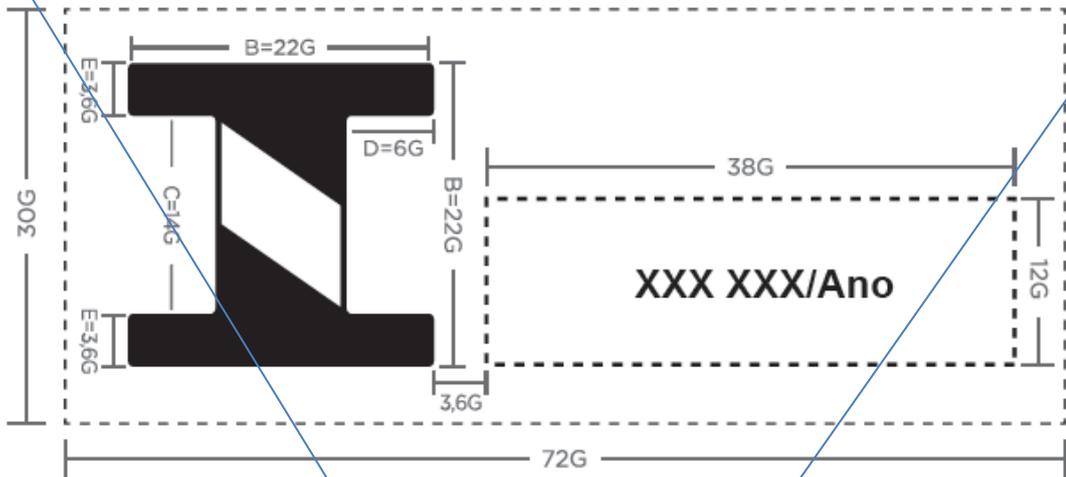
Molde (G mínimo = 0,25 mm)

Ou:



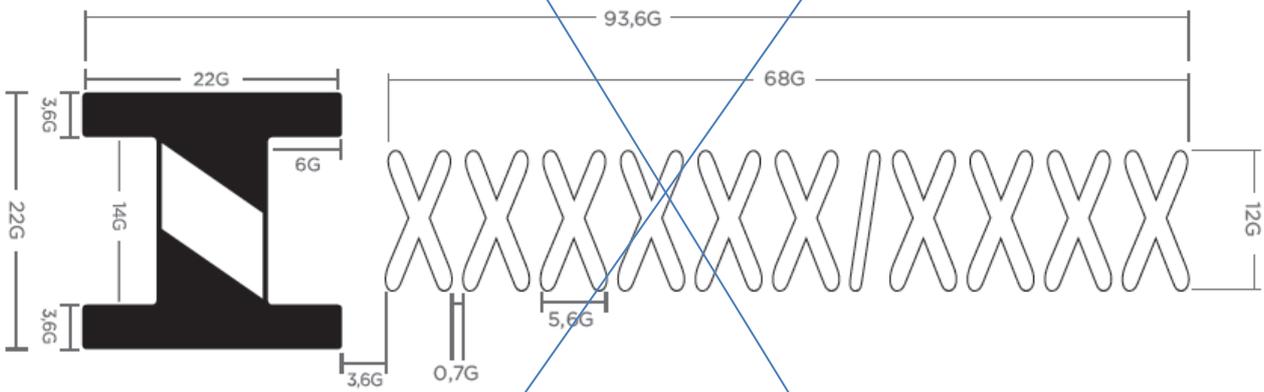
Molde (G mínimo = 0,25 mm)

Figura 2 – Selo de Identificação da Conformidade para novas famílias de pneus



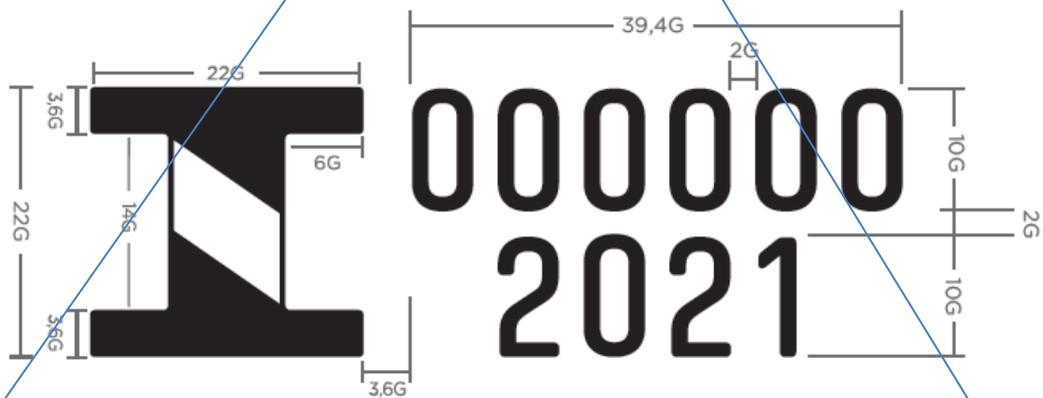
Molde (G mínimo = 0,25mm)

Ou

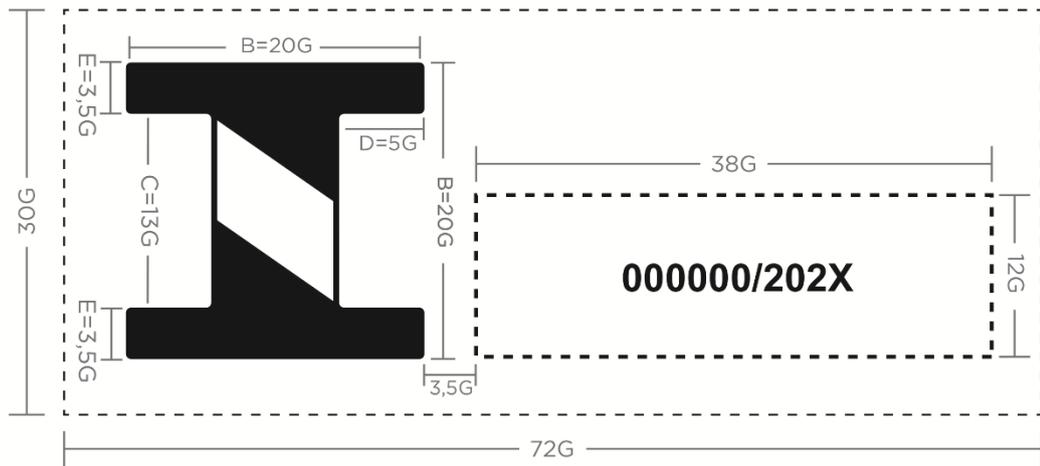


Molde (G mínimo = 0,25mm)

Ou

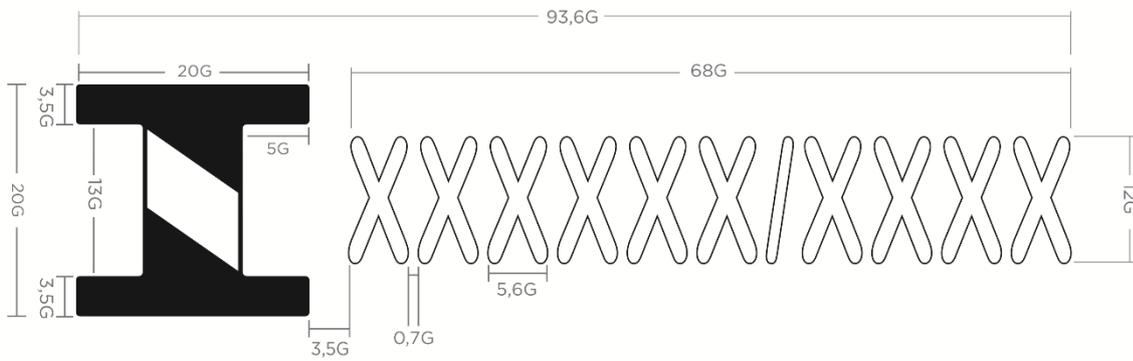


Molde (G mínimo = 0,25mm)



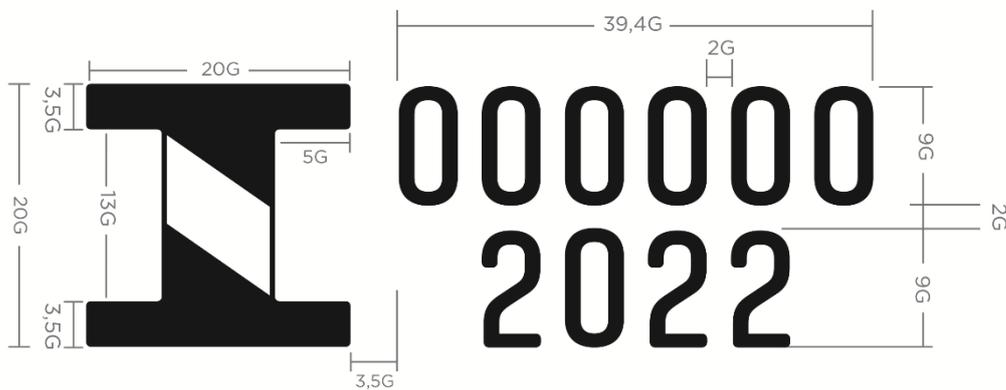
Molde (G mínimo = 0,25mm)

Ou



Molde (G mínimo = 0,25mm)

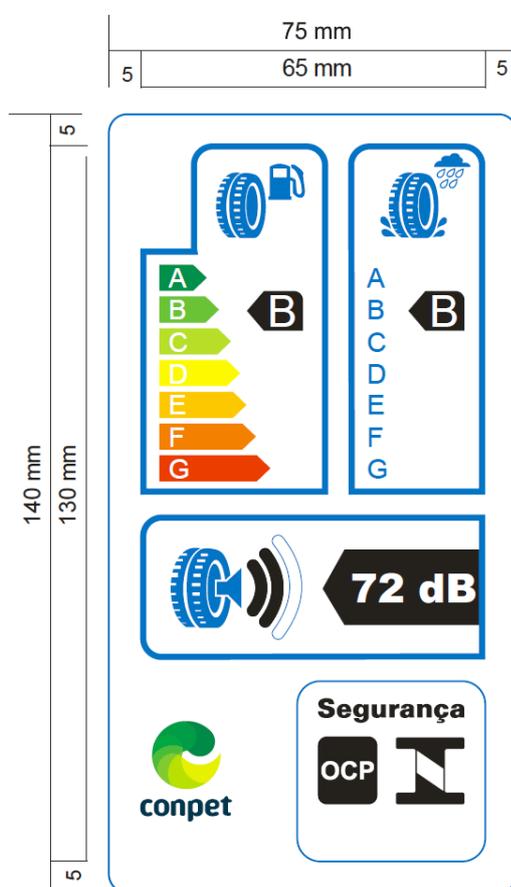
Ou



Molde (G mínimo = 0,25mm)

A dimensão mínima do símbolo “l” constante no Selo de Identificação da Conformidade (Figuras 1 ou 2) deve ser de, no mínimo, 5mm.

Figura 3- Formato e dimensões da ENCE para pneus novos, das Categorias C2, C3 e C4.



5.4 A ENCE deve atender aos seguintes padrões gráficos e dimensionais:

- 75mm de largura e 140mm de comprimento.
- Cores no padrão CMYK – ciano, magenta, amarelo e preto – com a codificação 00-70-X-00;
- Eficiência energética
 - pictograma – largura de 19,5 mm e altura de 18,5 mm;
 - quadro do pictograma – **stroke** de 3,5 pt, largura de 26 mm, altura de 23 mm;
 - quadro de classificação – **stroke** de 1 pt;
 - quadro final – **stroke** de 3,5 pt, largura de 36 mm e cor X-10-00-05;
- Aderência em pista molhada
 - pictograma – largura de 19 mm e altura de 19 mm;
 - quadro do pictograma – **stroke** de 3,5 pt, largura de 26 mm, altura de 23 mm;
 - quadro de classificação – **stroke** de 1 pt;
 - quadro final – **stroke** de 3,5 pt, largura de 26 mm e cor X-10-00-05;

e) Nível de pressão sonora (ruído)

- pictograma – largura de 14 mm e altura de 15 mm;
- quadro do pictograma – **stroke** de 3,5 pt, largura de 26 mm, altura de 24 mm;
- quadro de classificação – **stroke** de 1 pt, com as ondas de classificação na cor 100% preto;
- quadro final – **stroke** de 3,5 pt, largura de 24 mm e cor X-10-00-05.

f) Borda da etiqueta

- **stroke** de 1,5 pt e cor X-10-00-05;

g) Escala de “A” a “G”

- g.1) Setas: altura de 4,75 mm, espaçamento de 0,75 mm, **stroke** preto de 0,5 pt e cores:
 - A: X-00-X-00;
 - B: 70-00-X-00;
 - C: 30-00-X-00;
 - D: 00-00-X-00;
 - E: 00-30-X-00;
 - F: 00-70-X-00;
 - G: 00-X-X-00.

g.2) Texto: Helvetica Bold 12 pt, 100 % branco, **outline** preto de 0,5 pt;

h) Classificação

- Setas: largura de 16 mm, altura de 10 mm, 100% preto;
- Texto: Helvetica Bold 27 pt, 100 % branco;

i) Tamanho das linhas

- **stroke** de 0,5 pt e intervalo da linha **dashed** de 5,5 mm na cor 100% preto;

j) Tamanho do texto

- Texto: Helvetica Bold 11 pt, 100 % preto;

k) Valor de nível de pressão sonora (ruído)

- Setas: largura de 25,25 mm, altura de 10 mm e cor 100% preto;
- Texto: Helvetica Bold 20 pt, 100 % branco;
- Texto da unidade: Helvetica Bold 13 pt, 100 % branco;

l) Classificação do nível de pressão sonora (ruído)

- largura de 8,25 mm, altura de 15,5 mm e cor 100% preto;

m) Todo o fundo deve ser branco.



ANEXO VI – PNEUS EXCLUÍDOS DO ESCOPO

~~1. Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento, pneus novos:~~

- ~~a) exclusivos para bicicletas ou veículos com índice de velocidade inferior a 80km/h;~~
- ~~b) para uso fora das vias públicas, ou fabricados exclusivamente para:~~
 - ~~b.1) máquinas, implementos e equipamentos agrícolas;~~
 - ~~b.2) veículos de competições;~~
 - ~~b.3) veículos militares;~~
 - ~~b.4) veículos industriais e empilhadeiras;~~
 - ~~b.5) pneus de veículos de coleção;~~
 - ~~b.6) veículos não motorizados.~~

1. Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento, pneus novos:

- a) exclusivos para bicicletas ou veículos com índice de velocidade inferior a 80km/h;
- b) para uso fora das vias públicas, ou fabricados exclusivamente para:
 - b.1) máquinas, implementos e equipamentos agrícolas;
 - b.2) veículos de competições;
 - b.3) veículos militares;
 - b.4) veículos industriais e empilhadeiras;
 - b.5) veículos não motorizados.

Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022

~~2. Os requisitos de desempenho não são aplicáveis para pneus que atendem as características de construção ou aplicações indicadas:~~

- ~~a) pneus de construção diagonal;~~
- ~~b) pneus destinados ao uso exclusivamente temporário que apresentem marcação de forma indelével "Uso Temporário ou "Temporary Use Only";~~
- ~~c) pneus de motocicletas, motonetas e ciclomotores;~~
- ~~d) pneus de veículos de coleção;~~
- ~~e) pneus com índices de velocidade menor que 80 km/h;~~
- ~~f) pneus destinados exclusivamente ao uso em neve;~~
- ~~g) pneus tipo "**Professional Off Road**" (POR), que são aqueles projetados para uso em serviços fora das estradas e em condições severas, e que apresentam simultaneamente as seguintes características:~~
 - ~~g.1) pneus novos destinados a automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados com profundidade de sulco ≥ 11 mm, símbolo de velocidade $\leq Q$, **void to fill ratio** $\geq 35\%$;~~
 - ~~g.2) pneus novos destinados a veículos comerciais leves e rebocados com profundidade de sulco ≥ 11 mm, símbolo de velocidade $\leq Q$, **void to fill ratio** $\geq 35\%$;~~

~~g.3) pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados com profundidade de sulco ≥ 16 mm, símbolo de velocidade $\leq K$, **void to fill ratio** $\geq 35\%$;~~

~~h) pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados do tipo radial, projetados para uso misto, apenas no eixo de tração, onde a aplicação requer mais aderência na superfície de rolamento e que apresentem, simultaneamente, as seguintes características:~~

~~h.1) profundidade de sulco ≥ 18 mm;~~

~~h.2) símbolo velocidade $\leq K$;~~

~~h.3) **void to fill ratio** $\geq 30\%$.~~

2. Os requisitos de desempenho não são aplicáveis para pneus que atendem as características de construção ou aplicações indicadas:

a) pneus de construção diagonal;

b) pneus destinados ao uso exclusivamente temporário que apresentem marcação de forma indelével "Uso Temporário ou **Temporary Use Only**";

c) pneus de motocicletas, motonetas e ciclomotores;

d) pneus para uso em veículos de coleção;

e) pneus com índices de velocidade menor que 80 km/h;

f) pneus tipo "**Professional Off Road**" (POR), que são aqueles projetados para uso em serviços fora das estradas e em condições severas, e que apresentam simultaneamente as seguintes características:

f.1) pneus novos destinados a automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados com profundidade de sulco ≥ 11 mm, símbolo de velocidade $\leq Q$, **void to fill ratio** $\geq 35\%$;

f.2) pneus novos destinados a veículos comerciais leves e rebocados com profundidade de sulco ≥ 11 mm, símbolo de velocidade $\leq Q$, **void to fill ratio** $\geq 35\%$;

f.3) pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados com profundidade de sulco ≥ 16 mm, símbolo de velocidade $\leq K$, **void to fill ratio** $\geq 35\%$;

g) pneus novos destinados a veículos comerciais e rebocados do tipo radial, projetados para uso misto, apenas no eixo de tração, onde a aplicação requer mais aderência na superfície de rolamento e que apresentem, simultaneamente, as seguintes características:

g.1) profundidade de sulco ≥ 18 mm;

g.2) símbolo velocidade $\leq K$;

g.3) **void to fill ratio** $\geq 30\%$.

Retificação publicada no Diário Oficial da União de 20/05/2022

RADAR

Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros

[🏠](#) > [Tela Anterior](#)

Situação da Habilitação para Operar no Comércio Exterior

Contribuinte: 10.158.356/0001-01 CPX DISTRIBUIDORA S/A**Situação da Habilitação:** DEFERIDA**Data da Situação:** 19/07/2019**Modalidade:** PESSOA FISICA E JURIDICA**Submodalidade:** ILIMITADA**Operações Autorizadas:** IMPORTACAO E EXPORTACAO**Observações:**

- a. A habilitação para operar no comércio exterior é concedida à matriz da pessoa jurídica cadastrada no ato da requisição da habilitação e abrange todos seus estabelecimentos (matriz e filiais).
- b. As informações aqui contidas representam a última situação da habilitação de declarantes de mercadorias (importadores, exportadores, adquirentes de mercadorias importadas por sua conta e ordem, encomendantes de mercadorias importadas e as pessoas jurídicas sediadas na Zona Franca de Manaus) para atuarem no comércio exterior e destinam-se, sobretudo, à consulta por instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a realizar operações cambiais com a finalidade de satisfação financeira de operações de comércio exterior.
- c. Para comprovação de Inscrição e de Situação Cadastral da pessoa jurídica (matriz e filiais) deve ser usada a consulta pública da Redesim.

[Instrução Normativa RFB nº 1.984, de 27 de outubro de 2020.](#)

[Nova Consulta](#)[Imprimir](#)



CPX DISTRIBUIDORA S/A.

CNPJ: 10.158.356/0001-01

NIRE: 4230.004.512-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** 12 de novembro de 2024, às 09:30 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, sala 02, bairro Itaipava, CEP: 88316-001.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no § 4º do art. 124, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Vitor das Neves Leme e secretariados pelo Sr. Joel Goncalves de Deus.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(I)** Baixa da **filial 07**, situada no Município de Serra, Estado do Espírito Santo; **(II)** Baixa da **filial 14**, situada no Município de Ananindeua, Estado do Pará; **(III)** Baixa da **filial 30**, situada no Município de Fortaleza, Estado do Ceará; **(IV)** Baixa da **filial 35**, situada no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba; **(V)** Baixa da **filial 36**, situada no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais; **(VI)** Baixa da **filial 37**, situada no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais; **(VII)** Baixa da **filial 45**, situada no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais; **(VIII)** Baixa da **filial 50** situada no Município de Crato, Estado do Ceará; **(IX)** Baixa da **filial 51**, situada no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte; **(X)** Abertura da **filial 54**, situada no Município de Fortaleza, Estado do Ceará; **(XI)** Abertura da **filial 55**, situada no Município de Balsas, Estado do Rio de Janeiro; **(XVII)**



Abertura da **filial 56**, situada no Município de Itajaí, Estado do Santa Catarina;
(XIII) Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: **(I)** Baixar a **filial 07**, situada na Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, Nº 1765, Galpão 02, Bairro Portal de Jacaraípe, Município de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29173-795, inscrita no CNPJ 10.158.356/0008-88 e NIRE 32900443061; **(II)** Baixar a **filial 14**, situada na Rodovia BR-316, Nº 100, Galpão Industrial, Km 07, Sala 02, bairro Águas Lindas, no município de Ananindeua, Estado do Pará, CEP: 67020-000, inscrita no CNPJ 10.158.356/0015-07 e NIRE 15902018445; **(III)** Baixar a **filial 30**, situada na Rua Neuzinha Parente, Nº 600 A, Sala 01, Bairro Jangurussu, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60870-810. CNPJ 10.158.356/0032-08 e NIRE 23920022919; **(IV)** Baixar a **filial 35**, situada na Rua das Indústrias, Nº 400, Galpão 03, bairro Distrito Industrial, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58082-050, CNPJ n.º 10.158.356/0037-12 e NIRE 25900454696; **(V)** Baixar a **filial 36**, situada na Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, Nº 6860, bairro Aeroporto Jatobá II, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37557-500, CNPJ 10.158.356/0038-01 e NIRE 31920087715; **(VI)** Baixar a **filial 37**, situada na Rodovia BR-251, S/N, Km 522, Galpão 102, bairro Chacara Recanto dos Aracas, no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, CEP 39404-128. CNPJ 10.158.356/0039-84 e NIRE 31920090821; **(VII)** Baixar a **filial 45**, situada na Avenida Doutor Simeao de Faria, Nº 20, Galpão 01 e 02, Bairro Santa Cruz, Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, CEP 36088-000, CNPJ n.º 10.158.356/0048-75 e NIRE 31920105161; **(VIII)** Baixar a **filial 50**, situada na Avenida Padre Cicero, S/N, Km 02, Galpão 01, Bairro Muriti, Município de Crato, Estado do Ceará, CEP 63132-015, CNPJ 10.158.356/0053-32 e NIRE 23920030890; **(IX)** Baixar a **filial 51**, situada na Rua Amélia Marinho, Nº 2201, Bairro Bela Vista, Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59612-035, CNPJ 10.158.356/0054-13, e NIRE 24900459468; **(X)** Abrir a **filial 54**, situada na Rua Neuzinha Parente, Nº 600, A, Bairro Jangurussu, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60870-810, com o objeto social: Comercio atacadista de pneumáticos e câmaras de

Página 2 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

ar; **(XI)** Abrir a **filial 55**, situada na Rodovia Presidente Dutra, Nº 180, Km 268, Galpão 4, Bairro Boa Sorte, Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27343-000, com o objeto social: Comercio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças; **(XII)** Abrir a **filial 56**, situada na Rodovia Jorge Lacerda, Nº 1208, Area A Area B, Galpão 1, Modulo AB, Bairro Espinheiros, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88317-100, com o objeto social: Comercio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças; **(XIII)** Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual consolidado passa a vigorar com a redação abaixo.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º: A CPX DISTRIBUIDORA S/A. é uma sociedade anônima regularmente constituída, que se rege por este Estatuto, pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou outra que vier a substituí-la, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

ARTIGO 2º: A sociedade adota o sistema de Capital Fechado.

ARTIGO 3º: A companhia tem sede e foro na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Sala 02, Bairro Itaipava, CEP 88.316-001, na cidade de Itajaí no estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A companhia pode abrir filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, a critério de qualquer diretor acionista, ainda que não seja detentor do capital majoritário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A companhia mantém filiais nos seguintes endereços:

FILIAL 01 - Avenida Francisco Silveira Bitencourt, Nº 1359, Galpão 10, bairro Sarandi, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 91150-010, CNPJ 10.158.356/0002-92 registrada na JUCERGS sob nº 4390.133.420-6 em 08/11/2008.

FILIAL 02 - Avenida Getúlio Dorneles Vargas, S/N, Quadra 524 A, Lote 04, Bairro Líder, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

Página 3 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

18/11/2024

CEP: 89805-186, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0003-73 registrada na JUCESC sob n.º 42900832210 em 17/11/2008.

FILIAL 03 - Rodovia BR-101 Sul, S/N, KM 79,70, Bairro Jardim Jordão, CEP 54320-230 Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado do Pernambuco, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0004-54, registrada na JUCEPE sob n.º 26900573173, em 21/07/2011.

FILIAL 04 - Estrada do Ganchinho Nº 957, Conjunto 07 Condomínio Logístico Pacífico CD Bloco CD de Galpões BL B, Bairro Sitio Cercado, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81935-006, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0005-35, registrada na JUCEPAR sob n.º 41901226673, em 20/09/2011.

FILIAL 05 - Rua Um, Nº 491, Galpão 01, Sala 01, Bairro: Do Comércio, Município de Contagem, Minas Gerais, CEP 32152-002, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0006-16, registrada na JUCEMG sob n.º 31902163731, em 20/09/2011.

FILIAL 06 - Estrada Benedito de Souza, Nº 10950, Galpão B1, Bairro Prata, Município de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13299-700, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0007-05, registrada na JUCESP sob n.º 35904142191, em 29/08/2011.

FILIAL 07 - Rodovia BR 101 Sul, KM 70, Nº 550, Galpão CEAGEPE DV, Canteiro Central da Lateral do Depósito do Horto, Mercado, Bairro Curado, Município de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50790-900, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0009-69, registrada na JUCEPE sob n.º 26900670004, em 18/11/2014.

FILIAL 08 - Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, Nº 1765, Galpão 01, Sala 01, Bairro Portal de Jacaraípe, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, CEP 29173-795, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0010-00, registrada na JUCEES sob n.º 32900508619, em 04/08/2016.

FILIAL 09 - Avenida Automovel Clube, Nº 7453, Lote 01-A, bairro Fazenda Mato Grosso, no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 25255-030, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0011-83, registrada sob nº 33901578522, em 14/04/2021.

FILIAL 10 - Rodovia BR 135 (Engenheiro Emiliano Macieira), Nº 28, Letra C, Km 07, Vila Maracanã, Sala 01, bairro Maracanã, no município de

Página 4 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65095-602, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0012-64, registrada sob nº 21900590561, em 26/04/2021.

FILIAL 11 - Avenida Perimetral Norte, Nº 407, Bloco A1, Bairro Faz Caveiras, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74445-360, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0013-45, registrada sob nº 52901618619, em 26/04/2021.

FILIAL 12 - SCIA Quadra 14, Conjunto 2, S/N, Lote 13, Sala 01, bairro Zona Industrial (Guara), no município de Brasília, Distrito Federal, CEP: 71250-110, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0014-26, registrada sob nº 53920014805, em 26/04/2021.

FILIAL 13 - Acesso II BR 324, nº 1796, Galpão G3, bairro Cia Sul, no município de Simões Filho, Estado da Bahia, CEP 43700-000, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0016-98, registrada sob nº 29902027454, em 09/06/2021.

FILIAL 14 - Rua Ucy Nagamine, Nº 676, bairro Universitário, município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79063-480, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0017-79, registrada sob nº 54920056622, em 02/09/2021.

FILIAL 15 - Avenida Julio Domingos de Campos (Lot A Luiza) Nº 6900, Quadra H Lote 83 e 83, Sala 02, Bairro Jardim dos Estados, Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, CEP 78.158-207. CNPJ n.º 10.158.356/0018-50, registrada sob nº 51920019694, em 02/09/2021.

FILIAL 16 - Rodovia BR-101 Sul, S/N, KM 79,70, Bairro Jardim Jordão, CEP 54320-230, Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado do Pernambuco. CNPJ n.º 10.158.356/0019-30, registrada sob nº 26902027516, em 07/12/2021.

FILIAL 17 - Rodovia Eliezer Montenegro Magalhães, Km 53, Anexo Container, Zona Rural, Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, CEP 16080-603. CNPJ n.º 10.158.356/0020-74, registrada sob nº 35920144160, em 10/01/2022.

FILIAL 18 - Rua Professor Antônio Palocci, Nº 611, Barracão G, bairro Jardim Ouro Branco, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14079-800. CNPJ n.º 10.158.356/0021-55, registrada sob nº 35920144178, em 10/01/2022.

Página 5 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

FILIAL 19 - Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, Nº 1765, Galpão 01, Bairro Portal de Jacaraípe, Município de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29173-795. CNPJ n.º 10.158.356/0022-36, registrada sob nº 32900756639, em 01/02/2022.

FILIAL 20 - Rodovia BR-116, Nº 4291, Anexo Container, Bairro Area Industrial, Município de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88514-688. CNPJ n.º 10.158.356/0023-17, registrada sob nº 42901356284, em 25/02/2022.

FILIAL 21 - ASR SE 115 Alameda 7, S/N, Quadra J, Lote 08 A, Sala 01, Bairro Plano Diretor Sul, Município de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77024-174. CNPJ n.º 10.158.356/0024-06, registrada sob nº 17900396665, em 07/04/2022.

FILIAL 22 - ASR SE 115 Alameda 7, S/N, Quadra J, Lote 08 A, Sala 02, Bairro Plano Diretor Sul, Município de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77024-174. CNPJ n.º 10.158.356/0025-89, registrada sob nº 17900396673, em 07/04/2022.

FILIAL 23 - Rua José Joaquim Costa, Nº 21, Bairro Jardim Rio 400, Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, CEP 190533-50. CNPJ n.º 10.158.356/0026-60, registrada sob nº 35920155781, em 07/04/2022.

FILIAL 24 - Rua Joao Pedro Moreira de Carvalho, Nº 1025, Lote: 07/ 08/ 09/ 28 e 29, Bairro Distrito Industrial, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, CEP 78557-527. CNPJ n.º 10.158.356/0027-40, registrada sob nº 35920155781, em 13/03/2022.

FILIAL 25 - Avenida Doutor Lineu de Alcântara Gil, Nº 5625, Sala 01, Bairro Parque Industrial Campo Verde, Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP 15076-090. CNPJ n.º 10.158.356/0029-02, registrada sob nº 35920159299, em 09/05/2022.

FILIAL 26 - Rua Antônio Nunes dos Santos, Nº 34, Sala 01, Bairro Jardim do Vovô, Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13033-210. CNPJ n.º 10.158.356/0030-46, registrada sob nº 35920159302, em 09/05/2022.

FILIAL 27 - Alameda das Acácias, Nº 8-55, Galpão 01, bairro Parque São Geraldo, Município de Bauru, Estado de São Paulo, CEP 17021-090.

Página 6 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

CNPJ n.º 10.158.356/0031-27, registrada sob nº 35920164497, em 09/06/2022.

FILIAL 28 - Rua Condor, Nº 560, bairro Indústrias Leves, Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86030-300. CNPJ n.º 10.158.356/0033-99, registrada sob nº 41901979264, em 20/06/2022.

FILIAL 29 - Rodovia BR-376, Nº 25000, Km 624, Anexo Container, bairro Campo Largo da Roseira, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83090-650. CNPJ n.º 10.158.356/0034-70, registrada sob nº 41901979272, em 20/06/2022.

FILIAL 30 - Rodovia BR 010, Nº 17, Quadra 1A, Lote 13, bairro Cidade Nova, Município de Davinópolis, Estado do Maranhão, CEP 65927-000. CNPJ n.º 10.158.356/0035-50, registrada sob nº 21900599364, em 20/06/2022.

FILIAL 31 - Rua Rio Grande, Nº 332, Quadra 03, Lote 11, bairro Boa Vista, Município de Luis Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, CEP 47853-062. CNPJ n.º 10.158.356/0036-31, registrada sob nº 29902047234, em 05/07/2022.

FILIAL 32 - Estrada Benedito de Souza, Nº 10950, Galpão B3 parte, Bairro Prata, Município de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13299-700. CNPJ n.º 10.158.356/0040-18, registrada sob nº 35920192679, em 27/10/2022.

FILIAL 33 - Rodovia BR 324, S/N, Km 528, Bairro Humildes, Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, CEP 44135-000. CNPJ n.º 10.158.356/0041-07, registrada sob nº 29902058813, em 08/02/2023.

FILIAL 34 - Avenida Aracy Tanaka Biazetto, Nº 9930, Barracão B14A, Bairro Parque São Paulo, Município de Cascavel, no Estado do Paraná, CEP 85803-722. CNPJ n.º 10.158.356/0042-80, registrada sob nº 41901992147, em 08/02/2023.

FILIAL 35 - Estrada Benedito de Souza, Nº 10950, Galpão B2, Bairro Prata, Município de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13299-700. CNPJ n.º 10.158.356/0043-60, registrada sob nº 35920205762, em 08/02/2023.

FILIAL 36 - Rua 06, S/N, Quadra I, Lote 1 a 3, Bairro Cidade Empresarial Nova Aliança II, Município de Rio Verde, Estado de Goiás, CEP 75913-

Página 7 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

226. CNPJ n.º 10.158.356/0044-41, registrada sob nº 52901647589, em 08/02/2023.

FILIAL 37 - Avenida Adhemar Pereira de Barros, Nº 700, Bairro Jardim Santa Maria, Município de Jacareí, no Estado de São Paulo, CEP 12328-300. CNPJ n.º 10.158.356/0046-03, registrada sob nº 35920209636, em 07/03/2023.

FILIAL 38 - Rua Sete de Setembro, Nº 935, Quadra 28, Lote 1A, Bairro Vila Birigui, Município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, CEP 78705-010. CNPJ n.º 10.158.356/0047-94, registrada sob nº 51920038249, em 05/04/2023.

FILIAL 39 - Avenida Presidente Dutra, Nº 815, Km 1070, Lote C, Bairro Felicia, Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, CEP 45055-480. CNPJ n.º 10.158.356/0049-56, registrada sob nº 29902061415, em 05/04/2023.

FILIAL 40 - Rodovia BR-158, Nº 1080, Pavimento B, Bairro Boi Morto, Município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97030-810. CNPJ n.º 10.158.356/0050-90, registrada sob nº 43920056101, em 04/05/2023.

FILIAL 41 - Avenida Luís de Souza, Nº 870, Bairro Distrito Industrial, Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, CEP 56308-420. CNPJ n.º 10.158.356/0051-70, registrada sob nº 26902045832, em 26/05/2023.

FILIAL 42 - Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Sala 16, Bairro Itaipava, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88316-001. CNPJ n.º 10.158.356/0052-51, registrada sob nº 42901399951, em 15/06/2023.

FILIAL 43 - Corredor Armando Augusto Zanatta, Nº 2980, Lote B, Bairro Conjunto Habitacional Izidro Pedroso, Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79840-395. CNPJ n.º 10.158.356/0055-02, registrada sob nº 54920075945, em 21/06/2023.

FILIAL 44 - Rua Jorge Prola, S/N, QD 9, Conjunto Cidad, Bairro Monte das Oliveiras, Município de Manaus, localizada no estado do Amazonas, CEP 69092-600. CNPJ n.º 10.158.356/0056-85, registrada sob nº 13920017569, em 06/10/2023.



FILIAL 45 - Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, Nº 37, Galpão N 04, Bairro Inacio Barbosa, Município de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49040-740. CNPJ n.º 10.158.356/0057-66, registrada sob nº 28900303445, em 06/10/2023.

FILIAL 46 - Via Acesso João de Goes, Nº 1400, Barracão A9, Bairro Jardim Itaquiti, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06422-150. CNPJ n.º 10.158.356/0058-47, registrada sob nº 35920263517, em 29/01/2024.

FILIAL 47 - Rua Luiz Correa de Souza, Nº 1052, Galpão 01, Bairro Humaita de Cima, Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP 88708-110. CNPJ n.º 10.158.356/0059-28, registrada sob nº 42901426479, em 07/03/2024.

FILIAL 48 - Rodovia Deputado Antonio Heil, Nº 800, Km 01, Sala 17, Bairro Itaipava, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88316-001. CNPJ n.º 10.158.356/0060-61, registrada sob nº 42300045128, em 19/07/2024.

FILIAL 49 - Avenida Governador Luiz Rocha, Nº 610, Bairro Potosi, Município de Balsas, Estado do Maranhão, CEP 65800-000. CNPJ n.º 10.158.356/0061-42, registrada sob nº 21900616161, em 02/08/2024.

FILIAL 50 - Avenida Ana Costa, Nº 433, Conjunto 131, Bairro Gonzaga, Município de Santos, Estado de São Paulo, CEP 11060-003. CNPJ n.º 10.158.356/0062-23, registrada sob nº 35920303047, em 05/09/2024.

FILIAL 51 - Rua Marlene Cordeiro de Moraes, Nº 100, Bairro São Cristóvão, Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, CEP 89509-610. CNPJ n.º 10.158.356/0063-04, registrada sob nº 42901446534, em 05/09/2024.

FILIAL 52 - Rua Francisco de S e Melo, Nº 01590, Galpão 3, Armazém 122, bairro Cordovil, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 21010-900. CNPJ n.º 10.158.356/0064-95, registrada sob nº 33901647290, em 13/09/2024.

FILIAL 53 - Rodovia Municipal Faruk Salmen, nº 1021, quadra 02, bairro Novo Horizonte, no Município de Parauapebas, no Estado do Pará, CEP: 68515-000. CNPJ n.º 10.158.356/0065-76, registrada sob nº 15902057891, em 12/10/2024.



FILIAL 54 – Rua Neuzinha Parente, Nº 600, A, Bairro Jangurussu, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60870-810.

FILIAL 55 - Rodovia Presidente Dutra, Nº 180, Km 268, Galpão 4, Bairro Boa Sorte, Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27343-000.

FILIAL 56 - Rodovia Jorge Lacerda, Nº 1208, Area A Area B, Galpão 1, Modulo AB, Bairro Espinheiros, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88317-100.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de duração da companhia é por tempo indeterminado, sendo que as suas atividades se iniciaram em 15/07/2008.

PARÁGRAFO QUARTO: A companhia tem o seguinte objeto social:

A **Matriz** tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças; Prestação de serviços de troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores; Intermediação e agenciamento de serviços e negócios; Serviço de locação e telemetria de pneumáticos. Promoção de vendas. Assessoria, consultoria e informação ao consumidor sobre produtos através de websites; Comércio de partes e componentes de aparelhos de locomoção; Administração de programas de fidelidade de consumidores; Administração de negócios de programas de reembolso para terceiros; Consultoria em gestão e organização de negócios; Administração de holding; Serviços e transações financeiras e monetárias; Serviços de seguros; Serviços fiduciários; Serviços de intermediação de meios de pagamentos; Serviços de processamento de pagamentos; Serviços de avaliação de crédito; Serviços de gerenciamento e emissão de cartão de crédito e cartão débito; Serviços de agência de factoring; Serviços de desconto de título de crédito; Serviços de cobrança; Serviços de operações de câmbio monetário; Serviços de gestão financeira; Serviços de empréstimos e financiamentos.

As filiais 01, 04, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43 e 46: tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Prestação de serviços de troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

Página 10 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

As Filiais 02 e 49: tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

As filiais 06, 35, 42, 44 e 45: tem como objeto social: Comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

As Filiais 07, 08 e 11: tem como objeto social: Comércio varejista e comércio eletrônico (e-commerce) de: pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Prestação de serviços de: troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

A Filial 03 tem como objeto social: Comércio varejista, comércio eletrônico (e-commerce) e distribuição de: pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

A Filial 05 tem como objeto social: Comércio varejista e eletrônico (e-commerce) de: pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

A Filial 09 tem como objeto social: Intermediação comercial; Câmara de ar e pneumáticos comercio atacadista; Peças, acessórios e motores para veículos automotores comercio atacadista.

As Filiais 17, 20, 23 e 29: tem como objeto social: Comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Prestação de serviços de: troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

A filial 27 tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças novas.

As filiais 47, 48, 50, 51, 53, 55 e 56: tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

A filial 52 tem como objeto social: Câmara de ar e pneumáticos comercio atacadista; Peças, acessórios e motores para veículos automotores comercio atacadista.

A filial 54 tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos e câmaras de ar.



CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 4º: O capital social integralizado é de R\$ 528.128.330,00 (Quinhentos e vinte e oito milhões, cento e vinte e oito mil e trezentos e trinta reais) dividido em 57.312.220 (cinquenta e sete milhões, trezentas e doze mil, duzentas e vinte) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 9,21 (Nove reais e vinte e um centavos) cada, não conversíveis em outras formas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O capital social será composto, em sua totalidade, por ações ordinárias nominativas. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas assembleias gerais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os certificados das ações serão assinados por 02 (dois) diretores em conjunto.

ARTIGO 5º: A Sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, incorporar ao seu Capital, reservas e lucros acumulados ou em suspenso, capital excedente ou reservas especiais, resultantes da correção monetária, procedendo a emissão das ações correspondentes às incorporações que se verificarem.

ARTIGO 6º: A Companhia poderá, por deliberação majoritária em Assembleia Geral, adquirir suas próprias ações, sem redução do capital social, mediante a aplicação dos lucros acumulados ou capital excedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As ações assim adquiridas serão mantidas em tesouraria, sendo que o capital da sociedade em circulação, corresponderá ao subscrito menos as ações depositadas na tesouraria.

PARÁGRAFO SEGUNDO As ações adquiridas pela Sociedade, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito a voto, nem participação nos dividendos votados ou de novas ações distribuídas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá recolocar ou vender ações mantidas em tesouraria.

CAPÍTULO III – COMPOSIÇÃO

ARTIGO 7º: São órgãos da Sociedade:

- a) Assembleia Geral dos Acionistas;
- b) Conselho de Administração
- c) Diretoria;

Página 12 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

d) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade exigirem, por meio da manifestação dos acionistas ou dos administradores.

ARTIGO 9º: A convocação da Assembleia far-se-á pela imprensa, na forma da lei, e dos anúncios deverão constar a Ordem do Dia, o Local e a Hora da Reunião.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será considerada regular a Assembleia na qual comparecer todos os acionistas.

ARTIGO 10º: A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos seus diretores, mediante a prévia deliberação da diretoria. Pode, ainda, ser convocada pelo Conselho de Administração, em havendo necessidade para o Conclave, ou, finalmente, na forma da Lei, pelos extraordinariamente legitimados.

ARTIGO 11º: As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Administrativo e Financeiro ou, no seu impedimento, por um dos Diretores, que escolherá, entre os presentes, um secretário.

ARTIGO 12º: O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado.

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13º: A Sociedade será administrada pela Diretoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Incumbirá a Assembleia Geral fixar a remuneração global da Diretoria, que será distribuída em reunião realizada para esse fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 14º: O Conselho de Administração, somente funcionará quando instalado a pedido de acionistas, formulado em qualquer Assembleia Geral,

Página 13 de 19



que os elegerá e fixará a sua remuneração, respeitando o mínimo determinado em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho de Administração deverá ser constituído de um mínimo de 3 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

SEÇÃO II – DIRETORIA

ARTIGO 15º: A Diretoria será composta de 07 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor Contábil, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de E-commerce, 1 (um) Diretor de Expansão e NGI, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Vendas OHT.

ARTIGO 16º: O mandato da Diretoria será de três anos, podendo haver reeleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ainda que terminado o prazo previsto neste artigo, os Diretores continuarão no pleno exercício de suas funções até que se efetive em outra Assembleia Geral, a renovação de seus mandatos, sua destituição ou sua substituição por outros Diretores.

ARTIGO 17º: Os acionistas estabeleceram que os Diretores da Companhia poderão fazer jus a uma remuneração global anual total a título de pró-labore no montante de até R\$ 8.800.000,00 (Oito milhões e oitocentos mil reais).

ARTIGO 18º: A Diretoria tem todos os poderes necessários para prática dos atos e realização das operações que se relacionem com o objeto da sociedade.

ARTIGO 19º: Compete ainda à Diretoria: (a) Zelar pela observância de lei e do estatuto social e fazer cumprir as deliberações tomadas pela Assembleia Geral; (b) - elaborar Planos Plurianuais de Atividades envolvendo, entre outros aspectos, análise de mercado e situação da empresa no setor, projeções, recomendações e políticas de “marketing” para os próximos anos, devendo tais planos sofrer atualizações ao final de cada exercício social; (c) - elaborar orçamentos anuais detalhados de operações e investimentos financeiros, bem como estabelecer sistemas de controle e informação adequados ao perfeito acompanhamento das operações; (d) - apresentar, mensalmente, relatório gerencial das operações em curso; (e) - promover tomadas de preços para

Página 14 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

realização de qualquer operação que envolva a aquisição de bens ou serviços;
(f) - submeter à apreciação os relatórios dos auditores e consultores.

ARTIGO 20º: Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro: (a) - exercer a administração executiva geral dos negócios sociais, cumprindo-lhe, para tanto, coordenar os trabalhos dos demais Diretores, organizar e supervisionar a execução das atividades da sociedade; (b) - organizar o relatório anual das operações da sociedade, depois de aprovado pelos demais Diretores; (c) - zelar pela perfeita execução das deliberações da Assembleia Geral; (d) – assinar, juntamente com outro Diretor as ações da sociedade ou os títulos múltiplos que as representem; (e) – Convocar as Reuniões de Diretoria e de Gerência; (f) – Aprovar a estrutura da organização; (g) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das diretrizes básicas da sociedade; (h) - convocar as Assembleias Gerais; (i) - submeter à Assembleia Geral propostas objetivando: I - aumento ou redução do capital social; II - operações de fusão, incorporação ou cisão; III - reformas estatutárias; IV - a liquidação da sociedade; V - autorizar a participação da empresa em outras sociedades em que é ou venha a ser sócia ou acionista, e definir como será exercido o seu voto; VI – emissão de ações ou bônus de subscrição; VII - subscrição e integralização de ações em bens, direitos ou serviços conversíveis em crédito; VIII - resgate, reembolso, amortização ou aquisição de ações da própria empresa; IX - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em outras sociedades, inclusive o controle; X - distribuição de dividendos, bonificações, desdobramentos, participação dos administradores e aplicação de lucros; (j) - examinar e deliberar sobre o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras; (k) - autorizar a Diretoria a adquirir, vender, prometer vender, ceder, prometer ceder, hipotecar, ou por qualquer outra forma, gravar ou dispor de bens do ativo, tais como imóveis, instalações, máquinas, veículos, caminhões, tratores, valores mobiliários, bem como de direitos a eles relativos, ou ainda de quotas ou ações de sociedades em que a empresa é ou venha a ser sócia ou acionista; (l) – aprovar projetos especiais e autorizar a Diretoria a fazer aplicações financeiras, incluindo as de valores mobiliários; (m) prestar garantias; (n) - eleger e destituir os membros da diretoria; (o) - fixar a remuneração de cada um dos membros da Diretoria até o montante global aprovado pela Assembleia Geral; (p) - determinar as atribuições e a área de atuação dos Diretores sem designação específica; (q) – designar em caso de vaga definitiva de Diretor, o substituto; (r) - examinar, a qualquer tempo, os papéis e livros da sociedade, zelando pela sua boa guarda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica sob a responsabilidade do Diretor Administrativo e Financeiro – a Diretoria de Compras – o Departamento Financeiro – o Departamento de Recursos Humanos – a Gerência Comercial – o

Página 15 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

Departamento de Tecnologia da Informação – a Gerência de Equipamentos – a Gerência da Qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam sob a responsabilidade do Diretor Contábil – o Departamento Contábil – o Departamento Tributário – o Departamento Jurídico.

ARTIGO 21º: Todos os papéis e documentos que envolvam a responsabilidade da sociedade ou a exoneração de terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive cheques bancários, serão assinados: (a) Em conjunto por no mínimo dois diretores; (b) por um procurador, quando assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele previstos.

ARTIGO 22º: A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, cabe necessariamente em conjunto por no mínimo dois diretores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Somente poderão constituir procuradores o Diretor Administrativo e Financeiro em conjunto com o Diretor Contábil, que sempre deverão assinar em conjunto, salvo para a nomeação, constituição e desconstituição específica de advogados e prepostos onde poderá assinar isoladamente o Diretor Contábil, observando as determinações do parágrafo seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na constituição de procuradores, observar-se-á o seguinte:

- (a) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependem de autorização da Assembleia Geral, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção dessa autorização;
- (b) as procurações “ad negotia” serão outorgadas para fins específicos e com prazo de validade não superior a um ano, vedado o substabelecimento, razão pela qual expressamente os correspondentes instrumentos de nomeação devem consignar, em seu contexto, esse termo de vigência.
- (c) As procurações específicas outorgadas a advogados com poderes “ad negotia e ad judicium”, para representação da sociedade em processos judiciais e administrativos não terão prazo de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os atos praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto serão nulos e não obrigarão a Sociedade.

ARTIGO 23º: Os diretores responderão pessoalmente aos demais e à companhia, pelos atos dolosos que praticarem.

Página 16 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

SEÇÃO III – ABRANGÊNCIA E LIMITES DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 24º: A sociedade não poderá prestar garantias de favor, seja real, fidejussória ou de qualquer outra modalidade, a terceiros, salvo para as seguintes exceções conforme abaixo:

- nas sociedades da qual detenha o poder de controle; ou
- nas quais participe ou para aquelas que venham nela participar; ou
- nas sociedades que façam parte do seu Grupo Econômico; ou
- para os casos expressamente autorizados por acionistas representando a totalidade do capital social da sociedade.

ARTIGO 25º: Por deliberação majoritária da Assembleia Geral Extraordinária, constituída por mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto, a Companhia pode suspender em determinados exercícios e pelo período que ficar definido no Conclave, a atividade do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 26º: O Conselho Fiscal, somente funcionará quando instalado a pedido de acionistas, formulado em qualquer Assembleia Geral, que os elegerá e fixará a sua remuneração, respeitando o mínimo determinado em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Fiscal, se instalado, será composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e exercerá o seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

ARTIGO 27º: As deliberações do Conselho Fiscal, que terão as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de "Atas e pareceres do Conselho Fiscal".

CAPÍTULO VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 28º: O exercício social terá início em 1º de janeiro, terminando em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras determinadas por lei.

ARTIGO 29º: A sociedade poderá, quando julgar conveniente, levantar balanços mensais ou semestrais, conforme estabelecido no art. 204 da Lei 6.404/76 ou dispositivo legal que o venha substituir, atendida a legislação fiscal pertinente, distribuindo ou não os dividendos.

Página 17 de 19



ARTIGO 30º: Juntamente com o Balanço e a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados, será encaminhada proposta para distribuição de dividendos, a fim de que sobre ela a Assembleia Geral se pronuncie e delibere.

ARTIGO 31º: Após as deduções previstas em lei, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5 % (cinco por cento) do lucro líquido, para a constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 30% (trinta por cento) no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser reinvestido na Companhia, por deliberação dos acionistas.

ARTIGO 32º: Atendido o disposto no Artigo acima, a Assembleia Geral deliberará sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver, o qual, por proposta legal da administração, poderá ser total ou parcialmente atribuído como:

- a) dividendo suplementar aos acionistas;
- b) saldo que se transfere para o exercício seguinte, como retenção de lucros, quando devidamente justificados pelos administradores, para financiar plano de investimento, previsto em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76.

CAPÍTULO VIII – DA RETIRADA

ARTIGO 33º: Ocorrendo qualquer hipótese de exercício do direito de retirada, o acionista dissidente receberá o valor de reembolso de suas ações estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado em avaliação realizada especificamente para esse fim.

PARÁGRAFO ÚNICO – O reembolso respeitará a manutenção da empresa e a qualidade dos ativos detidos pela Companhia, de forma que o dissidente receberá o reembolso não em dinheiro, mas em outras espécies de bens, escolhidos pela Assembleia Geral, ouvidos os órgãos de administração da Companhia.

ARTIGO 34º: Caso um dos Acionistas queira retirar-se da sociedade, mediante alienação, mesmo por doação de suas ações, deverá comunicar por escrito sua decisão à Diretoria, a fim de que a sociedade em primeiro lugar e em segundo os demais acionistas, possam no prazo de 90 (noventa) dias do recebimento da comunicação, exercer o direito de preferência na aquisição das ações do Acionista retirante.

Página 18 de 19



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Decorrido este prazo, sem que a companhia e os demais acionistas se manifestem, as ações poderão ser livremente transferidas, observadas as condições da oferta efetivada, para a validade do negócio de transferência a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A transferência para herdeiros diretos ou para sociedades controladas pelo acionista que desejar alienar suas ações não estarão vinculadas ao direito de preferência mencionado no “caput” do presente artigo.

CAPÍTULO IX – DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35º: No caso de dissolução da sociedade, deliberada em Assembleia Geral, compete a este mesmo órgão determinar o modo de liquidação e nomeação do liquidante.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 36º: As omissões deste estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro ou legislação que o venha a substituir.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu Joel Gonçalves de Deus, lavrei a presente ata, depois de lida e aprovada, será assinada por: Joel Gonçalves de Deus (Secretário), Vitor das Neves Leme (Presidente) e pela totalidade dos acionistas da Companhia.

Itajaí-SC, 12 de novembro de 2024.

Mesa:

VITOR DAS NEVES LEME

JOEL GONCALVES DE DEUS

Acionistas Presentes:

CANTU STORE S.A.

(Representada por Humberto Gabriel Cantu e Vitor das Neves Leme).

Página 19 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18/11/2024

**TERMO DE AUTENTICACAO**

NOME DA EMPRESA	CPX DISTRIBUIDORA S/A
PROTOCOLO	241275784 - 13/11/2024
ATO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42300045128
CNPJ 10.158.356/0001-01
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/11/2024
SOB N: 20241275784

EVENTOS

023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE ARQUIVAMENTO: 42901454286
026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 20241275784
028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 20241275784
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20241275784

FILIAIS NA UF

NIRE 42901454286
CNPJ 10.158.356/0066-57
ENDERECO: RODOVIA JORGE LACERDA RODOVIA, ITAJAI - SC
EVENTO 023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 33901650614
CNPJ 10.158.356/0067-38
ENDERECO: RODOVIA PRES DUTRA, BARRA MANSA - RJ
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 23920045030
CNPJ 10.158.356/0068-19
ENDERECO: RUA NEUZINHA PARENTE, FORTALEZA - CE
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 15902018445
CNPJ 10.158.356/0015-07
ENDERECO: ROD BR 316, ANANINDEUA - PA
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 23920022919
CNPJ 10.158.356/0032-08
ENDERECO: R NEUZINHA PARENTE, FORTALEZA - CE
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 23920030890
CNPJ 10.158.356/0053-32
ENDERECO: AV PADRE CICERO, CRATO - CE
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 32900443061
CNPJ 10.158.356/0008-88
ENDERECO: AV TALMA RODRIGUES RIBEIRO, SERRA - ES
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 31920087715
CNPJ 10.158.356/0038-01
ENDERECO: AV PREFEITO OLAVO GOMES DE OLIVEIRA, POUSO ALEGRE - MG
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 31920090821
CNPJ 10.158.356/0039-84
ENDERECO: ROD BR-251, MONTES CLAROS - MG
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

18/11/2024



241275784

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CPX DISTRIBUIDORA S/A
PROTOCOLO	241275784 - 13/11/2024
ATO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42300045128
CNPJ 10.158.356/0001-01
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/11/2024
SOB N: 20241275784

EVENTOS

023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE ARQUIVAMENTO: 42901454286
026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 20241275784
028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 20241275784
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20241275784

FILIAIS NA UF

NIRE 31920105161
CNPJ 10.158.356/0048-75
ENDERECO: AV DOUTOR SIMEAO DE FARIA, JUIZ DE FORA - MG
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 25900454696
CNPJ 10.158.356/0037-12
ENDERECO: R DAS INDUSTRIAS, JOAO PESSOA - PB
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 24900459468
CNPJ 10.158.356/0054-13
ENDERECO: R AMELIA MARINHO, MOSSORO - RN
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 02372546970 - JOEL GONCALVES DE DEUS - Assinado em 13/11/2024 às 09:48:19

Cpf: 03594199924 - HUMBERTO GABRIEL CANTU - Assinado em 13/11/2024 às 09:15:18

Cpf: 06232085981 - VITOR DAS NEVES LEME - Assinado em 13/11/2024 às 10:28:49



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/11/2024 Data dos Efeitos 13/11/2024

Arquivamento 20241275784 Protocolo 241275784 de 13/11/2024 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 216840020811120

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2024 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

18/11/2024



CPX DISTRIBUIDORA S/A.

CNPJ: 10.158.356/0001-01

NIRE: 4230.004.512-8

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2023

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** 30 de outubro de 2023, às 09:30 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, sala 02, bairro Itaipava, CEP: 88316-001.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no § 4º do art. 124, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Vitor das Neves Leme e secretariados pelo Sr. Joel Goncalves de Deus.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(I)** Eleição e reeleição da diretoria; **(II)** Remuneração Global Anual da diretoria. **(III)** Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias, os acionistas decidiram por unanimidade: **A)** Aprovar a eleição do Sr. **FELIPE CASALE MOBLIZE**, brasileiro, administrador, nascido em 04/07/1981, casado, portador da cédula de identidade nº 329964719 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 221.140.078-71, residente e domiciliado na Avenida Almirante Cochrane, nº 29, Ap 202, Bairro Gonzaga, CEP 11040-001, para o cargo de **Diretor de Operações**, pelo período de 03 (três) anos; **B)** Aprovar a eleição do Sr. **LEANDRO LOPES DA VEIGA**, brasileiro, administrador, nascido em 21/02/1980, casado, portador da cédula de identidade nº 302668287 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 296.007.148-43, residente e domiciliado

Página 1 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral



24/11/2023

na Avenida Higienópolis, Nº 148, Ap 42, Bairro Higienópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01238-001, para o cargo de **Diretor de Vendas OHT**, pelo período de 03 (três) anos; **C)** Aprovar a reeleição do Sr. **JOEL GONÇALVES DE DEUS**, brasileiro, contador, nascido em 10/10/1979, casado, portador da cédula de identidade nº 3.548.638 expedida pela SESP-SC, inscrito no CPF sob nº 023.725.469-70, residente e domiciliado na rua Clarindo Sebastião da Cunha, nº 2268, Espinheiros, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88317-193 para o cargo de **Diretor Contábil**, pelo período de 03 (três) anos; **D)** Aprovar a reeleição do Sr. **VITOR DAS NEVES LEME**, brasileiro, administrador, nascido em 18/02/1988, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4104277 SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 062.320.859-81, residente e domiciliado na Rua Tailândia, nº 2100, Ap 218, Das Nações, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88338-155, para o cargo de **Diretor Administrativo e Financeiro**, pelo período de 03 (três) anos; **E)** Aprovar a reeleição do Sr. **JULIANO SILVA**, brasileiro, administrador, nascido em 13/07/1983, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4037737 expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 042.164.939-98, residente e domiciliado na Rua 901, nº 267, Ap 801, Centro, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88330-725 para o cargo de **Diretor Comercial**, pelo período de 03 (três) anos; **F)** Aprovar a reeleição do Sr. **FERNANDO SOARES DOS SANTOS**, brasileiro, administrador, nascido em 08/07/1980, casado, portador da cédula de identidade nº 30965589 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 282.094.908-85, residente e domiciliado na Rua Doutor Djalma Pinheiro Franco, nº 829, Bloco Ala B, Ap 211, Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04368-003 para o cargo de **Diretor de E-commerce**, pelo período de 03 (três) anos; **G)** Aprovar a reeleição do Sr. **ALEXANDRE ARAUJO LOPES**, brasileiro, administrador, nascido em 07/10/1971, casado, portador da cédula de identidade nº 20990230 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 142.222.078-88, residente e domiciliado na Avenida Central, Nº 280, Ap 801, Centro, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88330-668, para o cargo de **Diretor de Expansão e NGI**, pelo período de 03 (três) anos; **(II)** Estabelecer que os

Página 2 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

Diretores da Companhia poderão fazer jus a uma remuneração global anual total a título de pró-labore no montante de até R\$ 8.800.000,00 (Oito milhões e oitocentos mil reais); (III) Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual consolidado passa a vigorar com a redação abaixo.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

ARTIGO 1º: A CPX DISTRIBUIDORA S/A. é uma sociedade anônima regularmente constituída, que se rege por este Estatuto, pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou outra que vier a substituí-la, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

ARTIGO 2º: A sociedade adota o sistema de Capital Fechado.

ARTIGO 3º: A companhia tem sede e foro na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Sala 02, Bairro Itaipava, CEP 88.316-001, na cidade de Itajaí no estado de Santa Catarina.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A companhia pode abrir filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, onde for de seu interesse, a critério de qualquer diretor acionista, ainda que não seja detentor do capital majoritário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A companhia mantém filiais nos seguintes endereços:

FILIAL 01 - Avenida Francisco Silveira Bitencourt, Nº 1359, Galpão 10 e 13, bairro Sarandi, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 91150-010, CNPJ 10.158.356/0002-92 registrada na JUCERGS sob nº 4390.133.420-6 em 08/11/2008.

FILIAL 02 - Avenida Getúlio Dorneles Vargas, S/N, Quadra 524 A, Lote 04, Bairro Líder, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89805-186, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0003-73 registrada na JUCESC sob n.º 42900832210 em 17/11/2008.

FILIAL 03 - Rodovia BR-101 Sul, S/N, KM 79,70, Bairro Jardim Jordão, CEP 54320-230 Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado do

Página 3 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

Pernambuco, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0004-54, registrada na JUCEPE sob n.º 26900573173, em 21/07/2011.

FILIAL 04 - Estrada do Ganchinho Nº 957, Conjunto 09 Condomínio Logístico Pacífico CD Bloco CD de Galpões BL B, Bairro Sítio Cercado, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81935-006, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0005-35, registrada na JUCEPAR sob n.º 41901226673, em 20/09/2011.

FILIAL 05 - Rua Um, Nº 491, Galpão 01, Sala 01, Bairro: Do Comércio, Município de Contagem, Minas Gerais, CEP 32152-002, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0006-16, registrada na JUCEMG sob n.º 31902163731, em 20/09/2011.

FILIAL 06 - Via Acesso João de Goes, Nº 1400, Barracão B06 / B10 / A1, Bairro Jardim Itaqui, CEP 06422-150, Município de Barueri no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0007-05, registrada na JUCESP sob n.º 35904142191, em 29/08/2011.

FILIAL 07 - Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, Nº 1765, Galpão 02, Bairro Portal de Jacaraípe, Município de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29173-795, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0008-88, registrada da JUCEES sob o n.º 32900443061, em 06/09/2012.

FILIAL 08 - Rodovia BR 101 Sul, KM 70, Nº 550, Galpão CEAGEPE DV, Canteiro Central da Lateral do Depósito do Horto, Mercado, Bairro Curado, Município de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50790-900, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0009-69, registrada na JUCEPE sob n.º 26900670004, em 18/11/2014.

FILIAL 09 - Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, Nº 1765, Galpão 01, Sala 01, Bairro Portal de Jacaraípe, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, CEP 29173-795, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0010-00, registrada na JUCEES sob n.º 32900508619, em 04/08/2016.

FILIAL 10 - Rua Francisco de S e Melo, Nº 01590, Galpão 3, Armazém 122, bairro Cordovil, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 21010-900, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0011-83, registrada sob nº 33901578522, em 14/04/2021.

FILIAL 11 - Rodovia BR 135 (Engenheiro Emiliano Macieira), Nº 28, Letra C, Km 07, Vila Maracanã, Sala 01, bairro Maracanã, no município de

Página 4 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

São Luís, Estado do Maranhão, CEP: 65095-602, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0012-64, registrada sob n.º 21900590561, em 26/04/2021.

FILIAL 12 - Avenida Perimetral Norte, N.º 407, Bloco A1, Bairro Faz Caveiras, no município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74445-360, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0013-45, registrada sob n.º 52901618619, em 26/04/2021.

FILIAL 13 - SCIA Quadra 14, Conjunto 2, S/N, Lote 13, Sala 01, bairro Zona Industrial (Guara), no município de Brasília, Distrito Federal, CEP: 71250-110, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0014-26, registrada sob n.º 53920014805, em 26/04/2021.

FILIAL 14 - Rodovia BR-316, N.º 100, Galpão Industrial, Km 07, Sala 02, bairro Águas Lindas, no município de Ananindeua, Estado do Pará, CEP: 67020-000, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0015-07, registrada sob n.º 15902018445, em 09/06/2021.

FILIAL 15 - Rua Doutor Altino Teixeira, N.º 302, Lote 09, Galpão 01, bairro Porto Seco Pirajá, no município de Salvador, Estado da Bahia, CEP: 41233-010, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0016-98, registrada sob n.º 29902027454, em 09/06/2021.

FILIAL 16 - Rua Ucy Nagamine, N.º 676, bairro Universitário, município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79063-480, inscrita no CNPJ n.º 10.158.356/0017-79, registrada sob n.º 54920056622, em 02/09/2021.

FILIAL 17 - Avenida Julio Domingos de Campos (Lot A Luiza) N.º 6900, Quadra H Lote 83 e 83, Sala 02, Bairro Jardim dos Estados, Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, CEP 78.158-207. CNPJ n.º 10.158.356/0018-50, registrada sob n.º 51920019694, em 02/09/2021.

FILIAL 18 - Rodovia BR-101 Sul, S/N, KM 79,70, Bairro Jardim Jordão, CEP 54320-230, Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado do Pernambuco. CNPJ n.º 10.158.356/0019-30, registrada sob n.º 26902027516, em 07/12/2021.

FILIAL 19 - Rodovia Eliezer Montenegro Magalhães, Km 53, Anexo Container, Zona Rural, Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, CEP 16080-603. CNPJ n.º 10.158.356/0020-74, registrada sob n.º 35920144160, em 10/01/2022.

Página 5 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

FILIAL 20 - Rua Tuffi Rassi, Nº 244, Sala: 01, Bairro: Jardim do Trevo, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP: 14093-170. CNPJ n.º 10.158.356/0021-55, registrada sob nº 35920144178, em 10/01/2022.

FILIAL 21 - Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, Nº 1765, Galpão 01, Bairro Portal de Jacaraípe, Município de Serra, estado do Espírito Santo, CEP 29173-795. CNPJ n.º 10.158.356/0022-36, registrada sob nº 32900756639, em 01/02/2022.

FILIAL 22 - Rodovia BR-116, Nº 4291, Anexo Container, Bairro Area Industrial, Município de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88514-688. CNPJ n.º 10.158.356/0023-17, registrada sob nº 42901356284, em 25/02/2022.

FILIAL 23 - ASR SE 115 Alameda 7, S/N, Quadra J, Lote 08 A, Sala 01, Bairro Plano Diretor Sul, Município de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77024-174. CNPJ n.º 10.158.356/0024-06, registrada sob nº 17900396665, em 07/04/2022.

FILIAL 24 - ASR SE 115 Alameda 7, S/N, Quadra J, Lote 08 A, Sala 02, Bairro Plano Diretor Sul, Município de Palmas, Estado do Tocantins, CEP 77024-174. CNPJ n.º 10.158.356/0025-89, registrada sob nº 17900396673, em 07/04/2022.

FILIAL 25 - Rua José Joaquim Costa, Nº 21, Bairro Jardim Rio 400, Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, CEP 190533-50. CNPJ n.º 10.158.356/0026-60, registrada sob nº 35920155781, em 07/04/2022.

FILIAL 26 - Rua Joao Pedro Moreira de Carvalho, Nº 1025, Lote: 07/ 08/ 09/ 28 e 29, Bairro Distrito Industrial, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, CEP 78557-527. CNPJ n.º 10.158.356/0027-40, registrada sob nº 35920155781, em 13/03/2022.

FILIAL 27 - Rua T, Nº 847-B, Lote 1809, Quadra 19, Sala 01, Bairro Cidade Universitária, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57073-495. CNPJ n.º 10.158.356/0028-21, registrada sob nº 27905203154, em 09/05/2022.

FILIAL 28 - Avenida Doutor Lineu de Alcântara Gil, Nº 5625, Sala 01, Bairro Parque Industrial Campo Verde, Município de São José do Rio



Preto, Estado de São Paulo, CEP 15076-090. CNPJ n.º 10.158.356/0029-02, registrada sob nº 35920159299, em 09/05/2022.

FILIAL 29 - Rua Antônio Nunes dos Santos, Nº 34, Sala 01, Bairro Jardim do Vovô, Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13033-210. CNPJ n.º 10.158.356/0030-46, registrada sob nº 35920159302, em 09/05/2022.

FILIAL 30 - Alameda das Acácias, Nº 8-55, Galpão 01, bairro Parque São Geraldo, Município de Bauru, Estado de São Paulo, CEP 17021-090. CNPJ n.º 10.158.356/0031-27, registrada sob nº 35920164497, em 09/06/2022.

FILIAL 31 - Rua Neuzinha Parente, Nº 600 A, Sala 01, Bairro Jangurussu, Município de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60870-810. CNPJ n.º 10.158.356/0032-08, registrada sob nº 23920022919, em 09/06/2022.

FILIAL 32 - Rua Condor, Nº 560, bairro Indústrias Leves, Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86030-300. CNPJ n.º 10.158.356/0033-99, registrada sob nº 41901979264, em 20/06/2022.

FILIAL 33 - Rodovia BR-376, Nº 25000, Km 624, Anexo Container, bairro Campo Largo da Roseira, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83090-650. CNPJ n.º 10.158.356/0034-70, registrada sob nº 41901979272, em 20/06/2022.

FILIAL 34 - Rodovia BR 010, Nº 17, Quadra 1A, Lote 13, bairro Cidade Nova, Município de Davinópolis, Estado do Maranhão, CEP 65927-000. CNPJ n.º 10.158.356/0035-50, registrada sob nº 21900599364, em 20/06/2022.

FILIAL 35 - Rua Rio Grande, Nº 332, Quadra 03, Lote 11, bairro Boa Vista, Município de Luis Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, CEP 47853-062. CNPJ n.º 10.158.356/0036-31, registrada sob nº 29902047234, em 05/07/2022.

FILIAL 36 - Rua das Indústrias, Nº 400, Galpão 03, bairro Distrito Industrial, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58082-050. CNPJ n.º 10.158.356/0037-12, registrada sob nº 25900454696, em 24/08/2022.

FILIAL 37 - Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, Nº 6860, bairro Aeroporto Jatobá II, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas

Página 7 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

Gerais, CEP 37557-500. CNPJ n.º 10.158.356/0038-01, registrada sob nº 31920087715, em 13/09/2022.

FILIAL 38 - Rodovia BR-251, S/N, Km 522, Galpão 102, bairro Chacara Recanto dos Aracas, no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, CEP 39404-128. CNPJ n.º 10.158.356/0039-84, registrada sob nº 31920090821, em 18/10/2022.

FILIAL 39 - Via Acesso João de Goes, Nº 1400, Barracão B07, Bairro Jardim Itaquiti, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06422-150. CNPJ n.º 10.158.356/0040-18, registrada sob nº 35920192679, em 27/10/2022.

FILIAL 40 - Rodovia BR 324, S/N, Km 528, Bairro Humildes, Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia, CEP 44135-000. CNPJ n.º 10.158.356/0041-07, registrada sob nº 29902058813, em 08/02/2023.

FILIAL 41 - Avenida Aracy Tanaka Biazetto, Nº 9930, Barracão B14A, Bairro Parque São Paulo, Município de Cascavel, no Estado do Paraná, CEP 85803-722. CNPJ n.º 10.158.356/0042-80, registrada sob nº 41901992147, em 08/02/2023.

FILIAL 42 - Via Acesso João de Goes, Nº 1400, Barracão B08, Bairro Jardim Itaquiti, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06422-150. CNPJ n.º 10.158.356/0043-60, registrada sob nº 35920205762, em 08/02/2023.

FILIAL 43 - Rua 06, S/N, Quadra I, Lote 1 a 3, Bairro Cidade Empresarial Nova Aliança II, Município de Rio Verde, Estado de Goiás, CEP 75913-226. CNPJ n.º 10.158.356/0044-41, registrada sob nº 52901647589, em 08/02/2023.

FILIAL 44 – Rodovia Antonio Heil, Nº 1001, Armazem G9, Modulo A, Bairro Itaipava, Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, CEP 88316-000. CNPJ n.º 10.158.356/0045-22, registrada sob nº 42901390482, em 07/03/2023. CNPJ n.º 10.158.356/0045-22, registrada sob nº 42901390482, em 07/03/2023.

FILIAL 45 - Avenida Adhemar Pereira de Barros, Nº 700, Bairro Jardim Santa Maria, Município de Jacareí, no Estado de São Paulo, CEP 12328-300. CNPJ n.º 10.158.356/0046-03, registrada sob nº 35920209636, em 07/03/2023.

Página 8 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

FILIAL 46 - Rua Sete de Setembro, Nº 935, Quadra 28, Lote 1A, Bairro Vila Birigui, Município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, CEP 78705-010. CNPJ n.º 10.158.356/0047-94, registrada sob nº 51920038249, em 05/04/2023.

FILIAL 47 - Avenida Doutor Simeao de Faria, Nº 20, Galpão 01 e 02, Bairro Santa Cruz, Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, CEP 36088-000. CNPJ n.º 10.158.356/0048-75, registrada sob nº 31920105161, em 05/04/2023.

FILIAL 48 - Avenida Presidente Dutra, Nº 815, Km 1070, Lote C, Bairro Felicia, Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, CEP 45055-480. CNPJ n.º 10.158.356/0049-56, registrada sob nº 29902061415, em 05/04/2023.

FILIAL 49 - Rodovia BR-158, Nº 1080, Pavimento B, Bairro Boi Morto, Município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 97030-810. CNPJ n.º 10.158.356/0050-90, registrada sob nº 43920056101, em 04/05/2023.

FILIAL 50 - Avenida Luís de Souza, Nº 870, Bairro Distrito Industrial, Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, CEP 56308-420. CNPJ n.º 10.158.356/0051-70, registrada sob nº 26902045832, em 26/05/2023.

FILIAL 51 - Rodovia Antônio Heil, nº 800, Km 01, Sala 16, Bairro Itaipava, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88316-001. CNPJ n.º 10.158.356/0052-51, registrada sob nº 42901399951, em 15/06/2023.

FILIAL 52 - Avenida Padre Cicero, S/N, Km 02, Galpão 01, Bairro Muriti, Município de Crato, Estado do Ceará, CEP 63132-015. CNPJ n.º 10.158.356/0053-32, registrada sob nº 23920030890, em 15/06/2023.

FILIAL 53 - Rua Amélia Marinho, Nº 2201, Bairro Bela Vista, Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, CEP 59612-035. CNPJ n.º 10.158.356/0054-13, registrada sob nº 24900459468, em 21/06/2023.

FILIAL 54 - Corredor Armando Augusto Zanatta, Nº 2980, Lote B, Bairro Conjunto Habitacional Izidro Pedroso, Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79840-395. CNPJ n.º 10.158.356/0055-02, registrada sob nº 54920075945, em 21/06/2023.

Página 9 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

FILIAL 55 - Rua Jorge Prola, S/N, QD 9, Conjunto Cidad, Bairro Monte das Oliveiras, Município de Manaus, localizada no estado do Amazonas, CEP 69092-600. CNPJ n.º 10.158.356/0056-85, registrada sob nº 13920017569, em 06/10/2023.

FILIAL 56 - Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, Nº 37, Galpão N 04, Bairro Inacio Barbosa, Município de Aracaju, Estado de Sergipe, CEP 49040-740. CNPJ n.º 10.158.356/0057-66, registrada sob nº 28900303445, em 06/10/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de duração da companhia é por tempo indeterminado, sendo que as suas atividades se iniciaram em 15/07/2008.

PARÁGRAFO QUARTO: A companhia tem o seguinte objeto social:

A **Matriz** tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças; Prestação de serviços de troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores; Intermediação e agenciamento de serviços e negócios; Promoção de vendas. Assessoria, consultoria e informação ao consumidor sobre produtos através de websites; Comércio de partes e componentes de aparelhos de locomoção; Administração de programas de fidelidade de consumidores; Administração de negócios de programas de reembolso para terceiros; Consultoria em gestão e organização de negócios; Administração de holding; Serviços e transações financeiras e monetárias; Serviços de seguros; Serviços fiduciários; Serviços de intermediação de meios de pagamentos; Serviços de processamento de pagamentos; Serviços de avaliação de crédito; Serviços de gerenciamento e emissão de cartão de crédito e cartão débito; Serviços de agência de factoring; Serviços de desconto de título de crédito; Serviços de cobrança; Serviços de operações de câmbio monetário; Serviços de gestão financeira; Serviços de empréstimos e financiamentos.

As filiais 01, 04, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 54: tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Prestação de serviços de troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

Página 10 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

As Filiais 02 e 07: tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

As filiais 06, 42, 51, 53, 55 e 56: tem como objeto social: Comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

As Filiais 07, 08, 09, 12: tem como objeto social: Comércio varejista e comércio eletrônico (e-commerce) de: pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Prestação de serviços de: troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

A Filial 03 tem como objeto social: Comércio varejista, comércio eletrônico (e-commerce) e distribuição de: pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

A Filial 05 tem como objeto social: Comércio varejista e eletrônico (e-commerce) de: pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

As Filiais 19, 22, 25, 33, 36, 37, 38 e 52: tem como objeto social: Comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. Prestação de serviços de: troca de óleo e lubrificantes, montagem de pneumáticos, balanceamento e alinhamento em veículos automotores. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

A filial 30 tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças novas.

A filial 31 tem como objeto social: Comércio varejista de pneumáticos e câmaras de ar.

A filial 44 tem como objeto social: Comércio atacadista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

ARTIGO 4º: O capital social integralizado é de 300.968.330,00 (Trezentos milhões novecentos e sessenta e oito mil e trezentos e trinta reais), dividido em 57.312.220 (cinquenta e sete milhões, trezentas e doze mil, duzentas e vinte ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 5,25 (Cinco reais e vinte e cinco centavos) cada, não conversíveis em outras formas.

Página 11 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O capital social será composto, em sua totalidade, por ações ordinárias nominativas. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas assembleias gerais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os certificados das ações serão assinados por 02 (dois) diretores em conjunto.

ARTIGO 5º: A Sociedade poderá, por deliberação da Assembleia Geral, incorporar ao seu Capital, reservas e lucros acumulados ou em suspenso, capital excedente ou reservas especiais, resultantes da correção monetária, procedendo a emissão das ações correspondentes às incorporações que se verificarem.

ARTIGO 6º: A Companhia poderá, por deliberação majoritária em Assembleia Geral, adquirir suas próprias ações, sem redução do capital social, mediante a aplicação dos lucros acumulados ou capital excedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As ações assim adquiridas serão mantidas em tesouraria, sendo que o capital da sociedade em circulação, corresponderá ao subscrito menos as ações depositadas na tesouraria.

PARÁGRAFO SEGUNDO As ações adquiridas pela Sociedade, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito a voto, nem participação nos dividendos votados ou de novas ações distribuídas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá recolocar ou vender ações mantidas em tesouraria.

CAPÍTULO III – COMPOSIÇÃO

ARTIGO 7º: São órgãos da Sociedade:

- a) Assembleia Geral dos Acionistas;
- b) Conselho de Administração
- c) Diretoria;
- d) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade exigirem, por meio da manifestação dos acionistas ou dos administradores.

Página 12 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

ARTIGO 9º: A convocação da Assembleia far-se-á pela imprensa, na forma da lei, e dos anúncios deverão constar a Ordem do Dia, o Local e a Hora da Reunião.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será considerada regular a Assembleia na qual comparecer todos os acionistas.

ARTIGO 10º: A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos seus diretores, mediante a prévia deliberação da diretoria. Pode, ainda, ser convocada pelo Conselho de Administração, em havendo necessidade para o Conclave, ou, finalmente, na forma da Lei, pelos extraordinariamente legitimados.

ARTIGO 11º: As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Administrativo e Financeiro ou, no seu impedimento, por um dos Diretores, que escolherá, entre os presentes, um secretário.

ARTIGO 12º: O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído a menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado.

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13º: A Sociedade será administrada pela Diretoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Incumbirá a Assembleia Geral fixar a remuneração global da Diretoria, que será distribuída em reunião realizada para esse fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 14º: O Conselho de Administração, somente funcionará quando instalado a pedido de acionistas, formulado em qualquer Assembleia Geral, que os elegerá e fixará a sua remuneração, respeitando o mínimo determinado em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Conselho de Administração deverá ser constituído de um mínimo de 3 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Página 13 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

SEÇÃO II – DIRETORIA

ARTIGO 15º: A Diretoria será composta de 07 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor Contábil, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de E-commerce, 1 (um) Diretor de Expansão e NGI, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Vendas OHT.

ARTIGO 16º: O mandato da Diretoria será de três anos, podendo haver reeleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ainda que terminado o prazo previsto neste artigo, os Diretores continuarão no pleno exercício de suas funções até que se efetive em outra Assembleia Geral, a renovação de seus mandatos, sua destituição ou sua substituição por outros Diretores.

ARTIGO 17º: Os acionistas estabeleceram que os Diretores da Companhia poderão fazer jus a uma remuneração global anual total a título de pró-labore no montante de até R\$ 8.800.000,00 (Oito milhões e oitocentos mil reais).

ARTIGO 18º: A Diretoria tem todos os poderes necessários para prática dos atos e realização das operações que se relacionem com o objeto da sociedade.

ARTIGO 19º: Compete ainda à Diretoria: (a) Zelar pela observância de lei e do estatuto social e fazer cumprir as deliberações tomadas pela Assembleia Geral; (b) - elaborar Planos Plurianuais de Atividades envolvendo, entre outros aspectos, análise de mercado e situação da empresa no setor, projeções, recomendações e políticas de “marketing” para os próximos anos, devendo tais planos sofrer atualizações ao final de cada exercício social; (c) - elaborar orçamentos anuais detalhados de operações e investimentos financeiros, bem como estabelecer sistemas de controle e informação adequados ao perfeito acompanhamento das operações; (d) - apresentar, mensalmente, relatório gerencial das operações em curso; (e) - promover tomadas de preços para realização de qualquer operação que envolva a aquisição de bens ou serviços; (f) - submeter à apreciação os relatórios dos auditores e consultores.

ARTIGO 20º: Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro: (a) - exercer a administração executiva geral dos negócios sociais, cumprindo-lhe, para tanto, coordenar os trabalhos dos demais Diretores, organizar e supervisionar a execução das atividades da sociedade; (b) - organizar o relatório anual das operações da sociedade, depois de aprovado pelos demais Diretores; (c) -

Página 14 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

zelar pela perfeita execução das deliberações da Assembleia Geral; (d) – assinar, juntamente com outro Diretor as ações da sociedade ou os títulos múltiplos que as representem; (e) – Convocar as Reuniões de Diretoria e de Gerência; (f) – Aprovar a estrutura da organização; (g) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das diretrizes básicas da sociedade; (h) - convocar as Assembleias Gerais; (i) - submeter à Assembleia Geral propostas objetivando: I - aumento ou redução do capital social; II - operações de fusão, incorporação ou cisão; III - reformas estatutárias; IV - a liquidação da sociedade; V - autorizar a participação da empresa em outras sociedades em que é ou venha a ser sócia ou acionista, e definir como será exercido o seu voto; VI – emissão de ações ou bônus de subscrição; VII - subscrição e integralização de ações em bens, direitos ou serviços conversíveis em crédito; VIII - resgate, reembolso, amortização ou aquisição de ações da própria empresa; IX - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em outras sociedades, inclusive o controle; X - distribuição de dividendos, bonificações, desdobramentos, participação dos administradores e aplicação de lucros; (j) - examinar e deliberar sobre o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras; (k) - autorizar a Diretoria a adquirir, vender, prometer vender, ceder, prometer ceder, hipotecar, ou por qualquer outra forma, gravar ou dispor de bens do ativo, tais como imóveis, instalações, máquinas, veículos, caminhões, tratores, valores mobiliários, bem como de direitos a eles relativos, ou ainda de quotas ou ações de sociedades em que a empresa é ou venha a ser sócia ou acionista; (l) – aprovar projetos especiais e autorizar a Diretoria a fazer aplicações financeiras, incluindo as de valores mobiliários; (m) prestar garantias; (n) - eleger e destituir os membros da diretoria; (o) - fixar a remuneração de cada um dos membros da Diretoria até o montante global aprovado pela Assembleia Geral; (p) - determinar as atribuições e a área de atuação dos Diretores sem designação específica; (q) – designar em caso de vaga definitiva de Diretor, o substituto; (r) - examinar, a qualquer tempo, os papéis e livros da sociedade, zelando pela sua boa guarda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica sob a responsabilidade do Diretor Administrativo e Financeiro – a Diretoria de Compras – o Departamento Financeiro – o Departamento de Recursos Humanos – a Gerência Comercial – o Departamento de Tecnologia da Informação – a Gerência de Equipamentos – a Gerência da Qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam sob a responsabilidade do Diretor Contábil – o Departamento Contábil – o Departamento Tributário – o Departamento Jurídico.

ARTIGO 21º: Todos os papéis e documentos que envolvam a responsabilidade da sociedade ou a exoneração de terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive cheques bancários, serão assinados:

Página 15 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

(a) Em conjunto por no mínimo dois diretores; (b) por um procurador, quando assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele previstos.

ARTIGO 22º: A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, cabe necessariamente em conjunto por no mínimo dois diretores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Somente poderão constituir procuradores o Diretor Administrativo e Financeiro em conjunto com o Diretor Contábil, que sempre deverão assinar em conjunto, salvo para a nomeação, constituição e desconstituição específica de advogados e prepostos onde poderá assinar isoladamente o Diretor Contábil, observando as determinações do parágrafo seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na constituição de procuradores, observar-se-á o seguinte:

- (a) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependem de autorização da Assembleia Geral, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção dessa autorização;
- (b) as procurações “ad negotia” serão outorgadas para fins específicos e com prazo de validade não superior a um ano, vedado o substabelecimento, razão pela qual expressamente os correspondentes instrumentos de nomeação devem consignar, em seu contexto, esse termo de vigência.
- (c) As procurações específicas outorgadas a advogados com poderes “ad negotia e ad judicium”, para representação da sociedade em processos judiciais e administrativos não terão prazo de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os atos praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto serão nulos e não obrigarão a Sociedade.

ARTIGO 23º: Os diretores responderão pessoalmente aos demais e à companhia, pelos atos dolosos que praticarem.

SEÇÃO III – ABRANGÊNCIA E LIMITES DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 24º: A sociedade não poderá prestar garantias de favor, seja real, fidejussória ou de qualquer outra modalidade, a terceiros, salvo para as seguintes exceções conforme abaixo:

- nas sociedades da qual detenha o poder de controle; ou
- nas quais participe ou para aquelas que venham nela participar; ou
- nas sociedades que façam parte do seu Grupo Econômico; ou

Página 16 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

- para os casos expressamente autorizados por acionistas representando a totalidade do capital social da sociedade.

ARTIGO 25º: Por deliberação majoritária da Assembleia Geral Extraordinária, constituída por mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto, a Companhia pode suspender em determinados exercícios e pelo período que ficar definido no Conclave, a atividade do Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 26º: O Conselho Fiscal, somente funcionará quando instalado a pedido de acionistas, formulado em qualquer Assembleia Geral, que os elegerá e fixará a sua remuneração, respeitando o mínimo determinado em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Fiscal, se instalado, será composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e exercerá o seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

ARTIGO 27º: As deliberações do Conselho Fiscal, que terão as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de "Atas e pareceres do Conselho Fiscal".

CAPÍTULO VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 28º: O exercício social terá início em 1º de janeiro, terminando em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras determinadas por lei.

ARTIGO 29º: A sociedade poderá, quando julgar conveniente, levantar balanços mensais ou semestrais, conforme estabelecido no art. 204 da Lei 6.404/76 ou dispositivo legal que o venha substituir, atendida a legislação fiscal pertinente, distribuindo ou não os dividendos.

ARTIGO 30º: Juntamente com o Balanço e a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados, será encaminhada proposta para distribuição de dividendos, a fim de que sobre ela a Assembleia Geral se pronuncie e delibere.

ARTIGO 31º: Após as deduções previstas em lei, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5 % (cinco por cento) do lucro líquido, para a constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

Página 17 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

- b) 30% (trinta por cento) no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser reinvestido na Companhia, por deliberação dos acionistas.

ARTIGO 32º: Atendido o disposto no Artigo acima, a Assembleia Geral deliberará sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver, o qual, por proposta legal da administração, poderá ser total ou parcialmente atribuído como:

- a) dividendo suplementar aos acionistas;
b) saldo que se transfere para o exercício seguinte, como retenção de lucros, quando devidamente justificados pelos administradores, para financiar plano de investimento, previsto em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76.

CAPÍTULO VIII – DA RETIRADA

ARTIGO 33º: Ocorrendo qualquer hipótese de exercício do direito de retirada, o acionista dissidente receberá o valor de reembolso de suas ações estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado em avaliação realizada especificamente para esse fim.

PARÁGRAFO ÚNICO – O reembolso respeitará a manutenção da empresa e a qualidade dos ativos detidos pela Companhia, de forma que o dissidente receberá o reembolso não em dinheiro, mas em outras espécies de bens, escolhidos pela Assembleia Geral, ouvidos os órgãos de administração da Companhia.

ARTIGO 34º: Caso um dos Acionistas queira retirar-se da sociedade, mediante alienação, mesmo por doação de suas ações, deverá comunicar por escrito sua decisão à Diretoria, a fim de que a sociedade em primeiro lugar e em segundo os demais acionistas, possam no prazo de 90 (noventa) dias do recebimento da comunicação, exercer o direito de preferência na aquisição das ações do Acionista retirante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Decorrido este prazo, sem que a companhia e os demais acionistas se manifestem, as ações poderão ser livremente transferidas, observadas as condições da oferta efetivada, para a validade do negócio de transferência a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A transferência para herdeiros diretos ou para sociedades controladas pelo acionista que desejar alienar suas ações não estarão vinculadas ao direito de preferência mencionado no “caput” do presente artigo.

Página 18 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

CAPÍTULO IX – DA LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 35º: No caso de dissolução da sociedade, deliberada em Assembleia Geral, compete a este mesmo órgão determinar o modo de liquidação e nomeação do liquidante.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 36º: As omissões deste estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro ou legislação que o venha a substituir.

Itajaí-SC, 30 de outubro de 2023.

Mesa:

VITOR DAS NEVES LEME

JOEL GONCALVES DE DEUS

Acionistas Presentes:

CANTU STORE S.A.

(Representada por Humberto Gabriel Cantu
e Vitor das Neves Leme).

Página 19 de 19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

**TERMO DE AUTENTICACAO**

NOME DA EMPRESA	CPX DISTRIBUIDORA S/A
PROTOCOLO	236915177 - 22/11/2023
ATO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42300045128
CNPJ 10.158.356/0001-01
CERTIFICO O REGISTRO EM 24/11/2023
SOB N: 20236915177

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20236915177
219 - ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES ARQUIVAMENTO: 20236915177

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 02372546970 - JOEL GONCALVES DE DEUS - Assinado em 20/11/2023 às 16:17:18

Cpf: 03594199924 - HUMBERTO GABRIEL CANTU - Assinado em 21/11/2023 às 11:16:46

Cpf: 06232085981 - VITOR DAS NEVES LEME - Assinado em 22/11/2023 às 15:30:24



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915177 Protocolo 236915177 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023



http://assinador.pses.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=fAeLcMDAXmM1vzKkYt5ps0&chave2=Ug8cwwsph-ckG15CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04216493998-JULIANO SILVA|06222085981-VITOR DAS NEVES LEME|22114007871-FELIPE CASALE MOBILIZE
02372546970-JOEL GONCALVES DE DEUS|14222207888-ALEXANDRE ARAUJO LOPES|29600714843-LEANDRO LOPES DA VEITGA
28209490885-FERNANDO SOARES DOS SANTOS

CPX DISTRIBUIDORA S/A.

CNPJ: 10.158.356/0001-01

NIRE: 4230.004.512-8

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO TERMO DE POSSE

Aos 30 dias do mês de outubro de 2023, às 09:30hrs, em sua sede social, na Rodovia Antônio Heil, nº 800, km 01, sala 02, bairro Itaipava, na cidade de Itajaí/SC, compareceram os Srs. **JOEL GONÇALVES DE DEUS**, brasileiro, contador, nascido em 10/10/1979, casado, portador da cédula de identidade nº 3.548.638 expedida pela SESP-SC, inscrito no CPF sob nº 023.725.469-70, residente e domiciliado na rua Clarindo Sebastião da Cunha, nº 2268, bairro Espinheiros, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88317-193 – **DIRETOR CONTÁBIL**; **VITOR DAS NEVES LEME**, brasileiro, administrador, nascido em 18/02/1988, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4104277 SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 062.320.859-81, residente e domiciliado na Rua Tailândia, nº 2100, Ap 218, Das Nações, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88338-155 – **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**; **JULIANO SILVA**, brasileiro, administrador, nascido em 13/07/1983, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4037737 expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 042.164.939-98, residente e domiciliado na Rua 901, nº 267, Ap 801, Centro, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88330-725 – **DIRETOR COMERCIAL**; **FERNANDO SOARES DOS SANTOS**, brasileiro, administrador, nascido em 08/07/1980, casado, portador da cédula de identidade nº 30965589 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 282.094.908-85, residente e domiciliado na Rua Doutor Djalma Pinheiro Franco, nº 829, Bloco Ala B, Ap 211, Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04368-003 – **DIRETOR DE E-COMMERCE**; **ALEXANDRE ARAUJO LOPES**, brasileiro, administrador, nascido em 07/10/1971, casado, portador da cédula de identidade nº 20990230 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 142.222.078-88, residente e domiciliado na Avenida Central, Nº 280, Ap 801, Centro, na cidade



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915215 Protocolo 236915215 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023



de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88330-668 – DIRETOR DE EXPANSÃO E NGI; **FELIPE CASALE MOBLIZE**, brasileiro, administrador, nascido em 04/07/1981, casado, portador da cédula de identidade nº 329964719 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 221.140.078-71, residente e domiciliado na Avenida Almirante Cochrane, nº 29, Ap 202, Bairro Gonzaga, CEP 11040-001 – DIRETOR DE OPERAÇÕES e **LEANDRO LOPES DA VEIGA**, brasileiro, administrador, nascido em 21/02/1980, casado, portador da cédula de identidade nº 302668287 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 296.007.148-43, residente e domiciliado na Avenida Higienópolis, Nº 148, Ap 42, Bairro Higienópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01238-001 – DIRETOR DE VENDAS OHT, membros da Diretoria da CPX DISTRIBUIDORA S/A, eleitos, em 30 de outubro de 2023, pela Assembleia Geral Extraordinária, para um mandato de três (03) anos. Os Diretores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a atividade empresarial, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011,1º, da Lei nº 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94, os quais são empossados e formalmente investidos em seus cargos, assinando o presente termo.

JOEL GONCALVES DE DEUS

Diretor Contábil

VITOR DAS NEVES LEME

Diretor Administrativo e Financeiro

JULIANO SILVA

Diretor Comercial

FERNANDO SOARES DOS SANTOS

Diretor de E-commerce

ALEXANDRE ARAUJO LOPES

Diretor de Expansão e NGI

FELIPE CASALE MOBLIZE

Diretor de Operações

LEANDRO LOPES DA VEIGA

Diretor de Vendas OHT



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915215 Protocolo 236915215 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

**TERMO DE AUTENTICACAO**

NOME DA EMPRESA	CPX DISTRIBUIDORA S/A
PROTOCOLO	236915215 - 22/11/2023
ATO	310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
EVENTO	310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

MATRIZ

NIRE 42300045128
CNPJ 10.158.356/0001-01
CERTIFICO O REGISTRO EM 24/11/2023
SOB N: 20236915215

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 02372546970 - JOEL GONCALVES DE DEUS - Assinado em 20/11/2023 às 16:20:19
Cpf: 04216493998 - JULIANO SILVA - Assinado em 20/11/2023 às 13:33:43
Cpf: 06232085981 - VITOR DAS NEVES LEME - Assinado em 20/11/2023 às 13:25:20
Cpf: 14222207888 - ALEXANDRE ARAUJO LOPES - Assinado em 22/11/2023 às 14:14:22
Cpf: 22114007871 - FELIPE CASALE MOBLIZE - Assinado em 21/11/2023 às 20:47:10
Cpf: 28209490885 - FERNANDO SOARES DOS SANTOS - Assinado em 22/11/2023 às 15:21:13
Cpf: 29600714843 - LEANDRO LOPES DA VEIGA - Assinado em 22/11/2023 às 06:59:40



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 24/11/2023 Data dos Efeitos 22/11/2023

Arquivamento 20236915215 Protocolo 236915215 de 22/11/2023 NIRE 42300045128

Nome da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

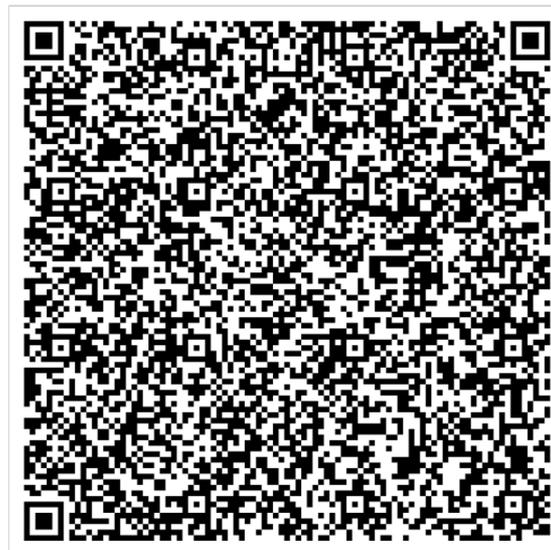
Chancela 208864018064528

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/11/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

24/11/2023

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		 SC
NOME VITOR DAS NEVES LEME		
	DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF 4104277 SESP SC	
	CPF 062.320.859-81	DATA NASCIMENTO 18/02/1988
	FILIAÇÃO JOSE CARLOS LEME JUNIOR MARIA IRANY DAS NEVES LEME	
	PERMISSÃO	ACC
N° REGISTRO 03831203841	VALIDADE 31/08/2025	1ª HABILITAÇÃO 27/04/2006
OBSERVAÇÕES A		
ASSINATURA DO PORTADOR 		
LOCAL BALNEARIO CAMBORIU, SC		DATA EMISSÃO 09/09/2020
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		34080511071 SC156847060
SANTA CATARINA		
DENATRAN		CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

AUTENTICAÇÃO DESMATERIALIZAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel de documento que me foi apresentado e dou fé. Itajaí (SC), 03/10/2022. Selo(s) Digital(s) de fiscalização do tipo: Selo Normal: Confira os dados do ato em: Selo.tjsc.jus.br: Emol: R\$4,44 - Selo: R\$3,11 =Total= R\$7,55 - Selo nº.GPG66420-KOG8 PAULA MARQUES DOS PASSOS OLIVEIRA:01529082005 - -



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1 NOME E SOBRENOME: JOEL GONCALVES DE DEUS 1ª HABILITAÇÃO: 09/02/1998

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 10/10/1979 ITAJAI/SC

4a DATA EMISSÃO: 29/09/2022 4b VALIDADE: 18/09/2032 ACC: D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 3548638 SSP SC

4d CPF: 023.725.469-70 5 Nº REGISTRO: 02610080113 9 CAT. HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: JOAO GONCALVES DE DEUS VALMIRA PALADINI DE DEUS

7 ASSINATURA DO PORTADOR:

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		18/09/2032		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES: A

LOCAL: FLORIANÓPOLIS, SC

70451644934
 SC179430068

SANTA CATARINA
 SENATRAN CONTRAN

2496461670

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por PAULA MARQUES DOS PASSOS OLIVEIRA, em terça-feira, 9 de maio de 2023 17:00:30 GMT-03:00. CNS: 10.7366-7 - 3º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE ITAJAI/SC, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

3º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE ITAJAÍ/SC

Sueli Canziani Gazaniga

Rua Manoel Vieira Garção, nº 148, 1º andar, Ed. Catarinense, Centro, Itajaí-SC, CEP: 88.301-425

Certifico que procedi a desmaterialização do presente documento, cujo original foi conferido por mim nesta data. Dou fé, Itajaí-SC, 09/05/2023 16:56. Documento assinado digitalmente por: PAULA MARQUES DOS PASSOS OLIVEIRA:01529082005, em 09/05/2023, com validade assegurada pela MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BR). Processo de desmaterialização nos termos do art. 839-A do CNCGJ/SC.

Emolumentos:

Desmaterialização (2): R\$ 9,66

ISS: R\$ 0,20

Selos (2): R\$ 0,00

Total: R\$ 12,04

	<p>Poder Judiciário Estado de Santa Catarina Selo Digital de Fiscalização SELO NORMAL GTD90036-LFD0</p> <p>Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br</p>
	<p>Poder Judiciário Estado de Santa Catarina Selo Digital de Fiscalização SELO NORMAL GTD90037-Y0ZF</p> <p>Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br</p>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SC

NOME
JULIANO SILVA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
4037737 SSP SC

CPF
042.164.939-98

DATA NASCIMENTO
13/07/1983

FILIAÇÃO
OSVALDIR PAULO DA SILVA
VANDA SILVY DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01928623607

VALIDADE
15/07/2031

1ª HABILITAÇÃO
16/08/2001

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BALNEARIO CAMBORIU, SC

DATA EMISSÃO
19/07/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

35394183818
SC166730246

SANTA CATARINA

DENATRAN **CONTRAN**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2244412583

2244412583

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SP

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2249614016

2249614016

2249614016

SP

2249614016

NOME ALEXANDRE ARAUJO LOPES		
DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF 20990230 SSP SP		
CPF 142.222.078-88	DATA NASCIMENTO 07/10/1971	
FILIAÇÃO ARMANDO BERNAL LOPES IVANYLDE DE ARAUJO LOPES		
PERMISSÃO	ACC	CAT. HAB. AB
Nº REGISTRO 03460410410	VALIDADE 13/07/2031	1ª HABILITAÇÃO 23/10/1989
OBSERVAÇÕES		
ASSINATURA DO PORTADOR		
LOCAL SAO PAULO, SP	DATA EMISSÃO 23/07/2021	
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		06620434188 SP006107963
SÃO PAULO		
DENATRAN		CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8900-3

POLEGAR DIREITO

6A564C51

ASSINATURA DO TITULAR

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

32.996.471-9

DATA DE EXPEDIÇÃO

2 Via

02/03/2015

NOME

FELIPE CASALE MOBLIZE

FILIAÇÃO

CLOVIS MOBLIZE

ELIETE MARIA CASALE MOBLIZE

NATURALIDADE

SANTOS - SP

DOC ORIGEM

SANTOS-SP SANTOS CN:LV.A173/FLS.124V/Nº37636

CPF

221140078/71

DATA DE NASCIMENTO

04/07/1981

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por PAULO ROGÉRIO FEITOSA DE REZENDE, em quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024 12:44:44 GMT-03:00, CNS: 11.228-4 - 20º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CPX DISTRIBUIDORA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42300045128	10.158.356/0001-01	15/07/2008	15/07/2008
Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 KM 01, SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001			
OBJETO SOCIAL			
COMERCIO ATACADISTA DE PNEUMATICOS, CAMARAS DE AR E AUTOPECAS. PRESTACAO DE SERVICOS DE TROCA DE OLEO E LUBRIFICANTES, MONTAGEM DE PNEUMATICOS, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO EM VEICULOS AUTOMOTORES, INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS. SERVICIO DE LOCACAO E TELEMETRIA DE PNEUMATICOS, PROMOCAO DE VENDAS. ASSESSORIA, CONSULTORIA E INFORMACAO AO CONSUMIDOR SOBRE PRODUTOS ATRAVES DE WEBSITES. COMERCIO DE PARTES E COMPONENTES DE APARELHOS DE LOCOMOCAO. ADMINISTRACAO DE PROGRAMAS DE FIDELIDADE DE CONSUMIDORES. ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS DE PROGRAMAS DE REEMBOLSO PARA TERCEIROS. CONSULTORIA EM GESTAO E ORGANIZACAO DE NEGOCIOS. ADMINISTRACAO DE HOLDING. SERVICOS E TRANSACOES FINANCEIRAS E MONETARIAS SERVICOS DE SEGUROS SERVICOS FIDUCIARIOS SERVICOS DE INTERMEDIACAO DE MEIOS DE PAGAMENTOS SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE PAGAMENTOS SERVICOS DE AVALIACAO DE CREDITO SERVICOS DE GERENCIAMENTO E EMISSAO DE CARTAO DE CREDITO E CARTAO DEBITO SERVICOS DE AGENCIA DE FACTORING SERVICOS DE DESCONTO DE TITULO DE CREDITO SERVICOS DE COBRANCA SERVICOS DE OPERACOES DE CAMBIO MONETARIO SERVICOS DE GESTAO FINANCEIRA SERVICOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 528.128.330,00 QUINHENTOS E VINTE E OITO MILHÕES CENTO E VINTE E OITO MIL TREZENTOS E TRINTA REAIS Capital integralizado: R\$ 528.128.330,00 QUINHENTOS E VINTE E OITO MILHÕES CENTO E VINTE E OITO MIL TREZENTOS E TRINTA REAIS		Não	XXXXXX
DIRETORIA / TÉRMINO DO MANDATO /			
Nome/CPF	Término do mandato	Cond./Administrador	
JOEL GONCALVES DE DEUS 023.725.469-70	02/06/2025	DIRETOR - Diretor Contábil	
JULIANO SILVA 042.164.939-98	21/02/2025	DIRETOR - DIRETOR COMERCIAL	
VITOR DAS NEVES LEME 062.320.859-81	21/02/2025	DIRETOR - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
ALEXANDRE ARAUJO LOPES 142.222.078-88	03/05/2026	DIRETOR - DIRETOR DE EXPANSÃO E NGI	
FELIPE CASALE MOBLIZE 221.140.078-71	30/10/2026	DIRETOR - DIRETOR DE OPERAÇÕES	
FERNANDO SOARES DOS SANTOS 282.094.908-85	21/02/2025	DIRETOR - DIRETOR DE E-COMMERCE	
LEANDRO LOPES DA VEIGA 296.007.148-43	30/10/2026	DIRETOR - DIRETOR DE VENDAS OHT	

página: 1/6

241242924



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CPX DISTRIBUIDORA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42300045128	10.158.356/0001-01	15/07/2008	15/07/2008
Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 KM 01, SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001			
INFORMAÇÃO SOBRE O MANDATO			
O PRAZO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DA DIRETORIA SE ESTENDE ATÉ A INVESTIDURA DOS NOVOS ADMINISTRADORES ELEITOS(ART. 150, § 4º DA LEI 6.404 / 76), SALVO PREVISÃO ESTATUTÁRIA EM CONTRÁRIO.			
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número		
18/11/2024	20241275784	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS
Ato:	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA		
Evento:	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO		
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE:	43901334206	CNPJ:	10.158.356/0002-92
Endereço: AVENIDA FRANCISCO SILVEIRA BITENCOURT, 1359 GALPAO10, SARANDI, PORTO ALEGRE, RS - CEP: 91150010			
NIRE:	42900832210	CNPJ:	10.158.356/0003-73
Endereço: AVENIDA GETULIO DORNELES VARGAS, S/N QUADRA:524 A;LOTE:04, LIDER, CHAPECÓ, SC - CEP: 89805186			
NIRE:	41901226673	CNPJ:	10.158.356/0005-35
Endereço: ESTRADA DO GANCHINHO- LD, 957 #CONJ 07 COND LOGISTICO PACIFIC CDBLOCO DE GALPOES, SITIO CERCADO, CURITIBA, PR - CEP: 81935006			
NIRE:	26900573173	CNPJ:	10.158.356/0004-54
Endereço: RODOVIA BR-101 - SUL, S/N KM 79,70, JARDIM JORDAO, JABOATÃO DOS GUARARAPES, PE - CEP: 54320230			
NIRE:	31902163731	CNPJ:	10.158.356/0006-16
Endereço: RUA UM, 491 GALPAO01 SALA 01, DO COMERCIO, CONTAGEM, MG - CEP: 32152002			
NIRE:	35904142191	CNPJ:	10.158.356/0007-05
Endereço: ESTRADA BENEDITO DE SOUZA, 10950 GALPAOB1, PRATA, ITUPEVA, SP - CEP: 13299700			
NIRE:	26900670004	CNPJ:	10.158.356/0009-69
Endereço: RODOVIA BR-101 SUL, 550 KM 70 GALPAO CEAGEPE DV CANTEIRO CENTRAL, CURADO, RECIFE, PE - CEP: 50790900			
NIRE:	32900508619	CNPJ:	10.158.356/0010-00
Endereço: AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 1765 GALPAO02 SALA 01, PORTAL DE JACARAÍPE, SERRA, ES - CEP: 29173795			
NIRE:	33901578522	CNPJ:	10.158.356/0011-83
Endereço: AVENIDA AUTOMOVEL CLUBE, 7453 LOTE 01 A, FAZENDA MATO GROSSO, DUQUE DE CAXIAS, RJ - CEP: 25255030			
NIRE:	21900590561	CNPJ:	10.158.356/0012-64
Endereço: AV RODOVIA BR 135 (ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA), 28 LETRA C KM 07 VILA MARACANA SALA 01, MARACANA, SÃO LUÍS, MA - CEP: 65095602			



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CPX DISTRIBUIDORA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42300045128	10.158.356/0001-01	15/07/2008	15/07/2008
Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 KM 01, SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001			
NIRE: 52901618619	CNPJ: 10.158.356/0013-45	Endereço: AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 407 BLOCO A1, FAZ CAVEIRAS, GOIÂNIA, GO - CEP: 74445360	
NIRE: 53920014805	CNPJ: 10.158.356/0014-26	Endereço: ST SCIA QUADRA 14 CONJUNTO 2, S/N LOTE 13 SALA 01, ZONA INDUSTRIAL (GUARA), BRASÍLIA, DF - CEP: 71250110	
NIRE: 29902027454	CNPJ: 10.158.356/0016-98	Endereço: ACESSO II BR 324, 1796 GALPAOG3, CIA SUL, SIMÕES FILHO, BA - CEP: 43700000	
NIRE: 54920056622	CNPJ: 10.158.356/0017-79	Endereço: RUA UCY NAGAMINE, 676, UNIVERSITARIO, CAMPO GRANDE, MS - CEP: 79063480	
NIRE: 51920019694	CNPJ: 10.158.356/0018-50	Endereço: AV JULIO DOMINGOS DE CAMPOS (LOT A LUIZA), 6900 QUADRAH LOTE 83 E 83 SALA 02, JARDIM DOS ESTADOS, VÁRZEA GRANDE, MT - CEP: 78158207	
NIRE: 26902027516	CNPJ: 10.158.356/0019-30	Endereço: RODOVIA BR-101 - SUL, S/N KM 79,70, JARDIM JORDAO, JABOATÃO DOS GUARARAPES, PE - CEP: 54320230	
NIRE: 35920144160	CNPJ: 10.158.356/0020-74	Endereço: RODOVIA ELIEZER MONTENEGRO MAGALHAES, KM 53 ANEXO CONTAINER, ZONA RURAL, ARAÇATUBA, SP - CEP: 16080603	
NIRE: 35920144178	CNPJ: 10.158.356/0021-55	Endereço: RUA PROFESSOR ANTONIO PALOCCI, 611 BRCAO G, JARDIM OURO BRANCO, RIBEIRÃO PRETO, SP - CEP: 14079800	
NIRE: 32900756639	CNPJ: 10.158.356/0022-36	Endereço: AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 1765 GALPAO01, PORTAL DE JACARAÍPE, SERRA, ES - CEP: 29173795	
NIRE: 42901356284	CNPJ: 10.158.356/0023-17	Endereço: RODOVIA BR-116, 4291 ANEXO:CONTAINER, AREA INDUSTRIAL, LAGES, SC - CEP: 88514688	
NIRE: 17900396665	CNPJ: 10.158.356/0024-06	Endereço: QUADRA ASR SE 115 ALAMEDA 7, S/N QUADRAJ LOTE 08 A SALA 01, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS, TO - CEP: 77024174	
NIRE: 17900396673	CNPJ: 10.158.356/0025-89	Endereço: QUADRA ASR SE 115 ALAMEDA 7, S/N QUADRAJ LOTE 08 A SALA 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS, TO - CEP: 77024174	
NIRE: 35920155781	CNPJ: 10.158.356/0026-60	Endereço: RUA JOSE JOAQUIM COSTA, 21, JARDIM RIO 400, PRESIDENTE PRUDENTE, SP - CEP: 19053350	



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CPX DISTRIBUIDORA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42300045128	10.158.356/0001-01	15/07/2008	15/07/2008
Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 KM 01, SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001			
NIRE: 51920026003	CNPJ: 10.158.356/0027-40	Endereço: RUA JOAO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO, 1025 LOTE 07/ 08/ 09/ 28 E 29, DISTRITO INDUSTRIAL, SINOP, MT - CEP: 78557527	
NIRE: 35920159299	CNPJ: 10.158.356/0029-02	Endereço: AVENIDA DOUTOR LINEU DE ALCANTARA GIL, 5625 SALA 01, PARQUE INDUSTRIAL CAMPO VERDE, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP - CEP: 15076090	
NIRE: 35920159302	CNPJ: 10.158.356/0030-46	Endereço: RUA ANTONIO NUNES DOS SANTOS, 34 SALA 01, JARDIM DO VOVO, CAMPINAS, SP - CEP: 13033210	
NIRE: 35920164497	CNPJ: 10.158.356/0031-27	Endereço: ALAMEDA DAS ACACIAS, 8-55 GALPAO01, PARQUE SAO GERALDO, BAURU, SP - CEP: 17021090	
NIRE: 41901979264	CNPJ: 10.158.356/0033-99	Endereço: RUA CONDOR, 560, INDUSTRIAS LEVES, LONDRINA, PR - CEP: 86030300	
NIRE: 41901979272	CNPJ: 10.158.356/0034-70	Endereço: ROD BR-376, 25000 KM 624 ANEXO CONTAINER, CAMPO LARGO DA ROSEIRA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR - CEP: 83090650	
NIRE: 21900599364	CNPJ: 10.158.356/0035-50	Endereço: RODOVIA BR 010, 17 QUADRA1A LOTE 13, CIDADE NOVA, DAVINÓPOLIS, MA - CEP: 65927000	
NIRE: 29902047234	CNPJ: 10.158.356/0036-31	Endereço: RUA RIO GRANDE, 332 QUADRA:03;LOTE:11, BOA VISTA, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, BA - CEP: 47853062	
NIRE: 35920192679	CNPJ: 10.158.356/0040-18	Endereço: ESTRADA BENEDITO DE SOUZA, 10950 GALPAOB3 PARTE, PRATA, ITUPEVA, SP - CEP: 13299700	
NIRE: 29902058813	CNPJ: 10.158.356/0041-07	Endereço: RODOVIA BR 324, S/N KM:528, HUMILDES, FEIRA DE SANTANA, BA - CEP: 44135000	
NIRE: 41901992147	CNPJ: 10.158.356/0042-80	Endereço: AVENIDA ARACY TANAKA BIAZZETTO, 9930 BRCAO B14A, PARQUE SAO PAULO, CASCAVEL, PR - CEP: 85803722	
NIRE: 35920205762	CNPJ: 10.158.356/0043-60	Endereço: ESTRADA BENEDITO DE SOUZA, 10950 GALPAOB2, PRATA, ITUPEVA, SP - CEP: 13299700	
NIRE: 52901647589	CNPJ: 10.158.356/0044-41	Endereço: RUA 06, S/N QUADRAI LOTE 1 A 3, #CIDADE EMPRESARIAL NOVA ALIAN, RIO VERDE, GO - CEP: 75913226	



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CPX DISTRIBUIDORA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42300045128	10.158.356/0001-01	15/07/2008	15/07/2008
Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 KM 01, SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001			
NIRE: 35920209636	CNPJ: 10.158.356/0046-03	Endereço: AVENIDA ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, 700, JARDIM SANTA MARIA, JACAREÍ, SP - CEP: 12328300	
NIRE: 51920038249	CNPJ: 10.158.356/0047-94	Endereço: RUA SETE DE SETEMBRO, 935 QUADRA28 LOTE 1A, VILA BIRIGUI, RONDONÓPOLIS, MT - CEP: 78705010	
NIRE: 29902061415	CNPJ: 10.158.356/0049-56	Endereço: AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, 815 KM:1070;LOTE:C, FELICIA, VITÓRIA DA CONQUISTA, BA - CEP: 45055480	
NIRE: 43920056101	CNPJ: 10.158.356/0050-90	Endereço: RODOVIA BR-158, 1080 PAVMTOB, BOI MORTO, SANTA MARIA, RS - CEP: 97030810	
NIRE: 26902045832	CNPJ: 10.158.356/0051-70	Endereço: AVENIDA LUÍS DE SOUZA, 870, DISTRITO INDUSTRIAL, PETROLINA, PE - CEP: 56308420	
NIRE: 42901399951	CNPJ: 10.158.356/0052-51	Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 SALA:16, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001	
NIRE: 54920075945	CNPJ: 10.158.356/0055-02	Endereço: CORREDOR ARMANDO AUGUSTO ZANATTA, 2980 LOTE B, #CONJUNTO HABITACIONAL IZIDRO, DOURADOS, MS - CEP: 79840395	
NIRE: 13920017569	CNPJ: 10.158.356/0056-85	Endereço: RUA JORGE PROLA, S/N QD 9 CONJUNTO CIDAD, MONTE DAS OLIVEIRAS, MANAUS, AM - CEP: 69092600	
NIRE: 28900303445	CNPJ: 10.158.356/0057-66	Endereço: RUA PAULO HENRIQUE MACHADO PIMENTEL, 37 GALPAON 04, INACIO BARBOSA, ARACAJU, SE - CEP: 49040740	
NIRE: 35920263517	CNPJ: 10.158.356/0058-47	Endereço: V AC JOAO DE GOES, 1400 BRCAO A9, JARDIM ITAQUITI, BARUERI, SP - CEP: 06422150	
NIRE: 42901426479	CNPJ: 10.158.356/0059-28	Endereço: RUA LUIZ CORREA DE SOUZA, 1052 GALPAO01, HUMAITA DE CIMA, TUBARÃO, SC - CEP: 88708110	
NIRE: 42901440811	CNPJ: 10.158.356/0060-61	Endereço: RODOVIA DEPUTADO ANTONIO HEIL, 800 KM 01 SALA 17, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001	
NIRE: 21900616161	CNPJ: 10.158.356/0061-42	Endereço: AVENIDA GOVERNADOR LUIZ ROCHA, 610, POTOSI, BALSAS, MA - CEP: 65800000	



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: CPX DISTRIBUIDORA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
NIRE(sede) 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	Arquivamento do ato Constitutivo 15/07/2008	Início da atividade 15/07/2008
Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 KM 01, SALA 02, ITAIPAVA, ITAJAÍ, SC - CEP: 88316001			
NIRE: 35920303047 CNPJ: 10.158.356/0062-23 Endereço: AVENIDA ANA COSTA, 433 CONJ 131, GONZAGA, SANTOS, SP - CEP: 11060003			
NIRE: 42901446534 CNPJ: 10.158.356/0063-04 Endereço: RUA MARLENE CORDEIRO DE MORAIS, 100, SAO CRISTOVAO, CAÇADOR, SC - CEP: 89509610			
NIRE: 33901647290 CNPJ: 10.158.356/0064-95 Endereço: RUA FRANCISCO DE S E MELO, 01590 GALPAO 03 ARMAZEM 122, CORDOVID, RIO DE JANEIRO, RJ - CEP: 21010900			
NIRE: 15902057891 CNPJ: 10.158.356/0065-76 Endereço: RODOVIA MUNICIPAL FARUK SALMEN, 1021 QUADRA02, NOVO HORIZONTE, PARAUAPEBAS, PA - CEP: 68515000			
NIRE: 42901454286 CNPJ: 10.158.356/0066-57 Endereço: RODOVIA JORGE LACERDA RODOVIA, 1208 AREA A AREA B GALPAO 1 MODULO AB, ESPINHEIROS, ITAJAÍ, SC - CEP: 88317100			
NIRE: 33901650614 CNPJ: 10.158.356/0067-38 Endereço: RODOVIA PRES DUTRA, 180 KM 268 GALPAO4, BOA SORTE, BARRA MANSA, RJ - CEP: 27343000			
NIRE: 23920045030 CNPJ: 10.158.356/0068-19 Endereço: RUA NEUZINHA PARENTE, 600 A, JANGURUSSU, FORTALEZA, CE - CEP: 60870810			
Observação			

FLORIANOPOLIS - SC, 26 de Novembro de 2024

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETARIO-GERAL

241242924

página: 6/6

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.158.356/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/07/2008
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PNEUSTORE.COM.BR		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 64.61-1-00 - Holdings de instituições financeiras 64.99-9-99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente 66.12-6-03 - Corretoras de câmbio 66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito 66.19-3-05 - Operadoras de cartões de débito 66.19-3-99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-02 - Promoção de vendas 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO ROD ANTONIO HEIL	NÚMERO 800	COMPLEMENTO KM 01 SALA 02
CEP 88.316-001	BAIRRO/DISTRITO ITAIPAVA	MUNICÍPIO ITAJAI
UF SC	ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@CANTUSTORE.COM.BR	
TELEFONE (47) 3046-2550		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/07/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/11/2024** às **08:06:17** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS		
CNPJ/CPF 10158356000101	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS 25/07/2008
INSCRIÇÃO ESTADUAL 255653050	NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA S/A	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CPX S/A	REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS NORMAL	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 4530702 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras de ar		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 4520004 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores 4520005 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 4520007 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 4530701 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 4669999 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 6461100 - Holdings de instituições financeiras 6499999 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente 6612603 - Corretoras de câmbio 6613400 - Administração de cartões de crédito 6619305 - Operadoras de cartões de débito 6619399 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente 7020400 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 7319002 - Promoção de vendas 7490104 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 8299799 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente		
INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 01/02/2010 - Credenciado a enviar Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 01/10/2013		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2054 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA		
LOGRADOURO RODOVIA ANTONIO HEIL	NÚMERO 800	COMPLEMENTO KM 01, SALA 02
CEP 88316-000	BAIRRO/DISTRITO ITAIPAVA	MUNICÍPIO ITAJAÍ
UF SC	ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@CANTUSTORE.COM.BR	
TELEFONE 47 30462550		SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 25/07/2008

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em **03/09/2024 18:58:46** (data e hora de Brasília).



MUNICÍPIO DE ITAJAI

CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA

ESTE DOCUMENTO NÃO É VÁLIDO COMO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 290589	CPF/CNPJ 10.158.356/0001-01	DATA DE ABERTURA 31/07/2009	DATA DE EMISSÃO 11/11/2024
--------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------

NOME DO CONTRIBUINTE CPX DISTRIBUIDORA S/A
--

NOME FANTASIA CPX S/A

ATIVIDADE PRINCIPAL 4530702 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS 4635401 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL 4635402 - COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE 4633801 - COMÉRCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, HORTALIÇAS E LEGUMES FRESCOS 4681805 - COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES 4639701 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL 4530701 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES 4520005 - SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES 4619200 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO 4635499 - COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 4637199 - COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 4679699 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
--

NATUREZA JURÍDICA 205-4 Sociedade Anônima Fechada

REGIME FISCAL Normal

LOGRADOURO DEPUTADO ANTONIO HEIL	NÚMERO 800
--	----------------------

COMPLEMENTO KM 01 SALA 02

BAIRRO ITAIPAVA	CEP 88316-001	MUNICÍPIO ITAJAÍ	UF SC
---------------------------	-------------------------	----------------------------	-----------------

SITUAÇÃO DO CADASTRO FISCAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
---	----------------------------

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES	
NOME Humberto Gabriel Cantu	QUALIFICAÇÃO PRESIDENTE

OBSERVAÇÕES SITUAÇÃO DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONTRIBUINTE: ATIVA

Confira os dados de identificação do contribuinte. Se houver qualquer divergência, providencie a atualização cadastral junto ao Município.
Este comprovante pode ser emitido no portal <https://iss.itajai.sc.gov.br/sefaz/>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CPX DISTRIBUIDORA S/A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Certidão nº: 62213569/2024

Expedição: 10/09/2024, às 17:47:10

Validade: 09/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CPX DISTRIBUIDORA S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.158.356/0001-01**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.158.356/0001-01
Razão Social: CPX DISTRIBUIDORA SA
Endereço: ROD ANTONIO HEIL 800 KM 01 SALA 02 / ITAIPAVA / ITAJAI / SC / 88316-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/11/2024 a 13/12/2024

Certificação Número: 2024111402461552866802

Informação obtida em 24/11/2024 12:05:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CPX DISTRIBUIDORA S/A
CNPJ: 10.158.356/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:33:05 do dia 11/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/12/2024.

Código de controle da certidão: **F0E3.9BA9.CEDF.787D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CPX DISTRIBUIDORA S/A**
CNPJ/CPF: **10.158.356/0001-01**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140307942270**
Data de emissão: **30/09/2024 13:47:49**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **29/03/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 01/10/2024 10:50:06

Município de Itajaí



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO CERTIDÃO:	DATA DA EMISSÃO:	DATA DA VALIDADE:	FINALIDADE:
60785/2024	11/09/2024	10/12/2024	Certidão

NOME/RAZÃO SOCIAL:	CPF/CNPJ:
CPX DISTRIBUIDORA S/A	10.158.356/0001-01

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	ATIVIDADE FISCAL:
290589	OUTRAS ATIVIDADES NAO ESPECIFICADAS

ENDEREÇO/LOCALIZAÇÃO:	
Logradouro: DEPUTADO ANTONIO HEIL, 800 Bairro: ITAIPAVA	Complemento: KM 01 SALA 02 CEP: 88316-001

AVISO:
Não constam créditos constituídos em aberto para o contribuinte até a data de emissão desta certidão.

DESCRIÇÃO:
Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pelo Município de Itajaí e a inscrições em Dívida Ativa Municipal junto à Procuradoria-Geral do Município (PGM).

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C2460785N9926D11

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Itajaí
www.itajai.sc.gov.br



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
8018380	21/10/2024	21/10/2024	21/01/2025

Dados básicos:

CNPJ : 10.158.356/0001-01
Razão Social : CPX DISTRIBUIDORA S/A
Nome fantasia : CPX DISTRIBUIDORA S/A
Data de abertura : 15/07/2008

Endereço:

logradouro: ROD ANTONIO HEIL
N.º: 800 Complemento: KM 01 SALA 02
Bairro: ITAIPAVA Município: ITAJAI
CEP: 88316-001 UF: SC

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
21-45	Importação de pneus e similares - Resolução CONAMA nº 416/2009

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	M1MK89L3P6B2CTNJ
------------------------------	------------------



Secretaria Municipal da Fazenda

NOME/RAZÃO SOCIAL

CPX DISTRIBUIDORA S/A

NOME FANTASIA

CPX S/A

CNPJ/CPF	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	DATA DEFERIMENTO	NÚMERO DO ALVARÁ
10.158.356/0001-01	290589		11253/2024

LOGRADOURO	NÚMERO
DEPUTADO ANTONIO HEIL	800

COMPLEMENTO	SALA	BOX
KM 01 SALA 02		

BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
ITAIPAVA	ITAJAÍ	SC

ATIVIDADE(S) CNAE

4530702 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR

ATIVIDADE SECUNDÁRIA

4520005 - SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4530701 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES
4619200 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO
4633801 - COMÉRCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, HORTALIÇAS E LEGUMES FRESCOS
4635401 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL
4635402 - COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA, CHOPE E REFRIGERANTE
4635499 - COMÉRCIO ATACADISTA DE BEBIDAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4637199 - COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4639701 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL
4679699 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
4681805 - COMÉRCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES

SITUAÇÃO DA LICENÇA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Regular		1- NORMAL

OBSERVAÇÃO**A AUTENTICIDADE DESTA PODERÁ SER VERIFICADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO**<http://cidadeoweb.itajai.sc.gov.br/cidadeoweb/>**CÓDIGO DE CONTROLE DO ALVARÁ**

RTNJ-LMQW

De acordo com a lei vigente, o contribuinte é obrigado a comunicar a prefeitura dentro de 60 (sessenta) dias a baixa ou transferência sob multa e responder pelas taxas devidas no exercício seguintes: ALVARÁ

OBSERVAÇÃO: Perde a validade qualquer alteração nas características da concessão de LICENÇA.



CERTIDÃO – Novembro e Dezembro/2024

Certifico, para os devidos fins, que no Estado de Santa Catarina existem 117 cartórios com competência para a distribuição de processos judiciais, localizados no fórum de cada uma das comarcas abaixo listadas:

ABELARDO LUZ
ANCHIETA
ANITA GARIBALDI
ARAQUARI
ARARANGUÁ
ARMAZÉM
ASCURRA
BALNEÁRIO CAMBORIÚ
BALNEÁRIO PIÇARRAS
BARRA VELHA
BIGUAÇU
BLUMENAU - FORO CENTRAL
BLUMENAU - FORO UNIVERSITÁRIO
BOM RETIRO
BRAÇO DO NORTE
BRUSQUE
CAÇADOR
CAMBORIÚ
CAMPO BELO DO SUL
CAMPO ERÊ
CAMPOS NOVOS
CANOINHAS
CAPINZAL
CAPITAL - FORO CENTRAL
CAPITAL - FORO DO CONTINENTE
CAPITAL - FORO DO NORTE DA ILHA
CAPITAL - FORO BANCÁRIO
CAPITAL - FORO DES. EDUARDO LUZ
CAPIVARI DE BAIXO
CATANDUVAS
CHAPECÓ
CONCÓRDIA
CORONEL FREITAS
CORREIA PINTO
CRICIÚMA
CUNHA PORÃ
CURITIBANOS
DESCANSO
DIONÍSIO CERQUEIRA



FORQUILHINHA
FRAIBURGO
GAROPABA
GARUVA
GASPAR
GUARAMIRIM
HERVAL D'OESTE
IBIRAMA
IÇARA
IMARUÍ
IMBITUBA
INDAIAL
IPUMIRIM
ITÁ
ITAIÓPOLIS
ITAJAÍ
ITAPEMA
ITAPIRANGA
ITAPOÁ
ITUPORANGA
JAGUARUNA
JARAGUÁ DO SUL
JOAÇABA
JOINVILLE
LAGES
LAGUNA
LAURO MULLER
LEBON RÉGIS
MAFRA
MARAVILHA
MELEIRO
MODELO
MONDAÍ
NAVEGANTES
ORLEANS
OTACÍLIO COSTA
PALHOÇA
PALMITOS
PAPANDUVA
PENHA
PINHALZINHO
POMERODE
PONTE SERRADA
PORTO BELO
PORTO UNIÃO
PRESIDENTE GETÚLIO



QUILOMBO
RIO DO CAMPO
RIO DO OESTE
RIO DO SUL
RIO NEGRINHO
SANTA CECILIA
SANTA ROSA DO SUL
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SÃO BENTO DO SUL
SÃO CARLOS
SÃO DOMINGOS
SÃO FRANCISCO DO SUL
SÃO JOÃO BATISTA
SÃO JOAQUIM
SÃO JOSÉ
SÃO JOSÉ DO CEDRO
SÃO LOURENÇO DO OESTE
SÃO MIGUEL DO OESTE
SEARA
SOMBRIO
TAIÓ
TANGARÁ
TIJUCAS
TIMBÓ
TROMBUDO CENTRAL
TUBARÃO
TURVO
URUBICI
URUSSANGA
VIDEIRA
XANXERÊ
XAXIM

Certifico, também, que nas Comarcas da Capital e de Blumenau apenas o Foro Central é competente para a distribuição de Ações de Recuperação Judicial, Extrajudicial e de Falências, bem como certificar acerca das Concordatas ainda em tramitação.

Florianópolis, 1 de novembro de 2024.

Soraia Acordi
Chefe da Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Eu, **ISADORA ISIS CABRAL THOMAS**, Chefe de Secretaria do Foro da Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que a Lei me confere:

CERTIFICO, para os devidos fins, e a pedido da parte interessada, **CPX DISTRIBUIDORA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº **10.158.356/0001-01** que, nesta Comarca de Itajaí, existe somente um setor responsável pela distribuição de ações de falências e concordatas, denominado Distribuição do Foro, que funciona no prédio do Fórum Desembargador Urbano Müller Salles, à Rua Uruguai nº222, Centro, Itajaí/SC. Certifico, ainda, que nesta Comarca de Itajaí, existem três Serventias Extrajudiciais responsáveis por protesto de títulos: 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, sendo Titular a Srª. Gilmara Vanderlinde Medeiros D'avila; 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, sendo responsável pelos trabalhos a Sra. Anna Christina Honorina Laura Ribeiro Neto Menegatti e 3º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos, sendo Titular a Sra. Sueli Canziani Gazaniga. Dada e passada nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, aos QUATRO dias do mês de SETEMBRO do ano de DOIS MIL E VINTE E QUATRO. Eu o digitei e subscrevi.



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Isis Cabral Thomas, Analista Administrativa**, em 04/09/2024, às 19:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **8594239** e o código CRC **0E4D0509**.

**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 3211440
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: CPX DISTRIBUIDORA S/A

Raiz do CNPJ: 10.158.356

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : ITAJAÍ

Endereço da sede : Rodovia Antônio Heil, Nº.800, KM 01 Sala 02, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, Cep 88.316-001

Certidão emitida às 18:41 de 07/11/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2022 a 31/03/2022
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Fiscal	NÚMERO DO LIVRO 22
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 15.FD.63.74.E7.88.CB.65.DF.EB.74.29.F7.4F.76.64.FE.0D.02.FC	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

15.FD.63.74.E7.88.CB.65.DF.EB.74.29.
F7.4F.76.64.FE.0D.02.FC-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/05/2023 às 15:47:06

ED.96.08.52.42.52.67.57
00.91.48.FA.01.43.18.B1

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/03/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	22		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	22
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/03/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6620871

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	22
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6620871
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/03/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/03/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 22

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022

22

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 562.320.321,69	R\$ 733.388.321,59
Ativo circulante		R\$ 475.619.772,64	R\$ 602.081.159,21
Disponível		R\$ 2.217.356,76	R\$ 35.405.324,01
Clientes		R\$ 80.923.214,91	R\$ 122.548.722,22
Outros Créditos		R\$ 163.516.563,34	R\$ 149.741.500,72
Estoques		R\$ 223.194.247,47	R\$ 288.231.208,50
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 5.768.390,16	R\$ 6.154.403,76
Ativo não circulante		R\$ 86.700.549,05	R\$ 131.307.162,38
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 78.701.912,16	R\$ 121.256.714,71
Imobilizado		R\$ 6.859.187,14	R\$ 8.910.997,92
Intangível		R\$ 1.139.449,75	R\$ 1.139.449,75
Passivo		R\$ 562.320.321,69	R\$ 733.388.321,59
Passivo Circulante		R\$ 370.358.964,24	R\$ 422.016.061,88
Fornecedores		R\$ 297.814.656,22	R\$ 350.489.752,95
Obrigações Tributárias		R\$ 57.770.269,97	R\$ 53.918.779,02
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 4.058.127,43	R\$ 3.682.733,64
Outras Obrigações		R\$ 10.715.910,62	R\$ 13.924.796,27
Passivo Não Circulante		R\$ 61.705.839,51	R\$ 113.203.701,80
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 49.619.338,70	R\$ 50.949.539,16
Fornecedores		R\$ 12.086.500,81	R\$ 62.254.162,64
Patrimônio Líquido		R\$ 130.255.517,94	R\$ 198.168.557,91
Capital social		R\$ 50.000.000,00	R\$ 75.000.000,00
Reservas		R\$ 58.480.206,31	R\$ 51.480.206,31
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 21.775.311,63	R\$ 71.688.351,60

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/03/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 22

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022

22

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 47.660.131,61	R\$ 67.913.039,97
(-) Despesas e Custos		R\$ (48.871.850,23)	R\$ (54.498.313,99)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (48.871.850,23)	R\$ (54.498.304,91)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (48.871.850,23)	R\$ (54.498.304,91)
(-) Despesas não operacionais		R\$ (0,00)	R\$ (9,08)
(-) Outros Resultados Negativos		R\$ (0,00)	R\$ (9,08)
RECEITAS		R\$ 119.682.863,39	R\$ 126.560.649,30
Receitas Operacionais		R\$ 119.682.863,39	R\$ 126.560.649,30
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 412.630.572,88	R\$ 462.720.570,33
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (313.794.743,72)	R\$ (348.591.876,21)
Receitas Financeiras		R\$ 12.287.997,05	R\$ 7.668.298,45
Outras Receitas Operac.		R\$ 8.559.037,18	R\$ 4.763.656,73
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (23.150.881,55)	R\$ (4.149.295,34)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (23.150.881,55)	R\$ (4.149.295,34)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (23.150.881,55)	R\$ (4.149.295,34)
(-) TRANSITÓRIAS / LIVROS FISCAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) TRANSITÓRIAS / LIVROS FISCAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/04/2022 a 30/06/2022
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 23
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 07.4E.81.DC.7D.77.A8.0F.CE.54.35.6A.84.43.4D.02.55.AD.C2.52	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

07.4E.81.DC.7D.77.A8.0F.CE.54.35.6A.
84.43.4D.02.55.AD.C2.52-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 13/06/2023 às 12:37:32

14.6B.E4.91.6F.3D.43.92
DE.28.C3.5C.5B.9A.2C.A2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA	
Período da Escrituração:	01/04/2022 a 30/06/2022	CNPJ: 10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	23	
Período Selecionado:	01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022	

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	23
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	30/06/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7974201

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Número de ordem	23
Quantidade total de linhas do arquivo digital	7974201
Data de inicio	01/04/2022
Data de término	30/06/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/04/2022 a 30/06/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 23

Período Selecionado: 01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022

23

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 733.388.321,59	R\$ 840.934.577,12
Ativo circulante		R\$ 602.081.159,21	R\$ 679.452.307,66
Disponível		R\$ 35.405.324,01	R\$ 42.131.173,68
Clientes		R\$ 122.548.722,22	R\$ 219.863.948,46
Outros Créditos		R\$ 149.741.500,72	R\$ 125.611.414,35
Estoques		R\$ 288.231.208,50	R\$ 276.940.932,14
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 6.154.403,76	R\$ 14.904.839,03
Ativo não circulante		R\$ 131.307.162,38	R\$ 161.482.269,46
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 121.256.714,71	R\$ 147.012.690,05
Imobilizado		R\$ 8.910.997,92	R\$ 12.605.547,79
Intangível		R\$ 1.139.449,75	R\$ 1.864.031,62
Passivo		R\$ 733.388.321,59	R\$ 840.934.577,12
Passivo Circulante		R\$ 422.016.061,88	R\$ 422.064.698,38
Fornecedores		R\$ 350.489.752,95	R\$ 344.761.470,71
Obrigações Tributárias		R\$ 53.918.779,02	R\$ 39.479.734,30
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 3.682.733,64	R\$ 6.825.774,45
Outras Obrigações		R\$ 13.924.796,27	R\$ 30.997.718,92
Passivo Não Circulante		R\$ 113.203.701,80	R\$ 195.328.665,27
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 50.949.539,16	R\$ 31.214.808,90
Fornecedores		R\$ 62.254.162,64	R\$ 164.113.856,37
Patrimônio Líquido		R\$ 198.168.557,91	R\$ 223.541.213,47
Capital social		R\$ 75.000.000,00	R\$ 75.000.000,00
Reservas		R\$ 51.480.206,31	R\$ 51.480.206,31
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 71.688.351,60	R\$ 97.061.007,16

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/04/2022 a 30/06/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 23

Período Selecionado: 01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022

23

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 67.913.039,97	R\$ 33.442.655,56
(-) Despesas e Custos		R\$ (54.498.313,99)	R\$ (85.657.957,58)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (54.498.304,91)	R\$ (85.657.957,58)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (54.498.304,91)	R\$ (85.657.957,58)
(-) Despesas não operacionais		R\$ (9,08)	R\$ (0,00)
(-) Outros Resultados Negativos		R\$ (9,08)	R\$ (0,00)
RECEITAS		R\$ 126.560.649,30	R\$ 129.574.701,27
Receitas Operacionais		R\$ 126.560.649,30	R\$ 129.574.701,27
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 462.720.570,33	R\$ 461.586.359,57
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (348.591.876,21)	R\$ (348.772.419,24)
Receitas Financeiras		R\$ 7.668.298,45	R\$ 4.327.980,85
Outras Receitas Operac.		R\$ 4.763.656,73	R\$ 12.432.780,09
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (4.149.295,34)	R\$ (10.474.088,13)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (4.149.295,34)	R\$ (10.474.088,13)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (4.149.295,34)	R\$ (10.474.088,13)

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/07/2022 a 30/09/2022
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Fiscal	NÚMERO DO LIVRO 24
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 9C.BE.80.A7.EC.5C.08.13.36.72.79.05.43.88.D0.1D.FA.31.19.DC	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

9C.BE.80.A7.EC.5C.
08.13.36.72.79.05.43.88.D0.1D.FA.
31.19.DC-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 15/06/2023 às 10:13:11

D3.53.F9.D2.51.53.E6.6E
B7.AD.F9.06.2E.16.73.F9

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/07/2022 a 30/09/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	24		
Período Selecionado:	01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	24
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	30/09/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	10494474

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	24
Quantidade total de linhas do arquivo digital	10494474
Data de inicio	01/07/2022
Data de término	30/09/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/07/2022 a 30/09/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022

24

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 840.934.577,12	R\$ 938.483.030,24
Ativo circulante		R\$ 679.452.307,66	R\$ 791.695.506,44
Disponível		R\$ 42.131.173,68	R\$ 12.691.430,96
Clientes		R\$ 219.863.948,46	R\$ 270.220.148,56
Outros Créditos		R\$ 125.611.414,35	R\$ 203.304.509,74
Estoques		R\$ 276.940.932,14	R\$ 298.053.032,21
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 14.904.839,03	R\$ 7.426.384,97
Ativo não circulante		R\$ 161.482.269,46	R\$ 146.787.523,80
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 147.012.690,05	R\$ 117.175.145,34
Imobilizado		R\$ 12.605.547,79	R\$ 27.066.326,13
Intangível		R\$ 1.864.031,62	R\$ 2.546.052,33
Passivo		R\$ 840.934.577,12	R\$ 938.483.030,24
Passivo Circulante		R\$ 422.064.698,38	R\$ 476.730.654,36
Fornecedores		R\$ 344.761.470,71	R\$ 380.202.670,57
Obrigações Tributárias		R\$ 39.479.734,30	R\$ 59.483.078,25
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 6.825.774,45	R\$ 12.419.182,95
Outras Obrigações		R\$ 30.997.718,92	R\$ 24.625.722,59
Passivo Não Circulante		R\$ 195.328.665,27	R\$ 225.692.299,24
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 31.214.808,90	R\$ 51.877.246,10
Fornecedores		R\$ 164.113.856,37	R\$ 173.815.053,14
Patrimônio Líquido		R\$ 223.541.213,47	R\$ 236.060.076,64
Capital social		R\$ 75.000.000,00	R\$ 75.000.000,00
Reservas		R\$ 51.480.206,31	R\$ 51.480.206,31
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 97.061.007,16	R\$ 109.579.870,33

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/07/2022 a 30/09/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022

24

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 33.442.655,56	R\$ 40.690.863,17
(-) Despesas e Custos		R\$ (85.657.957,58)	R\$ (193.925.421,77)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (85.657.957,58)	R\$ (193.925.421,77)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (85.657.957,58)	R\$ (193.925.421,77)
RECEITAS		R\$ 129.574.701,27	R\$ 249.764.616,10
Receitas Operacionais		R\$ 129.574.701,27	R\$ 249.764.616,10
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 461.586.359,57	R\$ 515.791.437,89
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (348.772.419,24)	R\$ (367.464.966,21)
Receitas Financeiras		R\$ 4.327.980,85	R\$ 74.825.561,65
Outras Receitas Operac.		R\$ 12.432.780,09	R\$ 26.612.582,77
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (10.474.088,13)	R\$ (15.148.331,16)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (10.474.088,13)	R\$ (15.148.331,16)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (10.474.088,13)	R\$ (15.148.331,16)

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/10/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Fiscal	NÚMERO DO LIVRO 25
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 6A.55.6F.B7.13.77.63.67.C7.0F.FB.E5.7D.89.B4.B2.ED.9A.AF.0F	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	295899381770252055 9219933380	02/05/2023 a 01/05/2024	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

6A.55.6F.B7.13.77.63.67.C7.0F.FB.E5.
7D.89.B4.B2.ED.9A.AF.0F-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/06/2023 às 14:11:44

C3.9C.73.0F.2B.0C.65.11
0F.ED.15.2A.17.F6.8D.80

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/10/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	25		
Período Selecionado:	01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	25
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13392819

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	25
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13392819
Data de inicio	01/10/2022
Data de término	31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/10/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 25

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

25

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 938.483.030,24	R\$ 1.450.087.999,15
Ativo circulante		R\$ 791.695.506,44	R\$ 974.128.366,80
Disponível		R\$ 12.691.430,96	R\$ 18.128.106,62
Clientes		R\$ 270.220.148,56	R\$ 307.695.410,39
Outros Créditos		R\$ 203.304.509,74	R\$ 207.796.927,43
Estoques		R\$ 298.053.032,21	R\$ 431.839.997,56
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 7.426.384,97	R\$ 8.667.924,80
Ativo não circulante		R\$ 146.787.523,80	R\$ 475.959.632,35
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 117.175.145,34	R\$ 424.924.374,21
Imobilizado		R\$ 27.066.326,13	R\$ 47.999.979,16
Intangível		R\$ 2.546.052,33	R\$ 3.035.278,98
Passivo		R\$ 938.483.030,24	R\$ 1.450.087.999,15
Passivo Circulante		R\$ 476.730.654,36	R\$ 746.950.089,28
Fornecedores		R\$ 380.202.670,57	R\$ 557.022.051,05
Obrigações Tributárias		R\$ 59.483.078,25	R\$ 109.756.618,59
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 12.419.182,95	R\$ 14.312.086,71
Outras Obrigações		R\$ 24.625.722,59	R\$ 65.859.332,93
Passivo Não Circulante		R\$ 225.692.299,24	R\$ 340.076.352,75
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 51.877.246,10	R\$ 85.358.998,87
Fornecedores		R\$ 173.815.053,14	R\$ 254.717.353,88
Patrimônio Líquido		R\$ 236.060.076,64	R\$ 363.061.557,12
Capital social		R\$ 75.000.000,00	R\$ 75.000.000,00
Reservas		R\$ 51.480.206,31	R\$ 122.326.704,00
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 109.579.870,33	R\$ 165.734.853,12

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/10/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 25

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

25

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 40.690.863,17	R\$ 187.119.479,48
(-) Despesas e Custos		R\$ (193.925.421,77)	R\$ (327.640.426,85)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (193.925.421,77)	R\$ (327.640.346,83)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (193.925.421,77)	R\$ (327.640.346,83)
(-) Despesas não operacionais		R\$ (0,00)	R\$ (80,02)
(-) Outros Resultados Negativos		R\$ (0,00)	R\$ (80,02)
RECEITAS		R\$ 249.764.616,10	R\$ 563.333.158,96
Receitas Operacionais		R\$ 249.764.616,10	R\$ 563.333.158,96
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 515.791.437,89	R\$ 646.108.091,19
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (367.464.966,21)	R\$ (480.518.173,45)
Receitas Financeiras		R\$ 74.825.561,65	R\$ 268.237.076,11
Outras Receitas Operac.		R\$ 26.612.582,77	R\$ 129.506.165,11
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (15.148.331,16)	R\$ (48.573.252,63)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (15.148.331,16)	R\$ (48.573.252,63)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (15.148.331,16)	R\$ (48.573.252,63)

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br / felipe.leite@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412



DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, com sede na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, inscrita no CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 e filiais, através de seu CONTADOR, o Sr. JOEL GONÇALVES DE DEUS, inscrito no CRC 025519/0-7, vem através desta DECLARAÇÃO informar os índices da empresa em 31/12/2022, conforme os Índices abaixo:

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA:	<u>ATIVO DISPONÍVEL</u>	=	<u>18.128</u>	0,0243
	PASSIVO CIRCULANTE		746.950	
LIQUIDEZ CORRENTE:	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	=	<u>955.254</u>	1,28
	PASSIVO CIRCULANTE		746.950	
LIQUIDEZ GERAL:	<u>ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZÁVEL LONGO PRAZO</u>	=	<u>1.399.054</u>	1,29
	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO		1.087.027	
GRAU ENDIVIDAMENTO:	<u>PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO</u>	=	<u>1.087.027</u>	0,75
	ATIVO TOTAL		1.450.089	
GERENCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS:	<u>PASSIVO LÍQUIDO</u>	=	<u>723.965</u>	0,67
	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO		1.087.027	
SOLVÊNCIA GERAL:	<u>ATIVO TOTAL</u>	=	<u>1.450.089</u>	1,33
	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO		1.087.027	

Itajaí, 30 de Junho de 2023.

Assinado digitalmente por JOEL GONCALVES DE
DEUS:02372546970
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=presencial, OU=0340291900173, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARINFOCOMEX, OU=RFB e-CPF A3, CN=JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.03 13:16:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.2

CPX DISTRIBUIDORA S/A
JOEL GONÇALVES DE DEUS
DIRETOR CONTÁBIL - CRC/SC 025519/0-7

10.158.356/0001-01
Inscr. Est. 255.653.050
CPX DISTRIBUIDORA S/A.
Rod. Antônio Heil, 800 - Km 01 - Sala 02
Bairro Itaipava - CEP 88.316-001
ITAJAÍ - SC





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOEL GONCALVES DE DEUS
REGISTRO.....	: SC-025519/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.725.469-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FLORIANÓPOLIS, 30/06/2023 as 15:48:47.

Válido até: 28/09/2023.

Código de Controle: 836334.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSC.

CPX Distribuidora S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CPX Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPX Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



CPX Distribuidora S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



CPX Distribuidora S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Leandro Sidney Camilo da Costa
Signed By: LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA:17482053824
CPF: 17482053824
Signing Time: 06 April 2023 | 18:42 BRT
 E75A12898EB94CB1AECE9562436BEC00

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

CPX Distribuidora S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31-12-22	31-12-21
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.128	2.217
Contas a receber de clientes	8	266.020	61.059
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 18	42.969	3.255
Estoques	9	431.840	223.194
Impostos a recuperar	10	109.528	96.361
Adiantamento a fornecedores	12	1.169	10.968
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	12 e 18	76.831	-
Outras contas a receber		8.769	5.813
		<u>955.254</u>	<u>402.867</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	-
Impostos a recuperar	10	382.996	33.106
Depósitos judiciais	20	40.635	43.722
Imobilizado	13	10.698	1.845
Intangível		1.791	75
Direito de uso de bens em arrendamento	27	38.546	6.078
		<u>494.835</u>	<u>84.826</u>
		<u>1.450.089</u>	<u>487.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31-12-22	31-12-21
Circulante			
Fornecedores	14	134.478	106.723
Fornecedores partes relacionadas	14 e 18	257.602	101.352
Empréstimos e financiamentos	15	163.425	12.662
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	113.673	60.607
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.350	4.164
Adiantamento de clientes	17	684	514
Adiantamento de clientes partes relacionadas	17 e 18	40.594	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.950	-
Arrendamentos a pagar	27	4.972	1.003
Outras contas a pagar		10.222	8.707
		<u>746.950</u>	<u>295.732</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	217.141	11.079
Arrendamentos a pagar	27	34.313	5.105
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	37.577	1.007
Provisão para contingências	20	51.046	44.514
		<u>340.077</u>	<u>61.705</u>
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		75.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais		107.327	51.222
Reserva legal		15.000	7.258
Reservas de lucros		165.735	21.776
		<u>363.062</u>	<u>130.256</u>
		<u>1.450.089</u>	<u>487.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	31-12-22	31-12-21
Receita líquida de vendas	22	1.713.798	848.401
Custo das vendas	23	<u>(1.173.452)</u>	<u>(629.178)</u>
Lucro bruto		<u>540.345</u>	<u>219.223</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	23	(170.168)	(65.859)
Despesas administrativas e gerais	23	(122.867)	(25.803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	<u>164.162</u>	<u>55.138</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>411.472</u>	<u>182.699</u>
Receitas financeiras	24	72.477	7.369
Despesas financeiras	24	(68.521)	(18.432)
Variação cambial, líquida	24	<u>(7.917)</u>	<u>(1.271)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(3.961)</u>	<u>(12.334)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>407.511</u>	<u>170.365</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>20.169</u>	<u>(3.809)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	<u>31-12-22</u>	<u>31-12-21</u>
Lucro líquido do exercício	<u>329.166</u>	<u>104.262</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>329.166</u>	<u>104.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	50.000	14.134	2.045	(13.127)	-	53.052
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					104.262	104.262
Constituição de reserva de incentivos fiscais		37.088			(37.088)	
Constituição de reserva legal			5.213		(5.213)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(2.925)	(2.925)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(7.492)	(7.492)
					(16.641)	(16.641)
Retenção de lucros do exercício				34.903	(34.903)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.000	51.222	7.258	21.776	-	130.256
Resultado do exercício:						
Lucro Líquido do exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	-
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	-
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.000	107.327	15.000	165.735	-	363.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	31-12-22	31-12-21
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		407.511	170.365
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13	897	819
Amortização arrendamento de bens	27	2.147	1.177
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		(580)	1.307
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	10	(224.033)	-
Provisão para contingências	20	6.532	15.905
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	16.704	4.221
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(244.095)	(47.316)
Redução (aumento) em estoques	9	(208.646)	(171.294)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	(67.032)	7.771
Redução (aumento) em depósitos judiciais	20	3.087	(20.864)
Redução (aumento) em outras contas a receber		(2.956)	(4.830)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(139.024)	(108.659)
(Redução) aumento em fornecedores	14	184.005	192.943
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	16	89.636	56.798
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.186	3.494
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	17	40.764	(4.214)
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	27	(1.438)	(1.467)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		8.465	8.707
Juros sobre empréstimos pagos	15	(1.468)	(3.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(98.514)	(62.294)
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais		(217.852)	39.306
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(1.716)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(9.750)	(565)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(11.466)	(565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos aos sócios	21	(96.360)	(10.417)
Aumento em mútuo com partes relacionadas		-	14.594
Juros sobre capital próprio		-	(16.641)
Empréstimos tomados	15	383.017	10.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(41.428)	(38.298)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	<u>245.229</u>	<u>(40.162)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>15.911</u>	<u>(1.421)</u>
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.217	3.638
No fim do período	<u>18.128</u>	<u>2.217</u>
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>15.911</u>	<u>(1.421)</u>

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 36.563 (em 2021 R\$ 2.956) conforme apresentado na Nota explicativa nº 27.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A.

Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R\$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 29.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 06 de abril de 2023.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- **Nota 20** - Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências).

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4 Mudança nas principais políticas contábeis

Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(d) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras.

(e) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 08 - Contas a receber de clientes.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

(h) Intangível

(iv) Reconhecimento e mensuração

Softwares

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(vi) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos.

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

(j) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

(k) Redução ao valor recuperável (Impairment)

(vii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- . Contas a receber;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- . Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- . Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- . Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(viii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(m) Receita de vendas

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

(n) Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(o) Subvenções e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

(q) Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 18.

(r) Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

- * Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1)
- * Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26 / IAS 1)
- * Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8)

7 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Caixa e depósitos à vista	8.628	1.575
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	9.500	642
	<u>18.128</u>	<u>2.217</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Contas a receber	267.314	62.933
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 18)	42.969	3.255
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	<u>308.989</u>	<u>64.314</u>

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

No País	31-12-22	31-12-21
A vencer	300.838	63.077
Vencidos até 30 dias	4.268	682
Vencidos de 31 a 90 dias	1.574	105
Vencidos de 91 a 180 dias	2.309	511
Vencidos de 181 a 360 dias	683	978
Acima de 360 dias	611	835
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	<u>308.989</u>	<u>64.314</u>

As perdas esperadas são estimadas com base no histórico de realização da carteira de clientes, exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento, sendo consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	31-12-22	31-12-21
Saldo em 1º de janeiro	(1.874)	(567)
Provisão constituída	-	(1.307)
Provisão revertida	580	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.294)</u>	<u>(1.874)</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Mercadoria para revenda	431.840	223.194
	<u>431.840</u>	<u>223.194</u>

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações.

Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

10 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
ICMS (i)	29.218	21.027
COFINS (ii)	373.434	94.125
PIS (ii)	88.137	13.031
IRPJ	1.319	909
CSLL	375	375
Outros	41	-
	<u>492.524</u>	<u>129.467</u>
Ativo circulante	109.528	96.361
Ativo não circulante	382.996	33.106

- (i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são realizados no decorrer da comercialização das mercadorias e no fluxo normal de apuração deste tributo.
- (ii) Crédito com origem preponderantemente da ação judicial transitada em julgado, no Superior Tribunal de Justiça – STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ e a CSLL e está associada diretamente a expectativa futura de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários e ao início da tributação de IPI ocorrida em fevereiro de 2023.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS está definida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31-12-22	31-12-21	31-12-22	31-12-21
2023	-	-	78.575	-
2024	-	-	100.402	-
2025	-	-	156.469	-
2026	-	-	126.125	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>461.571</u>	<u>-</u>

11 Impostos diferidos e correntes

(a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	31-12-22	31-12-21
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	407.511	170.365
Alíquota nominal 34%	(138.554)	(57.924)
Adições e exclusões permanentes e temporárias		
(-) Provisão de tarifas de cartão de crédito	-	(1.804)
(-) Provisão para despesas com fretes	-	(1.766)
(-) Provisão para contingências	(2.220)	(5.408)
(-) Juros sobre capital próprio	-	(5.657)
(+) Rendimento Selic sobre créditos tributários	23.187	-
(-) Outras adições/exclusões líquidas	(2)	(1.237)
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	19.075	11.502
	<u>(98.514)</u>	<u>(62.294)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.514)	(62.294)
Alíquota efetiva	<u>24%</u>	<u>39%</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	31-12-22	30-12-21
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Diferenças temporárias		
Provisão para contingência	17.356	-
Provisão para perda em contas a receber	440	-
Outras provisões	2.373	-
	<u>20.169</u>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	<u>20.169</u>	-

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	31-12-22	31-12-21
2023	6.093	-
2024	4.799	-
2025	3.721	-
2026	3.233	-
2027	2.323	-
	<u>20.169</u>	<u>-</u>

12 Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas

O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Fornecedores	1.169	10.968
Partes relacionadas (Nota nº 18)	<u>76.831</u>	<u>-</u>
	<u>78.000</u>	<u>10.968</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	165	1.863	104	8	118	398	630	25		3.311
Depreciação acumulada		(1.028)	(61)	(8)	(107)	(176)	(232)	(12)		(1.624)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	165	835	43	-	11	222	398	13	-	1.687
Adições			117	350			93		5	565
Transferências		(29)	(10)	(14)	(3)	56		(13)	13	-
Depreciação		(26)	(20)	(37)	(8)	(28)	(288)			(407)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	-	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	-		(1.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	-	18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	-	-	(1.885)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Adições		1.278	1.633	109	937	4.871	774	113	35	9.750
Transferências		18							(18)	-
Baixas	(165)									(165)
Depreciação		(74)	(79)	(94)	(44)	(195)	(246)			(732)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698
Custo	-	3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.315
Depreciação acumulada		(1.016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)			(2.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, conseqüentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

14 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
Fornecedores	134.478	106.723
Partes relacionadas (Nota nº 18)	239.959	101.352
	<u>374.437</u>	<u>208.075</u>

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.

15 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	31-12-22	31-12-21
Capital de giro	CDI + 3,3%	Fev/2027	360.223	13.496
Capital de giro FGI	CDI + 5,1%	Nov/2024	2.700	5.100
Risco sacado	21,7%	Mar/2023	17.643	-
Fundos de recebíveis	15,1%	Jun/2022	-	5.145
			<u>380.566</u>	<u>23.741</u>
Circulante			163.425	12.662
Não circulante			217.141	11.079

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, estoque e aval.

A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, no valor de R\$ 237.335 (R\$ 38.475 em 31.12.2021).

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital de giro e capital de giro FGI

Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As

garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store.

Risco sacado

A Companhia firmou convênio junto ao Banco Voiter, para contratar operações com objetivo de prorrogar o pagamento das obrigações junto aos fornecedores de mercadorias para revenda. Estas transações têm prazo médio de 60 dias e os encargos financeiros estão registrados no resultado da Companhia como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das demonstrações financeiras é de R\$ 17.643.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	31-12-22	31-12-21
Saldo no início do exercício	23.741	50.481
Captação	383.017	10.600
Encargos financeiros	16.704	4.221
Amortização – principal	(41.428)	(38.298)
Amortização - juros e variações	(1.468)	(3.263)
Saldo no final do exercício	380.566	23.741

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	31-12-22	31-12-21
2023	-	8.313
2024	116.631	2.766
2025	69.187	-
2026	29.638	-
2027	1.685	-
	217.141	11.079

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em:

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10.
- (b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30.
- (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido.
- (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R\$ 20.000.
- (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00.
- (f) Redução do capital social em qualquer montante.
- (g) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todo os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

16 Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-22	31-12-21
ICMS	19.710	10.906
IRPJ	65.424	34.292
CSLL	24.082	12.540
IPI	30.597	-
Parcelamentos (i)	10.896	3.843
Outros	541	33
	<u>151.250</u>	<u>61.614</u>
Passivo circulante	113.673	60.607
Passivo não circulante	37.577	1.007

- (i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

17 Adiantamento de clientes e partes relacionadas

	31-12-22	31-12-21
Clientes	684	514
Clientes partes relacionadas (Nota nº 18)	40.594	-
	<u>41.278</u>	<u>514</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria.

Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.

Em 31 de dezembro de 2022	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Adiantamento a pagar	Vendas	Compras
Absolute Trade Ltda		18.553	38.792			141.645
Level Trade S.A.		6.103	27.299	8.000		112.596
Canaan Trade Ltda	205	1.221			8.254	
CS Trade Ltda (antes RJU)		50.954	63.403			428.889
ITR Comércio de Pneus S.A.	42.566				343.763	
CP Comercial S.A.	198		110.465	32.594	202.364	138.286
	<u>42.969</u>	<u>76.831</u>	<u>239.959</u>	<u>40.594</u>	<u>554.381</u>	<u>821.416</u>

Em 31 de dezembro de 2021	Contas a receber	Adiantamentos a receber	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Vendas	Compras
Level Trade S.A.			14.484			78.018
CS Trade S.A. (antes RJU)			18.060			173.063
ITR Comércio Pneus S.A.	3.255				46.966	
CP Comercial S.A.			68.808		266.144	139.009
	<u>3.255</u>		<u>101.352</u>		<u>313.110</u>	<u>390.090</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31-12-22	31-12-21
Salários e pró-labore	1.624	287
Benefícios diretos e indiretos	270	140
Participação nos resultados	251	105
	<u>2.145</u>	<u>532</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022.

As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa (“CDI”) em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	137.000
SWAP	Câmbio	Euro	60.000
			<hr/>
			197.000

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada	Consolidado	
			31-12-22	31-12-21
Programa				
Proteção da exposição cambial				
Contratos de dólar americano	(7.972)	(11.262)	(19.234)	-
Contratos de euro	1.022	-	1.022	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Efeito líquido no resultado	(6.950)	(11.262)	(18.212)	-

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R\$ 18.212 conforme demonstrado na Nota 24.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	31-12-22	31-12-21
Provisão para ações de natureza tributária (a)	50.364	43.832
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	682	682
	<u>51.046</u>	<u>44.514</u>
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	<u>(40.635)</u>	<u>(43.722)</u>
	<u>(40.635)</u>	<u>(43.722)</u>

(a) Ações de natureza tributária

Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet.

(b) Depósito judicial de natureza tributária

Em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R\$ 8.781 (R\$ 8.205 em 2021).

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2021) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 75.000 (R\$ 50.000 em 2021).

Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 25.000, integralizados mediante a capitalização do saldo de R\$ 18.000 de lucros acumulados e R\$ 7.000 mediante capitalização de reserva legal.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social.

(b) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira.

(c) Dividendos

No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

(d) Reserva de subvenções

A Companhia é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte.

(e) Reserva legal

É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Receita operacional líquida

A receita líquida possui a seguinte composição:

	31-12-21	31-12-20
Vendas mercado interno (i)	1.529.345	642.745
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 18)	554.381	313.110
Serviços prestados	32.856	16.075
Receita operacional bruta	2.116.582	971.930
Impostos sobre vendas	(62.268)	(98.375)
Devoluções e abatimentos	(340.516)	(25.154)
Deduções da receita	(402.784)	(123.529)
	<u>1.713.798</u>	<u>848.401</u>

Três fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 160% no faturamento da Companhia:

- 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão;
- 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portfólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial; e
- 3) A migração de uma parte do faturamento do segmento frota que antes era faturado pela empresa CP Comercial S.A, que compõem o Grupo Cantu Store.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais

	31-12-22	31-12-21
Custo das mercadorias revendidas	1.173.452	629.178
Despesas com pessoal e encargos	62.269	14.695
Serviços de terceiros	24.105	10.690
Despesas com aluguel	6.117	361
Viagens e estadias	4.090	762
Comissões sobre vendas	55.871	27.198
Depreciação e amortização	3.032	1.996
Provisão com perdas esperadas de clientes	(580)	1.307
Fretes e armazenagem	90.745	21.949
Despesas com publicidade	16.443	4.587
Despesas com informática	11.369	1.783
Manutenção	2.344	-
Garantias	3.141	-
Seguros	642	-
Despesas com importação	2.550	-
Outros custos e despesas	10.897	6.334
	<u>1.466.487</u>	<u>720.840</u>

(iv) Reconciliação dos custos e despesas por função

	31-12-22	31-12-21
Custo das vendas	1.173.452	629.178
Despesas com vendas	170.168	65.859
Despesas administrativas e gerais	122.867	25.803
	<u>1.466.487</u>	<u>720.840</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Receitas e despesas financeiras

	31-12-22	31-12-21
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(19.753)	(4.682)
Juros pagos a terceiros	(13.968)	(2.309)
Tarifas bancárias	(1.651)	(1.470)
Taxa de adm. Cartão crédito	(11.260)	(7.963)
IOF	(2.206)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.134)	-
Despesas com Swap	(18.212)	-
Descontos concedidos	(20)	(1.202)
Outros	(317)	(806)
	<u>(68.521)</u>	<u>(18.432)</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos	1.671	330
Descontos obtidos	931	187
Rendimento de aplicações financeiras	1.477	-
Rendimento Selic sobre crédito tributário	68.213	6.818
Outros	185	34
	<u>72.477</u>	<u>7.369</u>
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(19.978)	(1.519)
Variação cambial ativa	12.061	248
	<u>(7.917)</u>	<u>(1.271)</u>
	<u>(3.961)</u>	<u>(12.334)</u>

25 Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

Os valores estão assim representados:

	31-12-22	31-12-21
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	46.118	5.482
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	155.835	44.969
Débitos de IPI extemporâneos	(30.597)	-
Deságio na cessão de créditos tributários	(9.154)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1.960	4.687
	<u>164.162</u>	<u>55.138</u>

- (i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outras receitas operacionais

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	31-12-22	31-12-21
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	2.217
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	308.989	64.314
Depósitos judiciais	40.635	43.722
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	78.000	10.968
Outras contas a receber	8.769	5.813
	<u>454.521</u>	<u>127.034</u>
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	392.080	208.075
Arrendamentos a pagar	39.285	6.108
Empréstimos e Financiamentos	380.566	23.741
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	41.278	514
Outras contas a pagar e mútuo	17.172	8.707
	<u>870.381</u>	<u>247.145</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuos com partes relacionadas

São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- . Risco de crédito
- . Risco de liquidez e estrutura de capital
- . Risco de mercado
- . Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	31-12-22	31-12-21
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	380.566	23.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(18.128)	(2.217)
Dívida líquida	<hr/> 362.438	<hr/> 21.524
Patrimônio líquido	363.062	130.256
Capital total	725.500	151.780
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,14

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material.

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	9.500	1.187	1.633	979
	Saldo em 31/12/21	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	642	79	74	45

(*) Considera aumento da Selic em 25%.

(**) Considera redução da Selic em 25%.

A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações com financiamentos e empréstimos

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	380.566	47.570	65.419	39.236
	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	23.741	2.908	2.744	1.647

(*) Considera aumento da Selic em 25%.

(**) Considera redução da Selic em 25%.

A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

27 Arrendamentos

A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estocagem e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- . pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- . pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- . o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
5 anos	14,0%

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>31-12-22</u>	<u>31-12-21</u>
Saldo em 1º de janeiro	6.078	4.299
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	36.563	2.956
Baixa de contratos	(1.948)	-
Despesa de depreciação	(2.147)	(1.177)
Saldo em 31 de dezembro	38.546	6.078

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>31-12-22</u>	<u>31-12-21</u>
Saldo em 1º de janeiro	6.108	4.619
Juros provisionados	1.134	691
Juros pagos	(975)	(382)
Adição por novos contratos	42.515	2.874
Pagamentos	(6.830)	(1.694)
Ajuste por redução de pagamento	(2.667)	-
Saldo em 31 de dezembro	39.285	6.108
Passivo circulante	4.972	1.003
Passivo não circulante	34.313	5.105

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	32.455	25.625	18.795	11.965
Fluxo com projeção de inflação	36.512	28.187	20.487	12.982
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	36.399	34.252	32.105	29.958
Fluxo com projeção de inflação	40.949	37.677	34.994	32.504
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.095	4.795	4.494	4.194
Fluxo com projeção de inflação	5.731	5.274	4.898	4.550
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	2.147	2.147	2.147	2.147
Fluxo com projeção de inflação	2.415	2.361	2.340	2.330
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Cobertura de seguros (não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500

29 Eventos subsequentes

Aumento de capital

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 215.000, que foi integralizado em moeda corrente.

Debêntures

A Companhia aprovou em 08 de março de 2023 a realização de sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 375.000, emitidas em 15 de março de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022.

Os recursos a serem captados por meio das Debêntures serão destinados para reforço do capital de giro e constituição de garantia de cessão fiduciária de certificados de recebíveis bancários a ser outorgada no âmbito da Emissão.

* * *

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 10.158.356/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.128	2.217
Contas a receber de clientes	8	266.020	61.059
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 18	42.969	3.255
Estoques	9	431.840	223.194
Impostos a recuperar	10	109.528	96.361
Adiantamento a fornecedores	12	1.169	10.968
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	12 e 18	76.831	-
Outras contas a receber		8.769	5.813
		<u>955.254</u>	<u>402.867</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	-
Impostos a recuperar	10	382.996	33.106
Depósitos judiciais	20	40.635	43.722
Imobilizado	13	10.698	1.845
Intangível		1.791	75
Direito de uso de bens em arrendamento	27	38.546	6.078
		<u>494.835</u>	<u>84.826</u>
		<u>1.450.089</u>	<u>487.693</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	134.478	106.723
Fornecedores partes relacionadas	14 e 18	257.602	101.352
Empréstimos e financiamentos	15	163.425	12.662
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	113.673	60.607
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.350	4.164
Adiantamento de clientes	17	684	514
Adiantamento de clientes partes relacionadas	17 e 18	40.594	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.950	-
Arrendamentos a pagar	27	4.972	1.003
Outras contas a pagar		10.222	8.707
		<u>746.950</u>	<u>295.732</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	217.141	11.079
Arrendamentos a pagar	27	34.313	5.105
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	37.577	1.007
Provisão para contingências	20	51.046	44.514
		<u>340.077</u>	<u>61.705</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		75.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais		107.327	51.222
Reserva legal		15.000	7.258
Reservas de lucros		165.735	21.776
		<u>363.062</u>	<u>130.256</u>
		<u>1.450.089</u>	<u>487.693</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas			
Custo das vendas	23	1.713.798	848.401
Lucro bruto		<u>(1.173.452)</u>	<u>(629.178)</u>
(Despesas) receitas operacionais		<u>540.345</u>	<u>219.223</u>
Despesas de vendas	23	(170.168)	(65.859)
Despesas administrativas e gerais	23	(122.867)	(25.803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	164.162	55.138
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		<u>411.472</u>	<u>182.699</u>
Receitas financeiras	24	72.477	7.369
Despesas financeiras	24	(68.521)	(18.432)
Varição cambial, líquida	24	(7.917)	(1.271)
Despesas financeiras, líquidas		<u>(3.961)</u>	<u>(12.334)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>407.511</u>	<u>170.365</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	(3.809)
Lucro líquido do exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
		2022	2021
Lucro líquido do exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>
Resultado Abrangente do Exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A. Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R\$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 29.

2. Base de preparação: **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 30 de março de 2023. **2.3 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedu-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)						
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>50.000</u>	<u>14.134</u>	<u>2.045</u>	<u>(13.127)</u>	-	<u>53.052</u>
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					104.262	104.262
Constituição de reserva de incentivos fiscais		37.088			(37.088)	
Constituição de reserva legal			5.213		(5.213)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(2.925)	(2.925)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(7.492)	(7.492)
					(16.641)	(16.641)
					<u>(34.903)</u>	<u>(34.903)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>50.000</u>	<u>51.222</u>	<u>7.258</u>	<u>21.776</u>	-	<u>130.256</u>
Resultado do exercício:						
Lucro Líquido do exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	-
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	-
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>75.000</u>	<u>107.327</u>	<u>15.000</u>	<u>165.735</u>	-	<u>363.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)							
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		407.511	170.365	Juros sobre empréstimos pagos	15	(1.468)	(3.263)
Ajustes por:				Imposto de renda e contribuição social pagos		(98.514)	(62.294)
Depreciação e amortização	13	897	819	Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais		<u>(217.856)</u>	<u>39.306</u>
Amortização arrendamento de bens	27	2.147	1.177	Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		(580)	1.307	Aquisição de ativo intangível		(1.716)	-
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	10	(224.033)	-	Aquisição de ativo imobilizado	13	(9.750)	(565)
Provisão para contingências	20	6.532	15.905	Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(11.466)</u>	<u>(565)</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	16.704	4.221	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Variações nos ativos e passivos				Dividendos distribuídos aos sócios	21	(96.360)	(10.417)
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(244.095)	(47.316)	Aumento em mútuo com partes relacionadas		-	14.594
Redução (aumento) em estoques	9	(208.646)	(171.294)	Juros sobre capital próprio		-	(16.641)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	(67.032)	7.771	Empréstimos tomados	15	383.017	10.600
Redução (aumento) em depósitos judiciais	20	3.087	(20.864)	Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(41.428)	(38.298)
Redução (aumento) em outras contas a receber		(2.956)	(4.830)	Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		<u>245.229</u>	<u>(40.162)</u>
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(139.024)	(108.659)	Redução aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>15.911</u>	<u>(1.421)</u>
(Redução) aumento em fornecedores	14	184.005	192.943	Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	16	89.636	56.798	No início do exercício		2.217	3.638
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.186	3.494	No fim do período		18.128	2.217
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	17	40.764	(4.214)	Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>15.911</u>	<u>(1.421)</u>
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	27	(1.438)	(1.467)				
(Redução) aumento em outras contas a pagar		8.465	8.707				

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 7.410 conforme apresentado na Nota explicativa nº 27.

tíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados); **• Nota 20** - Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências). **(b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **• Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Mudança nas principais políticas contábeis: Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **(c) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(d) Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras. **(e) Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 08 - Contas a receber de clientes. **(f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna. **(g) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo,

ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: **Benefícios** 5 anos; **Móveis e utensílios** 10 anos; **Veículos** 5 anos; **Máquinas e equipamentos** 10 anos; **Equipamentos eletrônicos** 5 anos; **Instalações comerciais** 10 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado. **(h) Intangível: (iv) Reconhecimento e mensuração:** Softwares Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **(v) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. **(vi) Amortização:** Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. **(i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados. **(j) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir: **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. **(k) Redução ao valor recuperável (Impairment): (vii) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Contas a receber:** A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;** e **• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.** As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas**



CPX DISTRIBUIDORA S.A.

obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. - A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparelhamento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (viii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução do valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução do valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. (l) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. (m) Receita de vendas: Venda de bens: A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. (n) Receitas financeiras: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. (o) Subvenções e assistência governamental: As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14. (p) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (iii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco. (q) Partes relacionadas: As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 18. (r) Arrendamentos: A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas: * Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8). 7. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo é composto pelos seguintes valores:

Table with columns for 2022 and 2021, showing Caixa e depósitos à vista and Aplicações financeiras - renda fixa (i).

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

Table with columns for 2022 and 2021, showing Contas a receber and Partes relacionadas (Nota explicativa nº 18).

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento: No País A vencer Vencidos até 30 dias Vencidos de 31 a 90 dias Vencidos de 91 a 180 dias Vencidos de 181 a 360 dias Acima de 360 dias (-) Provisão para perdas esperadas

As perdas esperadas são estimadas com base no histórico de realização da carteira de clientes, exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento. sendo consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos. As movimentações estão apresentadas a seguir:

Table with columns for 2022 and 2021, showing Saldo em 1º de janeiro, Provisão constituída, Provisão revertida, Saldo em 31 de dezembro, and Mercadoria para revenda.

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações. Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (Department of Transportation) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.

Table with columns for 2022 and 2021, showing ICMS (i), COFINS (ii), PIS (ii), IRPJ, CSLL, Outros, Ativo circulante, and Ativo não circulante.

13. Imobilizado

Large table showing depreciation and asset details for Terrenos, Benfeitorias, Máquinas e Equipamentos, Veículos, Equipamentos Eletrônicos, Instalações, Móveis e Utensílios, Outras Imobilizações, and Obras em Andamento. Includes columns for Taxa de depreciação, Custo, Depreciação acumulada, and Saldos em 1º/01/2021 and 31/12/2021.

(iv) Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicadores de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

Table with columns for 2022 and 2021, showing Fornecedores and Partes relacionadas (Nota nº 18).

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.

15. Empréstimos e financiamentos: O saldo é composto pelos seguintes valores: Juros Vencimento 2022 2021 Capital de giro CDI + 3,3% Fev/2027 360.223 13.496 Capital de giro FGI CDI + 5,1% Nov/2024 2.700 5.100 Risco sacado 21,7% Mar/2023 17.643 - Fundos de recebíveis 15,1% Jun/2022 - 5.145

Circulante Não circulante A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, estoque e aval. A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, no valor de R\$ 237.335 (R\$ 38.475 em 31.12.2021). Capital de giro e capital de giro FGI: Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store. Risco sacado: A Companhia firmou convênio junto ao Banco Vitor, para contratar operações com objetivo de prorrogar o pagamento das obrigações junto aos fornecedores de mercadorias para revenda. Estas transações têm prazo médio de 60 dias e os encargos financeiros estão registrados no resultado da Companhia como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das demonstrações financeiras é de R\$ 17.643. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

Table with columns for 2022 and 2021, showing Saldo no início do exercício, Captação, Encargos financeiros, Amortização - principal, Amortização - juros e variações, and Saldo no final do exercício.

(i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são realizados no decorrer da comercialização das mercadorias e no fluxo normal de apuração deste tributo. (ii) Crédito com origem preponderantemente da ação judicial transitada em julgado, no Superior Tribunal de Justiça - STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ e a CSLL e está associada diretamente a expectativa futura de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários e ao início da tributação de IPI ocorrida em fevereiro de 2023. A expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS está definida da seguinte forma:

Table with columns for Controladora and Consolidado, showing 2022 and 2021 for 2023, 2024, 2025, and 2026.

11. Impostos diferidos e correntes: (a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

Table with columns for 2022 and 2021, showing Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Alíquota nominal 34%, Adições e exclusões permanentes e temporárias, and Imposto de renda e contribuição social no resultado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

Table with columns for 2022 and 2021, showing Prejuízo fiscal e base negativa, Imposto de renda e contribuição social diferidos, and Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias.

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

Table with columns for 2022 and 2021, showing 2023, 2024, 2025, and 2026.

12. Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas: O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

Table with columns for 2022 and 2021, showing Fornecedores and Partes relacionadas (Nota nº 18).

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Table with columns for Ano de vencimento, 2022, and 2021, showing 2023, 2024, 2025, 2026, and 2027.

Cláusulas restritivas ("Covenants"): O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira combinada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10. (b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,30. (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido. (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R\$ 20.000. (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00. (f) Redução do capital social em qualquer montante. (g) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu todo os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

16. Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos: O saldo é composto pelos seguintes valores:

Table with columns for 2022 and 2021, showing ICMS, IRPJ, CSLL, IPI, Parcelamentos (i), Outros, Passivo circulante, and Passivo não circulante.

(i) Refere-se a débitos de ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária, declarados e não recolhidos nos seus respectivos vencimentos originais, e parcelados junto a Secretaria da Fazenda dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em parcelas mensais que variam entre 12 e 60 meses e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

Table with columns for 2022 and 2021, showing Clientes and Clientes partes relacionadas (Nota nº 18).

18. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a transações comerciais de compra e venda de mercadoria. Os saldos passivos com partes relacionadas incluem as operações de fornecimento de mercadorias.



CPX DISTRIBUIDORA S.A.

Em 31/12/2022	Adiantamentos a receber		Adiantamentos a pagar		Vendas	Compras
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a pagar	Vendas		
Absolute Trade Ltda	18.553	38.792		8.000		141.645
Level Trade S.A.	6.103	27.299				112.596
Canaan Trade Ltda	205	1.221			8.254	
CS Trade Ltda (antes RJU)		50.954	63.403			428.889
ITR Comércio Pneus S.A.	42.566				343.763	
CP Comercial S.A.	198	110.465	32.594	202.364		138.286
	42.969	76.831	239.959	40.594	554.381	821.416

Em 31/12/2021	Adiantamentos a receber		Adiantamentos a pagar		Vendas	Compras
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuos a pagar	Vendas		
Level Trade S.A.		14.484				78.018
CS Trade S.A. (antes RJU)		18.060				173.063
ITR Comércio Pneus S.A.	3.255				46.966	
CP Comercial S.A.		68.808			266.144	139.009
	3.255	101.352			313.110	390.090

Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Salários e pró-labore	1.624	287
Benefícios diretos e indiretos	270	140
Participação nos resultados	251	105
	2.145	532

19. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022. As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa ("CDI") em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	137.000
SWAP	Câmbio	Euro	60.000
			197.000

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

	Consolidado	
	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada
Programa		
Proteção da exposição cambial		
Contratos de dólar americano	(7.972)	(11.262)
Contratos de euro	1.022	1.022
Efeito líquido no resultado	(6.950)	(11.262)

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R\$ 18.212 conforme demonstrado na Nota 24.

20. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	2022	2021
Provisão para ações de natureza tributária (a)	50.364	43.832
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	682	682
	51.046	44.514

(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)

	(40.635)	(43.722)
	(40.635)	(43.722)

Ações de natureza tributária. Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet. (h) Depósito judicial de natureza tributária em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir: Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificados como possível, no montante de R\$ 8.781 (R\$ 8.205 em 2021).

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2021) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 75.000 (R\$ 50.000 em 2021). Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 25.000, integralizados mediante a capitalização do saldo de R\$ 18.000 de lucros acumulados e R\$ 7.000 mediante capitalização de reserva legal. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista maioritária a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social.

(s) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído: É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira. **(t) Dividendos:** No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. **(u) Reserva de subvenções:** A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte. **(v) Reserva legal:** É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

22. Receita operacional líquida: A receita líquida possui a seguinte composição:

	2021	2020
Vendas mercado interno (i)	1.529.345	642.745
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 18)	554.381	313.110
Serviços prestados	32.856	16.075
Receita operacional bruta	2.116.582	971.930
Impostos sobre vendas	(62.268)	(98.375)
Devoluções e abatimentos	(340.516)	(25.154)
Deduções da receita	(402.784)	(123.529)
	1.713.798	848.401

Três fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 160% no faturamento da Companhia: 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão; 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portfólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial; e 3) A migração de uma parte do faturamento do segmento frota que antes era faturado pela empresa CP Comercial S.A., que compõem o Grupo Cantu Store.

23. Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais:

	2022	2021
Custo das mercadorias revendidas	1.173.452	629.178
Despesas com pessoal e encargos	62.269	14.695
Serviços de terceiros	24.105	10.690
Despesas com aluguel	6.117	361
Viagens e estadias	4.090	762
Comissões sobre vendas	55.871	27.198
Depreciação e amortização	3.032	1.996
Provisão com perdas esperadas de clientes	(580)	1.307
Fretes e armazenagem	90.745	21.949
Despesas com publicidade	16.443	4.587

	2022	2021
Despesas com informática	11.369	1.783
Manutenção	2.344	-
Garantias	3.141	-
Seguros	642	-
Despesas com importação	2.550	-
Outros custos e despesas	10.897	6.334
	1.466.487	720.840

(v) Reconciliação dos custos e despesas por função:

	2022	2021
Custo das vendas	1.173.452	629.178
Despesas com vendas	170.168	65.859
Despesas administrativas e gerais	122.867	25.803
	1.466.487	720.840

24. Receitas e despesas financeiras:

	2022	2021
Despesas financeiras	(19.753)	(4.682)
Encargos de dívida bancária	(13.968)	(2.309)
Juros pagos a terceiros	(1.651)	(1.470)
Tarifas bancárias	(11.260)	(7.963)
Taxa de adm. Cartão crédito	(2.206)	-
IOF	(1.134)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(18.212)	-
Despesas com Swap	(20)	(1.202)
Descontos concedidos	(317)	(806)
Outros	(68.521)	(18.432)

Receitas financeiras

	2022	2021
Juros ativos	1.671	330
Descontos obtidos	931	187
Rendimento de aplicações financeiras	1.477	-
Rendimento Selic sobre crédito tributário	68.213	6.818
Outros	185	34
	72.477	7.369

Variação cambial líquida

	2022	2021
Variação cambial passiva	(19.978)	(1.519)
Variação cambial ativa	12.061	248
	(7.917)	(1.271)
	(3.961)	(12.334)

25. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas: Os valores estão assim representados:

	2022	2021
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	46.118	5.482
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	155.835	44.969
Débitos de IPI extemporâneos	(30.597)	-
Deságio na cessão de créditos tributários	(9.154)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1.960	4.687
	164.162	55.138

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outras receitas operacionais.

26. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	2.217
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	308.989	64.314
Depósitos judiciais	40.635	43.722
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	78.000	10.968
Outras contas a receber	8.769	5.813
	454.521	127.034

Passivos financeiros:

	2022	2021
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	392.080	208.075
Arrendamentos a pagar	39.285	6.108
Empréstimos e Financiamentos	380.566	23.741
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	41.278	514
Outras contas a pagar e mútuos	17.172	8.707
	870.381	247.145

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha. **Contas a receber e fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações. **Mútuos com partes relacionadas:** São classificadas como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez e estrutura de capital • Risco de mercado • Risco cambial Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. **Risco de liquidez e estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	380.566	23.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(18.128)	(2.217)
Dívida líquida	362.438	21.524
Patrimônio líquido	363.062	130.256
Capital total	725.500	151.780
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,14

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro. **Análise de sensibilidade:** As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de uma exposição cambial não ser material. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	9.500	1.187	1.633	979
	9.500	1.187	1.633	979

Elevação da SELIC

	Saldo em 31/12/21	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Impacto no resultado	642	79	74	45

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos:

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	380.566	47.570	65.419	39.236

Elevação da SELIC

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Impacto no resultado	23.741	2.908	2.744	1.647

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

27. Arrendamentos: A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estoque e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; •



CPX DISTRIBUIDORA S.A.				
vo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:				
	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	32.455	25.625	18.795	11.965
Fluxo com projeção de inflação	36.512	28.187	20.487	12.982
Varição	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	36.399	34.252	32.105	29.958
Fluxo com projeção de inflação	40.949	37.677	34.994	32.504
Varição	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.095	4.795	4.494	4.194
Fluxo com projeção de inflação	5.731	5.274	4.898	4.550
Varição	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	2.147	2.147	2.147	2.147
Fluxo com projeção de inflação	2.415	2.361	2.340	2.330
Varição	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - CPX Distribuidora S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPX Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua conti-

nuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil, 88015-205 T: 4004-8000, www.pwc.com.br Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/PMT/2023
CONCORRÊNCIA PÚBLICA - REGISTRO DE PREÇO Nº 002/PMT/2023
EXTRATO DA ATA DE DECISÃO APÓS RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO
Ao quatorze dias do mês de abril de dois mil e três, às doze horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, a Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 021/2023, para cumprir os procedimentos relativos ao PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/PMT/2023 - CONCORRÊNCIA através do REGISTRO DE PREÇO Nº 002/PMT/2023, que tem como Contratação de empresa para prestação de Serviços de limpeza e manutenção de vias públicas, tais como: varrição manual e mecanizada, capina manual e mecanizada, roçada manual e mecanizada, raspagem de meio fio, limpeza de sarjetas, meio fio e canaletas, pintura de meio fio, limpeza de bueiros, limpeza de cemitério, pintura de poste, poda de arvores com limpeza de galhos, limpeza de praia, sendo tudo em área externa, sem dedicação exclusiva de mão de obra, na forma descrita no Projeto Básico/termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas - SC, a ser regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações vigentes. A Comissão Permanente de Licitação recebeu na data de 13 de abril de 2023, Impugnação protocolada pela empresa COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura de Tijucas, referente ao edital supracitado. Após análise técnica, mediante Ofício nº 074/2023 exarado pelo Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, a Comissão de Licitação **DECIDE** por manter o edital nos moldes que se encontra. Neste sentido, **mantém-se a abertura do certame para o dia 17 de abril de 2023, às 08h00**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente sessão. Publique-se.

Tijucas, SC, 14 de abril de 2023.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS
EXTRATO DE RESULTADO/HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO Nº 012/FMS/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/FMS/2023.

Objeto: Aquisição de Medicamentos, visando atender as demandas de atendimento da Farmácia Básica, Pronto Atendimento e Samu, do Fundo Municipal de Saúde do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, foi vencedora dos itens: 03,05,06 e 33, no valor de R\$ 35.629,00 (Trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais).

Empresa Vencedora do Processo: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, foi vencedora do item: 18, no valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: A G KIENEN & CIA LTDA, foi vencedora dos itens: 27 e 35, no valor de R\$ 8.699,00 (Oito mil, seiscentos e noventa e nove reais).

Empresa Vencedora do Processo: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, foi vencedora do item: 19, no valor de R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRÓ SAÚDE LTDA, foi vencedora do item: 08, no valor de R\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS, foi vencedora do item: 16, no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

Empresa Vencedora do Processo: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, foi vencedora dos itens: 02,15,20,32 e 34, no valor de R\$ 70.235,00 (Setenta mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Empresa Vencedora do Processo: PROGRESSO MED DISTRIBUIDORA LTDA, foi vencedora do item: 31, no valor de R\$ 45.588,00 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais).

Informações Complementares: **Sector de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas - SC e no site www.tijucas.sc.gov.br**
Elói Mariano Rocha - Prefeito Municipal de Tijucas

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DOS POLICIAIS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL
E SANTA CATARINA - SICREDI POL RS/SC
CNPJ n.º 03.000.142/0001-47

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Modalidade Semipresencial

O Presidente e o Cogestor da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Pol RS/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta data somam 1.439 (um mil, quatrocentos e trinta e nove), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 17 (dezessete) horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; em segunda convocação, às 18 (dezoito) horas, com a presença da metade dos associados mais um, e, em terceira e última convocação, às 19 (dezenove) horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados. A Assembleia ocorrerá na modalidade **semipresencial**, realizada na Apofesul - Associação dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul, localizada na Av. Pará, nº 110, bairro Navegantes, nesta cidade, e transmitida simultaneamente, utilizando a Ferramenta Pertencer* acessada pelo site www.sicredi.com.br/assembleias, para os associados deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
 - c) demonstrativo perdas;
 - d) parecer da auditoria;
 - e) parecer do Conselho Fiscal.
2. Rateio das perdas.
3. Homologação da Política de Sucessão de Administradores.
4. Ratificação do encerramento do regime de cogestão na Cooperativa.
5. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2023.

Geraldo Bertolo
Presidente
Jair Ruppenthal Meinen
Cogestor

OBSERVAÇÕES:

1. A Assembleia se realizará no formato semipresencial, cuja modalidade está amparada pelo art. 17-A da Lei Complementar nº 130/2009, bem como na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020.
2. A Política de Sucessão de Administradores encontra-se à disposição na sede da Cooperativa.
3. ***Instruções para participação e votação na Assembleia Semipresencial:** A transmissão da Assembleia será realizada ao vivo da Apofesul, simultaneamente, para participação dos associados nas modalidades digital (a distância) e presencial (física). a) Participação a distância por meio digital (Ferramenta Pertencer): Os associados que participarem pelo formato digital deverão acessar a ferramenta através do site www.sicredi.com.br/assembleias, cadastrando-se e identificando-se com seu CPF e senha, inclusive do representante legal de associado pessoa jurídica (se for o caso), no dia e horário indicados no preâmbulo, por qualquer dispositivo com internet, realizando seu cadastro para identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia. O mecanismo digital utilizado permitirá aos associados que se identifiquem, assim como exerçam seu direito a manifestação e voto, mediante atuação remota. Serão disponibilizados aos associados as instruções detalhadas para cadastramento e acesso à Assembleia Geral, através de e-mail ou *whatsapp*. b) Participação presencial: Os associados que optarem pela participação presencial deverão comparecer no local, dia e horário indicados no preâmbulo.
4. A Assembleia será gravada eletronicamente.



PARA ANUNCIAR

LIGUE

(48) 3216-3812

(48) 3216-3216

Whats:

(48) 99625-3677

PUBLICIDADE LEGAL - AN-DC-JSC - DE 15 A 21 DE ABRIL DE 2023 - PÁGINA 32

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ nº 10.158.356/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇO PATRIMONIAL			
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.128	2.217
Contas a receber de clientes	8	266.020	61.059
Contas a receber de clientes partes relacionadas	8 e 18	42.969	3.255
Estoques	9	431.840	223.194
Impostos a recuperar	10	109.528	96.361
Adiantamento a fornecedores	12	1.169	10.968
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas	12 e 18	76.831	-
Outras contas a receber		8.769	5.813
		<u>955.254</u>	<u>402.867</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	-
Impostos a recuperar	10	382.996	33.106
Depósitos judiciais	20	40.635	43.722
Imobilizado	13	10.698	1.845
Intangível		1.791	75
Direito de uso de bens em arrendamento	27	38.546	6.078
		<u>494.835</u>	<u>84.826</u>
		<u>1.450.089</u>	<u>487.693</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	134.478	106.723
Fornecedores partes relacionadas	14 e 18	257.602	101.352
Empréstimos e financiamentos	15	163.425	12.662
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	113.673	60.607
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.350	4.164
Adiantamento de clientes	17	684	514
Adiantamento de clientes partes relacionadas	17 e 18	40.594	-
Instrumentos financeiros derivativos	19	6.950	-
Arrendamentos a pagar	27	4.972	1.003
Outras contas a pagar		10.222	8.707
		<u>746.950</u>	<u>295.732</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	217.141	11.079
Arrendamentos a pagar	27	34.313	5.105
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	16	37.577	1.007
Provisão para contingências	20	51.046	44.514
		<u>340.077</u>	<u>61.705</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		75.000	50.000
Reserva de incentivos fiscais		107.327	51.222
Reserva legal		15.000	7.258
Reservas de lucros		165.735	21.776
		<u>363.062</u>	<u>130.256</u>
		<u>1.450.089</u>	<u>487.693</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)						
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	50.000	14.134	2.045	(13.127)	-	53.052
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					104.262	104.262
Constituição de reserva de incentivos fiscais		37.088			(37.088)	
Constituição de reserva legal			5.213		(5.213)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(2.925)	(2.925)
Distribuição de dividendo adicionais no exercício					(7.492)	(7.492)
					(16.641)	(16.641)
					(34.903)	(34.903)
Retenção de lucros do exercício				34.903	-	34.903
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.000	51.222	7.258	21.776	-	130.256
Resultado do exercício:						
Lucro Líquido do exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	-
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	-
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.000	107.327	15.000	165.735	-	363.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	22	1.713.798	848.401
Custo das vendas	23	(1.173.452)	(629.178)
Lucro bruto		<u>540.345</u>	<u>219.223</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas de vendas	23	(170.168)	(65.859)
Despesas administrativas e gerais	23	(122.867)	(25.803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	164.162	55.138
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>411.472</u>	<u>182.699</u>
Receitas financeiras	24	72.477	7.369
Despesas financeiras	24	(68.521)	(18.432)
Variação cambial, líquida	24	(7.917)	(1.271)
Despesas financeiras, líquidas		<u>(3.961)</u>	<u>(12.334)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>407.511</u>	<u>170.365</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.169	(3.809)
Lucro líquido do exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
		2022	2021
Lucro líquido do exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>
Resultado Abrangente do Exercício		<u>329.166</u>	<u>104.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A. Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R\$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 29.

2. Base de preparação: **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 30 de março de 2023. **2.3 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia incluídas na combinação e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedu-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)						
	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		407.511	170.365	15	(1.468)	(3.263)
Ajustes por:						
Depreciação e amortização	13	897	819			
Amortização arrendamento de bens	27	2.147	1.177			
Provisão para devedores duvidosos (constituição e reversão)		(580)	1.307		(1.716)	-
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	10	(224.033)	-	13	(9.750)	(565)
Provisão para contingências	20	6.532	15.905			
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	15	16.704	4.221		(11.466)	(565)
Variáveis nos ativos e passivos						
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	8	(244.095)	(47.316)	21	(96.360)	(10.417)
Redução (aumento) em estoques	9	(208.646)	(171.294)		-	14.594
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	12	(67.032)	7.771			
Redução (aumento) em depósitos judiciais	20	3.087	(20.864)			
Redução (aumento) em outras contas a receber		(2.956)	(4.830)			
Redução (aumento) em impostos a recuperar	10	(139.024)	(108.659)			
(Redução) aumento em fornecedores	14	184.005	192.943			
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	16	89.636	56.798			
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		10.186	3.494			
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	17	40.764	(4.214)		2.217	3.638
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	27	(1.438)	(1.467)		18.128	2.217
(Redução) aumento em outras contas a pagar		8.465	8.707			
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais					15.911	(1.421)
Juros sobre empréstimos pagos						
Imposto de renda e contribuição social pagos						
Fluxo de caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais					(217.852)	39.306
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de ativo intangível					(1.716)	-
Aquisição de ativo imobilizado					(9.750)	(565)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento					(11.466)	(565)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Dividendos distribuídos aos sócios				21	(96.360)	(10.417)
Aumento em mútuo com partes relacionadas					-	14.594
Juros sobre capital próprio						(16.641)
Empréstimos tomados	15			15	383.017	10.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15			15	(41.428)	(38.298)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento					245.229	(40.162)
Redução aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa						
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício					2.217	3.638
No fim do período					18.128	2.217
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa					15.911	(1.421)

A Companhia não realizou transações provenientes das atividades de investimento e operacionais que não impactaram caixa, exceto o registro de novos contratos de arrendamento mercantil contratado no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 7.410 conforme apresentado na Nota explicativa nº 27.

tíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados); • **Nota 20** - Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências). **(b) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Mudança nas principais políticas contábeis: Para o exercício de 2022 não houve alterações de normas contábeis aplicáveis a Companhia.

5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(c) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(d) Caixa e equivalentes a caixa:** Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras. **(e) Contas a receber de clientes e provisões para perdas esperadas:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizadas pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota 08 - Contas a receber de clientes. **(f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna. **(g) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo,

ou outro valor substituído do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Benfeitorias 5 anos; Móveis e utensílios 10 anos; Veículos 5 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos; Equipamentos eletrônicos 5 anos; Instalações comerciais 10 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado. **(h) Intangível: (iv) Reconhecimento e mensuração:** Softwares possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **(v) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. **(vi) Amortização:** Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. **(i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados. **(j) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com a categoria de mensuração a seguir: **(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(ii) Reconhecimento e desreconhecimento:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. **(k) Redução ao valor recuperável (impairment): (vii) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Contas a receber; A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses; • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

PUBLICIDADE LEGAL - AN-DC-JSC - DE 15 A 21 DE ABRIL DE 2023 - PÁGINA 33

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. - A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". - As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(viii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado. Líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(m) Receita de vendas: Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. **(n) Receitas financeiras:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **(o) Subvenções e assistência governamental:** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14. **(p) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(iii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco. **(q) Partes relacionadas:** As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 18. **(r) Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 e após. A Companhia avaliou os impactos para a adoção destas normas em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas: * Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1) * Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).
7. Caixa e equivalentes de caixa: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Caixa e depósitos à vista	8.628	1.575
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	9.500	642
	18.128	2.217

(i) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (105% do CDI em 2021). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.
8. Contas a receber de clientes: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Contas a receber	267.314	62.933
Partes relacionadas (Nota explicativa nº 18)	42.969	3.255
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	2022	2021
No País		
A vencer	300.838	63.077
Vencidos até 30 dias	4.268	682
Vencidos de 31 a 90 dias	1.574	105
Vencidos de 91 a 180 dias	2.309	511
Vencidos de 181 a 360 dias	683	978
Acima de 360 dias	611	835
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.294)	(1.874)
	308.989	64.314

As perdas esperadas são estimadas com base no histórico de realização da carteira de clientes, exceto para os casos em que temos a apresentação de garantia real de recebimento, sendo consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos. As movimentações estão apresentadas a seguir:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	(1.874)	(567)
Provisão constituída	-	(1.307)
Provisão revertida	580	-
Saldo em 31 de dezembro	(1.294)	(1.874)

9. Estoques: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Mercadoria para revenda	431.840	223.194
	431.840	223.194

O aumento do saldo de estoque decorre principalmente da abertura de novas filiais para atendimento a clientes em algumas regiões e do crescente aumento das operações. Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superiores a um ano são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. A Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para estoques obsoletos.
10. Impostos a recuperar: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
ICMS (i)	29.218	21.027
COFINS (ii)	373.434	94.125
PIS (ii)	88.137	13.031
IRPJ	1.319	909
CSSL	375	375
Outros	41	-
	492.524	129.467
Ativo circulante	109.528	96.361
Ativo não circulante	382.996	33.106

13. Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	165	1.863	104	8	118	398	630	25		3.311
Depreciação acumulada		(1.028)	(6)	(8)	(107)	(176)	(232)	(12)		
Saldos em 1º/01/2021	165	835	43	-	11	222	398	13		1.687
Adições		117	350				93		5	565
Transferências		(29)	(10)	(14)	(3)	56		(13)	13	-
Depreciação		(26)	(20)	(37)	(8)	(28)	(288)			(407)
Saldos em 31/12/2021	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822		18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)			(1.885)
Saldos em 31/12/2021	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Saldos em 1º/01/2022	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822		18	3.730
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)			(1.885)
Saldos em 1º/01/2022	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Adições		1.278	1.633	109	937	4.871	774	113	35	9.750
Transferências		18	-	-	-	-	-	-	(18)	-
Baixas	(165)	-	-	-	-	-	-	-	-	(165)
Depreciação		(74)	(79)	(94)	(44)	(195)	(246)			(732)
Saldos em 31/12/2022	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698
Custo		3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.315
Depreciação acumulada		(1.016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)			(2.617)
Saldos em 31/12/2022	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698

(iv) Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.
14. Fornecedores: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	134.478	106.723
Partes relacionadas (Nota nº 18)	239.959	101.352
	374.437	208.075

Por conta do forte crescimento nas vendas, a Companhia elevou seu fluxo de compras de mercadorias nacionais e importadas. Com isto vem crescendo seu saldo junto aos fornecedores.
15. Empréstimos e financiamentos: O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	2022	2021
Capital de giro	CDI + 3,3%	Fev/2027	360.223	13.496
Capital de giro FGI	CDI + 5,1%	Nov/2024	2.700	5.100
Risco sacado	21,7%	Mar/2023	17.643	-
Fundos de recebíveis	15,1%	Jun/2022	-	5.145
			380.566	23.741
Circulante			163.425	12.662
Não circulante			217.141	11.079

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, estoque e aval. A Companhia possuía bens recebíveis dados como garantia, no valor de R\$ 237.335 (R\$ 38.475 em 31.12.2021). **Capital de giro e capital de giro FGI:** Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store. **Risco sacado:** A Companhia firmou convênio junto ao Banco Voiter, para contratar operações com objetivo de prorrogar o pagamento das obrigações junto aos fornecedores de mercadorias para revenda. Estas transações têm prazo médio de 60 dias e os encargos financeiros estão registrados no resultado da Companhia como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das demonstrações financeiras é de R\$ 17.643. A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser assim demonstrada:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	23.741	50.481
Captação	383.017	10.600
Encargos financeiros	16.704	4.221
Amortização - principal	(41.428)	(38.298)
Amortização - juros e variações	(1.468)	(3.263)
Saldo no final do exercício	380.566	23.741

(i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são realizados no decorrer da comercialização das mercadorias e no fluxo normal de apuração deste tributo. (ii) Crédito com origem preponderantemente da **ação judicial transitada em julgado**, no Superior Tribunal de Justiça - STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ e a CSLL e está associada diretamente a expectativa futura de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários e ao início da tributação de IPI ocorrida em fevereiro de 2023. A expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS está definida da seguinte forma:

	2022	2021
2023	-	78.575
2024	-	100.402
2025	-	156.469
2026	-	126.125
	-	461.571

11. Impostos diferidos e correntes: (a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	407.511	170.365
Alíquota nominal 34%	(138.554)	(57.924)
Adições e exclusões permanentes e temporárias		
(-) Provisão de tarifas de cartão de crédito	-	(1.804)
(-) Provisão para despesas com fretes	-	(1.766)
(-) Provisão para contingências	(2.220)	(5.408)
(-) Juros sobre capital próprio	-	(5.657)
(+) Rendimento Selic sobre créditos tributários	23.187	-
(-) Outras adições/exclusões líquidas	(2)	(1.237)
(+) Subvenção - Lei nº 12.973/14	19.075	11.502
	(98.514)	(62.294)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(98.514)	(62.294)
Alíquota efetiva	24%	39%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Diferenças temporárias		
Provisão para contingência	17.356	-
Provisão para perda em contas a receber	440	-
Outras provisões	2.373	-
	20.169	-

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias 20.169 -
 A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	2022	2021
2023	6.093	-
2024	4.799	-
2025	3.721	-
2026	3.233	-
2027	2.323	-
	20.169	-

12. Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas: O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	2022	2021
Fornecedores	1.169	10.968
Partes relacionadas (Nota nº 18)	76.831	-
	78.000	10.968

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Taxa de depreciação		20%	10%	25%	20%	10	10%	20%		
Custo	165	1.863	104	8	118	398	630	25		3.311
Depreciação acumulada		(1.028)	(6)	(8)	(107)	(176)	(232)	(12)		
Saldos em 1º/01/2021	165	835	43	-	11	222	398	13		1.687
Adições		117	350				93		5	565
Transferências		(29)	(10)	(14)	(3)	56		(13)	13	-
Depreciação		(26)	(20)	(37)	(8)	(28)	(288)			(407)
Saldos em 31/12/2021	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822		18	3.730
Depreciação acumul										

PUBLICIDADE LEGAL - AN-DC-JSC - DE 15 A 21 DE ABRIL DE 2023 - PÁGINA 34

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

Em 31/12/2022	Adianta- Contas a receber	Contas a pagar	Adian- tamento	Vendas	Compras
Absolute Trade Ltda	18.553	38.792			141.645
Level Trade S.A.	6.103	27.299	8.000		112.596
Canaan Trade Ltda	205	1.221		8.254	
CS Trade Ltda (antes RJU)		50.954	63.403		428.889
ITR Comércio Pneus S.A.	42.566			343.763	
CP Comercial S.A.	198			202.364	138.286
	42.969	76.831	239.959	40.594	554.381
					821.416

Em 31/12/2021	Adianta- Contas a receber	Contas a pagar	Mútu a pagar	Vendas	Compras
Level Trade S.A.		14.484			78.018
CS Trade S.A. (antes RJU)		18.060			173.063
ITR Comércio Pneus S.A.	3.255			46.966	
CP Comercial S.A.		68.808		266.144	139.009
	3.255	101.352		313.110	390.090

Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Salários e pró-labore	1.624	287
Benefícios diretos e indiretos	270	140
Participação nos resultados	251	105
	2.145	532

19. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022. As operações tem como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa ("CDI") em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	137.000
SWAP	Câmbio	Euro	60.000
			197.000

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2022 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

	Consolidado	
	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada
	2022	2021
Programa		
Proteção da exposição cambial		
Contratos de dólar americano	(7.972)	(11.262)
Contratos de euro	1.022	1.022
Efeito líquido no resultado	(6.950)	(11.262)

As operações com derivativos foram contratadas a partir de janeiro de 2022, e até 31 de dezembro de 2022 estão apresentando resultado negativo de R\$ 18.212 conforme demonstrado na Nota 24.

20. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Em 31 de dezembro de 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	2022	2021
Provisão para ações de natureza tributária (a)	50.364	43.832
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	682	682
	51.046	44.514
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	(40.635)	(43.722)
	(40.635)	(43.722)

Ações de natureza tributária. Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet. (h) Depósito judicial de natureza tributária Em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir: Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificadas como possível, no montante de R\$ 8.781 (R\$ 8.205 em 2021).

21. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações (50.000.000 em 2021) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 75.000 (R\$ 50.000 em 2021). Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 25.000, integralizados mediante a capitalização do saldo de R\$ 18.000 de lucros acumulados e R\$ 7.000 mediante capitalização de reserva legal. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social. **(s) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído:** É constituída nos termos do § 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/76, quando a Diretoria considerar o dividendo obrigatório incompatível com a situação financeira. **(t) Dividendos:** No estatuto social da Companhia que compõem as demonstrações financeiras, está previsto o percentual de 30% do lucro do exercício é destinado a título de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. **(u) Reserva de subvenções:** A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte. **(v) Reserva legal:** É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

22. Receita operacional líquida: A receita líquida possui a seguinte composição:

	2021	2020
Vendas mercado interno (i)	1.529.345	642.745
Vendas mercado externo partes relacionadas (Nota explicativa 18)	554.381	313.110
Serviços prestados	32.856	16.075
Receita operacional bruta	2.116.582	971.930
Impostos sobre vendas	(62.268)	(98.375)
Devoluções e abatimentos	(340.516)	(25.154)
Deduções da receita	(402.784)	(123.529)
	1.713.798	848.401

Três fatores preponderantes influenciaram no aumento de aproximadamente 160% no faturamento da Companhia: 1) A inflação no setor automotivo provocada pela escassez de produtos no mercado, principalmente pneus de caminhão; 2) ampliação da área de atuação territorial devido a abertura de novas filiais nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste. Tivemos também a ampliação dos centros de distribuição localizados em Itajaí/SC, Serra/ES, Baruei/SP e Jaboatão dos Guararapes/PE, e também a ampliação e diversificação do portfólio de produtos onde a Companhia passou a comercializar pneus de moto, bicicleta, além de outras medidas de pneu para uso agrícola e industrial; e 3) A migração de uma parte do faturamento do segmento frota que antes era faturado pela empresa CP Comercial S.A., que compõem o Grupo Cantu Store.

23. Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais:

	2022	2021
Custo das mercadorias revendidas	1.173.452	629.178
Despesas com pessoal e encargos	62.269	14.695
Serviços de terceiros	24.105	10.690
Despesas com aluguel	6.117	3.61
Viagens e estadias	4.090	762
Comissões sobre vendas	55.871	27.198
Depreciação e amortização	3.032	1.996
Provisão com perdas esperadas de clientes	(580)	1.307
Fretes e armazenagem	90.745	21.949
Despesas com publicidade	16.443	4.587

	2022	2021
Despesas com informática	11.369	1.783
Manutenção	2.344	-
Garantias	3.141	-
Seguros	642	-
Despesas com importação	2.550	-
Outros custos e despesas	10.897	6.334
	1.466.487	720.840

(v) Reconciliação dos custos e despesas por função:

	2022	2021
Custo das vendas	1.173.452	629.178
Despesas com vendas	170.168	65.859
Despesas administrativas e gerais	122.867	25.803
	1.466.487	720.840

24. Receitas e despesas financeiras:

	2022	2021
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(19.753)	(4.682)
Juros pagos a terceiros	(13.968)	(2.309)
Tarifas bancárias	(1.651)	(1.470)
Taxa de adm. Cartão crédito IOF	(11.260)	(7.963)
	(2.06)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.134)	-
Despesas com Swap	(18.212)	-
Descontos concedidos	(20)	(1.202)
Outros	(317)	(806)
	(68.521)	(18.432)

Receitas financeiras

	2022	2021
Juros ativos	1.671	330
Descontos obtidos	931	187
Rendimento de aplicações financeiras	1.477	-
Rendimento Selic sobre crédito tributário	68.213	6.818
Outros	185	34
	72.477	7.369

Variação cambial líquida

	2022	2021
Variação cambial passiva	(19.978)	(1.519)
Variação cambial ativa	12.061	248
	(7.917)	(1.271)
	(3.961)	(12.334)

25. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas:

	2022	2021
Os valores estão assim representados:		
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	46.118	5.482
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	155.835	44.969
Débitos de IPI extemporâneos	(30.597)	-
Desajuste na cessão de créditos tributários	(9.154)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	1.960	4.687
	164.162	55.138

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outras receitas operacionais.

26. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.128	2.217
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	308.989	64.314
Depósitos judiciais	40.635	43.722
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	78.000	10.968
Outras contas a receber	8.769	5.813
	454.521	127.034

Passivos financeiros:

	2022	2021
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	392.080	208.075
Arrendamentos a pagar	39.285	6.108
Empréstimos e Financiamentos	380.566	23.741
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	41.278	514
Outras contas a pagar e mútuo	17.172	8.707
	870.381	247.145

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha. **Contas a receber e fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações. **Mútuos com partes relacionadas:** São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo. **Empréstimos e financiamentos:** São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez e estrutura de capital • Risco de mercado • Risco cambial Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. **Risco de liquidez e estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
Total financiamentos e empréstimos (Nota 15)	380.566	23.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(18.128)	(2.217)
Dívida líquida	362.438	21.524
Patrimônio líquido	363.062	130.256
Capital total	725.500	151.780
Índice de alavancagem financeira	0,50	0,14

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro. **Análise de sensibilidade:** As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de uma exposição cambial não ser material. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	9.500	1.187	1.633	979
Impacto no resultado				
	Saldo em 31/12/21	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)

Elevação da SELIC Impacto no resultado

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	380.566	47.570	65.419	39.236
Impacto no resultado				
	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)

Elevação da SELIC Impacto no resultado

	Saldo em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC	23.741	2.908	2.744	1.647
Impacto no resultado				

(*) Considera aumento da Selic em 25%. (**) Considera redução da Selic em 25%. A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2022 foi 13,75% (em 31 de dezembro de 2021 9,25%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,50% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 12,25%), mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

27. Arrendamentos: A Companhia aluga diversos armazéns comerciais para sua área de estoque e expedição de mercadorias e escritório de apoio. Em geral os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 3 a 10 anos, porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um determinado período de tempo, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re-mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É re-mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é re-mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo de desconto:

Prazos	Taxa % a.a.
5 anos	14,0

CPX DISTRIBUIDORA S.A.

vo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	32.455	25.625	18.795	11.965
Fluxo com projeção de inflação	36.512	28.187	20.487	12.982
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	36.399	34.252	32.105	29.958
Fluxo com projeção de inflação	40.949	37.677	34.994	32.504
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	5.095	4.795	4.494	4.194
Fluxo com projeção de inflação	5.731	5.274	4.898	4.550
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	2.147	2.147	2.147	2.147
Fluxo com projeção de inflação	2.415	2.361	2.340	2.330
Variação	12,5%	10,0%	9,0%	8,5%

28. Cobertura de seguros (não auditado): As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
	Transporte Internacional	
Estoque (por veículo/aeronave)	(terrestre/aéreo)	USD 500

29. Eventos subsequentes: Aumento de capital: Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2023, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 215.000, que foi integralizado em moeda corrente. **Debêntures:** A Companhia aprovou em 08 de março de 2023 a realização de sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 375.000, emitidas em 15 de março de 2023, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. Os recursos a serem captados por meio das Debêntures serão destinados para reforço do capital de giro e constituição de garantia de cessão fiduciária de certificados de recebíveis bancários a ser outorgada no âmbito da Emissão.

DIRETORIA	
Vitor das Neves Leme - Diretor Adm e Financeiro	Joel Gonçalves de Deus - Diretor Contábil
CONTADOR	
Joel Gonçalves de Deus - CRC SC-025519/O-7	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas - CPX Distribuidora S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPX Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua conti-

nuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil, 88015-205 T: 4004-8000, www.pwc.com.br Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 6 de abril de 2023
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP00160/O-5
Leandro Sidney Camilo da Costa
 Contador CRC 1SP236051/O-7



EM TODA SC
 Ouça em
nsctotal.com.br



JÁ PENSOU
 O SEU
 NEGÓCIO
 SER VISTO
 POR TODOS?



Com o Negócios SC, realizar
 o seu sonho cabe no seu bolso.



Apareça na TV, no rádio e nos canais digitais
 da NSC e mostre o que você tem de melhor a
 oferecer ao seu público.

Acesse negociossc.com.br e
 faça sua simulação agora mesmo.

Prepare-se para toda
 Santa Catarina conhecer
 o seu negócio.

**NEGÓCIOS SC A GENTE FAZ
 JUNTO COM VOCÊ**

APONTE A CÂMERA
 DO CELULAR E
 ACESSE O SITE



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/03/2023
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Fiscal	NÚMERO DO LIVRO 26
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2E.F6.AE.32.B7.45.03.B7	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2
E.F6.AE.32.B7.45.03.B7-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 21/05/2024 às 12:53:22

69.7F.A0.FE.03.28.AA.DE
5A.E2.36.6F.BB.B5.CB.96

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/03/2023		
Número de Ordem do Livro:	26		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	26
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/03/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	14060770

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	Livro Diário Fiscal
Número de ordem	26
Quantidade total de linhas do arquivo digital	14060770
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/03/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2E.F6.AE.32.B7.45.03.B7-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/03/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 26

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023

26

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 1.450.087.999,15	R\$ 1.944.623.387,36
Ativo circulante		R\$ 974.128.366,80	R\$ 1.454.786.862,87
Disponível		R\$ 18.128.106,62	R\$ 283.775.762,52
Clientes		R\$ 307.695.410,39	R\$ 342.657.808,46
Outros Créditos		R\$ 207.796.927,43	R\$ 353.984.596,88
Estoques		R\$ 431.839.997,56	R\$ 463.995.458,58
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 8.667.924,80	R\$ 10.373.236,43
Ativo não circulante		R\$ 475.959.632,35	R\$ 489.836.524,49
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 424.924.374,21	R\$ 420.964.264,07
Imobilizado		R\$ 47.999.979,16	R\$ 65.299.090,00
Intangível		R\$ 3.035.278,98	R\$ 3.573.170,42
Passivo		R\$ 1.450.087.999,15	R\$ 1.944.623.387,36
Passivo Circulante		R\$ 746.950.089,28	R\$ 624.750.007,12
Fornecedores		R\$ 557.022.051,05	R\$ 452.939.293,52
Obrigações Tributárias		R\$ 109.756.618,59	R\$ 109.337.336,97
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 14.312.086,71	R\$ 16.213.413,77
Outras Obrigações		R\$ 65.859.332,93	R\$ 46.259.962,86
Passivo Não Circulante		R\$ 340.076.352,75	R\$ 699.147.568,53
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 85.358.998,87	R\$ 98.275.946,35
Fornecedores		R\$ 254.717.353,88	R\$ 600.871.622,18
Patrimônio Líquido		R\$ 363.061.557,12	R\$ 620.725.811,71
Capital social		R\$ 75.000.000,00	R\$ 300.968.330,00
Reservas		R\$ 122.326.704,00	R\$ 122.326.704,00
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 165.734.853,12	R\$ 197.430.777,71

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2E.F6.AE.32.B7.45.03.B7-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/03/2023	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Número de Ordem do Livro:	26		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023		

26

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 187.119.479,48	R\$ 31.695.924,59
(-) Despesas e Custos		R\$ (327.640.426,85)	R\$ (294.107.473,77)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (327.640.346,83)	R\$ (290.900.181,00)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (327.640.346,83)	R\$ (290.900.181,00)
(-) Despesas não operacionais		R\$ (80,02)	R\$ (3.207.292,77)
(-) Outros Resultados Negativos		R\$ (80,02)	R\$ (3.207.292,77)
RECEITAS		R\$ 563.333.158,96	R\$ 336.243.822,87
Receitas Operacionais		R\$ 563.333.158,96	R\$ 336.243.822,87
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 646.108.091,19	R\$ 655.265.575,24
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (480.518.173,45)	R\$ (477.441.443,98)
Receitas Financeiras		R\$ 268.237.076,11	R\$ 158.771.713,16
(-) Outras Receitas Operac.		R\$ 129.506.165,11	R\$ (352.021,55)
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (48.573.252,63)	R\$ (10.440.424,51)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (48.573.252,63)	R\$ (10.440.424,51)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (48.573.252,63)	R\$ (10.440.424,51)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2E.F6.AE.32.B7.45.03.B7-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/03/2023
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Fiscal	NÚMERO DO LIVRO 26
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2E.F6.AE.32.B7.45.03.B7	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

37.59.43.AC.A5.83.1A.A3.7E.69.01.37.2
E.F6.AE.32.B7.45.03.B7-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 21/05/2024 às 12:53:22

69.7F.A0.FE.03.28.AA.DE
5A.E2.36.6F.BB.B5.CB.96

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/04/2023 a 30/06/2023
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 27
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.68.80.D4.CD.87.9D.80.F8	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.
68.80.D4.CD.87.9D.80.F8-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 22/05/2024 às 16:34:49

D3.63.0F.0E.69.8A.67.A6
82.FB.DE.88.2C.E4.EE.64

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Período da Escrituração:	01/04/2023 a 30/06/2023		
Número de Ordem do Livro:	27		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	27
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	30/06/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13876218

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Número de ordem	27
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13876218
Data de inicio	01/04/2023
Data de término	30/06/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.68.80.D4.CD.87.9D.80.F8-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/04/2023 a 30/06/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 27

Período Selecionado: 01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023

27

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 1.944.623.387,36	R\$ 1.873.652.444,30
Ativo circulante		R\$ 1.454.786.862,87	R\$ 1.414.526.033,18
Disponível		R\$ 283.775.762,52	R\$ 201.336.181,23
Clientes		R\$ 342.657.808,46	R\$ 355.096.297,20
Outros Créditos		R\$ 353.984.596,88	R\$ 317.382.016,43
Estoques		R\$ 463.995.458,58	R\$ 527.796.120,76
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 10.373.236,43	R\$ 12.915.417,56
Ativo não circulante		R\$ 489.836.524,49	R\$ 459.126.411,12
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 420.964.264,07	R\$ 383.333.075,03
Imobilizado		R\$ 65.299.090,00	R\$ 71.723.005,31
Intangível		R\$ 3.573.170,42	R\$ 4.070.330,78
Passivo		R\$ 1.944.623.387,36	R\$ 1.873.652.444,30
Passivo Circulante		R\$ 624.750.007,12	R\$ 526.106.604,42
Fornecedores		R\$ 452.939.293,52	R\$ 404.488.850,33
Obrigações Tributárias		R\$ 109.337.336,97	R\$ 73.563.999,64
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 16.213.413,77	R\$ 22.482.678,58
Outras Obrigações		R\$ 46.259.962,86	R\$ 25.571.075,87
Passivo Não Circulante		R\$ 699.147.568,53	R\$ 670.465.244,73
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 98.275.946,35	R\$ 97.279.980,27
Fornecedores		R\$ 600.871.622,18	R\$ 573.185.264,46
Patrimônio Líquido		R\$ 620.725.811,71	R\$ 677.080.595,15
Capital social		R\$ 300.968.330,00	R\$ 300.968.330,00
Reservas		R\$ 122.326.704,00	R\$ 122.326.704,00
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 197.430.777,71	R\$ 253.785.561,15

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.68.80.D4.CD.87.9D.80.F8-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/04/2023 a 30/06/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 27

Período Selecionado: 01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023

27

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 31.695.924,59	R\$ 56.354.783,44
(-) Despesas e Custos		R\$ (294.107.473,77)	R\$ (198.813.473,28)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (290.900.181,00)	R\$ (201.991.226,24)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (290.900.181,00)	R\$ (201.991.226,24)
Despesas não operacionais		R\$ (3.207.292,77)	R\$ 3.177.752,96
Outros Resultados Negativos		R\$ (3.207.292,77)	R\$ 3.177.752,96
RECEITAS		R\$ 336.243.822,87	R\$ 275.399.609,85
Receitas Operacionais		R\$ 336.243.822,87	R\$ 275.399.609,85
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 655.265.575,24	R\$ 634.604.183,55
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (477.441.443,98)	R\$ (455.838.957,94)
Receitas Financeiras		R\$ 158.771.713,16	R\$ 97.426.748,31
(-) Outras Receitas Operac.		R\$ (352.021,55)	R\$ (792.364,07)
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (10.440.424,51)	R\$ (20.231.353,13)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (10.440.424,51)	R\$ (20.231.353,13)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (10.440.424,51)	R\$ (20.231.353,13)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.68.80.D4.CD.87.9D.80.F8-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/04/2023 a 30/06/2023
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 27
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.68.80.D4.CD.87.9D.80.F8	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

22.F0.B7.73.1B.E1.43.BE.7A.28.2F.BB.
68.80.D4.CD.87.9D.80.F8-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 22/05/2024 às 16:34:49

D3.63.0F.0E.69.8A.67.A6
82.FB.DE.88.2C.E4.EE.64

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/07/2023 a 30/09/2023
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 28
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 0E.C6.25.25.F8.FE.97.02.37.F5.71.DA.63.E7.EE.61.0D.0C.AE.A1	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

0E.C6.25.25.F8.FE.97.02.37.F5.71.DA.
63.E7.EE.61.0D.0C.AE.A1-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/05/2024 às 16:34:28

59.D8.4D.8D.9B.70.99.18
A0.5F.06.26.D4.F7.22.3C

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Período da Escrituração:	01/07/2023 a 30/09/2023		
Número de Ordem do Livro:	28		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	28
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	30/09/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	14478813

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Número de ordem	28
Quantidade total de linhas do arquivo digital	14478813
Data de inicio	01/07/2023
Data de término	30/09/2023

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/07/2023 a 30/09/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 28

Período Selecionado: 01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

28

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 1.873.652.444,30	R\$ 1.808.799.611,83
Ativo circulante		R\$ 1.414.526.033,18	R\$ 1.314.628.571,60
Disponível		R\$ 201.336.181,23	R\$ 152.398.370,35
Clientes		R\$ 355.096.297,20	R\$ 364.461.178,62
Outros Créditos		R\$ 317.382.016,43	R\$ 319.349.693,78
Estoques		R\$ 527.796.120,76	R\$ 467.603.583,36
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 12.915.417,56	R\$ 10.815.745,49
Ativo não circulante		R\$ 459.126.411,12	R\$ 494.171.040,23
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 383.333.075,03	R\$ 410.565.367,61
Imobilizado		R\$ 71.723.005,31	R\$ 78.776.511,97
Intangível		R\$ 4.070.330,78	R\$ 4.829.160,65
Passivo		R\$ 1.873.652.444,30	R\$ 1.808.799.611,83
Passivo Circulante		R\$ 526.106.604,42	R\$ 363.881.397,21
Fornecedores		R\$ 404.488.850,33	R\$ 269.274.298,11
Obrigações Tributárias		R\$ 73.563.999,64	R\$ 50.298.463,50
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 22.482.678,58	R\$ 21.103.259,17
Outras Obrigações		R\$ 25.571.075,87	R\$ 23.205.376,43
Passivo Não Circulante		R\$ 670.465.244,73	R\$ 747.953.753,74
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 97.279.980,27	R\$ 95.138.795,34
Fornecedores		R\$ 573.185.264,46	R\$ 652.814.958,40
Patrimônio Líquido		R\$ 677.080.595,15	R\$ 696.964.460,88
Capital social		R\$ 300.968.330,00	R\$ 300.968.330,00
Reservas		R\$ 122.326.704,00	R\$ 122.326.704,00
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 253.785.561,15	R\$ 273.669.426,88

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/07/2023 a 30/09/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 28

Período Selecionado: 01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

28

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 56.354.783,44	R\$ 19.883.865,73
(-) Despesas e Custos		R\$ (198.813.473,28)	R\$ (215.697.441,21)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (201.991.226,24)	R\$ (215.621.227,39)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (201.991.226,24)	R\$ (215.621.227,39)
(-) Despesas não operacionais		R\$ 3.177.752,96	R\$ (76.213,82)
(-) Outros Resultados Negativos		R\$ 3.177.752,96	R\$ (76.213,82)
RECEITAS		R\$ 275.399.609,85	R\$ 236.583.165,66
Receitas Operacionais		R\$ 275.399.609,85	R\$ 236.583.165,66
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 634.604.183,55	R\$ 647.964.436,50
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (455.838.957,94)	R\$ (483.515.520,94)
Receitas Financeiras		R\$ 97.426.748,31	R\$ 72.564.365,71
(-) Outras Receitas Operac.		R\$ (792.364,07)	R\$ (430.115,61)
(-) CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (20.231.353,13)	R\$ (1.001.858,72)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (20.231.353,13)	R\$ (1.001.858,72)
(-) Obrigações Tributárias		R\$ (20.231.353,13)	R\$ (1.001.858,72)

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/07/2023 a 30/09/2023
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 28
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 0E.C6.25.25.F8.FE.97.02.37.F5.71.DA.63.E7.EE.61.0D.0C.AE.A1	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

0E.C6.25.25.F8.FE.97.02.37.F5.71.DA.
63.E7.EE.61.0D.0C.AE.A1-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/05/2024 às 16:34:28

59.D8.4D.8D.9B.70.99.18
A0.5F.06.26.D4.F7.22.3C

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/10/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 29
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.A7.FD.OA.5B.9C.89.58.18	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.
A7.FD.OA.5B.9C.89.58.18-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 05/06/2024 às 13:55:06

A7.07.89.57.BB.8D.CC.F8
A1.AE.69.E8.F2.43.22.04

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CPX DISTRIBUIDORA SA	CNPJ:	10.158.356/0001-01
Período da Escrituração:	01/10/2023 a 31/12/2023		
Número de Ordem do Livro:	29		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
NIRE	42300045128
CNPJ	10.158.356/0001-01
Número de Ordem	29
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Município	Itajaí
Data do arquivamento dos atos constitutivos	15/07/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	17724666

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CPX DISTRIBUIDORA SA
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO FISCAL
Número de ordem	29
Quantidade total de linhas do arquivo digital	17724666
Data de inicio	01/10/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.A7.FD.0A.5B.9C.89.58.18-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/10/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 29

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

29

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 19.883.865,73	R\$ (1.759.770,71)
(-) Despesas e Custos		R\$ (215.697.441,21)	R\$ (280.160.301,34)
(-) Despesas Operacionais/Administrativas		R\$ (215.621.227,39)	R\$ (280.160.173,44)
(-) Despesas Administrativas		R\$ (215.621.227,39)	R\$ (280.160.173,44)
(-) Despesas não operacionais		R\$ (76.213,82)	R\$ (127,90)
(-) Outros Resultados Negativos		R\$ (76.213,82)	R\$ (127,90)
RECEITAS		R\$ 236.583.165,66	R\$ 268.933.525,47
Receitas Operacionais		R\$ 236.583.165,66	R\$ 268.933.525,47
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R\$ 647.964.436,50	R\$ 627.614.611,04
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R\$ (483.515.520,94)	R\$ (465.298.248,74)
Receitas Financeiras		R\$ 72.564.365,71	R\$ 111.060.487,47
(-) Outras Receitas Operac.		R\$ (430.115,61)	R\$ (4.443.324,30)
CONTAS DE APURAÇÃO		R\$ (1.001.858,72)	R\$ 9.467.005,16
Obrigações Tributárias		R\$ (1.001.858,72)	R\$ 9.467.005,16
Obrigações Tributárias		R\$ (1.001.858,72)	R\$ 9.467.005,16
(-) TRANSITÓRIAS / LIVROS FISCAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) TRANSITÓRIAS / LIVROS FISCAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.A7.FD.0A.5B.9C.89.58.18-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CPX DISTRIBUIDORA SA

Período da Escrituração: 01/10/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 10.158.356/0001-01

Número de Ordem do Livro: 29

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

29

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 1.808.799.611,83	R\$ 2.152.652.312,81
Ativo circulante		R\$ 1.314.628.571,60	R\$ 1.569.918.134,88
Disponível		R\$ 152.398.370,35	R\$ 463.850.000,82
Clientes		R\$ 364.461.178,62	R\$ 341.705.368,06
Outros Créditos		R\$ 319.349.693,78	R\$ 323.268.953,41
Estoques		R\$ 467.603.583,36	R\$ 436.382.315,15
Despesas pagas antecipadamente		R\$ 10.815.745,49	R\$ 4.711.497,44
Ativo não circulante		R\$ 494.171.040,23	R\$ 582.734.177,93
Ativo Realizável a Longo Prazo		R\$ 410.565.367,61	R\$ 492.526.372,33
Imobilizado		R\$ 78.776.511,97	R\$ 83.422.618,64
Intangível		R\$ 4.829.160,65	R\$ 6.785.186,96
Passivo		R\$ 1.808.799.611,83	R\$ 2.152.652.312,81
Passivo Circulante		R\$ 363.881.397,21	R\$ 458.077.302,33
Fornecedores		R\$ 269.274.298,11	R\$ 370.945.731,39
Obrigações Tributárias		R\$ 50.298.463,50	R\$ 45.276.732,93
Obrigações Trabal. e Previd		R\$ 21.103.259,17	R\$ 22.044.099,11
Outras Obrigações		R\$ 23.205.376,43	R\$ 19.810.738,90
Passivo Não Circulante		R\$ 747.953.753,74	R\$ 772.210.320,31
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 95.138.795,34	R\$ 105.548.282,15
Fornecedores		R\$ 652.814.958,40	R\$ 666.662.038,16
Patrimônio Líquido		R\$ 696.964.460,88	R\$ 922.364.690,17
Capital social		R\$ 300.968.330,00	R\$ 528.128.330,00
Reservas		R\$ 122.326.704,00	R\$ 122.326.704,00
Lucros ou Prejuízos acumulados		R\$ 273.669.426,88	R\$ 271.909.656,17

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.A7.FD.0A.5B.9C.89.58.18-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 42300045128	CNPJ 10.158.356/0001-01	
NOME EMPRESARIAL CPX DISTRIBUIDORA SA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/10/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIARIO FISCAL	NÚMERO DO LIVRO 29
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.A7.FD.OA.5B.9C.89.58.18	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	10158356000101	CPX DISTRIBUIDORA S A:10158356000101	537494437468502868 17044289234	24/04/2024 a 24/04/2025	Sim
Contador	02372546970	JOEL GONCALVES DE DEUS:02372546970	605221098672926894 17682775871	27/10/2021 a 26/10/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

FE.8E.CA.46.67.7F.AA.26.D0.B8.69.57.
A7.FD.OA.5B.9C.89.58.18-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 05/06/2024 às 13:55:06

A7.07.89.57.BB.8D.CC.F8
A1.AE.69.E8.F2.43.22.04

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br / felipe.leite@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412



DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, com sede na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, inscrita no CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 e filiais, através de seu CONTADOR, o Sr. JOEL GONÇALVES DE DEUS, inscrito no CRC 025519/0-7, vem através desta DECLARAÇÃO informar os índices da empresa em 31/12/2023, conforme os Índices abaixo:

LIQUIDEZ INSTANTÂNEA:	<u>ATIVO DISPONÍVEL</u>	=	<u>432.531</u>	0,95
	PASSIVO CIRCULANTE		454.542	
LIQUIDEZ CORRENTE:	<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	=	<u>1.505.888</u>	3,31
	PASSIVO CIRCULANTE		454.542	
LIQUIDEZ GERAL:	<u>ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZÁVEL LONGO PRAZO</u>	=	<u>2.035.425</u>	1,65
	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO		1.230.299	
GRAU ENDIVIDAMENTO:	<u>PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO</u>	=	<u>1.230.299</u>	0,57
	ATIVO TOTAL		2.152.664	
GERENCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS:	<u>PASSIVO LÍQUIDO</u>	=	<u>307.934</u>	0,25
	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO		1.230.299	
SOLVÊNCIA GERAL:	<u>ATIVO TOTAL</u>	=	<u>2.152.664</u>	1,75
	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVEL EXIGÍVEL LONGO PRAZO		1.230.299	

Itajaí, 05 de Junho de 2024.

JOEL GONÇALVES DE DEUS:02372546970
Digitally signed by JOEL GONÇALVES DE DEUS:02372546970
DN: cn=JOEL GONÇALVES DE DEUS, o=Cantustore, ou=Itajaí, ou=SC, ou=BR, email=joel.goncalves@cantustore.com.br
Reason: I am the author of this document.
Date: 2024.06.05 09:30:05 -0300
File: PDF Reader Version: 1.3.0

CPX DISTRIBUIDORA S/A
JOEL GONÇALVES DE DEUS
DIRETOR CONTÁBIL - CRC/SC 025519/0-7

10.158.356/0001
Inscr. Est. 255.653.05
CPX DISTRIBUIDO S/A.

Rod. Antônio Heil, 800 - Km 01 - S
Bairro Itaipava - CEP 88.316





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOEL GONCALVES DE DEUS
REGISTRO.....	: SC-025519/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.725.469-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FLORIANÓPOLIS, 09/04/2024 as 16:14:27.

Válido até: 08/07/2024.

Código de Controle: 712572.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSC.

www.pwc.com.br

CPX Distribuidora S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CPX Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

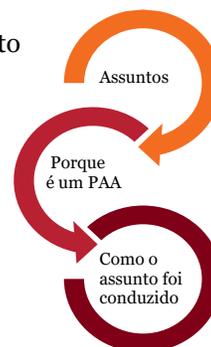
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





CPX Distribuidora S.A.

Porque é um PAA

Reconhecimento da receita

Conforme Notas 5 (m) e 23, a CPX Distribuidora S.A. reconhece receita de vendas quando o controle da mercadoria é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação da mercadoria.

A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto.

Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com vendas e das respectivas contas a receber.
- (ii) Selecionamos em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência das vendas.
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com vendas, notas fiscais emitidas e a efetiva entrega da mercadoria, bem como verificamos a liquidação financeira da transação.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas de vendas atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



CPX Distribuidora S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.



CPX Distribuidora S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 30 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

DocuSigned by
Leandro Sidney Camilo da Costa
Signed by LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA 114820324
CPF: 114820324
Signed Role: Partner
Signed Time: 30 de abril de 2024 18:24 BRT

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

CPX Distribuidora S.A.**Balço patrimonial**
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31-12-23	31-12-22
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	432.531	18.128
Contas a receber de clientes	9	274.304	266.020
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	9 e 19	78.065	42.969
Estoques	10	436.382	431.840
Impostos a recuperar	11	168.543	109.528
Adiantamento a fornecedores	13	79.735	1.169
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas	13 e 19	31.466	76.831
Outros ativos circulantes		<u>4.862</u>	<u>8.769</u>
		<u>1.505.888</u>	<u>955.254</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	43.376	20.169
Impostos a recuperar	11	402.618	382.996
Aplicações financeiras	8	31.330	-
Depósitos judiciais	21	52.213	40.635
Imobilizado	14	37.004	10.698
Intangível		4.800	1.791
Investimentos		27.031	-
Direito de uso de bens em arrendamento	28	<u>48.404</u>	<u>38.546</u>
		<u>646.776</u>	<u>494.835</u>
		<u>2.152.664</u>	<u>1.450.089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.**Balanco patrimonial****(Em milhares de Reais)**

Passivo	Nota	31-12-23	31-12-22
Circulante			
Fornecedores	15	202.062	134.478
Fornecedores - partes relacionadas	15 e 19	52.727	257.602
Empréstimos e financiamentos	16	109.302	163.425
Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos tributários	17	51.711	113.673
Salários e encargos sociais		22.096	14.350
Adiantamento de clientes	18	682	684
Adiantamento de clientes - partes relacionadas	18 e 19	-	40.594
Instrumentos financeiros derivativos	20	4.872	6.950
Arrendamentos a pagar	28	9.072	4.972
Outras contas a pagar		2.018	10.222
		<u>454.542</u>	<u>746.950</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	255.441	217.141
Debêntures	16	376.649	-
Arrendamentos a pagar	28	44.244	34.313
Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos tributários	17	34.573	37.577
Provisão para contingências	21	64.850	51.046
		<u>775.757</u>	<u>340.077</u>
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		528.128	75.000
Reserva de incentivos fiscais		172.064	107.327
Reserva legal		20.309	15.000
Reservas de lucros		201.864	165.735
		<u>922.365</u>	<u>363.062</u>
		<u>2.152.664</u>	<u>1.450.089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.**Demonstração do resultado
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)**

	Nota	31-12-23	31-12-22
Receita líquida de vendas e serviços	23	2.004.551	1.713.797
Custo das mercadorias vendidas	24	<u>(1.348.527)</u>	<u>(1.173.452)</u>
Lucro bruto		<u>656.024</u>	<u>540.345</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	24	(289.776)	(181.428)
Despesas administrativas e gerais	24	(148.236)	(122.867)
Resultado de equivalência patrimonial		(6.120)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	<u>(4)</u>	<u>164.162</u>
Resultado antes das despesas financeiras e impostos		<u>211.888</u>	<u>400.212</u>
Receitas financeiras	25	34.784	72.477
Despesas financeiras	25	(128.210)	(57.261)
Variação cambial, líquida	25	<u>9.918</u>	<u>(7.917)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>(83.508)</u>	<u>7.299</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>128.380</u>	<u>407.511</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(45.412)	(98.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>23.207</u>	<u>20.169</u>
Lucro do exercício		<u>106.175</u>	<u>329.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.**Demonstração do resultado abrangente
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)**

	<u>31-12-23</u>	<u>31-12-22</u>
Lucro líquido do exercício	<u>106.175</u>	<u>329.166</u>
	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>106.175</u>	<u>329.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	50.000	51.222	7.258	21.776	-	130.256
Resultado do Exercício:						
Lucro Líquido do Exercício					329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)		(18.000)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105			(56.105)	
Constituição de reserva legal			14.742		(14.742)	
Transação de capital com sócios:						
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório					(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional					(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				143.959	(143.959)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.000	107.327	15.000	165.735	-	363.062
Resultado do exercício:						
Lucro líquido do exercício					106.175	106.175
Aumento de capital social	453.128					453.128
Constituição de reserva de incentivos fiscais		64.737			(64.737)	-
Constituição de reserva legal			5.309		(5.309)	-
Retenção de lucros do exercício				36.129	(36.129)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	528.128	172.064	20.309	201.864	-	922.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)**

	Nota		
		31-12-23	31-12-22
Caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		128.380	407.511
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	14	3.131	897
Amortização arrendamento	28	11.551	2.147
Perdas em contas a receber		(15.451)	(580)
Custo da alienação de ativo imobilizado	14	149	-
Crédito extemporâneo de PIS COFINS	11	-	(224.033)
Perdas com estoque	10	24.535	-
Equivalência patrimonial		6.120	-
Provisão para contingências	21	13.804	6.532
Juros apropriados sobre arrendamentos	28	7.171	-
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	16	39.839	16.704
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) no contas a receber de clientes	9	(27.929)	(244.095)
Redução (aumento) em estoques	10	(29.077)	(208.646)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas	13	(33.201)	(67.032)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	21	(11.578)	3.087
Redução (aumento) em outras contas a receber		(27.423)	(2.956)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	11	(78.637)	(139.024)
(Redução) aumento em fornecedores	15	(137.291)	184.005
(Redução) aumento em obrigações fiscais e tributárias	17	(64.967)	89.636
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.746	10.186
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	18	(40.596)	40.764
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	28	5.017	(1.438)
(Redução) aumento em outras contas a pagar		(10.282)	8.465
Juros sobre empréstimos pagos	16	(77.434)	(1.468)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(45.412)	(98.514)
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) atividades operacionais		(351.834)	(217.852)
Caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(3.887)	(1.716)
Aquisição de ativo imobilizado	14	(28.708)	(9.750)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(32.595)	(11.466)
Caixa das atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos aos sócios	22	-	(96.360)
Integralização de capital social em sociedade controlada		(33.151)	-
Aumento de capital social		453.128	-
Arrendamentos pagos		(19.566)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)**

	Nota		
Empréstimos tomados	16	661.573	383.017
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(263.152)	(41.428)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		798.832	245.229
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		414.403	15.911
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		18.128	2.217
No fim do período		432.531	18.128
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		414.403	15.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A.

Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R\$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 16.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas, e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também o exercício de julgamento por parte da administração a Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

Conforme permitido pelo parágrafo 4 (a) do CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, a Companhia não está apresentando suas Demonstrações Financeiras consolidadas, tendo em vista que sua controladora final Cantu Store S.A., em conjunto com os demais proprietários concordaram com a não apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas; a Companhia não possui instrumentos de dívidas ou patrimoniais negociadas em mercado aberto; a Companhia não registrou ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e sua controladora final, acima mencionada, disponibiliza ao público suas Demonstrações Financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração a Companhia em 30 de abril de 2024.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** – Contas a receber (avaliação sobre as estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa);
- **Notas 10** – Estoque (avaliação sobre a necessidade de reconhecimento de perdas de estoque obsoletos);
- **Notas 12** – Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- **Nota 21** - Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências).

(b) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- . **Nível 3 - *inputs***, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Mudança nas principais políticas contábeis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a alteração em sua estimativa contábil que trata da constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – PECLD. A Administração da Companhia, em cumprimento ao CPC 48, reavaliou o perfil da carteira de contas a receber e concluiu sobre a necessidade de alteração das estimativas e dos critérios para apuração dos valores a serem contabilizados como perdas de recebíveis, conforme demonstrado na Nota 9.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(d) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data destas demonstrações financeiras.

(e) Contas a receber de clientes e perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

As perdas esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação das perdas, estão descritos na nota 09 - Contas a receber de clientes.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques e

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização.

O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

(h) Intangível

(iv) Reconhecimento e mensuração

Softwares

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(vi) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos.

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados.

(j) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas a valor justo no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado financeiro na demonstração do resultado.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

(k) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(vii) *Ativos financeiros não-derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação aos clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(viii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(m) Receita de vendas

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor.

Prestação de serviços

São reconhecidos quando for provável que as obrigações referentes ao serviço prestado ocorrem.

(n) Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(o) Subvenções e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

(q) Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 19.

(r) Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Não houve emissões/alterações de normas que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 e que pudessem ter impactos nas demonstrações da Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Caixa e depósitos à vista	9.444	8.628
Aplicações financeiras - renda fixa	423.087	9.500
	432.531	18.128

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 107,14% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (102% do CDI em 2022). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

O aumento do saldo de aplicações financeiras consolidado justifica-se pelo aporte de capital ocorrido em fevereiro e novembro de 2023.

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****8 Aplicações financeiras de longo prazo**

	31-12-23	31-12-22
Aplicações financeiras de longo prazo	31.330	-
	<u>31.330</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), remunerados em média à taxa de 96,7% do CDI e possui vencimento em abril de 2028. A integridade do saldo está indisponível para movimentação por ter sido dada em garantia, na modalidade "cash *colateral*", em favor do contrato de debêntures.

9 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Contas a receber	291.049	267.314
Partes relacionadas (Nota nº 19)	78.065	42.969
(-) Perdas esperadas	<u>(16.745)</u>	<u>(1.294)</u>
	<u>352.369</u>	<u>308.989</u>

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui como garantia concedida, vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos, recebíveis no montante de R\$ 187.465.

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	31-12-23	31-12-22
A vencer	302.565	300.838
Vencidos até 30 dias	51.969	4.268
Vencidos de 31 a 90 dias	6.002	1.574
Vencidos de 91 a 180 dias	4.833	2.309
Vencidos de 181 a 360 dias	3.333	683
Acima de 360 dias	<u>412</u>	<u>611</u>
(-) Perdas esperadas	<u>(16.745)</u>	<u>(1.294)</u>
	<u>352.369</u>	<u>308.989</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	31-12-23	31-12-22
Saldo em 1º de janeiro	(1.294)	(1.874)
Perda constituída	(2.704)	-
Efeito da revisão de estimativa para perdas de PCLD	(12.747)	-
Perda revertida	-	580
Saldo em 31 de dezembro	<u>(16.745)</u>	<u>(1.294)</u>

A partir de setembro de 2023 a Companhia efetuou a revisão das estimativas para apuração das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A nova estimativa leva em consideração os índices de perdas históricas por faixa de vencimento da carteira e também obedece a critérios de perda prospectiva.

As perdas esperadas são consideradas suficientes pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

10 Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Estoque de mercadorias para revenda	438.034	431.840
Estoque em trânsito	22.883	-
(-) Perdas com estoques	(24.535)	-
	<u>436.382</u>	<u>431.840</u>

Para os estoques de pneus, são utilizados código DOT (*Department of Transportation*) como identificação da data de fabricação. Produtos com DOT superior a dois anos são monitorados e destinados a equipe comercial para elaboração de campanhas e ações de venda. Adicionalmente é realizada também a análise do valor de realização dos estoques a valor de mercado. A Companhia concluiu pela necessidade de contabilizar perdas no montante de R\$ 8.402 e R\$ 16.133, respectivamente, em função desses fatores.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
ICMS (i)	40.524	29.218
COFINS (ii)	419.826	373.434
PIS (ii)	102.027	88.137
IPI	3.506	-
IRRF	3.847	-
IRPJ	916	1.319
CSLL	375	375
Outros	140	41
	<u>571.161</u>	<u>492.524</u>
Ativo circulante	168.543	109.528
Ativo não circulante	402.618	382.996

- (i) A Companhia apropria os créditos de ICMS sobre as compras de mercadorias para revenda. Os créditos são recuperados na medida em que ocorre a comercialização das mercadorias
- (ii) Crédito com origem da ação judicial transitada em julgado, no Superior Tribunal de Justiça – STJ em maio de 2021, em favor da empresa controlada CPX Distribuidora S.A. A monetização destes créditos está ocorrendo mensalmente mediante a compensação com outros débitos de tributos federais, tais como o INSS, IRRF, IPI, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e sua recuperação futura está também associada a expectativa de aumento dos lucros tributáveis, aumento da folha de salários, e a incidência do IPI sobre as operações de revenda a partir de fevereiro de 2023

12 Impostos diferidos e correntes

(a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31-12-23	31-12-22
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	128.380	407.511
Alíquota nominal 34%	(43.649)	(138.554)
(-) Equivalência patrimonial	(2.080)	-
(+) Rendimento Selic sobre créditos tributários	4	23.187
(-) Outras adições/exclusões líquidas	1.510	17.947
(+) Subvenções para investimento	22.010	19.075
	<u>(22.205)</u>	<u>(78.345)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(45.412)	(98.514)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.207	20.169
	<u>(22.205)</u>	<u>(78.345)</u>
Alíquota efetiva	<u>17%</u>	<u>19%</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte composição:

	<u>31-12-23</u>	<u>30-12-22</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingência	22.049	17.356
Perdas em estoques	8.342	-
Perdas em contas a receber	5.693	440
Outras provisões	7.292	2.373
	<u>43.376</u>	<u>20.169</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	<u>43.376</u>	<u>20.169</u>

A Administração estima que os impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e obrigações projetadas.

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido está definida da seguinte forma:

	31-12-23	31-12-22
2023	13.103	6.093
2024	10.321	4.799
2025	8.002	3.721
2026	6.952	3.233
2027	4.998	2.323
	<u>43.376</u>	<u>20.169</u>

13 Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas

O saldo de adiantamento a fornecedores é relativo à compra de mercadorias para revenda e é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Fornecedores	79.735	1.169
Partes relacionadas (Nota nº 19)	<u>31.466</u>	<u>76.831</u>
	<u>111.201</u>	<u>78.000</u>

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****14 Imobilizado**

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Taxa de depreciação	20%	10%	25%	20%	10%	10%	20%			
Custo	165	1.722	233	350	41	371	822	-	18	3.722
Depreciação acumulada		(942)	(103)	(51)	(41)	(121)	(619)	-	-	(1.877)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	165	780	130	299	-	250	203	-	18	1.845
Adições	-	1.278	1.633	109	937	4.871	774	113	35	9.750
Transferências	-	18	-	-	-	-	-	-	(18)	-
Baixas	(165)	-	-	-	-	-	-	-	-	(165)
Depreciação		(74)	(79)	(94)	(44)	(195)	(246)	-	-	(732)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698
Custo	-	3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.307
Depreciação acumulada		(1.016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)			(2.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Terrenos	Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Eletrônicos	Instalações	Móveis e Utensílios	Outras Imobilizações	Obras em Andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698
Custo	-	3.018	1.866	459	978	5.242	1.596	113	35	13.307
Depreciação acumulada		(1016)	(182)	(145)	(85)	(316)	(865)	-	-	(2.609)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	2.002	1.684	314	893	4.926	731	113	35	10.698
Adições	-	7.827	3.250	-	756	13.515	1.835	-	1.525	28.708º
Transferências e baixas	-	-	-	-	-	35	-	-	(35)	-
Baixas	-	-	-	(36)	-	-	-	(113)	-	(149)
Depreciação	-	(99)	(327)	(71)	(295)	(1.065)	(396)	-	-	(2.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	9.730	4.607	207	1.354	17.411	2.170	-	1.525	37.004
Custo	-	10.845	5.116	423	1.734	18.792	3.431	-	1.525	41.866
Depreciação acumulada		(1.115)	(509)	(216)	(380)	(1.381)	(1.261)	-	-	(4.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	9.730	4.607	207	1.354	17.411	2.170	-	1.525	37.004

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia investiu em instalações o montante de R\$ 13.515, representado por estruturas porta pallets e hackes utilizados para a verticalização dos armazéns e com isto possibilitando o aumento da capacidade de estocagem das filiais.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou a existência de indicadores de impairment e, conseqüentemente, não identificou a necessidade de constituição de perdas.

15 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Fornecedores	202.062	134.478
Partes relacionadas (Nota nº 19)	52.727	257.602
	<u>254.789</u>	<u>392.080</u>

16 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Juros	Vencimento	31-12-23	31-12-22
Capital de giro	CDI + 2,8%	Nov/2028	364.343	360.223
Debênture	CDI + 3,0%	Dez/2027	376.649	-
Capital de giro FGI	CDI + 4,1%	Nov/2024	400	2.700
Risco sacado	21,7%	Mar/2023	-	17.643
			<u>741.392</u>	<u>380.566</u>
Circulante			109.302	163.425
Não circulante			632.090	217.141

A taxa de juros informada representa a média ponderada das taxas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis, aplicações financeiras e aval.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui como garantia concedida, vinculadas a operação de empréstimos e financiamentos recebíveis no valor de R\$ 206.465 (R\$ 237.335 em 31.12.2022), e aplicação financeira no montante de R\$ 31.330.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures

A Companhia, em março de 2023, formalizou o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações da Espécie com Garantia Real, e com garantia adicional fidejussória em série única para distribuição pública com esforços restritos da CPX Distribuidora S.A., CP Comercial S.A., ITR Comércio de Pneus e Peças S.A. e Cantu Store S.A. Foram emitidas 375.000 debêntures no valor total de R\$ 375.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2027.

Os custos de captação das Debêntures estão contabilizados em conta redutora do endividamento e serão apropriados ao resultado pelo prazo de vencimento de cada contrato.

Capital de giro e capital de giro FGI

Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro foram celebrados com Banco Safra S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Inter S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Citibank S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A. e Banco BTG Pactual S.A. As garantias apresentadas são compostas por cessão fiduciária de recebíveis e aval cruzado das empresas do Grupo Cantu Store.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada:

	31-12-23	31-12-22
Saldo no início do exercício	380.566	23.741
Captação	661.573	383.017
Encargos financeiros	39.839	16.704
Amortização – principal	(263.152)	(41.428)
Amortização - juros e variações	(77.434)	(1.468)
Saldo no final do exercício	<u>741.392</u>	<u>380.566</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	31-12-23	31-12-22
2024	-	116.631
2025	244.529	69.187
2026	195.177	29.638
2027	140.168	1.685
2028	52.216	-
	<u>632.090</u>	<u>217.141</u>

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira consolidada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros.

Os indicadores financeiros consistem em:

- (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10.
- (b) Índice dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,3
- (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido.
- (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R\$ 20.000.
- (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00.
- (f) Índice EBITDA / despesa financeira maior ou igual a 1,75
- (g) Redução do capital social em qualquer montante.

Os indicadores não financeiros consistem em:

- (a) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente.
- (b) Inadimplemento pecuniário e não pecuniário.
- (c) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, pedido de falência, cross default, cross-acceleration.
- (d) Mudança de objeto social.
- (e) Fusão, cisão, incorporação.
- (f) Mudança no estado econômico-financeiro.
- (g) Classificação de risco seja reduzida para BB(bra) ou inferior.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está cumprindo todo os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas.

17 Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31-12-23	31-12-22
ICMS	8.421	19.710
IRPJ	24.452	65.424
CSLL	8.928	24.082
IPI	33.687	30.597
Parcelamentos	10.412	10.896
Outros	384	541
	<u>86.284</u>	<u>151.250</u>
Passivo circulante	51.711	113.673
Passivo não circulante	34.573	37.577

Parcelamentos

Referem-se a débitos de ICMS e ICMS Substituição Tributária, declarados junto a Secretaria de Estado da Fazenda, com prazos entre 12 e 36 parcelas e atualizados monetariamente pela taxa Selic.

18 Adiantamento de clientes e partes relacionadas

	31-12-23	31-12-22
Clientes	682	684
Clientes partes relacionadas (Nota nº 19)	-	40.594
	<u>682</u>	<u>41.278</u>

19 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Cantu Store S.A., que detém 100% das ações da Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de outubro de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, prezando as melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

A Companhia, por meio de sua área de Compliance, Diretoria e de seu Conselho de Administração, conforme o caso, atua de forma a garantir que toda e qualquer transação com partes relacionadas

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizada pela Companhia sejam formalmente formalizadas contratualmente, observando os seguintes critérios:

- A transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação;
- Devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio;
- As condições da Política de Transações com Partes relacionadas devem ser integralmente observadas.

Os saldos das transações entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Contas a pagar	Adiantamentos de clientes	Vendas	Compras
ITR Comércio de Pneus S.A.	68.985	323	2.154	-	635.363	-
CP Comercial S.A.	8.792	24.555	1.258	-	19.536	20.308
Verum Sistemas Ltda	277	2.268	-	-	-	588
Digitire Profissional	-	1.525	-	-	-	-
Cantu Store S.A.	-	-	455	-	-	-
Canaan Trade Ltda	11	1.076	18.294	-	-	113.465
Level Importação S.A.	-	-	4.173	-	-	234.808
CS Trade Ltda	-	-	16.249	-	-	439.725
Absolute Trade Ltda	-	1.719	-	-	-	452.884
Agile Distribuidora Ltda	-	-	10.144	-	-	21.831
	78.065	31.466	52.727	-	654.899	1.283.609

Em 31 de dezembro de 2022	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Contas a pagar	Adiantamentos de clientes	Vendas	Compras
CP Comercial S.A.	198	-	110.465	32.594	202.364	138.286
ITR Comércio S.A.	42.566	-	-	-	343.763	-
Cantu Store S.A.	-	-	17.643	-	-	-
Canaan Trade Ltda	205	1.221	-	-	8.254	-
Level Importação S.A.	-	6.103	27.299	8.000	-	190.737
CS Trade Ltda	-	50.954	63.403	-	-	782.465
Absolute Trade Ltda	-	18.553	38.792	-	-	123.579
	42.969	76.831	257.602	40.594	554.381	1.235.067

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o quadro de diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31-12-23	31-12-22
Salários e pró-labore	4.034	1.624
Benefícios diretos e indiretos	1.133	270
Participação nos resultados	1.654	251
	<u>6.821</u>	<u>2.145</u>

20 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023.

As operações têm como propósito a proteção quanto a flutuação nas taxas de câmbio e taxa (“CDI”) em contratos de empréstimos e financiamentos.

Operação	Tipo	Risco	Valor contratado
SWAP	Câmbio	Dólar	172.505
SWAP	Câmbio	Euro	12.000
			<u>184.505</u>

A Companhia efetuou o registro contábil com base no valor justo em 31 de dezembro de 2023 pelo regime de competência. O valor acumulado líquido registrado está a seguir:

	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) efetivada	31-12-23	31-12-22
Programa				
Proteção da exposição cambial				
Contratos de dólar americano	(4.708)	(13.073)	(17.781)	(19.234)
Contratos de euro	(164)	(5.323)	(5.487)	1.022
Efeito líquido no resultado	<u>(4.872)</u>	<u>(18.396)</u>	<u>(23.268)</u>	<u>(18.212)</u>

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados como sendo de risco provável, provisão é demonstrada como segue:

	31-12-23	31-12-22
Provisão para ações de natureza tributária (a)	56.930	50.364
Provisão para ações de natureza cível e trabalhista	7.920	682
	<u>64.850</u>	<u>51.046</u>
(-) Depósitos judiciais de natureza tributária (b)	<u>(52.213)</u>	<u>(40.635)</u>
	<u>12.637</u>	<u>10.411</u>

(a) Ações de natureza tributária

Quanto aos processos de natureza tributária, referem-se ao DIFAL de ICMS onde a Companhia figura no polo ativo em ações judiciais movidas contra vinte e dois Estados da Federação, questionando a legalidade da cobrança de ICMS - Diferencial de alíquota, nas operações de vendas interestaduais destinadas a consumidor final e realizadas através da internet.

(b) Depósito judicial de natureza tributária

Em relação ao processo judicial, onde a Companhia figura no polo ativo, a Companhia obteve decisões liminares proferidas pelos tribunais regionais dos Estados de São Paulo, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraná, Goiás, Ceará, Bahia e Minas Gerais que permite que os valores de DIFAL de ICMS apurados sobre as operações de venda não presencial possam ser recolhidos por meio de guias de depósito judicial até que o mérito do respectivo processo seja definitivamente julgado

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Existem ainda processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda classificado como possível, no montante de R\$ 8.549 (R\$ 8.781 em 2022).

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 57.312.220 (Cinquenta e sete milhões, trezentos e doze mil, duzentas e vinte) ações (50.000.000 em 2022) sem valor nominal. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 528.128 (R\$ 75.000 em 2022).

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, informamos que a Companhia tem como acionista majoritário a Cantu Store S.A. com 100% de participação do seu capital social.

(b) Dividendos

Em vista do acordo de acionistas celebrado em 08 de fevereiro de 2023, a Companhia não efetuará distribuição de dividendos pelo período de 3 anos a contar da data da celebração do referido acordo de acionistas.

(c) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia é beneficiário de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte.

(d) Reserva legal

É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****23 Receita operacional líquida**

A receita líquida possui a seguinte composição:

	31-12-23	31-12-22
Vendas mercado interno	1.909.415	1.529.345
Vendas mercado interno partes relacionadas (Nota 19)	654.899	554.381
Receita com serviços	46.590	32.855
	<hr/>	<hr/>
Receita operacional bruta	2.610.904	2.116.581
Impostos sobre vendas (i)	(506.750)	(340.516)
Devoluções e abatimentos	(99.603)	(62.268)
	<hr/>	<hr/>
Deduções da receita	(606.353)	(402.784)
	<hr/>	<hr/>
	<u>2.004.551</u>	<u>1.713.797</u>

- (i) Refere-se aos impostos incidentes sobre as vendas de mercadorias, líquido dos efeitos do reconhecimento dos ganhos com os benefícios fiscais que a Companhia possui junto aos Estados de Espírito Santo, Pernambuco e Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS soma R\$ 64.737 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 45.179).

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****24 Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais**

	31-12-23	31-12-22
Custo das mercadorias revendidas	1.348.527	1.173.452
Despesas com pessoal e encargos	129.525	62.269
Serviços de terceiros	24.930	24.105
Despesas com aluguel	7.568	6.117
Viagens e estadias	8.085	4.090
Comissões sobre vendas	64.309	55.871
Depreciação e amortização	14.682	3.032
Perdas esperadas de clientes	15.451	(580)
Fretes e armazenagem	115.176	90.745
Despesas com publicidade	8.561	16.443
Despesas com informática	23.797	11.369
Manutenção	3.458	2.344
Garantias	2.450	3.141
Seguros	3.421	642
Despesas com importação	4.032	2.550
Outros custos e despesas	12.567	22.157
	<u>1.786.539</u>	<u>1.477.747</u>

(iv) Reconciliação dos custos e despesas por função

	31-12-23	31-12-22
Custo das vendas	1.348.527	1.173.452
Despesas com vendas	289.776	181.428
Despesas administrativas e gerais	148.236	122.867
	<u>1.786.539</u>	<u>1.477.747</u>

CPX Distribuidora S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****25 Receitas e despesas financeiras**

	31-12-23	31-12-22
Despesas financeiras		
Encargos de dívida bancária	(83.929)	(19.753)
Juros pagos a terceiros	(11.423)	(13.968)
Tarifas bancárias	(1.540)	(1.651)
IOF	(422)	(2.206)
Juros sobre arrendamento mercantil	(7.171)	(1.134)
Despesas com Swap	(23.268)	(18.212)
Descontos concedidos	(84)	(20)
Outros	(373)	(317)
	<u>(128.210)</u>	<u>(57.261)</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos	4.046	1.671
Descontos obtidos	4.058	931
Rendimento de aplicações financeiras	21.814	1.477
Rendimento Selic sobre crédito tributário	4.850	68.213
Outros	16	185
	<u>34.784</u>	<u>72.477</u>
Variação cambial líquida		
Variação cambial passiva	(1.573)	(19.978)
Variação cambial ativa	11.491	12.061
	<u>9.918</u>	<u>(7.917)</u>
	<u><u>(83.508)</u></u>	<u><u>7.299</u></u>

26 Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

Os valores estão assim representados:

	31-12-23	31-12-22
Reversão de provisão para contingência de natureza tributária	-	46.118
Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (i)	-	155.835
Débitos de IPI extemporâneos	-	(30.597)
Deságio na cessão de créditos tributários	-	(9.154)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	(4)	1.960
	<u>(4)</u>	<u>164.162</u>

- (i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outras receitas operacionais

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza a mensuração apresentada conforme Nota nº 3 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de ativos e passivos financeiros.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

	31-12-23	31-12-22
Ativos financeiros		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	432.531	18.128
Aplicações financeiras	31.330	-
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	352.369	308.989
Depósitos judiciais	52.213	40.635
Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas	111.201	78.000
Outras contas a receber	4.862	8.769
	<u>984.506</u>	<u>454.521</u>
Passivos financeiros:		
Valor justo:		
Instrumentos financeiros derivativos	4.872	6.950
Custo amortizado:		
Fornecedores e partes relacionadas	254.789	392.080
Empréstimos e Financiamentos	741.392	380.566
Adiantamento de clientes e partes relacionadas	682	41.278
Outras contas a pagar e mútuo	2.006	10.222
	<u>1.003.741</u>	<u>831.096</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuos com partes relacionadas

São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- . Risco de crédito
- . Risco de liquidez e estrutura de capital
- . Risco de mercado
- . Risco cambial

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	31-12-23	31-12-22
Total financiamentos e empréstimos (Nota 16)	741.392	380.566
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(432.531)	(18.128)
Dívida líquida	308.861	362.438
Patrimônio líquido	922.365	363.062
Capital total	1.231.226	725.500
Índice de alavancagem financeira	0,25	0,50

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A taxa de câmbio afeta diretamente o resultado operacional, sobretudo no custo de mercadoria vendida, formado em grande parte por produtos importados. O efeito da variação cambial afeta o valor final da importação, além de gerar efeito direto nos custos de nacionalização das cargas e também sobre a base dos impostos incidentes. Além disso, os fornecedores nacionais também são impactados pela taxa de câmbio, elevando os custos da Companhia indiretamente, uma vez que os principais insumos da cadeia de produção dos pneumáticos são dolarizados.

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As principais moedas nas quais estas transações são realizadas são: USD e Euro.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material.

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Operações com aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/23	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	423.087	38.077	47.597	28.558
	31.330	2.819	3.524	2.114

	Saldo em 31/12/22	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC				
Impacto no resultado	9.500	1.187	1.633	979

(*) Considera aumento da Selic em 25%.

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(**) Considera redução da Selic em 25%.

A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2023 foi 11,75% (em 31 de dezembro de 2022 13,75%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2023 foi de 9,00% a.a., mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

Operações com financiamentos e empréstimos

	Saldo em 31/12/2023	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	741.392	66.725	83.406	50.043
	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação da SELIC Impacto no resultado	380.566	47.570	65.419	39.236

(*) Considera aumento da Selic em 25%.

(**) Considera redução da Selic em 25%.

A taxa de fechamento da Selic em 31 de dezembro de 2023 foi 11,75% (em 31 de dezembro de 2022 13,75%) e a taxa utilizada para os Cenários I e II em 31 de dezembro de 2023 foi de 9,00% a.a., mesma taxa que foi utilizada como valor-base (cenário provável).

28 Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos relacionados a imóveis (armazéns e centros de distribuição). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31-12-23	31-12-22
Saldo em 1º de janeiro	38.545	6.078
Adição por novos contratos Custos diretos incorridos	24.586	36.563
Baixa de contratos	(3.176)	(1.948)
Despesa de depreciação	(11.551)	(2.147)
Saldo em 31 de dezembro	48.404	38.546

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31-12-23	31-12-22
Saldo em 1º de janeiro	39.285	6.108
Juros provisionados	7.171	1.134
Juros pagos	(1.134)	(975)
Adição por novos contratos	27.560	42.515
Pagamentos	(19.566)	(6.830)
Ajuste por redução de pagamento	-	(2.667)
Saldo em 31 de dezembro	53.316	39.285
Passivo circulante	9.072	4.972
Passivo não circulante	44.244	34.313

CPX Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores	20.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Incêndio, Queda raios, Explosão	90.000
Edificações, Máquinas, Estoque	Danos elétricos	400
Edificações, Máquinas, Estoque	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado	900
Edificações, Máquinas, Estoque	Roubo, Furto	600
Estoque (por embarque/viagem)	Transporte Nacional de Carga	1.000
Estoque (por embarcação)	Transporte Internacional (marítimo)	USD 1.200
Estoque (por veículo/aeronave)	Transporte Internacional (terrestre/aéreo)	USD 500

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2E032AAD41184A5CBCE9B10A9626DCD2

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: CPXDISTR23.DEZ.pdf, DF individual CPX DISTRIBUIDORA Dez_23_v5.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 47

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Camila Emilia

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

camila.emilia@pwc.com

Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Camila Emilia

Local: DocuSign

30 de abril de 2024 | 17:37

camila.emilia@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

30 de abril de 2024 | 18:34

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Leandro Sidney Camilo da Costa

leandro.camilo@pwc.com

Leandro Camilo - Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5

CPF do signatário: 17482053824

Cargo do Signatário: Partner

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 22 de novembro de 2021 | 11:09

ID: 87a4ae23-b018-493c-b849-9ffc9d6797b1

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 E75A12898EB94CB...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.170

Registro de hora e data

Enviado: 30 de abril de 2024 | 17:50

Visualizado: 30 de abril de 2024 | 18:33

Assinado: 30 de abril de 2024 | 18:34

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Camila Emilia camila.emilia@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30 de abril de 2024 18:34 Visualizado: 30 de abril de 2024 18:34 Assinado: 30 de abril de 2024 18:34
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de abril de 2024 17:50
------------------	------------------------	-----------------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	30 de abril de 2024 18:33
---------------------	----------------------	-----------------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de abril de 2024 18:34
----------------------	----------------------	-----------------------------

Concluído	Segurança verificada	30 de abril de 2024 18:34
-----------	----------------------	-----------------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.

CPX Distribuidora S.A.				
CNPJ/MF nº 10.158.356/0001-01				
Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: https://publicidadelegal.nsctotal.com.br/ . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 30 de abril de 2024, sem modificações.				
BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo	Nota	31-12-23	31-12-22	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	432.531	18.128	
Contas a receber de clientes	9	274.304	266.020	
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	9 e 19	78.065	42.969	
Estoques	10	436.382	431.840	
Impostos a recuperar	11	168.543	109.528	
Adiantamento a fornecedores	13	79.735	1.169	
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas	13 e 19	31.466	76.831	
Outros ativos circulantes		4.862	8.769	
		<u>1.505.888</u>	<u>955.254</u>	
Não circulante				
IR e CS diferidos	12	43.376	20.169	
Impostos a recuperar	11	402.618	382.996	
Aplicações financeiras	8	31.330	-	
Depósitos judiciais	21	52.213	40.635	
Imobilizado	14	37.004	10.698	
Intangível		4.800	1.791	
Investimentos		27.031	-	
Direito de uso de bens em arrendamento	28	48.404	38.546	
		<u>646.776</u>	<u>494.835</u>	
		<u>2.152.664</u>	<u>1.450.089</u>	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	15	202.062	134.478	
Fornecedores - partes relacionadas	15 e 19	52.727	257.602	
Empréstimos e financiamentos	16	109.302	163.425	
Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos tributários	17	51.711	113.673	
Salários e encargos sociais		22.096	14.350	
Adiantamento de clientes	18	682	684	
Adiantamento de clientes - partes relacionadas	18 e 19	-	40.594	
Instrumentos financeiros derivativos	20	4.872	6.950	
Arrendamentos a pagar	28	9.072	4.972	
Outras contas a pagar		2.018	10.222	
		<u>454.542</u>	<u>746.950</u>	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16	255.441	217.141	
Debêntures	16	376.649	-	
Arrendamentos a pagar	28	44.244	34.313	
Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos tributários	17	34.573	37.577	
Provisão para contingências	21	64.850	51.046	
		<u>775.757</u>	<u>340.077</u>	
Patrimônio líquido				
Capital social		528.128	75.000	
Reserva de incentivos fiscais		172.064	107.327	
Reserva legal		20.309	15.000	
Reservas de lucros		<u>201.864</u>	<u>165.735</u>	
		<u>922.365</u>	<u>363.062</u>	
		<u>2.152.664</u>	<u>1.450.089</u>	
NOTAS EXPLICATIVAS				
1. Contexto operacional: A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e autopeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A. Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não convertíveis em ações no valor total de R\$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 16.				
DIRETORIA				
Vitor das Neves Leme - Diretor Adm e Financeiro				
Joel Gonçalves de Deus - Diretor Contábil				
CONTADOR				
Joel Gonçalves de Deus - CRC SC-025519/O-7				

IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A.

CNPJ/MF nº 08.446.503/0001-05 - NIRE 3130002907-7

RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 10/05/2024

Realizada na sede da IEDUC, em Joinville/SC. Presente a única acionista, PGP Educação S.A., representada por Guilherme Colín de Soárez e Tiago Garcia Moraes, dispensadas formalidades de convocação. Ordem do dia incluiu: 1) aprovação da 2ª emissão de debêntures não convertíveis em ações, pela Inspiral Educação S.A., com garantias adicionais e objeto de oferta pública. 2) autorização para constituição de cessão fiduciária de créditos de mensalidades de cursos de medicina com garantia das obrigações na emissão. 3) autorização para celebração e ratificação de todos os documentos relacionados à emissão e cessão. Assembleia encerrada sem outras deliberações. Presidente: Guilherme Colín de Soárez. Secretário: Tiago Garcia Moraes. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 84.684.182/0001-57 - NIRE 42300047431

RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 10/05/2024

Assembleia ocorrida na sede da Companhia, em Joinville/SC, dispensadas formalidades de convocação por estar presente a única acionista, PGP Educação S.A., representada por Guilherme Colín de Soárez e Tiago Garcia Moraes. Deliberado sobre: 1) aprovação da 2ª emissão de debêntures não convertíveis em ações, garantidas e de série única, pela Inspiral Educação S.A., objeto de oferta pública com registro automático. 2) autorização para constituição de cessão fiduciária de créditos relacionados a mensalidades de cursos de medicina. 3) autorização para celebração e ratificação de contratos e documentos necessários para a emissão e garantias associadas. Assembleia encerrada sem outras deliberações. Presidente: Guilherme Colín de Soárez. Secretário: Tiago Garcia Moraes. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

STC - SISTEMA DE TRANSMISSÃO CATARINENSE S.A.

CNPJ nº 07.752.818/0001-00 - NIRE nº 42.3.0003005-8

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 02/24

Aos 06/03/2024, às 17h50min, realizada por videoconferência, tendo como referência a sede da sociedade. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sílvia Carolina Villas Boas, Presidente; Fábio Antunes Fernandes, Secretário. **Deliberação:** Aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 anos, os Senhores: (i) **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho**, RG nº X.XXX.720 SSP/SP e CPF sob nº XXX.XXX.888-56, para exercer o cargo de Diretor Administrativo Financeiro; e, (ii) **Paulo Augusto Nepomuceno Garcia**, RG nº MG-X.XXX.728 SSP/MG e CPF sob nº XXX.XXX.306-78, para exercer o cargo de Diretor Técnico. Em caso de término de seus mandatos, os Diretores ora eleitos permanecerão em seus respectivos cargos até a posse e investidura de novos membros. Nada mais havendo a ser tratado. Lages, 06/03/2024. Sílvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **Junta Comercial do Estado de Santa Catarina:** Certifico o Registro em 30/04/2024. Arquivamento 20244949808 Protocolo 244949808 de 09/04/2024 NIRE 42300030058. Nome da empresa STC - SISTEMA DE TRANSMISSÃO CATARINENSE S.A. Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral.

Com o Negócios SC, realize o seu sonho cabe no seu bolso.

Apareça na TV, no rádio e nos canais digitais da NSC e mostre o que você tem de melhor a oferecer ao seu público.

Prepare-se para toda Santa Catarina conhecer o seu negócio.

ACESSE negociossc.com.br e faça sua simulação agora mesmo.

NEGÓCIOS SC A GENTE FAZ JUNTO COM VOCÊ

APONTE A CÂMERA DO CELULAR E ACESSE O SITE

EM TODA SC | Ouça em nsctotal.com.br



BATE-PAPO
INFORMAÇÃO
MÚSICA BOA

A ATLÂNTIDA
É TUDO
ISSO

ACESSE
[ATLANTIDASC.COM.BR](https://atlantidasc.com.br)

CPX Distribuidora S.A.

CNPJ/MF nº 10.158.356/0001-01

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL		31-12-23		31-12-22			
Ativo	Nota	31-12-23	31-12-22	Passivo	Nota	31-12-23	31-12-22
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	432.531	18.128	Fornecedores	15	202.062	134.478
Contas a receber de clientes	9	274.304	266.020	Fornecedores - partes relacionadas	15 e 19	52.727	257.602
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	9 e 19	78.065	42.969	Empréstimos e financiamentos	16	109.302	163.425
Estoque	10	436.382	431.840	Impostos e contribuições a			
Impostos a recuperar	11	168.543	109.528	recolher e parcelamentos tributários	17	51.711	113.673
Adiantamento a fornecedores	13	79.735	1.169	Salários e encargos sociais	18	682	684
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas	13 e 19	31.466	76.831	Adiantamento de clientes	18	682	684
Outros ativos circulantes		4.862	8.769	Adiantamento de clientes - partes relacionadas	18 e 19	-	40.594
		1.505.888	955.254	Instrumentos financeiros derivativos	20	4.872	6.950
Não circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	43.376	20.169	Arrendamentos a pagar	28	9.072	4.972
Impostos a recuperar	11	402.618	382.996	Outras contas a pagar	28	2.018	10.222
Aplicações financeiras	8	31.330	-			454.542	746.950
Depósitos judiciais	21	52.213	40.635	Não circulante			
Imobilizado	14	37.004	10.698	Empréstimos e financiamentos	16	255.441	217.141
Intangível		4.800	1.791	Debêntures	16	376.649	-
Investimentos		27.031	-	Arrendamentos a pagar	28	44.244	34.313
Direito de uso de bens em arrendamento	28	48.404	38.546	Impostos e contribuições a			
		646.776	494.835	recolher e parcelamentos tributários	17	34.573	37.577
		2.152.664	1.450.089	Provisão para contingências	21	64.850	51.046
						775.757	340.077

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÃS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	50.000	51.222	7.258	-	130.256
Resultado do Exercício:					
Lucro Líquido do Exercício				329.166	329.166
Aumento de capital social	25.000		(7.000)	(18.000)	
Constituição de reserva de incentivos fiscais		56.105		(56.105)	
Constituição de reserva legal			14.742	(14.742)	
Transação de capital com sócios:					
Distribuição de dividendo mínimo obrigatório				(77.496)	(77.496)
Distribuição de dividendo adicional				(18.864)	(18.864)
Retenção de lucros do exercício				(143.959)	(143.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.000	107.327	15.000	-	363.062
Resultado do exercício:					
Lucro líquido do exercício				106.175	106.175
Aumento de capital social	453.128			-	453.128
Constituição de reserva de incentivos fiscais		64.737		(64.737)	
Constituição de reserva legal			5.309	(5.309)	
Retenção de lucros do exercício				(36.129)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	528.128	172.064	20.309	165.735	922.365

NOTAS EXPLICATIVAS

1. **Contexto operacional:** A CPX Distribuidora S.A., foi fundada em 15 de julho de 2008, possui sede na Rodovia Antônio Heil, nº 800, Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem como objeto social o comércio varejista de pneumáticos, câmaras de ar e aropeças. A Companhia é integralmente controlada pelo acionista Cantu Store S.A. Visando aprimorar sua estrutura de capital, a Companhia aprovou em 8 de fevereiro de 2023 a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor total de R\$ 375.000, nos termos da Resolução CVM 160/2022, conforme apresentado na Nota 16. 2. **Base de preparação:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas, e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2 **Base de preparação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 5. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas. Conforme permitido pelo parágrafo 4 (a) do CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, a Companhia não está apresentando suas Demonstrações Financeiras consolidadas, tendo em vista que sua controladora final Cantu Store S.A., em conjunto com os demais proprietários concordaram com a não apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas; a Companhia não possui instrumentos de dívidas ou patrimoniais negociadas em mercado aberto; a Companhia não registrou ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e sua controladora final, acima mencionada, disponibiliza ao público suas Demonstrações Financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2024. 3. **Uso de estimativas e julgamentos:** a preparação destas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (a) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 9** – Contas a receber (avaliação sobre as estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa); • **Notas 10** – Estoques (avaliação sobre a necessidade de reconhecimento de perdas de estoque obsoleto); • **Notas 12** – Imposto de renda e contribuição social diferidos (reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias desutilizáveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados); • **Nota 21** – Contingências (avaliação sobre necessidade de constituição de provisões para contingências). (b) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. 4. **Mudança nas principais políticas contábeis:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a alteração em sua estimativa contábil que trata da constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – PECLD. A Administração da Companhia, em cumprimento ao CPC 48, reavaliou o perfil da carteira de contas a receber e concluiu sobre a necessidade de alteração das estimativas e dos critérios para apuração dos valores a serem contabilizados como perdas de recebíveis, conforme demonstrado na Nota 9. 5. **Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. (c) **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. (d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata, ou seja, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos aferidos até a data destas demonstrações financeiras. (e) **Contas a receber de clientes e perdas esperadas:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As perdas esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação das perdas, estão descritos na nota 09 - Contas a receber de clientes. (f) **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de preço médio e inclui os custos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições atuais. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. Os estoques são avaliados periodicamente pela Companhia, criticando a necessidade de constituição de impairment considerando as premissas definidas em política interna. (g) **Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão

fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benefitórias	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Instalações comerciais	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado. (h) **Intangível:** (iv) **Reconhecimento e mensuração:** **Software:** Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. (v) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. (vi) **Amortização:** Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Lucro de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. (vii) **Benefícios de curto prazo e empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou contratual de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não fornece benefícios de longo prazo a seus empregados. (j) **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em data especificada, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. As operações com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas a valor justo no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado financeiro na demonstração do resultado. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. (k) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** (vii) **Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação aos clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (viii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. (l) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. (m) **Recita de vendas:** A receita de vendas é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; todavia, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto de vendedor. **Prestação de serviços:** São reconhecidas quando for provável que as obrigações referentes ao serviço prestado ocorrerem. (n) **Receitas financeiras:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. (o) **Subvenções e assistência governamental:** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções que visam a compensar despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, conforme Lei 11.973/14. (p) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31-12-23	31-12-22
Receita líquida de vendas e serviços	23	2.004.551
Custo das mercadorias vendidas	24	(1.173.452)
Lucro bruto	23	831.099
Recargas (despesas) operacionais	24	(289.776)
Despesas de vendas	24	(181.428)
Despesas administrativas e gerais	24	(122.867)
Resultado de equivalência patrimonial		(6.120)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(4)
Resultado antes das despesas financeiras e impostos	25	541.323
Despesas financeiras	25	(34.784)
Despesas financeiras	25	(128.210)
Varição cambial, líquida	25	9.918
Recargas (despesas) financeiras, líquidas	25	(153.076)
Resultado antes do IR e CS	12	(45.412)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(98.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(23.207)
Lucro do exercício	12	106.175

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31-12-23	31-12-22
Lucro líquido do exercício	106.175	329.166
Resultado Abrangente do Exercício	106.175	329.166

contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (j) **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente e o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (iii) **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em relação ao ICPC 22, a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco. (q) **Partes relacionadas:** As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 19. (r) **Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram representadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente. 6 **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Não houve emissões/alterações de normas que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 e que pudessem ter impactos nas demonstrações da Companhia. 7. **Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Caixa e depósitos à vista	9.444	8.628
Aplicações financeiras - renda fixa	423.087	9.500
	432.531	18.128

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 107,14% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (102% do CDI em 2022). As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa. O aumento do saldo de aplicações financeiras consolidado justifica-se pelo aporte de capital ocorrido em fevereiro e novembro de 2023.

8. **Aplicações financeiras de longo prazo:** 31-12-23 31-12-22 31.330 - Aplicações financeiras de longo prazo 31.330 -

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados em média à taxa de 96,7% do CDI e possui vencimento em abril de 2028. A integridade do saldo está indisponível para movimentação por ter sido dada em garantia, na modalidade "cash collateral", em favor do contrato de debêntures. 9. **Contas a receber de clientes:** O saldo é composto pelos seguintes valores:

	31-12-23	31-12-22
Contas a receber	291.049	267.314
Partes relacionadas (Nota nº 19)	78.065	42.969
(-) Perdas esperadas	(16.745)	(1.294)
	352.369	308.989

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui com garantia concedida, vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos, recebíveis no montante de R\$ 187.465. As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	31-12-23	31-12-22
A vencer	302.565	300.838
Vencidos até 30 dias	51.969	4.268
Vencidos de 31 a 90 dias	6.002	1.574
Vencidos de 91 a 180 dias	4.833	2.309
Vencidos de 181 a 360 dias	3.333	683
Acima de 360 dias	412	611
(-) Perdas esperadas	(16.745)	(1.294)
	352.369	308.989

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	31-12-23	31-12-22
Saldo em 1º de janeiro	(1.294)	(1.874)
Perda constituída	(2.704)	-
Efeito da revisão de estimativa para perdas de PCLD	(12.747)	-
Perda revertida	-	580
Saldo em 31 de dezembro	(16.745)	(1.294)

A partir de setembro de 2023 a Companhia efetuou a revisão das estimativas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Continuação >

Table with financial data for 2023 and 2024, including rows for 2023, 2024, 2025, 2026, and 2027.

Table with financial data for 2023 and 2024, including rows for 2023, 2024, 2025, 2026, and 2027.

Table titled '14. Imobilizado:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 1º de janeiro de 2022, Custo, Depreciação acumulada, and Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table titled '14. Imobilizado:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 1º de janeiro de 2023, Custo, Depreciação acumulada, and Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia investiu em instalações o montante de R\$ 13.515, representado por estruturas porta pallets e hackes utilizados para a verticalização dos armazéns e com isto possibilitando o aumento da capacidade de estocagem das filiais. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos: De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou a existência de indicadores de impairment e, consequentemente, não identificou a necessidade de constituição de perdas.

2026 195.177 29.638
2027 140.168 1.685
2028 52.216 -
632.090 217.141
Cláusulas restritivas ("Covenants"): O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira consolidada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10. (b) Índice de dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,3 (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido. (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R\$ 20.000. (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00. (f) Índice EBITDA / despesa financeira maior ou igual a 1,75 (g) Redução do capital social em qualquer montante. Os indicadores não financeiros consistem em: (a) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente. (b) Inadimplimento pecuniário e não pecuniário. (c) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, pedido de falência, cross default, cross-acceleration. (d) Mudança de objeto social. (e) Fusão, cisão, incorporação. (f) Mudança no estado econômico-financeiro. (g) Classificação de risco seja reduzida para BB(bra) ou inferior. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está cumprindo todos os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas. 17. Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos: O saldo é composto pelos seguintes valores:

Table titled '15. Fornecedores:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Fornecedores and Partes relacionadas (Nota nº 19).

Table titled '15. Fornecedores:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Fornecedores and Partes relacionadas (Nota nº 19).

Table titled '16. Empréstimos e financiamentos:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Capital de giro, Capital de giro FGI, Risco sacado, Circulante, Não circulante, and Ano de vencimento.

Table titled '16. Empréstimos e financiamentos:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Capital de giro, Capital de giro FGI, Risco sacado, Circulante, Não circulante, and Ano de vencimento.

Table titled 'Em 31 de dezembro de 2023' showing financial data for various companies like ITR Comércio de Pneus S.A., CP Comercial S.A., Verum Sistemas Ltda, etc.

Table titled 'Em 31 de dezembro de 2022' showing financial data for various companies like ITR Comércio S.A., CP Comercial S.A., ITR Comércio S.A., etc.

Table titled 'Remuneração do pessoal-chave da administração:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Salários e pró-labore, Benefícios diretos e indiretos, and Participação nos resultados.

Table titled 'Remuneração do pessoal-chave da administração:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Salários e pró-labore, Benefícios diretos e indiretos, and Participação nos resultados.

Table titled '20. Instrumentos financeiros derivativos:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Operação SWAP, Proteção da exposição cambial, and Contatos de dólar americano.

2026 195.177 29.638
2027 140.168 1.685
2028 52.216 -
632.090 217.141
Cláusulas restritivas ("Covenants"): O Grupo Cantu Store, na demonstração financeira consolidada, está sujeito a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (a) Índice de liquidez corrente maior ou igual a 1,10. (b) Índice de dívida líquida / EBITDA, menor ou igual a 2,3 (c) Distribuição de dividendos aos acionistas limitada a 50% do lucro líquido. (d) Saldo de caixa e equivalente de caixa maior ou igual a R\$ 20.000. (e) Índice EBITDA / resultado financeiro líquido maior que 2,00. (f) Índice EBITDA / despesa financeira maior ou igual a 1,75 (g) Redução do capital social em qualquer montante. Os indicadores não financeiros consistem em: (a) Alteração do controle societário, direta ou indiretamente. (b) Inadimplimento pecuniário e não pecuniário. (c) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, pedido de falência, cross default, cross-acceleration. (d) Mudança de objeto social. (e) Fusão, cisão, incorporação. (f) Mudança no estado econômico-financeiro. (g) Classificação de risco seja reduzida para BB(bra) ou inferior. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está cumprindo todos os indicadores financeiros exigidos nas cláusulas restritivas. 17. Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos: O saldo é composto pelos seguintes valores:

08 de fevereiro de 2023, a Companhia não efetuará distribuição de dividendos pelo período de 3 anos a contar da data da celebração do referido acordo de acionistas. (c) Reserva de incentivos fiscais: A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo classificados como subvenção para investimento, e com base no Art. 30 da Lei 12.973/14 a Companhia passou a constituir a reserva de incentivos fiscais para que os respectivos valores não sejam computados na determinação da base de cálculo do lucro real. Os valores lançados na reserva de subvenções, são usufruídos na forma de apuração e apropriação de crédito presumido de ICMS calculados sobre as operações de venda interestadual para consumidor final não contribuinte. (d) Reserva legal: É constituída, antes de qualquer outra destinação, à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. 23. Receita operacional líquida: A receita líquida possui a seguinte composição:

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Vendas mercado interno, Vendas mercado externo partes relacionadas (Nota 19), Receita com serviços, Receita operacional bruta, Impostos sobre vendas (I), Devoluções e abatimentos, and Deduções da receita.

(i) Refere-se aos impostos incidentes sobre as vendas de mercadorias, líquido dos efeitos do reconhecimento dos ganhos com os benefícios fiscais que a Companhia possui junto aos Estados de Espírito Santo, Pernambuco e Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS soma R\$ 64.737 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 45.179). 24. Custo das mercadorias vendidas, despesas de vendas e despesas administrativas e gerais: Custo das mercadorias vendidas, Despesas com pessoal e encargos, Serviços de terceiros, Despesas com aluguel, Viagens e estadias, Comissões sobre vendas, Depreciação e amortização, Perdas esperadas de clientes, Fretes e armazenagem, Despesas com publicidade, Despesas com informática, Manutenção, Garantias, Seguros, Despesas com importação, Outros custos e despesas.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Custo das vendas, Despesas com vendas, and Despesas administrativas e gerais.

Table titled '25. Receitas e despesas financeiras:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Encargos de dívida bancária, Juros pagos a terceiros, Tarifas bancárias, IOF, Juros sobre arrendamento mercantil, Descontos concedidos, Descontos (373), and Receitas financeiras.

Table titled '26. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Variação cambial passiva and Variação cambial ativa.

Table titled '26. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas:' showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Reversão de provisões para contingência de natureza tributária, Créditos de PIS e COFINS extemporâneos (I), Débitos de IPI extemporâneos, Deságio na cessão de créditos tributários, and Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas.

(i) Em 13 de maio de 2021 o Superior Tribunal de Justiça proferiu sentença transitada em julgado em favor da Companhia. A Administração efetuou o levantamento dos créditos referente aos exercícios de 2012 a 2021, registrado como outras receitas operacionais 27. Instrumentos financeiros: A Companhia utiliza a mensuração apresentada conforme Nota nº 3 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de ativos e passivos financeiros. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Custos amortizados, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes e partes relacionadas, Depósitos judiciais, Adiantamento a fornecedores e partes relacionadas, Outras contas a receber, Passivos financeiros, Valor justo, Instrumentos financeiros derivativos, Custo amortizado, Fornecedores e partes relacionadas, Empréstimos e Financiamentos, Adiantamento de clientes e partes relacionadas, Outras contas a pagar e mútuo.

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha. Contas a receber e fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações. Mútuos com partes relacionadas: São classificados como outros ativos financeiros e estão registrados pelo método do custo amortizado. O valor contábil se equivale ao valor justo. Empréstimos e financiamentos: São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas. Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez e estrutura de capital; • Risco de mercado; • Risco cambial. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Estrutura do gerenciamento de risco: A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. Risco de crédito: Risco

co de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e País onde os clientes operam, uma vez que esses fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Risco de liquidez e estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim resumidos:

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Total financiamentos e empréstimos (Nota 16), Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7), Dívida líquida, Patrimônio líquido, Capital total, and Índice de alavancagem financeira.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pela Companhia e dos demais insumos, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco cambial: A taxa de câmbio afeta diretamente o resultado operacional, sobretudo no custo de mercadorias vendidas, formado em grande parte por produtos importados. O efeito da variação cambial afeta o valor final da importação, além de gerar efeito direto nos custos de nacionalização das cargas e também sobre a base dos impostos incidentes. Além disso, os fornecedores nacionais também são impactados pela taxa de câmbio, elevando os custos da Companhia indiretamente, uma vez que os principais insumos da cadeia de produção dos pneumáticos são dolarizados. A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia. As principais moedas nas quais estas transações são realizadas são: USD e Euro. Análise de sensibilidade: As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como o Dólar. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência de a exposição cambial não ser material. As despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e SELIC. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como a Selic. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considera os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço. Operações com aplicações financeiras:

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Table showing financial data for 2023 and 2024, including rows for Saldo em 31/12/23, Saldo em 31/12/22, and Saldo em 31/12/23.

Continua >

Continuação ▶

DIRETORIA

Vitor das Neves Leme - Diretor Adm e Financeiro

Joel Gonçalves de Deus - Diretor Contábil

CONTADOR

Joel Gonçalves de Deus - CRC SC-025519/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas CPX Distribuidora S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CPX Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findnessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Reconhecimento da receita: Conforme Notas 5 (m) e 23, a CPX Distribuidora S.A. reconhece receita de vendas quando o controle da mercadoria é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita pela aceitação da mercadoria. A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto. Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Como resposta a esse assunto, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com vendas e das respectivas contas a receber; (ii) Selecionamos em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as respectivas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência das vendas; (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com vendas, notas fiscais emitidas e a efetiva entrega da mercadoria, bem como verificamos a liquidação financeira da transação. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas de vendas atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.** **Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia.** Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 30 de abril de 2024.
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25C000160/F-5
Leandro Sidney Camilo da Costa - Contador CRC 15P236051/O-7



Reivax S/A Automação e Controle – CNPJ 79.942.645/0001-01. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais				Demonstrações do Fluxo de Caixa				DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Capital Social	Reserva Legal	Lucros retidos	Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Outros ajustes de avaliação Patrimonial	Patrim. Líquido dos Acionistas da Controladora	Partic. do Não Patrim. Líquido	Patrim. Líquido Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022								
ATIVO																
Circulante	73.426	51.388	100.317	75.887												
Caixa e equivalentes de caixa	9.551	8.009	21.053	20.431												
Contas a receber de clientes	33.085	16.833	42.662	25.198												
Estoque	27.244	24.192	30.553	25.623												
Impostos a recuperar	1.265	1.486	1.896	1.636												
Adiantamentos	1.301	624	2.945	2.557												
Despesas antecipadas	980	244	1.208	442												
Não circulante	26.394	19.395	23.744	15.685												
Contas a receber de clientes	114	271	114	271												
Depósitos judiciais																
Impostos diferidos	402		3.053	1.910												
Outros créditos	617	153	5.145	168												
Investimentos	10.460	6.401	171	171												
Imobilizado	5.897	5.551	6.357	6.146												
Intangível	8.904	7.019	8.904	7.019												
Total do ativo	99.820	70.783	124.061	91.572												
PASSIVO																
Circulante	59.666	41.148	77.018	57.757												
Fornecedores	5.785	2.521	7.958	3.008												
Empréstimos e financiamentos	17.895	17.990	18.004	18.033												
Obrigações sociais	5.073	3.763	6.255	4.611												
Obrigações tributárias	5.229	909	11.391	6.539												
Adiantamento de clientes	15.263	8.675	13.233	9.189												
Dividendos a pagar	5.093	3.904	5.093	3.904												
Receita diferida	3.877	1.936	12.908	10.412												
Impostos diferidos			381													
Outras obrigações	1.451	1.069	2.176	2.061												
Não circulante	4.003	5.274	4.003	5.274												
Empréstimos e financiamentos	3.508	4.734	3.508	4.734												
Obrigações tributárias	495	540	495	540												
Patrimônio Líquido	36.151	24.361	43.040	28.541												
Capital social	8.493	8.493	8.493	8.493												
Reservas de lucros	23.519	11.529	23.519	11.529												
Outros resultados abrangentes	4.139	4.339	4.139	4.339												
Participação dos não controladores			6.889	4.180												
Total do passivo e patrimônio líquido	99.820	70.783	124.061	91.572												

Notas explicativas das Demonstrações Financeiras

INFORMAÇÕES GERAIS: AREIVAX S/A Automação e Controle foi constituída em 1º de abril de 1987, está localizada no município de Florianópolis e tem como objetivos a fabricação e comercialização de equipamentos e serviços na área de instrumentação, controle e automação de processos industriais, especialmente em geração de energia elétrica. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora: As demonstrações financeiras individuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral dos pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. b) Demonstrações Financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral dos pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Reivax S/A Automação e Controle e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresa	País	31/12/2023	31/12/2022
Reivax North America	Canadá	60,00%	60,00%
Reivax of Switzerland	Suíça	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

c) Reconciliação EBITDA

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Lucro Líquido	16.606	9.507	20.987	13.033		
(+) IR e CPLL	4.769	1.504	6.777	3.270		
(+) Resultado Financeiro	885	2.116	655	2.233		
(+) Depreciações e Amortizações	1.057	1.253	1.203	1.349		
(-) EBITDA	23.317	14.380	29.622	19.885		

O saldo de depreciações e amortizações está assim composto:

	Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Depreciação e amortiz. reconhecida no custo	291	298	291	298		
Deprec. e amortiz. reconhecida em despesas	766	955	912	1.051		
	1.057	1.253	1.203	1.349		

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Disponibilidades - estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo;

avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. b) Estoques - Estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. c) Investimentos - são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, eliminando-se os resultados não realizados. d) Imobilizado - avaliado pelo custo de aquisição ou reavaliação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, conforme taxa anual de depreciação. e) Intangível - os gastos gerados com desenvolvimento de produtos, apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação deduzida da amortização acumulada, calculada pelo método linear, correspondente ao prazo estimado de recuperação. f) Demais ativos circulantes e não circulantes - apresentados ao valor de realização, incluindo, os rendimentos auferidos e as variações monetárias. g) Transações em moeda estrangeira - contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. h) Empréstimos e financiamentos - atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidas dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício. i) Provisões para contingências - reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. j) Apuração do resultado - é apurado pelo regime de competência de exercícios. k) Imposto de renda e contribuição social - apurados com base no lucro real. l) Utilização de estimativas - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. m) Depreciação e amortização estão sendo realizados pela vida útil estimada pela empresa em conformidade com o CPC 01. n) Redução ao valor recuperável dos ativos - evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. o) Ajuste a valor presente em consonância com o CPC 12. p) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos - o imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esportado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, conforme o CPC 32.

Demonstrações foram auditadas pela empresa TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC SP-032267/O

Fernando Amorim da Silveira - Diretor Superintendente
- CPF xxx.438.319-xx - RG xx722xx SSP/SC
Bruno Ramos - Contador CRC/SC 045.075/O-6
- CPF xxx.935.989-xx - RG xx825xx SSP/SC

Leilão VIP
EDITAL DE LEILÃO ON-LINE
DATA 1º LEILÃO 29/05/24 ÀS 10H - DATA 2º LEILÃO 31/05/24 ÀS 10H

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela **Cooperativa de Crédito Unicred Vale Ltda - Unicred Vale**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.443.863/0001-07, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: somente on-line via www.leilaovip.com.br. **Localização do imóvel:** Indaial - SC, Bairro dos Estados. Rua Maria Conceição Saut, nº 299, Casa em madeira com 42m² de área edificada (lançada no IPTU 108,20m²) e terreno com 300m², situada no Conjunto Habitacional Dr. Tancredo de Almeida Neves. Matr. 12.367 do RI da Comarca de Indaial - SC. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes, de eventual divergência de área verificada no local com a lançada no IPTU, averbada no RI e atual denominação do logradouro, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão:** 29/05/2024, às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R\$ 436.720,95. **2º Leilão:** 31/05/2024, às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R\$ 455.036,18 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejuante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 14.711 de 2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponível no site: www.leilaovip.com.br. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96

COMUNICADO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA ESGOTO E MEIO AMBIENTE EM SANTA CATARINA - SINTAEMA/SC comunica à sociedade em geral que os trabalhadores da empresa Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, conforme decisão da Assembleia Geral Permanente - Estadual do dia 10/05/2024, deliberaram por paralisar suas atividades por tempo indeterminado, mantendo a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, a partir do dia 22/05/2024. Tendo em vista a posição intransigente da empresa na negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025, as tentativas de supressão de várias cláusulas desse e suas consequências nefastas à população e para a força de trabalho da CASAN, além da não contratação de mais de 400 novos trabalhadores concursados para atender à população com dignidade e melhorar as condições de trabalho na empresa, a categoria decidiu pela greve. Publica-se o presente de acordo e para os fins previstos na Lei 7.783 de 28 de junho de 1989.

Florianópolis, 17 de maio de 2024.
Leonardo Lacerda da Silva – Presidente do SINTAEMA-SC

nsc DC

VENDA MAIS EM SANTA CATARINA
www.negociossc.com.br
negócios SC



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOEL GONCALVES DE DEUS
REGISTRO.....	: SC-025519/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.725.469-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: FLORIANÓPOLIS, 08/10/2024 as 17:51:13.

Válido até: 06/01/2025.

Código de Controle: 238300.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCSC.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MICHELE PEREIRA AMIANTI, em quinta-feira, 16 de novembro de 2023 11:17:46 GMT-03:00, CNS: 12.390-1 - SEGUNDO TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CN-SIAM

CONAM

FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO

DATA 01/11/2023

PAGINA 1

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, C.N.P.J.: 10.158.356/0001-01 com sede a RODOVIA ANTONIO HEIL, 800 - ITAIPAVA - ITAJAI - SC, forneceu os itens abaixo relacionados, tendo cumprido todas as exigencias legais, nao havendo nada que a desabone ate a presente data.

PEDIDO No. 000111 /2023 DE 02/01/2023

PROCESSO LICITATORIO No. E00047 /2022

QTDE.SOLICITADA	QTDE.ENTREGUE	UN. MATERIAL/SERVICO
44,000	44,000	UN PNEU 185/70 R 14 - 88T

PEDIDO No. 000112 /2023 DE 02/01/2023

PROCESSO LICITATORIO No. E00047 /2022

QTDE.SOLICITADA	QTDE.ENTREGUE	UN. MATERIAL/SERVICO
32,000	32,000	UN PNEU 185/70 R 14 - 88T

PEDIDO No. 001630 /2023 DE 17/08/2023

PROCESSO LICITATORIO No. E00047 /2022

QTDE.SOLICITADA	QTDE.ENTREGUE	UN. MATERIAL/SERVICO
4,000	4,000	UN PNEU 185/70 R 14 - 88T

PEDIDO No. 001632 /2023 DE 17/08/2023

PROCESSO LICITATORIO No. E00047 /2022

QTDE.SOLICITADA	QTDE.ENTREGUE	UN. MATERIAL/SERVICO
16,000	16,000	UN PNEU 185/70 R 14 - 88T

WERNER WIDMER
Chefe de Divisão de Serviços
Fundação Mun. de Saúde de Rio Claro/SP

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **CPX DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ nº 10.158.356/0001-01**, estabelecida na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, forneceu e vem fornecendo à **Renata Moser Terraplanagem, CNPJ nº 15.668.360/0001-33** situada na Rua Onadir das Neves Ferreira, nº 400, Bairro Boa Vista, na cidade de Ilhota, estado de Santa Catarina, pneus para veículos automotores de 1ª linha para manutenção de sua frota, cumprindo todas as obrigações estabelecidas atendendo quanto a qualidade, quantidade e prazo de entrega dos produtos, não havendo qualquer tipo de ocorrência que venha desaboná-la.

NOTAS FISCAIS Nº. 000961565; 001042935; 001033775; 000836100; 000823096; 000817631; 000805172; 000796835; 000137152; 000027570		
QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO - ESPECIFICAÇÕES
4	Unid.	PNEU 9.00-20 144/139K - 16L
4	Unid.	PROTETOR R20
18	Unid.	PNEU 10.00R20 149/146K D911 DRC 18L
4	Unid.	PNEU 275/80R22.5 149/146L - 16L BORRACHUDO
2	Unid.	PNEU 275/80R22.5 147/144M - 16L LISO
2	Unid.	PNEU 275/80R22.5 149/146L - 16L MISTO DIRECIONAL
10	Unid.	PNEU 295/80R22.5 154/149K - 18L MISTO DIRECIONAL
2	Unid.	PNEU 12-16.5 10L TL R4
2	Unid.	PNEU 12-16.5 12L L3

Declara ainda que a empresa prestou os serviços dentro do prazo estabelecido e observando todas as especificações pactuadas, não havendo até a presente nada que possa vir desabonar a mesma.

Ilhota - SC, 29 de novembro de 2022.

RENATA MOSER
TERRAPLENAGEM:1566836
0000133

Assinado de forma digital por
RENATA MOSER
TERRAPLENAGEM:15668360000133
Dados: 2022.11.29 16:32:01 -03'00'

Renata Moser Terraplanagem

Renata Moser Rampeloti

CPF: 019.569.759-69

Proprietária



Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Recursos Logísticos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 3/2022

Processo nº 25047.000570/2021-27

Interessado: CPX DISTRIBUIDORA S/A.

A União, por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo – DSEI/MGES, com sede na Avenida Piracicaba, nº 325, Ilha dos Araújos, CEP: 35020-430 na cidade de Governador Valadares/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0049-20, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena, o Sr. Ricardo Sérgio Dias Angelo, nomeado pela Portaria nº. 2.174, de 07 de agosto de 2019, publicada no DOU de 07 de agosto de 2019, inscrito no CPF nº 614.826.096-49 portador da Carteira de Identidade nº M3.373.596. Atesta para os devidos fins que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, estabelecida na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, forneceu pneus de 1ª linha, de acordo com a participação no procedimento licitatório abaixo.

Ata de Registro de Preços Nº.11/2022

Processo Administrativo Nº.25047.000570/2021-27

Pregão Eletrônico Nº.4/2022. Edital Nº.4/2022

Data de Realização: 22/02/2022 às 09h30min.

Portal de Compras: www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 257035

Período de Fornecimento: Abril/2022

NOTA DE EMPENHO Nº.135/2022				
NF-E 884271				
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Marca/Modelo	Unid.	Qtde.
3	Pneu automotivo, 275/80/22.5, aplicação veículo tipo Caminhão, com selo do INMETRO impresso e de acordo com as normas da ABNT vigentes, com garantia do fabricante.	DRC/D621	Unid.	6

Informo ainda que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, atendeu plenamente aos prazos de entrega, qualidade do material e especificações contratadas, não tendo nada em nossos arquivos que a desabone.

Por ser verdade, firmo o presente Atestado.

Governador Valadares, 20 de Junho de 2022.

RICARDO SÉRGIO DIAS ANGELO

Coordenador Distrital de Saúde Indígena

DSEI/MGES



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Sérgio Dias Ângelo**, Ordenador de Despesa, em 20/06/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0027571552** e o código CRC **E1103C46**.



Prefeitura Municipal de Bauru

CNPJ 46.137.410/0001-80
ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Administração Comissão Permanente de Licitação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, estabelecida na Rodovia Antonio Heil, 800, km 01, sala 02, Itajaí, SC CEP: 88.316-001, inscrita no CNPJ sob o nº 10.158.356/0001-01, nos forneceu os produtos abaixo referentes ao Processo nº 79.647/2023, Edital nº 462/2023, Pregão Eletrônico nº 340/2023, sendo que não há nada que a desabone.

LOTE 01 – PNEUS – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	Unid.	Qtd.	PRODUTO	MARCA	MODELO
01	Unid	38	PNEU 175/70 R13. NOVO (PRIMEIRA LINHA)	SPEEDMAX	T MAX

LOTE 02 - PNEUS – AMPLA PARTICIPAÇÃO –

ITEM	Unid.	Qtd.	PRODUTO	MARCA	MODELO
01	Unid	4	PNEU 185/65 R14, NOVO (PRIMEIRA LINHA)	CEAT	ECODRIVE

LOTE 03 - PNEUS – AMPLA PARTICIPAÇÃO –

ITEM	Unid.	Qtd.	PRODUTO	MARCA	MODELO
01	Unid	12	PNEU 185/70 R14, NOVO (PRIMEIRA LINHA)),	SPEEDMAX	MH01

LOTE 04 – PNEUS – AMPLA PARTICIPAÇÃO –

ITEM	Unid.	Qtd.	PRODUTO	MARCA	MODELO
01	Unid	34	PNEU 185R14C 08 LONAS (PNEU DE CARGA PARA KOMBI), NOVO (PRIMEIRA LINHA)	SPEEDMAX	D5805

LOTE 05 - PNEUS – AMPLA PARTICIPAÇÃO –

ITEM	Unid.	Qtd.	PRODUTO	MARCA	MODELO
01	Unid	12	PNEU 195/55 R15, NOVO (PRIMEIRA LINHA)	SPEEDMAX	HH301

LOTE 06 - PNEUS – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	Unid.	Qtd.	PRODUTO	MARCA	MODELO
01	Unid	8	PNEU 205/75 R16, NOVO (PRIMEIRA LINHA)	FARROAD	FRD96

Atestamos ainda que os materiais foram entregues conforme as especificações descritas no edital.

Bauru, aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três.


Érika M. Beckmann Fournier
Diretora de Departamento de Adm. de Materiais
Secretaria da Administração
Prefeitura Municipal de Bauru

ÉRIKA MARIA BECKMANN FOURNIER
Diretora do Departamento de Administração de Materiais
Presidente Da Comissão Permanente De Licitação

C.P.L./A.R.P.

3º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE ITAJAÍ/SC

Sueli Canziani Gazaniga

Rua Manoel Vieira Garçon, nº 148, 1º andar, Ed. Catarinense, Centro, Itajaí-SC, CEP: 88.301-425

Certifico que procedi a desmaterialização do presente documento, cujo original foi conferido por mim nesta data. Dou fé, Itajaí-SC, 30/11/2023 10:00. Documento assinado digitalmente por: THALLIS CRISTINA BALDI DE OLIVEIRA DE SOUZA:07419950938, em 30/11/2023, com validade assegurada pela MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BR). Processo de desmaterialização nos termos do art. 839-A do CNGCJ/SC.

Emolumentos:

Desmaterialização (1): R\$ 4,83

ISS: R\$ 0,10

Selos (1): R\$ 0,00

Total: R\$ 6,02





Prefeitura Municipal de Bauru

CNPJ 46.137.410/0001-80
ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Administração Comissão Permanente de Licitação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

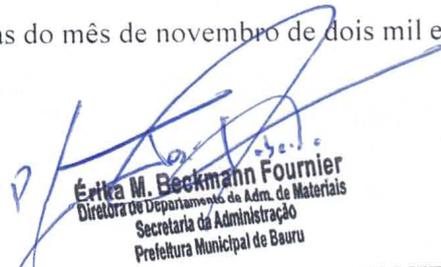
Atestamos para os devidos fins, que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, estabelecida na Rodovia Antonio Heil, 800, km 01, sala 02, Itajaí, SC CEP: 88.316-001, inscrita no CNPJ sob o nº 10.158.356/0001-01, nos forneceu os produtos abaixo referentes ao Processo nº 106.105/2022, Edital nº 625/2022, Pregão Eletrônico nº 462/2022, sendo que não há nada que a desabone.

LOTE 01 – AMPLA PARTICIPAÇÃO – PNEUS - Cód. Bec 3783790 – Classe 2610

Item	Un.	Qtde.	Especificações mínimas	Marca/Modelo
01	UN	8	Pneu 1300x24 para patrol. novo (Primeira Linha).	SPEEDMAX QH808
02	UN	14	Pneu 20,5 x 25 E-3L3 GC A1 para Pá Carregadeira sem câmara de ar, novo (Primeira Linha).	SPEEDMAX QH812
03	UN	4	Pneu para Pá Carregadeira 17.5X25 E3L3.	SPEEDMAX QH812
04	UN	28	Pneu 1400x24 para retroescavadeira sem câmara de ar (radial com no mínimo 16 lonas). novo (Primeira Linha).	SPEEDMAX QH808
05	UN	8	Pneu 18.4 X 30 para trator. novo (Primeira Linha).	SPEEDMAX QH611
06	UN	24	Pneu 12 X 16.5, novo (Primeira Linha).	SPEEDMAX SKS-1
07	UN	4	Pneu dianteiro para trator 750X16 frizado.	SPEEDMAX QH621
08	UN	4	Pneu 11.00 – 20 liso, para rolo de pneu da marca Muller AP 28.	SPEEDMAX CI

Atestamos ainda que os materiais foram entregues conforme as especificações descritas no edital.

Bauru, aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três.


Érika M. Beckmann Fournier
Diretora do Departamento de Adm. de Materiais
Secretaria da Administração
Prefeitura Municipal de Bauru

ÉRIKA MARIA BECKMANN FOURNIER

Diretora do Departamento de Administração de Materiais

Presidente Da Comissão Permanente De Licitação

C.P.L./A.R.P.

3º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DO MUNICÍPIO E COMARCA DE ITAJAÍ/SC

Sueli Canziani Gazaniga

Rua Manoel Vieira Garçon, nº 148, 1º andar, Ed. Catarinense, Centro, Itajaí-SC, CEP: 88.301-425

Certifico que procedi a desmaterialização do presente documento, cujo original foi conferido por mim nesta data. Dou fé, Itajaí-SC, 30/11/2023 10:06. Documento assinado digitalmente por: THALLIS CRISTINA BALDI DE OLIVEIRA DE SOUZA:07419950938, em 30/11/2023, com validade assegurada pela MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BR). Processo de desmaterialização nos termos do art. 839-A do CNGCJ/SC.

Emolumentos:

Desmaterialização (1): R\$ 4,83

ISS: R\$ 0,10

Selos (1): R\$ 0,00

Total: R\$ 6,02





**GOVERNO DO ESTADO DA
BAHIA**
Empresa Baiana de Águas e
Saneamento
Gerência de Compras -
EMBASA/DG/GLG/GLGC



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Salvador, 15 de Outubro de 2024.

ATESTAMOS para os devidos fins, que a **EMPRESA CPX DISTRIBUIDORA S/A**, CNPJ 10.158.356/0001-01, com sede KM 01, ROD ANTONIO HEILI, Bairro Itaipava, Cep: 88316-001, na cidade de Itajai, estado Santa Catarina, forneceu para a **EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A – EMBASA**, inscrita no CNPJ nº 13.504.675/0001-10, o material conforme especificações, nas quantidades e prazos.

MATERIAL		Qtde. Contratada	Qtde. Fornecida	Pedido	Início Vigência	Fim da Vigência	Data Entrega
PNEU 275X80R-22,5 DIRECAO RADIAL	UN	70	70	4500919315	04/06/24	04/07/24	29/07/24
PNEU 275X80R-22,5 DIRECAO RADIAL	UN	80	80	460021698	15/07/24	14/08/24	06/08/24
PNEU 275X80R-22,5 DIRECAO RADIAL	UN	80	80	460021698	15/07/24	13/09/24	06/08/24
PNEU 275X80R-22,5 DIRECAO RADIAL	UN	90	90	460021698	15/07/24	13/10/24	17/09/24



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Pedreira Neves, Gerente Setorial -II**, em 15/10/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celson Sena Maciel, Gerente Unidade Corp**, em 15/10/2024, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00100506941** e o código CRC **92B0E07A**.



Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo
Serviço de Recursos Logísticos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 3/2022

Processo nº 25047.000570/2021-27

Interessado: CPX DISTRIBUIDORA S/A.

A União, por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo – DSEI/MGES, com sede na Avenida Piracicaba, nº 325, Ilha dos Araújos, CEP: 35020-430 na cidade de Governador Valadares/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0049-20, neste ato representado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena, o Sr. Ricardo Sérgio Dias Angelo, nomeado pela Portaria nº. 2.174, de 07 de agosto de 2019, publicada no DOU de 07 de agosto de 2019, inscrito no CPF nº 614.826.096-49 portador da Carteira de Identidade nº M3.373.596. Atesta para os devidos fins que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, estabelecida na Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, forneceu pneus de 1ª linha, de acordo com a participação no procedimento licitatório abaixo.

Ata de Registro de Preços Nº.11/2022

Processo Administrativo Nº.25047.000570/2021-27

Pregão Eletrônico Nº.4/2022. Edital Nº.4/2022

Data de Realização: 22/02/2022 às 09h30min.

Portal de Compras: www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 257035

Período de Fornecimento: Abril/2022

NOTA DE EMPENHO Nº.135/2022				
NF-E 884271				
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Marca/Modelo	Unid.	Qtde.
3	Pneu automotivo, 275/80/22.5, aplicação veículo tipo Caminhão, com selo do INMETRO impresso e de acordo com as normas da ABNT vigentes, com garantia do fabricante.	DRC/D621	Unid.	6

Informo ainda que a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, atendeu plenamente aos prazos de entrega, qualidade do material e especificações contratadas, não tendo nada em nossos arquivos que a desabone.

Por ser verdade, firmo o presente Atestado.

Governador Valadares, 20 de Junho de 2022.

RICARDO SÉRGIO DIAS ANGELO

Coordenador Distrital de Saúde Indígena

DSEI/MGES



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Sérgio Dias Ângelo**, Ordenador de Despesa, em 20/06/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0027571552** e o código CRC **E1103C46**.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: CPX DISTRIBUIDORA S/A

CPF/CNPJ: 10.158.356/0001-01

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 09:31:01 do dia 03/12/2024 , com validade até o dia 02/01/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ggtrfmKayeVHMLWit3jc

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.158.356/0001-01 DUNS®: 91*****83
Razão Social: CPX DISTRIBUIDORA S/A
Nome Fantasia: PNEUSTORE.COM.BR
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 19/11/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 06/05/2024
FGTS Validade: 18/12/2023
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 20/05/2024

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 24/03/2024
Receita Municipal Validade: 26/12/2023

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 22/11/2023 13:35

CPF: 355.624.938-37 Nome: FELIPE DA SILVA LEITE

Ass: _____



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 11/11/2024 08:18:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CPX DISTRIBUIDORA S/A**
CNPJ: **10.158.356/0001-01**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412



À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO - SP

Pregão Eletrônico Nº 059/2024

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ Nº.10.158.356/0001-01, Inscrição Estadual 255653050, estabelecida no(a) Rodovia Antônio Heil, Nº.800, Km 01 Sala 02, no Bairro Itaipava, no Município de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no Cep 88.316-001, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA

DECLARA para fins de participação no **Pregão Eletrônico Nº 059/2024**, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, de 2024.

DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do **previsto no inciso I do artigo 63.º da Lei n.º 14.133/2021**, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação na **Pregão Eletrônico nº 059/2024**.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - "HABILITAÇÃO"

- a) Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, no tocante a observância quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- b) Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação.
- c) Atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.
- d) Na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pelo Município de Capão Bonito/SP, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.
- e) Que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412



GUILHERME DO PRADO:05706366985

Assinado digitalmente por
GUILHERME DO PRADO:05706366985
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=0340281900173, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARINFOCOMEX, OU=RFB e-CPF A1, CN=GUILHERME DO PRADO:05706366985
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.12.04 10:33:05-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3

Itajaí, 04 de dezembro de 2024.

10.158.356/0001-01
Inscr. Est. 255.653.050
CPX DISTRIBUIDORA S/A.
Rod. Antônio Heil, 800 - Km 01 - Sala 02
Bairro Itaipava - CEP 88.316-001
ITAJAÍ - SC

CPX DISTRIBUIDORA S/A

Departamento de Vendas ao Governo

Guilherme do Prado - Procurador

CPF Nº. 057.063.669-85

RG Nº. 057.063.669-85 SSP/SC



CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412



À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO - SP

Pregão Eletrônico Nº 059/2024

ANEXO VII – FORMULÁRIO DE DADOS CADASTRAIS

I) Dados da Empresa:							
Razão Social: CPX DISTRIBUIDORA S/A							
CNPJ/MF:		10.158.356/0001-01		Insc. Estadual:		255653050	
Endereço: ROD ANTONIO HEIL						Número :800	
Bairro			ITAIPAVA		Complemento: KM 01 SALA 02		
Cidade		ITAJAI		Estado		SC	
				CEP:		88.316-001	
Telefone 1:		(47)3046-2550		Telefone 2:		e-mail:	

II) Dados do representante legal participante da sessão de licitação:							
Nome: GUILHERME DO PRADO							
RG		057.063.669-85		CPF:		057.063.669-85	
Data de Nasc:				16/09/1989			
Endereço: R SILVEIRA						Número 137	
						:	
Bairro:			TABULEIRO		Complemento 302		
Cidade:		CAMBORIU		Estado		SC	
				CEP:		88348-273	
Telefone 1:		(47)3046-2550		Telefone 2:		e-mail:	

III) Dados do representante legal que assinará o Contrato ou a Ata de Registro de Preços:							
Nome: GUILHERME DO PRADO							
RG		057.063.669-85		CPF:		057.063.669-85	
Data de Nasc:				16/09/1989			
Endereço: R SILVEIRA						Número 137	
						:	
Bairro:			TABULEIRO		Complemento 302		
Cidade:		CAMBORIU		Estado		SC	
				CEP:		88348-273	
Telefone 1:		(47)3046-2550		Telefone 2:		e-mail:	

IV) Endereço e contato para envio do contrato para assinatura:							
Nome/Setor responsável		LICITACAO					
Endereço: ROD ANTONIO HEIL						Número 800	
						:	
Bairro:			ITAIPAVA		Complemento KM 01 SALA 02		
Cidade:		ITAJAI		Estado		SC	
				CEP:		88.316-001	
Telefone 1:		47)3046-2550		Telefone 2:		e-mail:	

V) Dados bancário para pagamento:							
Banco		DO BRASIL		Agência:		3125-9	
				Tipo de Conta:		CORRENTE	
				nº conta:		7909-X	



CPX DISTRIBUIDORA S/A

Rodovia Antônio Heil, Nº.800 - Km 01 Sala 02 - Itaipava - Itajaí / SC - CEP 88.316-001

CNPJ Nº.10.158.356/0001-01 - Insc. Est. Nº.255.653.050 - Insc. Mun. Nº.290.589

E-mail: licitacao@cantustore.com.br

Escritório de Licitações/SC: (47) 3046-2550 Ramal 9418/9412



VI)Quadro Societário:		
Nome	FELIPE CASALE MOBLIZE	CPF: 221.140.078-71,
Nome	JULIANO SILVA	CPF: 042.164.939-98
Nome	FERNANDO SOARES DOS SANTOS	CPF: 282.094.908-85,
Nome	ALEXANDRE ARAUJO LOPES	CPF: 142.222.078-88
Nome	EANDRO LOPES DA VEIGA	CPF: 296.007.148-43
Nome	JOEL GONÇALVES DE DEUS	CPF: 023.725.469-70
Nome	VITOR DAS NEVES LEME	CPF: 062.320.859-81

GUILHERME DO PRADO:05706366985

Assinado digitalmente por
GUILHERME DO PRADO:05706366985
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=03402819000173, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARINFOCOMEX, OU=RFB e-CPF A1, CN=GUILHERME DO PRADO:05706366985
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.12.04 10:47:53-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.3

Itajaí, 04 de dezembro de 2024.

10.158.356/0001-01
Inscr. Est. 255.653.050
CPX DISTRIBUIDORA S/A.
Rod. Antônio Heil, 800 - Km 01 - Sala 02
Bairro Itaipava - CEP 88.316-001
ITAJAÍ - SC

CPX DISTRIBUIDORA S/A
Departamento de Vendas ao Governo
Guilherme do Prado - Procurador
CPF Nº. 057.063.669-85
RG Nº. 057.063.669-85 SSP/SC